

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

Autor: SANDRO EDUARDO RODRIGUES

Orientador: Prof. Dr. EDUARDO PASSOS

Modulações de sentidos na experiência psicotrópica

**NITERÓI
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

Modulações de sentidos na experiência psicotrópica

Sandro Eduardo Rodrigues

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Psicologia – Estudos da Subjetividade – do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do diploma de doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Passos

**NITERÓI
2014**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R696 Rodrigues, Sandro Eduardo.
Modulações de sentidos na experiência psicotrópica / Sandro
Eduardo Rodrigues. – 2014.
253 f. ; il.
Orientador: Eduardo Passos.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2014.
Bibliografia: f. 237-253.

1. Saúde mental. 2. Transtorno relacionado ao uso de substâncias.
3. Uso de droga. I. Passos, Eduardo. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 616.89

Modulações de sentidos na experiência psicotrópica

Sandro Eduardo Rodrigues

Composição da banca examinadora:

Dr. Eduardo Passos (orientador – UFF) _____

Dr. Henrique Soares Carneiro (USP) _____

Dr. Auterives Maciel (PUC/RJ) _____

Dra. Analice Palombini (UFRGS) _____

Dra. Silvia Tedesco (UFF) _____

Suplentes

Dr. Jorge Vasconcellos (PPGCA/UFF) _____

Dra. Cristina Rauter (UFF) _____

Para Fernanda e Iberê,
pela maior experiência psicodélica de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Eduardo Passos pela paciência e cuidado de um verdadeiro guia de cego, dos que ajudam o cego a ir para onde este deseja, mesmo quando o cego se sente também um pouco confuso sobre qual direção tomar. Agradeço ao coletivo de pesquisa GAM-BR e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense pela acolhida do projeto de pesquisa. Aos integrantes do PPG em Psicologia da UFF agradeço especialmente por terem lutado para garantir as condições para que esta pesquisa fosse levada a termo, mesmo mediante contratemplos financeiros que ameaçaram sua continuidade. Agradeço a Henrique Carneiro pela ótima interlocução e comentários atentos, a Analice Palombini pela intensidade e o carinho com os quais tomou parte na escrita do presente trabalho, a Silvia Tedesco pelas considerações sobre linguagem e produção de subjetividade e a Auterives Maciel que há tantos anos me ajuda a pensar com o impensável do pensamento, o que nos força a pensar, o fora. Agradeço também aos colegas da UFF, da UFRGS, UFRJ e UNICAMP, aos colegas do grupo de orientação e da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos-RJ. A David Rodgers pela cuidadosa tradução do resumo para a língua inglesa. Ao povo do *underground* de ontem, hoje e sempre, em especial os companheiros que embarcaram comigo na incomensurável piração psicodélica chamada Digital Ameríndio & (*American Bigfoot*) Mouse Mouse Joe. Agradeço a meu pai que um dia foi músico e minha mãe que ensinou como me orientar numa biblioteca. Por fim, a Fernanda e Iberê, nosso filho, pela experiência mais psicodélica e amorosa que pude viver até agora, pois o processo de gestação, o parto e esses primeiros meses partilhando de toda a máquina desejanse que este nosso rebento vem colocando para operar tem sido uma jornada inominável.

...me lembro que ainda naquela época, eu fiz a seguinte afirmação: é preciso se desmilitarizar
– na época deles, hein?! – inclusive a mente dos civis!

Walter Franco

RESUMO

A presente tese propõe articular a experiência psicodélica ao cuidado de usuários de psicotrópicos prescritos em saúde mental. Para tanto, apresentamos a *Gestão Autônoma da Medicação* (GAM), uma abordagem de intervenção em saúde mental pautada na valorização da experiência dos usuários de psicotrópicos. O problema da presente pesquisa emerge como *fora-eixo* da GAM, dando relevo à análise de implicações, procedimento metodológico para extrair o excesso de pessoalidade na redação do *fora-texto* da pesquisa, ou seja, o material usualmente excluído das publicações científicas oficiais. Para auxiliar na redação desse *fora-texto*, algumas ferramentas são introduzidas como recursos estilísticos consistentes com o material trabalhado, tal como o *discurso indireto livre*, de Mikhail Bakhtin, e os ritmos acelerados, saltos, cortes e dobraduras do tempo, herdados dos artistas *beat*, sobretudo como utilizados nas *rotinas* – invenção literária de William Burroughs. A tese faz uma apresentação da experiência psicodélica, desde a primeira síntese do LSD-25, em 1938, passando por pesquisas científicas, militares, clínicas, místicas, artísticas e político-culturais, com especial atenção ao *acid rock*, ou rock psicodélico, e às considerações de Timothy Leary, Ralph Metzner e Richard Alpert no que diz respeito tanto à influência das disposições pessoais (*set*) e ambientais (*setting*) quanto à distinção, na experiência psicodélica, de três fases (ou *bardos*), baseadas no *Livro Tibetano dos Mortos*, que entendemos como uma primeira fase de transcendência completa, prerreflexiva, sem qualquer distinção entre dentro e fora (para além do espaço-tempo, da linguagem e de si); uma segunda, de controle egoico, que envolve tentativas alucinantes e delirantes de demarcação de limites identitários; por fim, um período de retorno ao jogo da realidade rotineiro, das distinções entre dentro e fora, mas com limites mais alongados, flexíveis e expandidos. Em seguida, apresentamos o *fora-eixo* da pesquisa de campo realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), entre março e novembro de 2011. Na pesquisa de campo, experimentamos a ação de *três vetores*, produzindo distintos movimentos de subjetivação: um vetor de exclusão, produtor de fechamento; um de inclusão, produtor de abertura; e um vetor de repulsão, produzindo paranoia, que serviu-nos para ressaltar o caráter desafiante que envolve a inclusão do fora. Com isso, cumprimos nosso objetivo, na expectativa de que a partilha de uma sensibilidade psicodélica auxilie na formação estético-política de trabalhadores do campo da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental. Experiência psicodélica. Drogas lícitas e ilícitas.

ABSTRACT

This thesis sets out to explore the interconnections between psychedelic experience and the mental health care prescribed for psychotropic drug users. This aim in mind, I present an approach to mental health intervention, *Autonomous Medication Management* (AMM), that values the experience of psychotropic drug users. The problem examined in this research emerges as an *off-axis* variant of AMM, highlighting the analysis of its implications as a methodological procedure to extract the excess personalization involved in writing the *outside-the-text* of the research – i.e. the material usually excluded from official scientific publications. To help write this outside-the-text, various tools are introduced as stylistic resources consonant with the material under examination, such as Mikhail Bakhtin's *free indirect discourse*, and the accelerated rhythms, jumps, cuts and foldings of time inherited from the *beat* writers, in particular the kind found in the *routines* invented by William Burroughs. The thesis describes psychedelic experiences from the first synthesis of LSD-25 in 1938 to scientific, military, clinical, mystic, artistic and politico-cultural research, focusing especially on *acid rock*, or psychedelic rock. Here I turn to the ideas of Timothy Leary, Ralph Metzner and Richard Alpert on both the influence of personal dispositions (*set*) and environmental dispositions (*setting*) and the differentiation of three phases (or *bardos*) in psychedelic experience, derived from the *Tibetan Book of the Dead*: a first phase of complete, pre-reflexive transcendence, with no distinction between outside and inside (beyond space-time, language and self); a second phase, controlled by the ego, involving hallucinatory and delirious attempts to delimit identity boundaries; and finally a period of return to the game of everyday reality and the distinctions of outside and inside, but now with more flexible, stretched and expanded boundaries. Next I present the off-axis variant of the field research conducted in a Psychosocial Care Centre (CAPS) between March and November 2011. In this field research, we experienced the action of *three vectors*, each producing distinct movements of subjectification: a vector of exclusion, producing closures; a vector of inclusion, producing openings; and a vector of repulsion, producing paranoia, which served to emphasize the challenges involved in the inclusion of the outside. In reaching this conclusion, the thesis anticipates that the sharing of a psychedelic sensibility can assist in the aesthetic-political training of workers in the mental health field.

Keywords: Mental health. Psychedelic experience. Licit and illicit drugs.

RÉSUMÉ

Cette thèse propose articuler l'expérience psychédélique au soin des utilisateurs de médicaments psychotropes prescrits dans le domaine de la santé mentale. À cette fin, nous présente la *Gestion Autonome de la Médication* (GAM), une approche d'intervention en santé mentale fondé sur la valorisation de l'expérience des utilisateurs de substances psychotropes. Le problème de cette recherche émerge comme *hors-axe* du GAM, avec l'accent mis sur l'analyse des implications, procédure méthodologique pour enlever l'excédent de personnalité dans la rédaction du *hors-texte* de la recherche, c'est-à-dire le matériau habituellement exclus des publications scientifiques officielles. Pour aider à la rédaction de ce hors-texte, comme caractéristiques stylistiques compatible avec le matériau travaillé, tels que le *discours indirect libre*, Mikhaïl Bakhtine, et les rythmes accélérés, houblon, coupures et pliant dans le temps, héritage des artistes *beat*, surtout comme utilisé dans les *routines* – invention littéraire de William Burroughs. La thèse fait une présentation de l'expérience psychédélique, depuis la première synthèse du LSD-25, en 1938, en passant par la recherche scientifique, militaires, cliniques, mystique, artistique, culturelle et politique, avec une attention particulière aux *acid rock*, ou rock psychédélique, et dès considérations de Timothy Leary, Ralph Metzner et Richard Alpert tant en ce qui concerne l'influence des dispositions personnelles (*set*) et de l'environnement (*setting*) comme de la distinction, dans l'expérience psychédélique, de trois phases (ou *bardos*), basé sur le *Livre Tibétain des Morts*, qui nous considérons comme une première étape de la transcendance complète, pré-réflexif, sans aucune distinction entre l'intérieur et l'extérieur (en plus de l'espace-temps, de la langue et de lui-même) un deuxième, de contrôle égoïque, ce qui implique tentatives hallucinatoires et délirantes pour délimiter les frontières de l'identité; enfin, une période de récupération de la réalité du jeu de routine, les distinctions entre l'intérieur et l'extérieur, mais avec des limites plus allongées, flexibles et étendues. Puis, nous présentons le champ de recherche menée dans un Psychosociale Care Center (CAPS), entre Mars et Novembre 2011. Dans le domaine de recherche, nous avons essayés l'action de *trois vecteurs*, produisant des mouvements distincts de la subjectivité: un vecteur d'exclusion, producteur de la clôture; l'un de l'inclusion, producteur d'ouverture; et un vecteur de refoulement, produisant des paranoïa, qui nous a permis de souligner le caractère challengeur qu'implique l'inclusion de l'hors. Avec cela, nous avons atteint notre objectif, dans l'espoir que le partage d'une sensibilité psychédélique aide à l'éducation esthétique et politique des travailleurs dans le domaine de la santé mentale.

Mots-clés: Santé mentale. Expérience psychédélique. Drogues licites et illicites.

FIGURAS:

Figura 1 – Guia da Gestão Autônoma da Medicação

Figura 2 – Os piores da história da política

Figura 3 – Cartaz e painel da Ala Psicodélica da Marcha da Maconha 2014

Figura 4 – Versão miniatura do painel da Ala Psicodélica

SIGLAS:

AGIDD/SMQ – *Association des Groupes d'Intervention en Defense des Droits en Sante Mentale du Québec*

AMEA – Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ARUC – *Alliance Internationale de Recherche Universités-Communautés*

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CBD – Canabidiol

CIA – *Central Intelligence Agency*

CT – Comunidade Terapêutica

DIL – Discurso indireto livre / discurso indireto louco

DOM – 2,5-dimetoxi-4-metilanfetamina

FDA – *United States Food and Drug Administration*

FIC – Festival Internacional da Canção

FNB – *Federal Narcotics Bureau*

FEDDH-RJ – Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro

FNDDH – Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos

GAM – Gestão Autônoma da Medicação

GAM-BR – Gestão Autônoma da Medicação – Brasil

Gf – Grupo focal

GGAM – Guia de Gestão Autônoma da Medicação

GGAM-BR – Guia Brasileiro de Gestão Autônoma da Medicação

GI – Grupo de Intervenção

GIF – Grupo de Intervenção com Familiares

GIU – Grupo de Intervenção com Usuários

ICC – Instituto Carioca de Criminologia

IFIF – *International Federation for Internal Freedom*

LEAP – *Law Enforcement Against Prohibition*

LSD – *Lyserg-saure-diethylamid*

L.S.D. – *League for Spiritual Discovery*

MAPS – *Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies*

PILL – *People Investigating Leary's Lies*

PPG – Programa de Pós-Graduação

RRASMQ – *Regroupment des Ressources Alternatives en Sante Mentale du Québec*

RD – Redução de Danos

RP – Reforma Psiquiátrica

RS – Reforma Sanitária

SDS – *Students for a Democratic Society*

STP – Serenidade, Tranquilidade e Paz

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USA – *United States of America*

SUMÁRIO

prelúdio, 15

sobre este “filho”, 15

carta ao autor: a experiência psicodélica de ler sandro, *por analice palombini*, 22

1 a emergência da gestão autônoma da medicação e do fora-eixo, 25

da suspensão dos medicamentos à negociação da medicação: a emergência da gam, 28

da água para o vinho: a emergência do fora-eixo, 35

a escrita polifônica do fora, 42

are you experienced?, 50

2 a experiência psicodélica, 57

claviceps purpurea, 57

um pressentimento peculiar, 59

atitude experimental, 61

buscando palavras para descrever a experiência, 63

visões fantásticas do celestial e do infernal, 65

sopa de cogumelos ou ciência e arte, 71

a experiência psicodélica: *set & setting*, 75

usos científico, ritual e terapêutico de psicodélicos, 79

afinidades psicotrópicas, 83

3 automatismos e autonomia, 87

autômatos e automatismos, 89

cibernética e autopoiese, 95

a cia e o lsd: inteligência e intuição, 101

can you pass the acid test?, 108

folk rock e *acid rock*, 116

a haight-ashbury, 126

a *free clinic* e o verão do amor, 131

turn on, tune in and drop out!, 141

o *underground junkie*, 147

vamos pensar a respeito?, 157

4 *the san pedro experience*, 169

heterogestão e autogestão, 172

cogestão e contágio como “inclusão do fora”, 173

guiados por quem?!, 178

fora-eixo do giu, 181

5 atracando a caravela psiconáutica, 233

referências bibliográficas, 237

livros, 237

discos, 248

filmes, 250

sites, 250

prelúdio

Prelúdio é uma introdução a um texto escrito ou a uma obra musical, podendo se referir, por exemplo, tanto a um prefácio para um texto acadêmico quanto a pequenas peças instrumentais que introduzem obras maiores, como óperas ou balés. Nesse sentido, prelúdio se especifica em relação à noção musical mais ampla de abertura pelo compromisso daquele em apresentar os temas e motivos que se repetirão ao longo da música, anunciando assim as temáticas abordadas e as motivações persistentes no decorrer da obra. No entanto, há prelúdios que não se limitam a introduzir outras obras, mas constituem composições em si mesmos, livres em sua estruturação, como, por exemplo, o *Prélude à l'après-midi d'un Faune* (1892-94), do compositor francês Claude Debussy, cuja melodia inicial da flauta ondula entre o tonal e o atonal, tornando sensível assim o tom oscilante do discurso expresso em toda obra (Griffiths, 1998). O presente prelúdio tem o intuito de construir um ambiente mais aconchegante para uma contração da experiência psicodélica e, para tanto, o contexto de produção dos dois textos a seguir merece ser brevemente apresentado. O primeiro deles constava como introdução na versão entregue à banca de defesa e visava introduzir, mais que o texto da tese, seu próprio contexto de produção, o que pode soar enigmático agora, mas que se torna mais nítido a partir do próximo parágrafo, sobretudo ao levarmos em conta que o prelúdio incorpora, em seguida, a instigante carta redigida e lida durante a defesa da tese pela professora Analice Palombini, titular da banca e integrante do coletivo de pesquisa GAM, a quem agradeço, dentre outras coisas, pela autorização para publicar aqui o texto tão inspirado quanto inspirador.

sobre este “filho”

Um choro de bebê no quarto ao lado. Sexta-feira, oito de agosto de 2014, sete e vinte da manhã. O choro logo cessa, tendo durado somente o tempo que levei para escrever a primeira frase deste texto introdutório à tese que, outrossim, já deveria agora estar em mãos da banca. Mas a introdução a uma tese sobre a experiência psicodélica, realizada sob a perspectiva da pesquisa-intervenção (que, grosso modo, pressupõe a consistência vital de qualquer ato de conhecimento; ou seja, a ligação necessária entre pensamento e vida), não me pareceria muito consistente, caso fosse ignorado o contexto de sua produção – o que, ao longo da tese, será chamado *setting* (usualmente traduzido por ambiente ou cenário).

Esta introdução está sendo regida no Bairro de Santa Rosa, em Niterói, em uma manhã ensolarada com nuvem alguma no céu, embora no oitavo andar de um apartamento em que as manhãs têm sido, há exatos seis meses, abençoadas com um nevoeiro que, conforme vai clareando o dia, faz revelar o morro que temos diante de nós, habitado até metade de sua altura, deixando-nos

bastante verde para oxigenar os ventos fortes que nos chegam, em geral, vindos, por detrás do morro. O vento vem vindo lá de longe, ondulando as praias de Icaraí e São Francisco, e, ao chegar em terra firme, oscila para o alto, escalando o morro e, embora desça novamente do outro lado, uma parte nos atinge ainda no oitavo andar, antes da descida, trazendo ares bem refrescantes para nós. O “nós” é o ponto em que este parágrafo tenta indicar de que trata esta tese. Pois o bebê do quarto ao lado é ainda mais lindo que o nome lindo que para ele escolhemos: Iberê, meu filho branco com nome de índio. Aquele choro do parágrafo anterior cessou logo, pois Iberê está agora esparramado, saciado, em êxtase, sobre o aconchegante corpo de Fernanda, de onde saiu ainda há poucos dias, mais exatamente, terça-feira, dia cinco, às vinte e duas horas e cinquenta minutos.

A bolsa havia rompido por volta de dezessete horas da tarde de segunda-feira, quatro de agosto. Conseguira sentar havia pouco diante do computador, neste quarto tornado temporariamente escritório, para correr com o fechamento da conclusão da tese, pois havíamos entrado na trigésima nona semana da gestação e Iberê poderia vir à luz a qualquer instante. Não costumo estourar prazos, embora a aposta em um parto normal, ativo e humanizado nos tenha exigido uma preparação (algo que, no presente trabalho, é chamado *set*) bem maior, além de certa disponibilidade para lidar com o imponderável, inexorável, incomensurável. Concordo com o Fernando Beserra, que assina a coluna “Portas da percepção” no site *Hempadão: laticas de informação*, quando, em uma oficina sobre psicodélicos e redução de danos que ministramos na Casa Nuvem, na Lapa, disse, talvez não de fato nestes termos, mas certamente nesse sentido, que *ser pai é a experiência mais psicodélica que há*. E se a metáfora usual do meio acadêmico é que “a tese é um filho”, é preciso acrescentar que tanto o processo gestacional (“gestão”, como veremos, tem o sentido de gerência, mas também o de geração, de gestação) do Iberê quanto o parto da presente tese exigiram bastante, mas, como disse o Jorge Melo (quem ainda não o conhece, terá uma primeira oportunidade ao ler esta tese), citando o músico Walter Franco, “apesar de tudo, é muito leve”... Nós, seres vivos, somos *Soft Machine*, máquinas leves para as quais são necessárias *tecnologias leves*. Embora, como cantavam os Secos e Molhados, o amor, “leve, como leve pluma, muito leve, leve, pausa, muito leve, leve pausa”. É leve sim, mas “suave, coisa nenhuma”. Em meio à elaboração deste parágrafo, o choro do Iberê voltou e, virando berro, converteu-se numa imagem acústica fortemente perturbadora de limites identitários, quando, ao trocarmos sua fralda, chamei carinhosamente de “preto” este nosso filho branco com nome de índio. Mas voltemos à ruptura da bolsa, ao *setting* do atraso no envio da tese para a banca.

Até o instante imediatamente anterior à ruptura da bolsa, imaginava fechar conclusão e introdução da tese na segunda-feira, para na terça comprar cartucho, papel, imprimir, encadernar e enviar por Sedex para os integrantes da banca, buscando garantir, assim, a entrega do texto ainda no prazo e uma disponibilidade total para a recepção ao Iberê. Mas, na ruptura da bolsa, irrompeu uma espécie de cesura, uma quebra, um corte no fluxo da experiência que interrompeu o próprio curso

da escrita. Às oito da noite, ainda na segunda-feira, fui com Fernanda para o Rio de Janeiro, de carona com seu pai. A aventura foi longa, cheia de contratemplos, não houve espaço para a redação. Tampouco há palavras que nos aproximem da beleza e emoção que é acompanhar tão de perto uma experiência na qual *set* e *setting* ganham bem mais importância que procedimentos interventivos desnecessários, ou, para dizer melhor, que o recurso a procedimentos interventivos, mesmo quando estes não se fazem de fato necessários. Tínhamos a sorte de podermos contar com uma excelente equipe voltada para o parto normal e humanizado, pois foi essa equipe que lutou, enfrentando muita resistência dentro da instituição, para garantir uma abordagem que é muitíssimo mais custosa e demandante de emoção e atenção por parte dos profissionais que os procedimentos interventivos, mais confortáveis para a maioria dos trabalhadores, embora menos potencializante da experiência para mãe e bebê. Pude notar que, nesse tipo de situação, duas posturas parecem se opor. Embora em ambos os casos ocorra o cuidado, são concepções distintas.

Em uma delas, notamos um empecilho advindo da tentativa de se zerar qualquer influência externa às tecnologias das indústrias farmacêutica e de equipamentos médicos; pois, com isso, corre-se o risco de se ignorar aspectos importantíssimos da experiência vivida, ao focar exclusivamente na leitura de dados quantificáveis (medidores, exames, remédios, equipamentos). Embora creiamos que qualquer clínico só possa ser considerado um clínico de fato se souber interpretar tais medidas e exames – ou seja, não estamos dizendo que as medidas tratem sozinhas (caso contrário, já estaríamos literalmente no admirável mundo novo de Huxley) –, quando se tenta subtrair a qualquer custo as “influências externas”, o que ocorre de fato é a tradução das medidas em procedimentos sugeridos a partir de instituições sem qualquer ligação direta com a experiência dos usuários (pois, como indicamos adiante, por mais que os estudos nos laboratórios farmacêuticos, por exemplo, sigam 'rigorosos' procedimentos de controle, os efeitos colaterais a longo prazo do uso de cada procedimento se mostram exatamente nos usuários). O problema se agrava quando os profissionais de saúde insistem em acreditar apenas na eficácia das tecnologias de ponta – em um fetiche consumista por drogas e equipamentos de última geração –, ignorando os próprios relatos dos usuários. Uma outra postura profissional é a de considerar a utilização de procedimentos intervencionistas tais como cirurgias, medicamentos, anestésias, etc., verdadeiros arrombamentos biológicos – e, muitas vezes, existenciais –; portanto, recursos a serem utilizados apenas quando os demais falham (na metáfora do arrombamento, caberia ligar antes da visita, tocar a campainha ao chegar, aguardar o tempo do anfitrião e, caso seja mesmo preciso entrar, por conta de alguma dificuldade do anfitrião, que se tente ver se a porta está mesmo trancada, ou se não dá para entrar por alguma janela, basculante, isso tudo antes de derrubar a porta, armados, berrando “polícia!”). Mas todo procedimento intervém na realidade. Sendo assim, como situar o ponto em que um procedimento sabidamente mais agressivo se torna necessário?

Já se aproximavam de vinte e quatro horas desde que a bolsa havia ficado rota, sem que as contrações obtivessem um ritmo que caracterizasse de fato a entrada no trabalho de parto, mesmo após a realização de algumas recomendações do obstetra, como caminhada, banho de chuveiro, concentração e conversa com o Iberê, cuja cabeça, sabiamente encaixada, passou a reter na bolsa o líquido que Fernanda vinha perdendo. No entanto, o risco de o parto natural não poder ser realizado, caso o trabalho de parto não se iniciasse até (por volta de) vinte e quatro horas após o rompimento da bolsa, acabou disparando em Fernanda um temor que parecia, ele mesmo, estar impedindo que as contrações tomassem ritmo. Junto ao temor, o medo e uma sensação de solidão, como se o mundo houvesse nos privado do amor, da força de Eros. A maternidade estava lotada quando chegamos, às vinte e quatro horas do rompimento da bolsa, e soubemos que era horário de pico das cesarianas, em geral, marcadas pelos obstetras após seu expediente em consultório. O nosso obstetra, sempre passando tranquilidade, nos sugeriu administrar um “cheirinho” de ocitocina para ajudar a “dar um empurrãozinho” nas contrações ritmadas. Foi preciso paciência do profissional para dar conta de um momento mais difícil. Trata-se de um obstetra experiente. Mas o termo “experiente” não pode ser confundido aqui com qualquer eufemismo para idoso (e tal não é mesmo o caso); antes tem um sentido bem mais próximo ao de Jimi Hendrix, que, com apenas vinte e quatro anos, perguntava, com bastante propriedade, *are you experienced?* – pois trata-se não do acúmulo de anos de prática em preencher receituários com diagnósticos estereotipados, mas de uma experiência que se dobra sobre todas as outras: experiência em focar na experiência (sobretudo, a experiência das gestantes). Fernanda aceita a sugestão. Mas, com o medo de não conseguir, gerando sensação de solidão, desaba em choros como se tivesse falhado, como se fosse então menos mãe, por recorrer a uma intervenção invasiva. Eu tentava ajudar, mas imerso também no parto metafórico e seus próprios contratempos, estava em condições afetivas insuficientes para dar conta de outras sensações de solidão (ou talvez nem caiba tentar justificar meus limites). No entanto, o efeito da ocitocina foi quase imediato, com Fernanda começando a sentir uma forte contração, embora as contrações imediatamente seguintes ainda estivessem pouco regulares. Alguns minutos depois, começaram as contrações regulares e o obstetra e sua equipe iniciaram uma batalha com a instituição para conseguir um local para fazer o parto. A maternidade é muito moderna, com equipamentos e instalações de ponta para cesarianas (parece que mais de noventa por cento dos nascimentos realizados lá são por cesarianas), mas há pouca disponibilidade para lidar com o parto natural (pois já nem cabe mais chamá-lo de 'normal', uma vez que a norma, a regra, virou intervenção cirúrgica).

Após o cumprimento de algumas burocracias – enquanto o trabalho de parto já havia efetivamente começado –, conseguimos ir para uma sala autorizada para o nascimento. Era uma sala com bastante espaço, embora sem nenhum dos recursos que esperávamos (como, por exemplo, banheira) a partir dos vídeos que assistíamos de partos humanizados. Ao contrário, tratava-se de

um centro cirúrgico de aspecto um tanto quanto frio, com uma 'mesa de parto' (muitas aspas aqui) que mais parecia uma cadeira de dentista, de tão estreita, e ainda por cima com um entra-e-sai de funcionários mal-humorados do hospital para levar para a sala equipamentos sem qualquer necessidade para o parto natural. Felizmente, a equipe (*set*) que estava conosco para fazer o parto era ótima, criando, assim, um território existencial afetivamente favorável dentro daquele *setting* laboratorial, frio e aterrador. Foram duas horas e meia, ao mesmo tempo curtíssimas e longuíssimas, passadas com a aposta dos profissionais na autonomia, no amor, no tesão, na experiência, na vida, no humor. Muita luta, muita dor, muito estímulo, muito apoio, muito medo, muitos cuidados, muita atenção, expectativa, risos e a disposição para tentar tudo quanto fosse posição (tendo o obstetra se referido posteriormente, de modo espirituoso, à experiência vivida por todos que pudemos partilhar daquele momento como o kama sutra do parto ativo). Foi tudo lindo e emocionante, uma paisagem existencial exuberante, dentro de um cenário deprimente (com todo o poético kama sutra realizado sobre uma cadeira estreita e desconfortável). Muito bom também sentir o quanto, nessa abordagem, os afetos perpassam intensamente toda a equipe envolvida e, surpreendentemente, contagia mesmo a instituição. Logo após o parto, enquanto tirava os aventais cirúrgicos, um pai que entraria em seguida na sala que ocupáramos me pergunta se meu filho era o que tinha nascido de parto normal e afirmo, ao que ele responde com um lamento de que eles gostariam de ter um parto normal, mas a equipe disse que sua esposa teria problemas. Senti que ele nos admirava (o que me surpreendia, sobretudo, naquele local, onde antes víamos a todos como figurantes de novela, estranhando nossa atitude de ter parto natural como uma espécie de primitivismo romantizado, de retorno à natureza), mas o que mais chamou atenção era certo constrangimento desse pai. Era preciso cuidar ainda de algo ali. Respondi-lhe que de fato há situações que favorecem e outras que desfavorecem o parto em favorecimento à cesariana, ressaltando a sorte que tivemos em conseguirmos um médico e uma equipe que militassem ao máximo a este favor, mas fiz também questão de dizer-lhe que não foi por capricho nosso que o parto foi natural (o capricho, no caso, seria talvez o oposto da natureza), pois, caso fosse de fato necessário para a saúde dela ou do Iberê, faríamos uma cesariana.

Logo em seguida, um lindo bebezinho de dedos compridos e nome de deus indígena, saudável e já muito desperto e esperto, se tornou a “sensação” do berçário, como dito tanto pelo obstetra e o pediatra de sua equipe, quanto por diversos profissionais da própria maternidade. Como o parto foi concluído às vinte e duas e cinquenta de terça-feira, o pediatra, ao visitar-nos, na quarta, sugeriu-nos ficarmos um dia a mais na maternidade, para sairmos mais seguros no dia seguinte. O *setting* voltou a perturbar, com muita gente e agito, não tendo eu podido escrever nada mais por lá. Tendo dormido por cerca de duas horas na noite de segunda para terça-feira e cerca de três horas na noite de terça-feira para quarta, encantado com a presença e as exigências deste filho, ao chegarmos de volta a nosso lar (ainda em caos), com nosso pequeno recém-nascido, a exaustão não me

permitiu ainda escrever esta introdução, embora a noite de ontem para hoje, sem um instante sequer de sono, tenha sido passada curtindo os choros, calmarias, olhares curiosos, além dos movimentos com as mãos, similares a uma espécie de *tai chi chuan*, realizados pelo Iberê. Levantei por volta de sete horas da manhã e, embora sentisse bastante dor de cabeça, estava inspirado para escrever este texto, mesmo que em um tempo super exíguo (concluí a versão original às treze e vinte). Espero que a experiência aqui narrada sirva como metáfora da própria questão da gestão autônoma, conforme trabalhada na pesquisa de doutorado, assim como para uma compreensão acerca do processo de elaboração da própria tese. Como veremos, há dores, incômodos, receios, que não apenas são suportáveis, como são potencializantes da vida.

A tese começa mostrando a emergência de uma abordagem de intervenção em saúde mental, conhecida como *gestão autônoma da medicação* (GAM), pautada na valorização da experiência dos usuários de psicotrópicos, usualmente ignorada ou relegada a segundo plano no cotidiano das ações de cuidado. Tendo surgido no Canadá, nos anos 1990, como uma estratégia voltada à redução ou mesmo suspensão do *uso de medicamentos*, aos poucos a proposta da GAM foi modulando para a questão da negociação da *experiência de medicação*. No processo de adaptação para a realidade brasileira, emergiu a questão da *experiência psicodélica* para pensar a experiência com psicotrópicos prescritos em saúde mental. O problema emergiu como *fora-eixo* da GAM, dando relevo à *análise de implicações* sugerida como metodologia para extrair o excesso de pessoalidade da redação do diário de campo que vai compor o chamado *fora-texto* de uma pesquisa, ou seja, o material usualmente excluído dos textos acadêmicos e científicos oficiais em prol da objetividade. Para auxiliar na redação desse fora-texto, algumas ferramentas são apresentadas como recursos estilísticos consistentes com o material trabalhado, tal como o *discurso indireto livre*, de Mikhail Bakhtin, e os ritmos acelerados, saltos, cortes e dobraduras herdados, sobretudo, dos artistas *beat*, em especial das *rotinas*, fragmentos literários misturando realidade e ficção, propostas por William S. Burroughs. Como exemplo da aplicação de tais ferramentas, fechamos o capítulo apresentando nosso primeiro contato com o campo e a abordagem hendrixiana à experiência proposta na tese.

Os dois capítulos seguintes são para apresentar a experiência psicodélica, assim como diversas modulações no sentido dessa experiência. No segundo capítulo, partimos de um contexto de laboratório farmacêutico para, através do exemplo da *claviceps purpurea*, apresentarmos a noção de *phármakon*, que subverte toda naturalização do sentido da ingestão de remédios *prescritos* como necessariamente bom e do sentido da ingestão de drogas *proscritas* como necessariamente ruim. Mostramos como, antes da guerra às drogas, a pesquisa científica caminhava ao largo de divisões jurídico-morais que impedem o avanço do pensamento. Ao contrário, a ciência empreendia riscos com mais bravura, valorizando o papel da *intuição* e a atitude de *autoexperimentação*, conforme exemplificamos com Albert Hofmann, Humphry Osmond e Alexander Shulgin, além de Timothy

Leary, que redigiu, com dois colegas de Harvard, o *The Psychedelic Experience – a manual based on the tibetan book of the dead*, que expõe a relevância do *set* (disposições e expectativas) e do *setting* (contexto de uso), em relação às substâncias elas mesmas, na determinação da qualidade da experiência vivida sob ingestão de psicotrópicos, considerando as drogas como meras *catalisadoras* da experiência. Após resumirmos um longo percurso, na história da humanidade, de *usos rituais, científicos e terapêuticos* de plantas, animais e moléculas sintéticas de ação psicodélica – ora chamados alucinógenos, psicolíticos, psicotomiméticos, psicodislépticos, enteógenos, etc. – propomos a noção de *afinidade psicotrópica* por uma aproximação estética entre as ondas sonoras e psicotrópicas que guiará nosso percurso através do capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, a experiência psicodélica vai transpor os templos místicos, laboratórios e consultórios, para invadir as salas de jantar e tomar as ruas. Os procedimentos de *síntese* que se tornaram mania em laboratórios diversos, sobretudo, desde o segundo pós-guerra, logo se tornaram mercadoria de consumo de massas, sendo que o desenvolvimento das tecnologias, quando não acompanhado de um avanço na compreensão das relações humanas, acaba por resultar em uma espécie de tecnocracia conformista e cronificante. É assim que os *autômatos*, por exemplo, que ora nos auxiliam e encantam, acabam por nos tornar escravos das formas que inventamos, produzindo, em nós mesmos, *automatismos* patológicos. Mas a boa notícia é que nem todo automatismo é patológico, ou somente patológico. Os próprios autômatos pensados pela *cibernética* já possuíam um sistema de *feedback*, de retroalimentação, que lhes dava certa *autonomia*, embora, conforme veremos, é somente com a entrada em cena de um *animismo maquínico autopoiético* que essa autonomia se mostra em toda sua exuberância. Sob a perspectiva exclusiva da *inteligência* não se consegue dar conta da experiência psicodélica. A intuição se faz necessária quando aquilo de que se trata é a experiência, em seu sentido *prerrefletido*. Ao longo do capítulo, apresentamos os testes, realizados pela CIA, com drogas voltadas ao *controle heteronômico*, sobretudo, de espões, traidores, e militares inimigos, assim como os *acid tests* promovidos no início dos anos 1960 e o *acid rock*, emergente no mesmo contexto. Em seguida, mostramos de que modo um *setting* proibicionista vem coroar o fim do chamado verão do amor na Haight-Ashbury, em San Francisco, produzindo um ambiente bem mais pesado para a experiência psicodélica. Em meio a isso, cabe destacar também a emergência da *Free Clinic*, voltada ao tratamento gratuito de usuários de drogas que estivessem sob intoxicação ou *bad trip*, assim como as mudanças de lugar e estratégia de Timothy Leary, ou seja, seu *drop out!*, da ciência para o mundo pop e daí para a política, com sua candidatura ao governo do estado da Califórnia. O problema do *setting* proibicionista é colocado de modo a desfazermos um suposto contraste entre substâncias consideradas responsáveis por experiências celestiais e outras responsáveis por experiências infernais, ao mostrarmos os céus e os infernos que podem ser vividos em quaisquer experiências psicotrópicas. O capítulo fecha

levantando questões estéticas e políticas para pensarmos a respeito das atuais campanhas proibicionistas, sobretudo em relação ao *crack*.

No quarto capítulo, apresentamos a pesquisa de campo em São Pedro da Aldeia, assim como algumas afinidades entre o chamado Guia GAM-BR e o manual *The Psychedelic Experience*. Como veremos, durante a pesquisa de campo, experimentamos a ação de *três vetores*, produzindo distintos *movimentos de subjetivação*: um vetor de *exclusão*, produzindo *fechamento*; um vetor de *inclusão*, que produz *abertura*; e um de *repulsão*, produtor de *paranoia*. A ação deste último vetor na experiência de campo veio ressaltar, por fim, o quanto trabalhar com o fora exige uma constante análise de implicações. Com a análise de tais movimentos e vetores, teremos cumprido o objetivo de investigarmos contribuições da experiência psicodélica para o cuidado de usuários de psicotrópicos em serviços de saúde mental. Por ora, segue o instigante e agradável texto lido durante a defesa da tese pela Analice Palombini, integrante da banca e do coletivo GAM.

carta ao autor: a experiência psicodélica de ler sandro

por analice palombini

São uma hora e dez minutos de quarta-feira quando concluo a leitura da sua tese, às cinco e meia preciso estar no aeroporto. Teria sido sensato, da minha parte, se tivesse apenas passado os olhos nas experiências psicodélicas e nos automatismos sobre os quais estou por fora (será?) e me detivesse na experiência GAM em que estou dentro. Mas fiquei siderada pelo texto e precisei sorver cada linha dele. Uma experiência quase lisérgica de mergulho, vertigem, dor, prazer. Termina em lágrima, contagiada por padecimentos do fora. Impressão de habitar por demais um fora-eixo. À espreita, o risco do ressentimento. Como conjurar disso? Não recusar o que se passa, fazer-se digno do que acontece, querer o acontecimento.

Dignidade diz bem da sua tese. Você não recusou o desafio que lhe foi colocado, um enorme desafio de pesquisa. Você foi digno dele, e de forma admirável.

São dois os trunfos que este texto carrega. O primeiro foi o de agarrar à unha o acontecimento da pesquisa. Agarrar à unha, quero dizer, com a sua própria carne, seus músculos, seus dentes, fazendo desta uma pesquisa encarnada, situada. É uma difícil equação: estar situado numa pesquisa que se propõe a acompanhar o que está fora dos eixos. Estar situado no fora-eixo parece uma contradição em seus próprios termos. Sem deixar de sustentar o paradoxo dessa posição, você inventa as conexões de que precisa para fazer andar a experiência, de forma rápida e com muita perspicácia – fruto de uma atenção distraída, que Freud chamaria *atenção flutuante*, mas nesse caso talvez fosse melhor dizer corporalidade flutuante, corpo sem órgãos... Como na primeira ida ao CAPS de São Pedro da Aldeia, em que se deixa surpreender pela psicodélica colagem feita

pelos usuários e pregada à parede do serviço, e por um momento abandona os seus colegas que se encaminham para a sala de reunião com a equipe. Pesquisa, vida e arte se entrelaçam no seu trabalho, do início ao fim.

O segundo trunfo da pesquisa é que você escreve muito bem. Mas dizer que você escreve muito bem é dizer pouco. Você empunha as palavras como armas com que enfrentar, com destreza e arte, as batalhas do cotidiano. É uma qualidade rara e um recurso potente de pesquisador. Esse arranjo do texto, as estratégias da sua construção, configura, em si mesmo, a pesquisa de que você se encarrega, provendo os seus dados de conexões singulares, geniais. Não é nada banal a montagem que você faz. É muito forte, ética, estética e politicamente...

Posso dizer que eu desconheço, ou desconhecia, a maior parte das histórias que você conta, por exemplo, sobre a trajetória científica e militar do LSD. Li o que você escreve como leitora-criança, aquela que, parodiando Benjamin, vê tudo pela primeira vez – a ruína mais antiga e o plástico recém fabricado, nada me é decadente, nesse caso. O seu texto, todo ele, me encanta pela novidade. Provavelmente o que você conta não seja novo para um estudioso do tema, como Henrique Carneiro, que lê, como eu, a sua tese em primeira mão... Mas, mesmo para um leitor letrado, a forma como você conta guarda um ineditismo e uma força narrativa impressionantes. É a potência do texto, potência da pesquisa, feita de narratividade. Desde a crônica com que você inicia, onde o anúncio da chegada ao mundo do Iberê é ocasião para uma primeira colocação do problema, referida à dimensão da autonomia, do usuário e das equipes, na relação a procedimentos prescritos de antemão nas salas de parto (esse texto vale por si só, para ser disseminado, pela afirmação da supremacia do singular da experiência sobre a reprodutibilidade técnica). Ou quando você faz a aproximação entre ondas sonoras e psicotrópicas, apresentando-nos a noção de *afinidade psicotrópica*, que guia o seu percurso através do segundo capítulo. Ou quando situa a importância do set e especialmente do setting na determinação da qualidade e dos sentidos que pode ganhar a experiência psicodélica, mostrando as formas contrastantes que tomam *set* e *setting* nos laboratórios e nos templos místicos e consultórios e, depois, nas ruas e salas de jantar. Ou quando articula geração *beat* e Kant, prá falar de estética...

Ao abordar a experiência da pesquisa com o Guia GAM, você vai contar como, na análise das memórias dos grupos de intervenção da primeira etapa da pesquisa, na observação de si mesmo com respeito aos efeitos dos psicotrópicos, no quesito bebidas, uma estranha série chama sua atenção, alinhando cerveja, café e... cigarro. É a chance de você dar contorno à questão que anima seu trabalho: “da água para o vinho – ou do café para o cigarro –, vimos saltar a necessidade de uma abordagem mais ampla da experiência com psicotrópicos, por uma mudança de foco, dos psicofármacos prescritos, para incluir substâncias ilícitas ou usos proscritos de substâncias lícitas: o fora-eixo da GAM-BR”.

Você, no doutorado – assim como Rafa Gil¹, à sua maneira, no mestrado –, coloca em causa essa ampliação da perspectiva da GAM, a partir de um percurso singular junto a movimentos psicodélicos, antiproibicionistas, de redução de danos... Essa ampliação dá consequência ao que propõe a GAM. Trazer o proscrito e o ilícito para a GAM é levar a GAM ao seu limite, à sua radicalidade máxima. É uma tomada de posição ético-política de que não podemos retroceder... E você a enuncia, de forma cristalina, propondo “a partilha de uma sensibilidade psicodélica como contribuição para o campo do cuidado com usuários de substâncias psicotrópicas, sejam aquelas prescritas e obtidas legalmente em farmácias e drogarias, sejam as compradas no mercado tornado ilícito pelo proibicionismo.”

Parabéns e obrigada pela partilha!

Analice Palombini

27 de agosto de 2014.

1 Rafael Gil Medeiros é cientista social e redutor de danos, tendo realizado seu mestrado na UFRGS, como integrante do coletivo de pesquisa GAM, sob orientação da professora Analice Palombini.

1 a emergência da gestão autônoma da medicação e do fora-eixo

A questão toda é... *a experiência*... um certo *sentimento* indescritível... Indescritível porque as palavras podem apenas estimular a memória, e se não há memória alguma de... *A experiência* da barreira entre o objetivo e o subjetivo, o pessoal e o impessoal, o *eu* e o *não-eu*, desaparecendo... aquele *sentimento*!...

(Tom Wolfe)

Entre março e novembro de 2011, participei, semanalmente, de grupos de intervenção com usuários (GIUs) do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Casarão da Saúde, em São Pedro da Aldeia-RJ, no contexto da pesquisa *Autonomia e direitos humanos: validação do Guia de Gestão Autônoma da Medicação* (Faperj, 2011), realizada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em articulação com o projeto multicêntrico *Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos* (CNPq, 2009), de que fazem parte também a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e a *Université de Montréal*. Doravante, me refiro à pesquisa multicêntrica pela sigla GAM-BR.

A Gestão Autônoma da Medicação (GAM) é uma abordagem de intervenção em saúde mental, surgida no Canadá, nos anos 1990, interessada em como os usuários vivenciam e atribuem sentido à experiência de tomar medicamentos psiquiátricos. Como veremos adiante, a pesquisa GAM-BR se caracteriza como pesquisa-intervenção, pelo relevo que dá ao papel transformador da realidade do conhecimento. É transformando a realidade que se produz conhecimento (pois trata-se de um saber criativo: como modificar, transformar o mundo?). Os termos medicação e medicamento tampouco são aqui utilizados como sinônimos: utilizamos *medicamento* em referência aos fármacos propriamente ditos; já quando utilizamos *medicação*, nos referimos ao conjunto mais amplo das ações que envolvem a ingestão de fármacos, tais como a organização de horários e doses, os efeitos esperados e sentidos, as interações com outras substâncias ingeridas, as informações sobre a droga, o sentido da droga na vida do usuário, suas disposições fisiológicas, o ambiente de uso, etc.. A principal preocupação da GAM é com a ineficácia e efeitos adversos de tratamentos centrados na prescrição de drogas, sem preocupação com a experiência dos usuários e o contexto mais amplo do tratamento, fenômeno a que alguns pesquisadores chamam de *medicamentização* (Hernández, 2010).

Estudos apontam – desde os anos 1970 (Illich, 1975; Dupuy, Karsenty) até pesquisas mais recentes (Castro, 2005; Rodrigues; Facchini; Lima, 2006; Vargas, 2008; Hernández, 2010; Caponi, 2010) – não haver correlação necessária entre a aderência à prescrição medicamentosa e a melhoria na qualidade de vida dos usuários: malgrado o consumo crescente de medicamentos psiquiátricos, “entre um quarto e metade das pessoas consideradas esquizofrênicas não obtêm de seus

neurolépticos os resultados terapêuticos esperados, apesar de fazerem consumo regular deles” (Rodriguez del Barrio; Perron; Ouelete, 2008, p. 132). Além disso, há os efeitos secundários, com impactos diversos sobre a saúde física, a imagem de si, a relação com o corpo e a comunidade. E há também estudos que apontam para a desproporção entre o uso de remédios e a melhoria na vida dos usuários (Hernández, 2010), assim como para correlações entre o aumento no consumo de psicofármacos e fatores como o crescimento do número de especialistas em saúde (Castro, 2005) e o aumento na quantidade de diagnósticos de transtornos psiquiátricos (Rodrigues; Facchini; Lima, 2006), reforçando a ideia de uma prescrição que não leva em conta a experiência dos usuários.

No entanto, nos últimos anos, as ciências sociais e humanas em saúde vêm se voltando cada vez mais ao tema da experiência. Diversas pesquisas têm sido realizadas (Rabelo; Alves; Souza, 1999; Alves, 2006; Onocko Campos; Furtado, 2008; Rodriguez del Barrio; Perron; Ouelete, 2008; Muñoz *et al*, 2011; Lopes *et al*, 2012), questionando como os sujeitos “vivenciam uma *experiência de sentir-se mal* e como atribuem significações a esta experiência” (Alves, 2006, p. 1547). Como isso tem sido feito? No campo da Saúde Mental, a forma privilegiada de acessar o ponto de vista dos que vivem a experiência da psicose tem sido escutá-los, em oposição à tendência hegemônica a desconsiderar ou minimizar os relatos sobre o adoecimento psicótico, relegando-os ao “lugar secundário de mera ilustração da teoria” (Muñoz *et al*, 2011, p. 83), e excluindo, assim, os que sofrem do debate sobre os recursos para lidar com o cotidiano, embora a prática demonstre que “muitas dessas pessoas utilizam estratégias espontâneas e originais para estabelecer uma convivência apaziguada com a psicose e seus fenômenos”. Assim como para tomar psicotrópicos.

O tema da presente pesquisa é, em um sentido amplo, a experiência psicodélica, conforme iremos apresentar nos capítulos dois e três, para, no capítulo seguinte, problematizarmos o lugar dessa experiência em um dispositivo para promoção da autonomia de usuários de serviços de saúde mental voltados a repensar sua relação com o uso de fármacos psicotrópicos. Tal tema, bastante complexo e multifacetado, não pode ser analisado sob um ponto de vista apenas, mas é necessário detectarmos pontos de vista distintos sobre o plano comum de onde emergem saberes e discursos diversos que se atravessam em rede na composição do campo problemático da presente pesquisa. Como veremos logo adiante, visando à inclusão dos diversos discursos (de usuários, profissionais, pesquisadores, familiares, etc.), a GAM-BR adota uma metodologia participativa, enquanto o atravessamento dos saberes se dá aqui pela afirmação de uma perspectiva transdisciplinar.

Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2000), ao discutirem a construção do campo da clínica (ou, como preferem dizer os autores, do plano da clínica), destacam três procedimentos por meio dos quais a ciência tenta superar a questão dos limites de cada disciplina: um deles é a *multidisciplinaridade*, que coloca lado a lado diferentes olhares para um objeto multifacetado, mas sem qualquer perturbação entre as especialidades; outro é a *interdisciplinaridade*, que cria uma

zona de *interseção* para esses olhares, delimitando um novo objeto e uma nova disciplina, mas mantém ainda fronteiras para as disciplinas, objetos e sujeitos desses novos saberes; e, por fim, a *transdisciplinaridade*, cuja relação entre distintos domínios é de *intercessão* (a grafia está correta), ou seja, de “interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sócio-político, etc.) sobre outro” (p. 10). A intercessão não é uma troca de conteúdos, mas uma relação de desestabilização, de perturbação, onde se aproveita a potência de diferir do outro para expressar sua própria diferença. O filósofo Gilles Deleuze (1992) propõe o conceito de *intercessor* para abordar sobretudo as relações de ressonância mútua, os ecos entre as artes, a ciência e a filosofia: “é preciso considerar a filosofia, a arte e a ciência como espécies de linhas melódicas estrangeiras umas às outras e que não cessam de interferir entre si”. Os intercessores podem ser pessoas diversas – para um clínico, por exemplo, crianças, artistas, políticos, filósofos, cientistas; para um cientista, filósofos, artistas, loucos; etc. E podem ser também coisas, plantas, ou mesmo animais: “fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores” (p. 156). Como dizem Passos e Barros (2000), a intercessão pode se dar com qualquer elemento, inclusive o próprio clínico, que “pode estar como intercessor quando entra no movimento de interferência das diversas linhas que vêm ora da arte, ora da política, ora da filosofia” (p. 12), ora mesmo “de outro domínio qualquer que esteja em processo de nomadização, transmutando-se em devir, sendo minoritário, rompendo-se enquanto totalidade, abandonando seus sujeitos-objetos disciplinados em prol da criação”.

É preciso cruzar também os discursos dos que pesquisam, produzem, divulgam, prescrevem ou comercializam psicotrópicos com os daqueles que consomem, os daqueles que com estes convivem e os de quem supõe nada ter a ver com isso, pois “embora seja importante para a pesquisa contar com a participação daqueles que podem falar de dentro da experiência, limitá-las àqueles que possuem essa precondição não é de modo algum garantir seu sucesso” (Kastrup; Passos, 2013, p. 269). O que amplia o sentido da participação coletiva é a aposta na criação de um comum, mas este comum, como veremos, não deve ser confundido com o homogêneo, o identitário, o proprietário. Não se trata do “próprio ou particular que sempre ameaça absorvê-lo quando nos fechamos em um espaço comunitário que desenvolve práticas para identificar quem está dentro e quem está no seu exterior”. Sem confundir o comum com o sentido atribuído usualmente à noção “senso comum”, ou seja, o comum tomado como o homogêneo, “é pela ampliação do grau de abertura comunicacional ou *quantum* de transversalidade dos grupos (...) que o comum conjura seu perigo de captura”. A criação de um comum também envolve perturbação. Como síntese de heterogêneos, não está dada pela natureza de seus termos, mas deve ser criada. Trata-se de uma criação coletiva, pois nenhum termo tem o primado sobre os demais. Mas, uma vez que as ligações não se dão por identidade, qual o princípio que as ordena? Ou, em outros termos, em que direção apostar para a criação de um

comum? Afinal, “a inclusão dos diferentes sujeitos por si só não garante o caráter coletivo da participação” (p. 273). O que os autores nos indicam é que a pesquisa somente vai se efetivando como “participativa na medida em que contrai uma experiência coletiva”. Como promover esta participação dos diferentes atores? Quais os cuidados a tomar? Quais riscos implica? Que preparos exige? Quais os benefícios dessa coletivização? As perguntas são muitas, mas, numa tentativa inicial de esboçarmos uma resposta ao menos à primeira delas acima, apresentamos brevemente o percurso metodológico da Gestão Autônoma da Medicação, do Canadá ao Brasil, e o contexto de emergência do problema da presente pesquisa, que consiste em pensar contribuições da experiência psicodélica para o trabalho em saúde mental, sobretudo, no que diz respeito ao uso de psicotrópicos.

da suspensão dos medicamentos à negociação da medicação: a emergência da gam

A proposta da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) foi empreendida no Canadá, a partir de questionamentos sobre o uso de psicotrópicos levantados tanto por familiares e usuários de serviços de saúde mental, quanto pela RRASMQ (*Regroupement des Ressources Alternatives en Sante Mentale du Québec*), organização sem fins lucrativos, fundada em 1983, reunindo uma centena de serviços alternativos em saúde mental espalhados por todo território do Quebec (W01)¹, assim como pela AGIDD-SMQ (*Association des Groupes d'Intervention en Defense des Droits en Sante Mentale du Québec*), fundada em 1990, visando a luta pelo reconhecimento e exercício do direito por pessoas que estejam ou tenham estado em situação de sofrimento mental (W02). O foco dos questionamentos pelos familiares e associações recaiu, sobretudo, na falta de informação sobre os remédios prescritos, nos efeitos indesejáveis decorrentes do uso, na persistência do mal estar apesar do tratamento farmacológico, na dificuldade em retornar ao trabalho e no desejo de viver sem remédios (Rodriguez del Barrio; Perron; Ouelete, 2008). Por conta disso, a GAM emergiu de um trabalho que visava inicialmente à *suspensão* do uso de medicamentos.

Em 1990, um usuário de um serviço alternativo de saúde mental do Canadá propôs a criação de um comitê para estudar a medicação psiquiátrica e a possibilidade de se criar recursos para a suspensão do uso de psicotrópicos (como massagem, acupuntura, alimentação, relaxamento etc). O comitê foi criado em 1993, com o apoio de uma equipe de trabalho da RRASMQ. Foi chamado de “Comitê Suspensão” e tornou-se imediatamente um espaço de discussão, troca e estudos, com a participação de usuários, profissionais, coordenadores de serviços e outros (Rodriguez del Barrio; Perron; Ouelete, 2008). Para responder à necessidade notada de informação sobre os psicotrópicos, a AGIDD-SMQ publicou, em 1995, o *Guia crítico dos remédios da alma* e, em 1997, *O outro lado da pílula*. Mas a publicação e divulgação de tais guias não bastavam para quem desejasse mudar a

1 As referências da internet estarão, doravante, indicadas pela letra W, seguida de um numeral, segundo lista ao final.

experiência com a medicação. Em 1997, a expressão Gestão Autônoma da Medicação surgiu pela primeira vez no documento de trabalho do comitê, evidenciando um deslocamento: a suspensão do uso de psicotrópicos já não era mais um fim em si mesmo; o comitê passou a valorizar “a pluralidade das relações que os usuários mantêm com a medicação, assim como as significações contraditórias que ela adquire em sua vida” (Rodriguez del Barrio; Perron; Ouelete, 2008, p. 139).

Em 1999, foi criado, com o apoio da AGIDD-SMQ, um projeto piloto para a implantação da GAM que levou à elaboração, em 2001, do *Gestion autonome de la médication de l'ame – mon guide personnel* (Gestão autônoma dos medicamentos da alma – meu guia pessoal), o Guia GAM, espécie de cartilha composta de textos informativos, perguntas e espaços para respostas, visando ampliar a autonomia dos usuários de serviços de saúde mental no que diz respeito à gestão do uso de psicotrópicos prescritos. O trabalho com o Guia GAM visa tornar visível uma pluralidade de posições em face dos remédios, ressaltando a necessidade de compartilhamento das decisões sobre seu uso entre os profissionais e usuários de serviços de saúde mental. O guia convida o leitor a fazer um balanço da própria vida para determinar os aspectos suscetíveis de serem melhorados. Uma das concepções centrais do guia é que o tratamento em saúde mental é mais que o uso de medicamentos e que os usuários dos serviços de saúde são mais que uma “doença”, não podendo ser reduzidos a seus sintomas e diagnósticos (Rodriguez del Barrio; Perron; Ouelete, 2008). Mas será então que tal ferramenta, desenvolvida e testada no Quebec, não poderia ser traduzida, testada e adaptada à realidade brasileira? Foi assim que, de uma colaboração que já vinha ocorrendo entre a professora agregada da Escola de Serviço Social da Universidade de Montréal, Lourdes Rodriguez del Barrio – que dirige a pesquisa GAM no Canadá – e um grupo de pesquisadores da UNICAMP e UFF, emergiu o projeto-piloto da GAM-BR, visando traduzir e adaptar o guia GAM (GGAM) para a nossa realidade. A possibilidade de contar com um recurso desse tipo talvez permitisse enfrentar um dos pontos de entrave da Reforma Psiquiátrica brasileira, que é a utilização pouco crítica do medicamento. Afinal, isso provoca um novo tipo de exclusão dos pacientes que não conseguem debater, com os profissionais que os tratam, o lugar que desejam dar à medicação em suas vidas.

A Reforma Psiquiátrica brasileira, com marco na Lei 10.216, promulgada em 6 de abril de 2001, vem realizando consideráveis avanços em nosso modelo assistencial (Amarante, 1995, 2007), buscando a transição de um modelo hospitalocêntrico para um comunitário, ampliando assim o campo da clínica. Essa transição para um modelo comunitário não deve ser confundida com uma ampliação da atual rede de Comunidades Terapêuticas, tal como propõe, por exemplo, o PLC-37/2013 – antigo PL 7663/2010, de autoria do deputado Osmar Terra –, projeto de lei que tramita na Câmara do Senado, visando alterar a atual lei de drogas no Brasil (Lei 11.343/06), e propõe o aumento das penas por tráfico de drogas de cinco para oito anos de detenção, além da internação involuntária como recurso privilegiado para o tratamento dos usuários e a criação de um sistema

que, paralelo ao SUS e fora da alçada do Ministério da Saúde, repassa recursos públicos para entidades privadas, por vezes filantrópicas e/ou religiosas, que se denominam Comunidades Terapêuticas (Cts) “para ganharem legitimidade social e científica” (Amarante, 2007). Pois, como indica Manuel Desviat (1999), importante articulador da Reforma Psiquiátrica espanhola, a primeira comunidade terapêutica surgiu na Inglaterra, em 1943, quando “Bion e Rickman organizaram os doentes do hospital de Northfield (Reino Unido) – soldados com distúrbios mentais – em grupos de discussão, fazendo-os participarem da direção do centro de tratamento” (p. 34). A participação dos usuários de um serviço na gestão do mesmo sinaliza uma aposta radical dos profissionais do estabelecimento na autonomia dos usuários como promoção de saúde – aposta inversa ao que tem sido relatado acerca das atualmente chamadas comunidades terapêuticas (COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [2013?]).

Na década de 1950, o psiquiatra Maxwell Jones propunha a aplicação do termo comunidade terapêutica a hospitais nos quais a responsabilidade pelo tratamento não ficasse totalmente nas mãos das equipes médicas, mas fosse distribuída também pelos pacientes (Desviat, 1999). Isso implica a criação de uma experiência de gestão comum aos usuários e profissionais do serviço: “através da concepção de comunidade, procura-se desarticular a estrutura hospitalar considerada segregadora e cronificadora” (Amarante, 1995, p. 29). Além disso, nos processos de Reforma Psiquiátrica, a proposta de passagem de um modo de operar hospitalocêntrico para um comunitário diz respeito a evitar o isolamento dos usuários produzido em longas internações em instituições por vezes distantes, por vezes fechadas, por vezes distantes e fechadas, e a acompanhar os usuários em sua comunidade, seu território (ora trata-se de recuperar laços com a comunidade de origem, ora um novo território precisa ser inventado), reforçando os laços afetivos e contratuais nesse espaço existencial e ampliando assim a autonomia dos usuários, ao mesmo tempo que intensificando a participação de familiares, amigos e membros da comunidade no tratamento. Isso pode ser feito, por exemplo, pelo estímulo à participação dos usuários em atividades laborativas, recreativas, culturais etc, de sua cidade, o que envolve um trabalho clínico também com os membros da comunidade que se dispõem a contribuir no acolhimento de fato de tais usuários no território. A inclusão tanto do serviço quanto do território no tratamento amplia os campos de análise e intervenção da clínica. No Brasil, a transição do modelo manicomial, ou hospitalocêntrico, para o modelo comunitário, ou territorial, é feita com a criação de diversos serviços substitutivos ao manicômio, como CAPS, hospitais-dia, moradias assistidas e clubes de lazer.

O CAPS possui valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica brasileira como um dispositivo articulador da rede substitutiva, que pode ser compreendido como o “núcleo gerador de uma clínica que se pretende produtora de autonomia, estimulando o usuário à corresponsabilização e ao coprotagonismo em toda a trajetória do seu tratamento” (Lima, 2012). Os CAPS foram criados com

a portaria 336, de fevereiro de 2002, para oferecer atendimento diário a portadores de transtorno mental, através de projetos terapêuticos singulares que envolvem tanto atendimentos ambulatoriais e visitas domiciliares, quanto acompanhamento em passeios, assembleias e oficinas diversas que contam com a participação ativa dos usuários em atividades que visam desenvolver sua habilidade de negociação sobre sua vida. No entanto, mesmo nesses serviços, o uso de psicotrópicos costuma seguir ainda privilegiado e, por vezes, o tratamento se reduz à prescrição das drogas psiquiátricas de modo acrítico, com uma comunicação deficiente entre os profissionais de saúde e os usuários, o que mantém estes com baixo nível de autonomia para decidir sobre o próprio tratamento, sobre o uso que é feito de seu próprio corpo (Onocko *et al*, 2012). Sem uma apropriação crítica das informações sobre os fármacos, a clínica fica mais vulnerável às pressões do mercado, sendo que o uso de medicamentos prevalece associado à vulnerabilidade social, à baixa escolaridade e à baixa renda.

Assim, em 2008, um grupo de pesquisadores brasileiros do campo da saúde, pertencentes a universidades públicas diversas, que já vinham se voltando aos estudos da experiência (Onocko Campos, Furtado, 2008; Muñoz *et al*, 2011; Silva *et al.*, 2010), produziram, por meio de uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a *Université de Montréal*, no Canadá, o projeto multicêntrico *Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos* (CNPq – 2009), sob chancela da ARUC (Aliança de Pesquisa entre Universidade e Comunidade). O projeto de pesquisa, a que doravante nos referimos simplesmente como GAM-BR, propunha traduzir e adaptar o guia canadense para a realidade brasileira, visando enfrentar esta espécie de ponto cego da nossa Reforma Psiquiátrica, que é a prescrição mal negociada de psicotrópicos em saúde mental. Buscava também avaliar o impacto da experiência nos pesquisadores, usuários, familiares e trabalhadores do serviço.

A pesquisa GAM-BR acompanhou processos de gestão da medicação psiquiátrica em CAPS do Rio de Janeiro-RJ, Campinas-SP e Novo Hamburgo-RS, pela realização de grupos de intervenção com usuários, pesquisadores, profissionais e estudantes. Assim, desde 2009, uma tradução do *Guia de Gestão Autônoma de Medicamentos Psiquiátricos* foi sendo testada, adaptada e reformulada no ambiente dos CAPS junto aos usuários e técnicos. A pesquisa se desenvolveu em duas fases. A primeira (2009-2010) envolveu adaptação de uma primeira tradução do guia canadense, em Grupos de Intervenção (GIs), com a participação de pesquisadores, trabalhadores e usuários de serviços de saúde mental. Na segunda fase (2011-2012), nos dedicamos à validação do guia já adaptado na etapa anterior. Seguimos, em todas as fases, uma metodologia de pesquisa-intervenção, assumindo o caráter interventivo da pesquisa, que transforma a realidade para conhecê-la (Passos; Barros, 2010). Quanto ao tipo de transformação visada pela GAM-BR, o trabalho com

os GIs busca criar meios para que os usuários possam “experimentar autonomia e reconhecimento de seus direitos” (Passos *et al*, 2013, p. 33). Embora o termo autonomia seja entendido usualmente como uma espécie de autossuficiência individual, o sentido de autonomia com o qual a GAM-BR trabalha se produz na interface entre o conceito na saúde mental (Kinoshita, 1996) e na Biologia do Conhecimento, de Humberto Maturana e Francisco Varela (2001). Para os biólogos, a autonomia (de *auto* = próprio, si mesmo e *nomos* = lei, norma) refere-se a um processo contínuo e criativo, no qual o vivo dá a si mesmo suas próprias regras, constituindo simultaneamente a si mesmo e ao mundo que habita. Nesse sentido autonomia não designa autossuficiência, individualismo, mas aponta para uma criação de regras em constante negociação com o coletivo, uma gestão coletiva, ou uma cogestão (Campos, 2000; Passos *et al*, 2013). Na GAM-BR, fazer gestão autônoma é fazer cogestão.

Embora o conceito de gestão esteja usualmente ligado a uma noção de gerência sobre a ação dos outros, o conceito de cogestão, proposto por Campos (2000) em *Um método para cogestão e análise de coletivos*, situa a democratização da gerência institucional como um elemento estratégico, ao colocar lado a lado os diferentes agentes do processo de produção de saúde, garantindo-lhes a possibilidade de negociar desejos e interesses. Inspirados pela proposta metodológica de Gastão Campos, entendemos que a gestão dos processos de trabalho em saúde não deve ser encarada apenas do ponto de vista da gerência, localizada em uma função central e determinante das outras instâncias a partir de cima, mas também através da lateralização dos pontos de vista dos diferentes agentes do processo, de modo a evidenciar processos deslocalizados e alheios ao centro, multideterminados por diversos interesses, afetos e decisões. Ao lado dos aspectos macropolíticos do serviço, encontramos o assinalamento de uma dimensão maleável, micropolítica, guiada pelo jogo de interesses e desejos estabelecido entre trabalhadores e usuários, entre cuidadores e cuidados.

A primeira fase da pesquisa GAM-BR teve início pela tradução do guia canadense, que é composto de seis passos, distribuídos em duas partes, antecedidas por um texto introdutório, contando sobre a emergência da GAM. O texto do guia precisou passar por algumas adaptações, pois, dentre outras coisas, a Reforma Psiquiátrica no Brasil é uma política de Estado e diretriz organizadora dos serviços públicos em saúde mental que opera sob um modelo público de saúde, enquanto o sistema de saúde do Canadá optou não por construir uma rede de serviços públicos, mas por credenciar médicos privados, como forma de compor com a categoria médica. Este foi o modo encontrado pelo Canadá para garantir a universalidade do acesso a seu sistema de saúde; ou seja, articulando o modelo público de saúde às iniciativas liberais-privatistas (Campos, 2007). No Brasil, as lutas e esforços empreendidos pelo movimento da Reforma Sanitária nos anos 1980 se afirmaram, no Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, da saúde como um “direito de todos e

dever do Estado” (1988, p. 47), refletindo a ideia de que “a saúde é um direito, não um privilégio”, popularizada nos anos 1960 pelo movimento da *Free Clinic*, de São Francisco, Califórnia, de que voltaremos a falar mais adiante. Este direito, de acordo com a nossa Constituição, deve ser garantido por meio de “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Como ressalta Jairnilson Paim (2009), o direito à saúde, nesse sentido, não depende do pagamento de previdência social, nem do poder aquisitivo, nem de provar condição de pobreza, muito menos depende de caridade, mas se trata de um direito fundamental a ser garantido pelo Estado a toda população. Para que o Estado pudesse cumprir a parte que lhe cabe, o artigo 198 da Constituição propunha que as ações e serviços públicos de saúde fossem integrados numa rede regionalizada, constituindo um sistema único. Em 19 de setembro de 1990, foi publicada a lei orgânica da saúde, Lei 8.080 (BRASIL, 1990), regulamentando o SUS (Sistema Único de Saúde). Logo em seguida, em 28 de dezembro do mesmo ano, no intuito de cuidar para que os usuários pudessem ter acesso efetivo ao SUS, a Lei 8.142 estabeleceu a *participação* da comunidade na gestão do sistema. Na saúde mental, a proposta da participação se radicaliza, pois envolve também os loucos, os desprovidos de razão. Desde os primeiros anos dos processos de reforma psiquiátrica, “a participação social tem sido objeto de merecido destaque” (Amarante, 2007, p. 76). Trata-se de um diferencial que vai merecer nossa atenção ao longo do presente trabalho, mas que já nos serve, por ora, como mais um indicativo das adaptações feitas no texto do guia canadense, visando contemplar o contexto brasileiro, sobretudo no que toca os direitos dos usuários de serviços de saúde mental. Ainda na fase inicial de tradução e adaptação do Guia GAM canadense, antes portanto de sua utilização nos GIs, o grupo brasileiro decidiu pela supressão da segunda parte do guia canadense, levando em conta que aqui o desejo de acesso aos remédios e ao diálogo com os profissionais predomina sobre o de questionar o consumo. Sobre este ponto, é interessante notar que, no Brasil, a luta por direitos, no que diz respeito aos medicamentos, está pautada sobretudo na reivindicação de acesso (Oliveira; Bermudez; Osorio-de-Castro, 2007). Diferente do Canadá, onde o acesso é garantido, no Brasil ainda é muito incipiente a reflexão sobre a experiência de uso do medicamento pelos próprios usuários dos serviços de saúde mental, devido à escassez de programas voltados especificamente ao tema. Além disso, os usuários costumam ser repetidamente informados sobre todos os riscos que podem vir a correr caso optem por questionar a prescrição médica, o que desestimula o questionamento. Com o medicamento tido como tratamento principal (às vezes, o único), as queixas dos usuários costumam se restringir à questão do acesso. Essa primeira fase, que contou com a participação de usuários via Aflore (Associação Florescendo a Vida de familiares, amigos e usuários dos serviços de Saúde Mental de Campinas), resultou numa versão preliminar do Guia GAM-BR, cujo foco foi deslocado da *retirada* ou *redução do remédio*, para a *negociação*,

tendo a segunda parte do guia sido substituída por pelos dois últimos passos a seguir, “visando o incremento da participação do usuário na gestão de seu tratamento” (Onocko *et al*, 2012, p. 972). O Guia GAM-BR ficou então com um total de 115 páginas, com textos informativos e perguntas para serem respondidas pelos próprios usuários. O conteúdo temático do Guia está dividido em seis passos: 1) conhecendo um pouco sobre você; 2) observando a si mesmo; 3) ampliando sua autonomia; 4) conversando sobre os medicamentos mais usados em psiquiatria; 5) por onde andamos; e 6) planejando nossas ações (há uma versão eletrônica disponível na internet em W03).

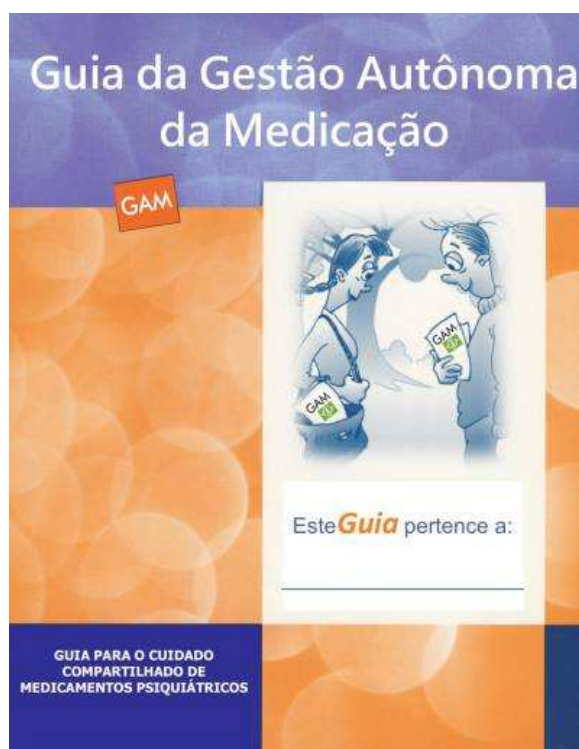


Figura 1 – O Guia GAM-BR (Guia da Gestão Autônoma da Medicação)

Logo em seguida à tradução e adaptação inicial do guia, foram realizados, simultaneamente, durante dez meses, GIs em CAPS de três cidades brasileiras – Novo Hamburgo-RS, Campinas-SP e Rio de Janeiro-RJ – e um GI na UNICAMP, semanal ou quinzenalmente. Nos CAPS, cada GI era composto de sete a dez usuários do serviço, um trabalhador; um a três residentes (multiprofissionais ou de psiquiatria) e um a dois pesquisadores. Os GIs ocorreram simultaneamente em todos os campos, por dez meses, através de encontros semanais ou quinzenais, perfazendo uma média de vinte encontros por GI. Cada participante recebia um exemplar preliminar do material traduzido, e a leitura era acompanhada do próprio processo de adaptação do guia. As sugestões e comentários eram registrados nos diários de campo, chamados *memórias*, e, mensalmente, participantes dos vários campos se encontravam, em reuniões multicêntricas, para construção de pactos relativos ao funcionamento e avaliação da pesquisa, com a presença de professores, estudantes, trabalhadores e usuários dos serviços. Como dissemos, essa primeira etapa da pesquisa não visava exclusivamente à

adaptação do guia canadense, mas buscava também avaliar o impacto do próprio trabalho com os GIs nos usuários, familiares e trabalhadores dos serviços, assim como na formação de profissionais em saúde mental e nos pesquisadores. E como isso era feito?

Antes e depois dos GIs, foram realizados: (1) Grupos focais (Gfs) com usuários e familiares; e (2) entrevistas com gestores, trabalhadores e residentes, buscando com isso maior aproximação com a experiência dos participantes. Os grupos e entrevistas eram audiogravados e as gravações eram transcritas. A partir deste material e das Memórias dos GIs, foram construídas narrativas, preferencialmente pelos próprios pesquisadores que haviam conduzido os grupos e entrevistas. Tais narrativas eram primeiramente validadas pela leitura crítica realizada por outro pesquisador, que comparava o texto produzido com a transcrição literal. Ao se encerrarem os GIs, as narrativas dos Gfs com os usuários eram apresentadas aos próprios para que estes avaliassem se sentiam seus relatos ali representados, procedendo com isso a uma 'validação final' das narrativas e contribuindo, assim, para uma melhor compreensão dos pesquisadores sobre os efeitos do trabalho com os grupos.

Ao final da primeira etapa da GAM-BR, foi feito, em cada campo, um trabalho de análise das 77 memórias redigidas, no qual estas eram tomadas como narrativas através das quais se buscava captar os processos de mudança nos GIs. As narrativas têm sido utilizadas em saúde mental como “forma privilegiada de acessar o ponto de vista das pessoas que vivem a experiência da psicose” (Muñoz *et al*, 2011, p. 83), em oposição à tendência hegemônica a desconsiderar ou minimizar as falas dos usuários. A organização dos dados da pesquisa foi feita a partir dessas memórias, segundo cinco *eixos de análise* pactuados previamente pelos pesquisadores das quatro universidades brasileiras, quais sejam: 1) formação; 2) trabalhadores e gestão; 3) direitos humanos; 4) pesquisa/metodologia; e um quinto eixo, denominado 5) fora-eixo, onde deveriam ser incluídas “questões consideradas importantes, mas que não diziam respeito a nenhum dos eixos de principal interesse” (CNPq, 2010, p. 43). Adiante, apresentamos o contexto de emergência do tema, do problema e da metodologia utilizados na presente tese como fora-eixo da pesquisa GAM-BR.

da água para o vinho: a emergência do fora-eixo

Em agosto de 2010, o grupo de pesquisa da UFF estava reunido, iniciando a organização do conteúdo das memórias dos GIs da primeira fase da pesquisa de campo, em planilhas divididas nos cinco eixos estruturantes da GAM-BR (formação, trabalhadores e gestão, direitos humanos, pesquisa/metodologia e fora-eixo). Alguns de nós, estudantes, estávamos confusos sobre onde encaixar certas falas polissêmicas que encontrávamos no material de campo. Os coordenadores da

pesquisa na UFF nos propuseram um exercício, que chamaram de “afinação conceitual”², sugerindo-nos que, após a leitura de alguns textos afins à perspectiva teórica com a qual a pesquisa trabalha (Passos; Eirado, 2004; Silva *et al.*, 2006; Silva *et al.*, 2010), experimentássemos, nos próximos trechos das memórias de campo que nos chamassem a atenção, não apenas relacioná-los aos eixos correspondentes – ou *colocá-los nos eixos*, como cheguei a dizer algumas vezes –, mas também produzir uma pequena análise crítica do trecho, justificando a escolha.

Após a sugestão, o primeiro trecho cuja leitura nos chamou a atenção, referente ao segundo encontro GI realizado em Campinas, contava que o grupo estava tratando, no segundo passo do Guia GAM-BR, “observando a si mesmo”, de um item concernente aos efeitos dos psicotrópicos na qualidade do sono, na memória, na concentração, nos relacionamentos afetivos, na vida sexual, no trabalho e em outras atividades. Lemos também que, ao tratar do tema 'bebidas', um usuário contou beber cerveja sem álcool, por tomar antibióticos, mas que às vezes tomava cerveja com álcool... Com isso, outros usuários se disseram à vontade para falar do consumo de álcool, café e... cigarro. *Hein?! Mas desde quando cigarro é bebida?* Cigarro não é bebida, embora seja comum dizer que uma coisa puxa outra, assim como os usuários não estavam apenas associando livremente interações entre substâncias, mas, parecia haver ali uma espécie de tema oculto, como fio condutor do assunto, talvez o grau de autonomia que cada usuário podia de fato exercer em relação à gestão do uso de psicotrópicos prescritos e certas substâncias, proscritas, que com estes viessem a interagir...

Assim, da água para o vinho – ou do café para o cigarro –, vimos saltar a necessidade de uma abordagem mais ampla da experiência com psicotrópicos, por uma mudança de foco, dos psicofármacos prescritos, para incluir também substâncias ilícitas e usos proscritos de substâncias lícitas: o fora-eixo da GAM-BR. Mas, se escrevi aqui *da água pro vinho*, foi apenas com uma licença poética, pois, obviamente, não foi por exatamente um passe de mágica que o tema ganhou importância na pesquisa. O papel do guia, do acompanhante, é essencial no dispositivo de gestão da experiência com psicotrópicos. O próprio manejo dos grupos de intervenção da GAM-BR visa favorecer o estabelecimento de uma rede de confiança entre os participantes. Uma confiança situada aquém dos juízos de valor através dos quais costumamos recortar automaticamente a realidade cotidiana; uma confiança situada em um plano da experiência no qual o uso do álcool e do café se encontram mais próximos do consumo de cigarro, por exemplo, que de sucos, refrescos, água ou vitaminas. Nesse plano de emergência de sentidos, produzidos por semelhanças, aproximações, atrações mútuas, afinidades, é legítimo dizer que *cigarro é bebida*, pois se trata de um plano sensível, anterior à organização pela atividade reflexiva, segundo a qual *cigarro não é bebida*. É neste plano prerreflexivo que se situa o fora-eixo. Mas de que se trata esse plano prerreflexivo da experiência do fora-eixo? Ou mais ainda: como podemos fazer deste um plano comum, partilhável

2 Doravante abordamos as questões da afinação e das afinidades, em relação com tropismos positivos e negativos.

na experiência de pesquisa?

Nas últimas décadas, as ciências sociais e humanas em saúde vêm se voltando cada vez mais ao tema da experiência. Algumas experiências no campo da saúde mental buscam “acessar o ponto de vista das pessoas que vivem a experiência da psicose” (Muñoz et alii, 2011, p. 83). Para tanto, valorizam suas narrativas, ao invés da tendência hegemônica a desconsiderar ou minimizar os relatos dos usuários. Mas, para acessar os processos de atribuição de sentido à experiência, não basta pedir aos usuários que falem. É preciso ultrapassar o modelo de pensamento hegemônico que busca o sentido do narrado quer em mundo objetivo preexistente, quer em características supostamente particulares, pessoais, individuais, propriedades de um sujeito que narra a experiência. É preciso, portanto, ter em mente que, como indicam Rabelo, Alves e Souza (1999), a experiência “vivida e significada em contextos de ação e interação” (p. 9) não cabe no modelo dicotômico que opõe sujeito e objeto, que expressa apenas a modalidade de experiência forjada pela atitude reflexiva. A “possibilidade mesma desta atitude” seria dada por outra dimensão da experiência, chamada prerreflexiva ou pré-objetiva, que indica que “o mundo se apresenta para nós, em primeiro lugar, como esfera de ação ou prática, antes de se apresentar como objeto de conhecimento” (p. 12). Em outros termos, a afetação sensível que uma experiência qualquer produz em nós é anterior à reflexão que realizamos sobre tal experiência. Para nós, o termo “sentido” não indica somente o que se atribui pela reflexão (o “sentido” de uma frase, sua interpretação, seu significado), mas também o que o afeta pela sensibilidade (o que é “sentido” por um corpo).

O fora, como diz Tatiana Levy (2011) – com base em Michel Foucault, Maurice Blanchot e Gilles Deleuze –, é uma estratégia de pensamento ligada à despersonalização do sujeito, que marca a falência do logos clássico e leva o pensamento a pensar, realçando o invisível da visão, o indizível da palavra e o impensável do pensamento. Essa experiência do fora é vertiginosa, próxima ao delírio. Como veremos, no encontro concreto com o campo, cuidar do fora-eixo, da emergência do ainda não visto, dito ou pensado, foi vivido como uma experiência-limite, na qual me deparei com suas potências e perigos, tendo sido por vezes tomado por uma grande sensação de angústia, tal como a do príncipe Hamlet, de Shakespeare (2007), quando, ao ser avisado pelo fantasma de seu pai sobre o que de fato havia de podre no reino da Dinamarca, exclama *o tempo está fora dos eixos!*

No mestrado, estudamos o tempo fora dos eixos como um tempo trágico (Rodrigues, 2009a). Trágico não por se tratar de um drama. A leitura que o poeta Friedrich Hölderlin propõe da tragédia “Édipo Rei”, de Sófocles, aponta a necessidade de se apreender nas tragédias o cálculo de suas leis, mais que a moral da história. Para o poeta, o sentido das tragédias se faz apreender no paradoxo. O trágico de Édipo não está no drama familiar do herói, mas numa união desmedida com o divino e no concomitante recuo do divino. Não há um limite que foi transgredido pelo herói e que se restabelece quando este assume sua culpa. Não há, em Sófocles, uma ordem divina a ser

restabelecida, uma contradição a ser resolvida, ou um tempo a ser reconciliado. O que há é uma situação-limite, de abolição do próprio limite, por conta do abandono divino, o que produz um violento corte no tempo, uma cesura que faz com que começo e fim deixem de rimar (Pelbart, 2004).

A própria ideia de situação-limite expressa esse paradoxo, tal como experimentamos quando habitamos um limiar (*nele estamos dentro ou fora?*), pois limiar sempre diz respeito a intensidades. Alice, a famosa personagem de Lewis Carroll, diz, em certo momento de suas aventuras no país das maravilhas, que “um atizador em brasa acaba queimando sua mão se você insistir em segurá-lo por muito tempo” (Carroll, 2002, p. 16), diz também que “quando você corta o dedo *muito* fundo com uma faca, geralmente sai sangue”; e não nos deixa esquecer, *é claro*, que “se você bebe muito de uma garrafa em que está escrito *veneno*, é quase certo que vai se sentir mal, mais cedo ou mais tarde” (Carroll, 2002, p. 16). E não há uma região de estabilidade onde situar o *muito*, o *quase*, o *geralmente*. Veremos adiante também que *veneno* e *remédio* não são termos necessariamente opostos, como se usa pensar, pois a linguagem que fixa os limites também os pode ultrapassar. Mas como habitar esse paradoxo? O que escrever? Como anotar? Como apresentar o fora-eixo? Ademais, como é possível compreendermos o sentido vívido do *muito*, ou do *quase*, sem que tenhamos tomado contato com as implicações do pesquisador com o campo de pesquisa?

Nesse sentido, é importante contar aqui que, no início dos anos 1990, comecei a compor, tocar e cantar o que se pode chamar de rock psicodélico, termo que surgiu nos anos 1960, ligado a artistas com sonoridade, atitudes e letras fantásticas e inebriantes, como *Pink Floyd*, *Jefferson Airplane*, *13th Floor Elevators*, *Grateful Dead*, Mutantes e outros. É possível detectar uma estética psicodélica em artistas, épocas e lugares diversos. Psicodelia envolve um tipo de perturbação de sentidos que pode ser buscado com o auxílio tanto da ingestão de substâncias ditas alucinógenas, como mescalina, LSD, psilocibina, DMT, *Salvia divinorum*, maconha etc, quanto de meios tais como meditação, ioga, contemplação de luzes estroboscópicas, privação ou superestimulação sensorial, que dispensam a ingestão de substâncias para produzir alterações químicas no corpo. Essa experiência psicodélica, que se caracteriza pela perturbação da identidade de si e do espaço-tempo, pode servir a propósitos diversos, como busca espiritual, intervenção clínica, busca de prazer sensual, inspiração artística, investigação sobre estados alterados de consciência, controle da mente etc. Antes de nomear um estilo musical, o termo foi proposto em referência aos efeitos da ingestão de substâncias capazes de produzir experiências reveladoras do funcionamento da subjetividade. Psicodélico diz respeito a tornar visível (*delos*) a mente (*psychè*).

Em 1953, o psiquiatra Humphry Osmond forneceu mescalina ao escritor Aldous Huxley, que, sob os efeitos do encontro com a substância, escreveu os ensaios *As portas da percepção* (1966 [1954]) e *O Céu e o Inferno* (1966 [1956]). Em 1994, impressionado com a leitura dos ensaios de

Huxley e suas considerações sobre os efeitos visionários produzidos através do transe mediado por exposição a luzes estroboscópicas, batizei minha banda, na época, de *Strobe's Crooner*. Foi quando tive também os primeiros contatos, por meio de entrevistas e vídeos, com o pensamento e a imagem do psicólogo Timothy Leary, famoso desde os anos 1960 como *guru da contracultura*, como *papa do LSD*, e mesmo *o homem mais perigoso da América*. Sua expressão *turn on, tune in and drop out*, que pode ser traduzida como “se liga, sintoniza e cai fora” foi entoada como um mantra da contracultura dos anos 1960. Mas, para conseguir se ligar, em sintonia com esse *drop out*, esse mergulho no fora (o sentido substantivo de *drop* é “gota”), é preciso se desapegar da rigidez e do controle exercido pelo ego: *turn off your mind, relax and float downstream*, entoava John Lennon, em *Tomorrow Never Knows*, do álbum *Revolver* (1966), ecoando uma tradução de Leary para o *Livro Tibetano dos Mortos: desligue sua mente, relaxe e escorra no fluxo*, em tradução nossa.

Interessado em investigar mais a fundo a experiência psicodélica, decidi, em 1997, ingressar na Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), visando aliar uma formação que pudesse tanto garantir minha subsistência e a possibilidade de continuar tocando no *underground* (onde, em geral, não conseguia cobrir sequer os custos), quanto desenvolver uma compreensão científica dos estados mentais vividos em experiências psicodélicas. Não obtive êxito nesta dupla empreitada durante a graduação; talvez estivesse querendo dar um passo maior do que a escada permitia. Por outro lado, durante meu contato profissional com o campo da atenção psicossocial³, a afetabilidade estética de longa data pela psicodelia parece ter me ajudado bem mais a produzir uma sintonia com os usuários que as aulas da graduação, onde, embora eu tenha tomado contato com conhecimentos úteis e interessantes, nada esclarecia a experiência vivida. A partilha de uma sensibilidade psicodélica é o modo pelo qual pretendo aqui contribuir para o campo do cuidado com usuários de substâncias psicotrópicas, sejam aquelas prescritas e obtidas legalmente em farmácias e drogarias, sejam as compradas no mercado tornado ilícito pelo proibicionismo.

Em 2007, devido à constante necessidade de conciliar minhas atividades profissionais como músico e psicólogo, decidi tentar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, motivado pelo encontro, através do grupo Limiar, com Eduardo Passos, que, com o auxílio da filosofia de Gilles Deleuze e Felix Guattari, me ajudou a pensar um aspecto da música e da produção de subjetividade primordial para uma experiência de ultrapassamento de si, de perda de limites, dissolução de barreiras: o ritmo. Pouco antes de entrar no

3 A maior parte de minha formação e experiência profissional como psicólogo é na saúde mental. O primeiro estágio, em 2001, foi no Box do Instituto Philipe Pinel; o segundo foi no Lar Abrigado do Instituto; após a formatura e outros trabalhos, como atendimento clínico em consultório e participação em um projeto de reinserção familiar de crianças e adolescentes de abrigos, voltei a trabalhar diretamente em saúde mental, por pouco mais de um ano, em um CAPS de um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde, além do acompanhamento terapêutico dos usuários do serviço em oficinas (música, desenho, jornal, costura, horta etc), assembleia, atendimentos ambulatoriais, visitas domiciliares, buscas ativas e atividades diversas, coordenei uma oficina de corpo.

mestrado, havia cursado uma especialização em Psicologia, Subjetividade e Instituições de Saúde, nas Faculdades Maria Theresa, na qual, sob orientação de Auterives Maciel Jr., comecei a pesquisar a produção de subjetividade a partir dos conceitos musicais de pulsação (*beat*) e de tempo não pulsado, este último proposto pelo compositor e regente francês Pierre Boulez (2002). Ao longo das pesquisas de especialização e mestrado, neste último já sob orientação de Eduardo Passos, pude notar que essa noção de tempo não pulsado, ou liso, se distingue tanto da ideia de métrica regular quanto de irregular (resultante da combinação de pulsações binárias e ternárias), presentes na linguagem predominante no ensino musical. O tempo liso não obedece à métrica, seja regular ou irregular, pois diz respeito a um regime de temporalidade totalmente distinto; trata-se, como diz Gilles Deleuze (2006a, 2006c), de um tempo aiônico, não pulsado, um tempo *fora dos eixos*.

No mestrado, durante o segundo semestre de 2008, tive também a oportunidade de ministrar, como atividade de estágio-docência, a disciplina Clínica e Cultura II, oferecida em conjunto com Eduardo Passos e com Cristiane Knijnik, colega de turma no mestrado. A disciplina propunha construir uma discussão coletiva sobre oficinas, corpo, ritmo e produção de subjetividade, com base na experimentação prática de oficinas em sala de aula e na leitura de textos afins aos temas abordados. Ao final do semestre, todos os alunos prepararam e apresentaram oficinas para a própria turma, tendo sido feita também uma avaliação coletiva do percurso do grupo, das oficinas propostas e possíveis desdobramentos, sendo que dois trios de alunos decidiram montar e realizar oficinas abertas ao público durante o evento *A vida como obra de arte: práticas e interferências*, organizado por alunos e professores do programa, tendo obtido retorno bastante favorável dos participantes.

Em 2010, fui aprovado para o doutorado em Psicologia na UFF, com um projeto de pesquisa que partia de letras de músicas dos Mutantes, Pink Floyd, Jefferson Airplane e Velvet Underground, propondo pensar afinidades entre uma estética psicodélica e a loucura enquanto experiência trágica, no intuito de contribuir para a clínica em saúde mental, sobretudo no que diz respeito ao uso de psicotrópicos. O projeto de doutorado, apresentado para orientação com Eduardo Passos, desdobrava questões suscitadas pela pesquisa de mestrado. Buscava também me familiarizar com a Redução de Danos (RD) ao tratamento dos usuários de drogas, que, como veremos adiante, propõe uma superação do paradigma ineficaz da abstinência e aposta em um cuidado dos usuários que valoriza sua autonomia e seus direitos, buscando oferecer meios para reduzir possíveis danos causados pelo uso de drogas, sem necessariamente interromper ou reduzir o consumo da substância.

Já na admissão ao PPG em Psicologia da UFF, tive a notícia que o programa não recebera bolsa alguma de doutorado naquele processo seletivo. No entanto, junto com a notícia ruim, recebi também um convite do orientador para me integrar ao coletivo de pesquisa sobre Gestão Autônoma da Medicação (GAM), do qual seu grupo fazia parte, onde poderia pleitear uma bolsa de doutorado. Até onde eu sabia, era uma pesquisa que envolvia várias universidades públicas brasileiras e uma

universidade canadense, sobre a questão da medicação em saúde mental – não uma pesquisa sobre medicamentos, mas sobre a experiência de autonomia dos usuários na gestão da medicação. Tinha certa noção também de que a proposta de autonomia da GAM-BR não era sinônimo de autogestão no uso de medicamentos. Gestão autônoma, sobretudo no contexto das conquistas a partir das reformas sanitária e psiquiátrica brasileiras, não é sinônimo de autogestão, mas de cogestão. Convite aceito, cabia não mais propor na tese levantar a questão a partir de letras psicodélicas, mas do encontro com usuários de medicamentos nos grupos de intervenção da pesquisa GAM-BR, o que ampliava o escopo de substâncias cujo uso tanto a pesquisa GAM quanto minha tese deveriam considerar: a GAM não deveria mais se limitar a pensar o uso de medicamentos prescritos, tampouco eu me focaria apenas no uso de psicodélicos proscritos, mas ambos consideraríamos os psicotrópicos em geral. Assim, entre março e novembro de 2011, participaria, semanalmente, de grupos de intervenção com usuários (GIU) no CAPS Casarão da Saúde, em São Pedro da Aldeia.

Participariam dos GIUs três pesquisadores da UFF, estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia, cada um tendo ficado responsável por funções específicas no grupo, diferenciadas sobretudo pelo modo como o registro escrito de cada função se organizava: Jorge, com a função de *manejo* do grupo, registrava as *memórias* dos encontros; Paula, com a função de *observação*, tinha o registro orientado pelas cinco categorias de análise – grupalidade, autonomia, manejo cogestivo, experiência da medicação e emergência do sujeito de direitos – que haviam sido formuladas previamente pelo coletivo de pesquisa; eu, com a tarefa de anotação, fiquei responsável pelo registro do *fora-eixo*, ou seja, dinâmicas, movimentos, impressões, não subsumidos pelas categorias de análise prévias, mas considerados relevantes para a avaliação dos efeitos da pesquisa. A anotação do fora-eixo dos GIUs proveu o material de campo utilizado na presente tese, cujo objetivo é analisar contribuições da experiência psicodélica – tal como vivida na ciência, na arte, na clínica e na cultura, desde meados do século XX – para o contexto atual da saúde mental no Brasil, no qual a experiência dos usuários de psicotrópicos tende a prevalecer relegada a segundo plano. A aposta da GAM-BR na autonomia dos usuários, via inclusão e valorização de sua experiência – que é de certo modo herdeira da nossa Reforma Psiquiátrica, da Reforma Sanitária e da Redução de Danos –, nos coloca também em sintonia com experimentações diversas surgidas desde meados do século XX, como veremos, por exemplo, numa proposta de psicodelia social emergente na *Haight-Ashbury* dos anos 1960. O fora-eixo da GAM-BR são as modulações de sentidos na experiência psicodélica. Para abordá-lo, é necessário adotarmos uma política de narratividade afim à natureza do material.

Um conceito que ajudou a pensar a redação do fora-eixo na pesquisa GAM é o de fora-texto (HT – *hors text*, também traduzido por extratexto), proposto pelo analista institucional René Lourau (1993, 1995, 2004), sobre a redação de textos para fins de publicação científica. Uma preocupação de Lourau é que, na redação dos textos para divulgação de resultados de pesquisas, não se deixe de abordar coisas em geral “deixadas à sombra” (1993, p. 51), coisas “faladas apenas em corredores, cafés, ou na intimidade do casal”; em outras palavras, o fora-texto seria um tipo de fala usualmente banida dos textos oficiais, impedida de ser ouvida de forma pública, por violar os ideais científicos de neutralidade e objetividade. Fora-texto é o que é usualmente proscrito dos textos oficiais.

Para Lourau (1993), a inclusão do fora-texto nos textos acadêmicos publicados é um modo de reintroduzir a experiência do tempo na pesquisa. O diário da pesquisa, cuja escrita não precisa ser necessariamente diária, é um meio que “reconstitui a história subjetiva do pesquisador”; visando não à redação de uma biografia, mas mostrar “a contradição entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional” (Lourau, 2004, p. 78). Vimos em outro lugar a experiência subjetiva do tempo não como um tempo individual, um atributo pessoal, uma propriedade do sujeito, do indivíduo, mas como experiência de uma dimensão impessoal, coletiva, da produção de subjetividade (Rodrigues, 2009b). Um objetivo da elaboração do fora-texto é traçar transversais que liguem temporalidades pessoais e impessoais. Para tanto, é preciso um trabalho clínico de análise de implicações do pesquisador com a pesquisa, um trabalho que consiste em detectar, em afetos vividos de modo íntimo, pessoal, linhas de composição múltiplas, coletivas, polifônicas, políticas.

Em sua tese de doutorado, Lourau afirma que “uma intervenção que implica o observador supõe a análise dessa implicação” (1995, p. 16). Sempre estamos mais ou menos implicados no campo em que atuamos, portanto não é uma questão de voluntarismo, e sim um compromisso clínico-político de colocar-se em análise, questionando as próprias certezas. Como sugerem Passos e Eirado (2010), “tanto maior a certeza do pesquisador acerca da verdade que surge em sua experiência com o campo de intervenção, menor a sua dissolvência no plano implicacional e, conseqüentemente, maior a sua sobreimplicação no trabalho de pesquisa” (p. 125). Não se trata de dispender o maior investimento possível em prol de uma causa ou uma repartição, o que pode produzir um excesso de dedicação, uma sobreimplicação, mas de colocar em análise constante o regime de sensibilidade que vai afetando o pesquisador em seus encontros com o campo. Para os autores, a tentativa de Lourau é de fazer da análise a experiência do limite das instituições, da pessoa, do homem e de sua consciência de si: “no limite, o pesquisador já não se percebe nem no interior, nem no exterior da realidade estudada” (p. 120). Onde ele está? Como ele está? Será que se sente *por dentro*?! Será que se sente *por fora*?! Será que se sente *por dentro do fora*?! A análise de

implicações deve servir para retirar o excesso de personalidade da experiência narrada.

À noção de fora-texto, Lourau (2004) acrescenta a de *intertexto*, esta espécie de herança, no texto atual, de uma história de escritas e leituras, já que todo texto é atravessado por outros que o antecederam e qualquer escrita a que o pesquisador tenha de algum modo tido acesso pode perpassar a escrita atual. Isso nos exige também um compromisso ético de reflexão sobre a escrita e, como dizem Passos e Barros (2010), a tomada de posição em uma certa “política da narratividade”, ou seja, certa “posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece” (p. 151). Trata-se de opções estéticas que operam politicamente, por vezes de modo inconsciente. Como diz Jacques Rancière (2005), na base da política reside uma estética, não como teoria da arte, mas como sistema de formas determinando o que se dá a sentir subjetivamente: “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política” (p. 16).

É importante clarearmos um pouco esta noção de “estética”, para evitarmos malentendidos. O sentido mais utilizado pelo senso comum está referido aos padrões de beleza vigentes na sociedade, como, por exemplo, nas expressões “cirurgia estética” e “esteticista”, ligadas aos parâmetros e modelos através dos quais as pessoas avaliam a forma visual das demais, o que é muito influenciado pelo que figura majoritariamente em revistas e jornais como imagem do que se deve buscar na vida. Outro sentido diz respeito à beleza na arte, tanto na forma “gosto não se discute”, que, via de regra, é utilizada para excluir de saída a possibilidade de qualquer debate sério, quanto na forma canonizada, onde são buscados parâmetros universais para avaliar objetivamente a qualidade de uma obra de arte: uma teoria do belo na arte. Há um sentido filosófico, cuja apresentação, embora pudesse nos parecer, a princípio, mero exercício de abstração, longe da experiência imediata, nos dá a notar o oposto.

O filósofo Immanuel Kant (2000) trata, na primeira parte da *Crítica da Razão Pura*, chamada “Estética transcendental”, do que nomeou de formas puras da sensibilidade, que seriam as condições para todo conhecimento possível. As formas da sensibilidade foram divididas pelo filósofo prussiano em uma forma do sentido externo (espaço) e uma forma do sentido interno (tempo). Espaço e tempo seriam formas puras, condição para toda experiência possível. Estética diz respeito à experiência sensível e toda experiência sensível é, na base, uma experiência espaço-temporal. Como veremos adiante, a dimensão estética da experiência que doravante chamamos de psicodélica reside na alteração das percepções externas e internas, das relações com o espaço e o tempo, com o aqui e o agora, enfim, na alteração de nosso coeficiente de abertura para dentro e para fora de nós mesmos, perturbando, com isso, nossos habituais controles egoicos e automatismos sociais, questões de suma importância clínica e política. Mas, com isso tudo em mente, entendemos também como a própria arte pode nos oferecer algumas ferramentas privilegiadas para auxiliar

nessa produção de meios para alteração entre espaço e tempo, dentro e fora, buscando produzir um modo de sentir que defina modos de pensar e agir mais saudáveis.

Dentre os recursos estilísticos que mais diretamente afetam a narrativa do fora-eixo da GAM-BR, privilegiamos contribuições literárias da chamada geração *beat*, sobretudo o ritmo acelerado de escrita, os recortes, fragmentos e saltos espaço-temporais. Mas por que a literatura da geração *beat*? Ou, antes, de que se tratam esses termos, literatura *beat*, geração *beat*?

Em 1943, William Burroughs conhece Jack Kerouac e Allen Ginsberg (Miles, 1993), em Nova Iorque, num encontro considerado uma espécie de marco zero da geração *beat*, que é como se tornariam conhecidos Kerouac, Burroughs, Ginsberg, Neal Cassady, Lawrence Ferlinghetti, dentre outros escritores, que buscaram religar a literatura à vida, algo que já havia, por exemplo, em Arthur Rimbaud, mas que vinha sendo deixado de lado há um bom tempo (Willer, 2010b). Os *beats* se opunham à cultura hegemônica, e a vida que buscavam afirmar era uma vida desregrada, não apenas no sentido estético do arrebatamento e êxtase provocados pela ingestão de substâncias psicoativas, como também por uma aproximação com minorias, como os negros, loucos, drogados etc. A *beat*, no entanto, somente deu seu primeiro grande berro no famoso recital poético da Galeria Six, em 1955, onde foi lida e aclamada a primeira parte do poema *Uivo para Carl Solomon*, no qual Allen Ginsberg (2010) conta do que viu no manicômio por onde passou para escapar de uma possível prisão:

Eu vi os expoentes da minha geração destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus,
arrastando-se pelas ruas do bairro negro de madrugada em busca de uma dose violenta de qualquer coisa,
hipsters com cabeça de anjo ansiando pelo antigo contato celestial com o dínamo estrelado na maquinaria da noite,
que pobres, esfarrapados e olheiras fundas, viajaram fumando sentados na sobrenatural escuridão dos miseráveis apartamentos sem água quente, flutuando sobre os tetos das cidades contemplando jazz (p. 25)

Esta longa experiência visionária, onde são ligados elementos diversos de minorias que compõem um ambiente *underground*, cheio de loucos, esfarrapados, negros, pobres e *hipsters*, segue em ritmo de improvisação jazzística. Se a leitura silenciosa do poema *Uivo para Carl Solomon* já exige fôlego, sua récita corre o risco de provocar espasmos de apneia, tão longo é o percurso até o primeiro ponto final, coincidindo com o fim da primeira parte, o que, na edição que consultei (Ginsberg, 2010), dá dez páginas! Publicado em 1956, o livro rendeu um processo por pornografia contra Ferlinghetti, seu editor, no ano seguinte, quando, aliás, foram publicados *On the road*, de Jack Kerouac (2010), originalmente datilografado em um rolo único de papel, sem cortes, na tentativa do escritor de capturar o ritmo da vida como um solo de saxofone, assim como *The White Negro: superficial reflections on the hipster*, de Norman Mailer, onde o escritor contrastava a

imagem do *square*, do burguês careta, quadrado, à figura do hipster, do *outsider* desenhado como uma espécie de marginal absoluto, intelectual, culto e informado, apegado às minorias e desapegado a regras e convenções. Sua linguagem é a *hip talk*, “vocabulário da marginália da Times Square, Nova Iorque” (Willer, 2010, p. 8), e é de hipster que vem hippie, seu diminutivo.

Como mostra Mailer (1957), a principal habilidade comunicacional que esses fãs brancos de jazz haviam aprendido com os negros, nos guetos que gostavam de frequentar, é a de captar o sentido do que outra pessoa está dizendo mais pelo ritmo que pelo conteúdo de seu discurso. Trata-se de uma comunicação intuitiva, uma habilidade de pegar o ritmo, a gíngua, para entrar no tempo do outro, acessando um plano comum da experiência, anterior a qualquer reflexão. Na atualidade, o termo *hipster* voltou a ser bastante utilizado, no entanto, em geral, num sentido irônico, referido a pessoas que se esforçam por parecer *outsiders* sem notar que se encontram totalmente capturadas pela lógica do consumo; não entram no tempo do outro, mas são como que totalmente determinadas pelo tempo do Outro do capital. No entanto, não temos qualquer ambição de definir aqui uma identidade para o hipster, não ganhamos nada ao entrar nessa polêmica de estilo midiática. O sentido que queremos guardar do termo é o dessa sensibilidade temporal, rítmica, intuitiva, necessária para entrar em comunicação com o ritmo do outro, compondo uma polirritmia nesse encontro, em causa também na experiência do acompanhamento terapêutico; uma composição que se dá pela aproximação de diferentes, pela afirmação de sentidos divergentes que, em uma sociedade como a norte-americana, marcada por grandes conflitos raciais, salta aos olhos, por exemplo, com o uso da expressão paradoxal *white negro*. E os paradoxos são capazes de produzir uma experiência subjetiva de cesura, de antirritmo, de quebra na causalidade linear – no “bom sentido” do tempo, do passado ao futuro –, que é como que uma condição necessária para que nos tornemos sensíveis a outros sentidos de tempo, ritmos intensos que emergem num espaço-tempo liso (Deleuze, 2006c). É nesse plano intensivo da experiência que se situa o uivo de Ginsberg e a estrada de Kerouac.

Uivo foi dedicado ao escritor Carl Solomon, que Ginsberg conheceu no Instituto Psiquiátrico de Columbia, onde se internou por oito meses, entre 1948 e 1949, para evitar uma prisão, em consequência de ter sido flagrado num carro roubado, em companhia de Herbert Huncke, a quem se atribui a expressão *I'm beat*, algo como “estou exausto” (destruído, abatido etc), logo incorporada por Kerouac e seus companheiros em um sentido bem mais amplo e paradoxal. Em nossa pesquisa de mestrado, vimos que *beat* é como se chama a unidade de tempo em música (Rodrigues, 2009a). E, como bem notou Kerouac, *beat* também se assemelha a beatitude. Como diz Eduardo Bueno (2010), embora *beat* definisse, para Huncke, um estado de “exaltada exaustão” (p. 13),

Kerouac logo percebeu as múltiplas ressonâncias da palavra, que significa

simultaneamente “batida” (no sentido do ritmo musical), “porrada” (no sentido de golpear), “abatido” ou “exausto” (*beated*), “pulsção” (*heart beat*), “cadência do verso”, “trajeto” ou “trilha”, “furo” (no sentido jornalístico), “pilantra” ou “aproveitador” e até “botar o pé na estrada” (“*beat the way*”, expressão, aliás, muito usada por outro Jack, o London), além de conter, também e acima de tudo, o radical de “beatitude” – que foi o que realmente despertou Jack para a sonoridade do vocábulo ao qual ele se vincularia pelo resto da vida (Bueno, 2010, p. 13).

Assim, entendemos aqui o termo *beat* como dizendo respeito a um tipo de pulsção fora dos eixos, um swingue que envolve simultaneamente a produção de sensações de exaustão e êxtase. A escrita *beat* busca narrar neste ritmo intenso e exaltado da vida do viajante, tanto de passeios rodoviários quanto psiconáuticos, no intuito de construir um plano comum de sensibilidades rítmicas afins. A construção de um plano rítmico comum nos defronta com os dois sentidos simultâneos da noção, proposta por Jacques Rancière (2005), de “partilha do sensível”. Partilha tem o sentido de compartilhamento, tal como um *hipster* entrando em devir com o tempo do outro e construindo assim um ritmo comum, que não se trata de uma mesma velocidade, um tempo único, mas de uma espécie de composição polirrítmica, pois o *hipster* não perde seu tempo ao entrar no tempo do outro; ao contrário, desse encontro entre ritmos, emerge um tempo novo. Partilha, por outro lado, indica uma divisão em partes, definidas pelos recortes desse ritmo comum. Não há ritmo na inexistência de algum tipo de pulsção, divisão, corte ou cesura (Rodrigues, 2009a, 2011). Uma composição polirrítmica implica relações de velocidades e lentidões, fluxos e cortes de fluxos. Esses ritmos podem ser cortados e combinados de diversas maneiras.

William Burroughs, o mais velho dos três beats mais famosos, popularizou duas técnicas de corte e dobradura chamadas *fold-in e cut-up*, que aprendeu em 1959, com o artista plástico Brion Gysin, em Paris (Miles, 1993). O *fold-in* consiste em dobrar uma folha (de texto, imagem ou ambos) verticalmente ao meio e repetir o procedimento no trecho já dobrado, para obter três vincos verticais que dividam a folha em quatro seções verticais. O objetivo é fazer desaparecer as duas seções do meio e colocar as duas seções das extremidades em contato uma com a outra. Para tanto, basta dobrar para dentro (*fold-in*), pelo vinco central, as duas seções do meio, e, em seguida, dobrar para fora as duas seções das extremidades. Com isso, são formadas novas imagens e textos. A técnica acabou sendo notabilizada na revista *Mad*, cuja terceira capa sempre mostrava um texto e uma imagem que, ao serem dobrados para dentro, faziam aparecer outro texto e outra imagem que produziam efeitos cômicos, que são também, de certo modo, efeitos clínico-políticos de modulação de sentidos. Dobra para dentro é também como Gilles Deleuze (2006b) descreve o processo de subjetivação, ao comentar a última fase da vida e obra do filósofo Michel Foucault. A subjetivação é um processo resultante de uma espécie de invaginação das dobras do fora, na qual o sujeito constitui a si próprio como um emaranhado de linhas ao dobrar para dentro as linhas de força que

desenham as trajetórias heterogêneas das relações de poder. O *fold-in* é um procedimento que faz emergir novos sentidos pela subtração do que usualmente percebemos como central e valorização do que é periférico ao olhar. É um modo bem diferente de lidar com as associações, pois mostra sentidos que só se manifestam mediante percepções espaço-temporais distintas das usuais.

Outro procedimento que se assemelha, radicalizando o corte nas linhas associativas, é o *cut-up*, cujo tipo mais simples consiste em cortar uma página ao meio horizontalmente, juntar os pedaços resultantes e cortar ao meio verticalmente, gerando quatro secções: a primeira secção é colocada ao lado da quarta e a terceira ao lado da segunda, em uma nova sequência. Seguindo adiante, podemos embaralhar a página com trechos cada vez menores em sequência alterada. É importante aproveitar encontros casuais entre textos, imagens, que acabam produzindo novos sentidos, mas não se trata de aproveitar todos os encontros. Certo trecho pode ser ou não utilizado e, caso seja, pode ser ou não alterado. Os recortes podem ser feitos também de outras maneiras, em outros cortes e sequências. *Cut-ups* podem ser utilizados para saltar no tempo ao longo de uma narrativa, o que pode ser compreendido em dois aspectos: um voluntário, como o tipo de procedimento utilizado na edição de um filme para mostrar que houve um salto no tempo dentro da narrativa (corte e edição podem ser compreendidos e utilizados como ferramentas sobre as quais o editor tem plenos poderes de decisão sobre o sentido a ser dado ao material); mas há o aspecto involuntário, quando saltos não intencionais revelam algum sentido surpreendentemente, perturbando a percepção de quem os contempla, havendo, por conta disso, pessoas, inclusive Burroughs e Gysin, que os utilizam como uma espécie de oráculo. Em um modo de conceber, consideramo-nos donos do tempo, tomando-nos por sujeitos da experiência, com plena distinção e domínio sobre os objetos, os dados da experiência; no outro modo de conceber, mergulhamos na experiência, afirmando que o primado é dela. A experiência não é dada a um sujeito que a ela preexista, mas, tal como dizem Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos (2002), é na experiência que a subjetividade se produz. Para os autores, a experiência radical em estado puro é a de um ritmo de “sucessão de elementos separáveis, é o ritmo de sensações sem sistema, descontextualizados” (p. 148). A experiência pura é, como diria Burroughs, *cut-up*. Os *cut-ups* produzem quebras no ritmo da narrativa, que, ao perturbar a linearidade subjacente à política discursiva hegemônica, perturbam também o modo usual como apreendemos o conhecimento. Burroughs escreveu uma famosa trilogia de *cut-ups*, composta por *The Soft Machine* (1992), *Nova Express* (1992a) e *The Ticket that Exploded* (1987). E *cut-ups* podem ser feitos de materiais os mais variados; não apenas textos escritos, mas também recortes e colagens de sons, fotos, vídeos etc.

Em *Electronic Revolution*, publicado originalmente em 1970, Burroughs (1998, *tradução nossa*) afirma que a linguagem pode ser utilizada tanto como um equipamento para o exercício de dominação da subjetividade por estruturas de poder hegemônicas, quanto como uma ferramenta

para sabotar ou combater essas mesmas estruturas: “o controle dos veículos de comunicação de massa depende do estabelecimento de linhas de associação. Quando as linhas são cortadas, as conexões associativas são quebradas” (p. 295). Gilles Deleuze e Felix Guattari (2010) consideram essa quebra da associação, ou dissociação, um aspecto inerente ao capitalismo e à esquizofrenia, sendo também, por isso, um princípio da esquizoanálise: “aquilo que é o maior obstáculo à psicanálise, a impossibilidade de estabelecer associações, é, ao contrário, a condição da esquizoanálise” (p. 521). Os autores ressaltam que a quebra faz parte do próprio funcionamento do desejo na esquizofrenia: *Connecticut, Connect-I-cut*. O si (*I*), no caso, é uma máquina de cortes e conexões. Mesmo que seja possível adotar uma leitura patologizante e dizer “que esta vida mecânica, esquizofrênica, exprime mais a ausência e a destruição do desejo do que o próprio desejo” (p. 56), Deleuze e Guattari defendem que há, na própria dinâmica de corte, um funcionamento autônomo do desejo: “o corte faz parte do próprio funcionamento”. Operar clinicamente com essa dinâmica esquizo, fragmentada, *Connect-I-cut-up*, a um só tempo nos exige e ensina a tomarmos o trabalho em saúde mental como uma espécie de composição em mosaico, que alie a paciência das musas ao foco nos cortes e junções (Lima, 2011). E isso não é nada distante de nossa estética cotidiana. Afinal de contas, os escritores *beat* foram por vezes injustamente questionados quanto ao valor literário de suas obras, naquilo que elas rompiam com todo moralismo e formalismo acadêmicos, pois o que eles queriam, muito menos do que chocar por chocar, do que meramente provocar sensacionalismo para dele se aproveitar em proveito pessoal, o que os *beats* queriam era tão somente que a literatura se desvencilhasse das amarras morais e formais que a impedem de afirmar a vida em toda sua potência. Nesse sentido, acreditamos que os *beats* podem nos inspirar aqui, no que diz respeito à vitalidade na narrativa da experiência de campo. Ao longo da pesquisa, cheguei a experimentar *cut-ups* e *fold-ins* com os diários de campo, dobrando, desdobrando, recortando e colando fragmentos. No entanto, cabe esclarecer que as rotinas foram a inspiração que prevaleceu na elaboração narrativa do fora-eixo dos GIUs da GAM-BR. Rotinas são uma invenção literária de Bill Burroughs que se apresenta como uma espécie de catavento estroboscópico entre real, simbólico e imaginário, proveniente de quaisquer conhecimentos, atuais ou virtuais, disponíveis no momento da escrita. Uma escrita toda feita por fragmentos, *flashes*, como a do livro *Almoço Nu* (Burroughs, 2005), ou uma edição surreal de imagens como a do filme *Naked Lunch*, adaptação do livro de Bill para o cinema produzida e dirigida pelo canadense David Cronenberg e cujo título foi traduzido para o português como *Mistérios e Paixões* (1991), marcam uma experiência rítmica desequilibrada, cheia de cesuras, brechas, freadas, antirritmos. O uso do termo 'rotina' para se referir a fragmentos da realidade de aspecto tão delirante não é fortuito, uma vez que nos fazem estranhar o familiar ao mesmo tempo que nos familiarizam com o mais estranho.

Outra ferramenta que veio ao auxílio para a produção da narrativa do fora-eixo dos GIUs da

GAM foi a noção, proposta pelo historiador e filólogo russo Mikhail Bakhtin (2006), de *discurso indireto livre* (DIL), que consiste na utilização de recursos estilísticos que visam pôr lado a lado diferentes vozes componentes de uma narrativa, dando relevo assim à certa indiscernibilidade nas perspectivas do narrador e dos heróis, ou do pesquisador e dos sujeitos pesquisados. Ao invés de apenas dar-lhes a palavra, “ele os ouve falar. E essa impressão viva produzida por vozes ouvidas como em um sonho só pode ser diretamente transmitida sob a forma de discurso indireto livre” (pp. 189-190). O DIL, para Bakhtin, “constitui o caso mais importante e sintaticamente mais bem-fixado (pelo menos em francês) de convergência interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de vista da entoação” (p. 176). Quando, em uma narrativa, ocorre alguma solidariedade máxima entre pesquisadores e pesquisados, no que diz respeito às apreciações e entoações, a retórica de ambos pode eventualmente sobrepor-se, com as vozes se mesclando e gerando, assim, trechos pertencentes simultaneamente à narrativa do pesquisador e às falas dos sujeitos pesquisados. Mas o DIL não ocorre somente quando as falas coincidem; ocorre também quando contrastam, pois os contrapontos dão especial relevo à dimensão polifônica do discurso. No DIL, a palavra citada é identificada “não tanto graças ao sentido, considerado isoladamente, mas, antes de mais nada, graças às entoações e acentuações próprias do herói” (p. 198), sendo que este herói, em nosso caso, é o usuário, familiar ou trabalhador de saúde mental. E como o DIL comparece na presente escrita?

Grosso modo, no *discurso direto*, a fala da personagem é grafada separada (por aspas, travessão, dois pontos etc.) da fala do narrador (por exemplo: Alice, exaltada, respondeu ao Chapeleiro: “Nossa, que relógio curioso!”); no *discurso indireto*, a fala da personagem é substituída pela fala do narrador sobre o que a personagem teria dito (Alice, exaltada, respondeu ao Chapeleiro que havia achado curioso seu relógio); no *discurso indireto livre*, a fala da personagem se mistura à do narrador, suas vozes – interiores e exteriores – se costuram, suas identidades se confundem (Alice, exaltada, *nossa!*, achou curiosíssimo o relógio do Chapeleiro). A utilização do DIL na narrativa trata-se de um recurso para dar textura à composição polifônica da multiplicidade de vozes presentes no campo, o que, no caso da GAM-BR, diz respeito a vozes de usuários, familiares e profissionais de serviços de saúde mental, acabando por produzir o que no grupo de pesquisa da UFF chamamos de *discurso indireto louco* (DIL), como que para ressaltar o devir-louco (Deleuze, 2006c) experienciado, por vezes, na leitura das memórias redigidas dos encontros, quando as distinções habituais entre usuários e não-usuários, que costumam operar tanto nas práticas quanto nos discursos referentes aos loucos, pareciam se dissolver ante nossos olhos e nossas mentes, rompendo, a um só tempo, com as identidades que atribuímos usualmente aos sujeitos e objetos do senso comum e com a causalidade linear do bom senso, o bom sentido do tempo, do passado ao futuro. Um discurso indireto louco resulta de certa tomada de posição frente à pluralidade de vozes encontrada no campo. É um desafio da participação de afirmar a polifonia em sua radicalidade,

colocando lado a lado as falas de pesquisadores, profissionais e usuários dos serviços, cujas vozes costumam ser caladas com medicamentos psicotrópicos e desatenção por parte de profissionais, familiares e membros de sua comunidade. Antes de calar as vozes, como o que se busca fazer com os medicamentos antipsicóticos, trata-se mais de, assim como um produtor musical, tentar ajustar-lhes o timbre, cuidar da afinação, posicionar bem os microfones para não dar cancelamento de fases, regular os pré-amps, a mesa de som, os *plug-ins*, para enfim apertar o *rec* e gritar: *gravando!*

As ferramentas apresentadas acima somente ganharão consistência adiante, ao serem postas em uso e desdobradas, o que tornará mais clara sua pertinência ao tema e nossa tomada de posição estético-política perante a apresentação da experiência de campo da presente pesquisa, naquilo que ela perturba, interfere e indaga o pesquisador e as linhas de força que o atravessam na experiência de pesquisa. No entanto, ao longo de todo texto a seguir, outras ferramentas e conceitos irão emergindo, de acordo com a necessidade de apresentação e uso. Ao surgirem, serão acompanhados de notas explicativas, buscando privilegiar, a todo momento, a produção de um ritmo de leitura fluido e que ajude a nos transmitir um pouco da intensidade da experiência vivida.

are you experienced?

Foi em 21 de fevereiro de 2011 nossa primeira visita ao CAPS Casarão da Saúde, em São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. Era hora do almoço e a reunião estava marcada no intuito de nos apresentarmos, assim como para que eles passassem a conhecer a proposta da pesquisa GAM-BR. Logo que chegamos, a coordenadora nos mostrou o espaço, destrancando a porta de cada sala. Mal comecei a estranhar as portas trancadas num serviço aberto, e, de súbito, uma imagem na parede me sugou a atenção e imediatamente parei de acompanhar o grupo de pesquisa, como se este tivesse se dissolvido em um fundo amorfo para o quadro na parede do corredor, todo feito de colagens de jornais e revistas, entremeadas por pontilhados de cores diversas – branco, rosado, *lindas!*, azul, amarelo... – meus olhos começam a flutuar, guiados por uma forte excitação e pareço ouvir um arrastado *tem Jimi Heeeendrix... Janis Joooplin... John Leeeeennon... Jim Mooorrison...* por trás da minha cabeça, o som de uma voz de mulher, como se estivesse com uma almofada na língua, enquanto observo, fissurado, Hendrix em uma camisa amarela e calça lilás, perto do rosto ultra barbudo e cabeludo de Morrison e ao lado também da capa do *Sgt. Peppers Lonely Hearts Club Band* (1967), dos Beatles, onde noto, formando um coração com a cabeça de Marilyn Monroe, o topete de William Burroughs.

Havia também palavras recortadas de revistas e jornais e coladas aleatoriamente, como *música, sexo, dor, tempo, cabeça, saúde, prazer, revolta* etc, quase que deixando ver os movimentos pelos quais tais fragmentos foram ali colados pelos usuários e profissionais ao longo de diversos

encontros, palavra por palavra, trecho por trecho, camada por camada, até que, pouco a pouco fui me sentindo parte desses movimentos, como se estivesse me embalando em uma festa *underground* dos anos 1960, com banda tocando, pessoas se agitando loucamente, algumas em transe, outras encolhidas em si mesmas, uma ou outra desidratando devido ao excesso de misturas, enquanto eu mesmo, num canto mais aconchegante da festa, olhava aquelas letras derretendo na capa do álbum *The psychedelic sounds of 13th Floor Elevators* (1966), e ouvia, junto ao som louco de um jarro elétrico, uma voz aguda gritando *you're gonna miss me*, faixa de abertura na qual *you're gonna wake up one morning, as the sun greets the dawn, you're gonna look around in your mind and will find that I'm gone* (mas se é procurando em sua mente que ela vai se dar conta, ao acordar, de que ele se foi, ele tá então se referindo à memória dela, não?!), *you didn't realize, you didn't realize... ohhhh, you're gonna miss me, babe! ohhhh, you're gonna miss me, child!* (você nem faz ideia, mas vai me perder, docinho...). Daí, os gritos intensos do refrão *aaaah, you're gonna miss me, child! ooooh, yeah!*, começam lentamente a se perder, em meio à imagem sonora polifônica crescente das vozes de diversos usuários e profissionais do serviço *ooooh, yeah!*, sugerindo ao mesmo tempo palavras (*coloca bonita!*) diversas *you're gonna miss me!* para o quadro que estamos pintando – (*sexy, põe aí! sucesso, vai!*) *I gave you the warning, but you never heeded it...* (mas que aviso?) (*música, né?!*) *how can you say you miss my lovin? when you never needed it? (feliz, feliz! prazer! revolta!)* *You're gonna wake up wonderin', find yourself all alone, but what's gonna stop me, bab...* “Pfrshshsh!!!”, meu braço imaginário esbarra no toca-discos imaginário e tão logo a imagem da festa se dissolve como um rodopio em espiral, me volto àquela voz envelopada de mulher e, no mesmo instante em que me dou conta de que se passaram apenas uns três ou quatro segundos desde que ouvi aquele *tem Jimi Heeendrix... Janis Joooplin... John Leeeeennon... Jim Mooorrison...*, meus olhos esbarram em uma figura bastante sorridente, simpática e desengonçada, que estende a mão, completando, *Plazê, Analuuujjj... Eu goxto muuuuito de rock! E voxê?!⁴* Apesar de certo incômodo com a impressão de que aquele som de língua *plesa* e aquela fala lesada decorriam de algum uso pesado de medicamentos (nossa!, os remédios são drogas que, às vezes, tem efeitos adversos muito sinistros), fico feliz ao cumprimentá-la e dizer-lhe que *gosto de rock psicodélico* e que *gostei também dos quadros na parede do CAPS*. Mas logo me dou conta da reunião e me despeço dela para ir ao encontro dos demais.

Ao chegar, a reunião ainda não havia começado. Logo em seguida, nos apresentamos e apresentamos a pesquisa aos presentes: quatro psicólogos, uma fonoaudióloga, um técnico de enfermagem, uma assistente social, um terapeuta ocupacional, um musicoterapeuta, um enfermeiro, a gestora do serviço e a coordenadora de saúde mental do município. Não fiz qualquer anotação em

4 Logo adiante, veremos Analuuujjj se transformar em Ana Lúcia, com a melhora da pronúncia. No entanto, o nome dela não é Analuuujjj nem tampouco Ana Lúcia, mas acontece que alguns nomes aqui vão aparecer transformados em outros nomes ou apelidos.

especial sobre a reunião, a não ser a impressão positiva de que a proposta de fazermos grupos de intervenção com usuários em torno do tema da medicação psiquiátrica teve boa recepção por parte da maioria da equipe. Combinamos nosso retorno ao serviço para apresentar a pesquisa também aos usuários. Foi quando nos apresentamos aos quinze usuários e três familiares presentes e falamos um pouco da proposta da pesquisa, de trabalhar com dois grupos de intervenção, um com usuários e outro com familiares, seguindo a leitura da versão preliminar do Guia GAM-BR. Ficamos sabendo que *o psiquiatra faz atendimentos em grupo* (isso é ótimo! Uma afinidade com a aposta no trabalho com grupos) e Ana Lúcia – ou Analuuujjj, na voz de papelão de nossa vinda anterior ao serviço –, agora com a voz mais nítida, menos impregnada pelo remédio, se dirige a mim pelo meu nome – o que não deixa de me chamar atenção – para dizer que vários esquizofrênicos são muito inteligentes. Sinto que ela *tá ligada* em algo com o que me parece fácil sintonizar... E não é somente com ela que isso ocorre. Diversas pessoas que iríamos conhecer ao longo dos encontros do GIU não cessariam de nos afetar, não 'apenas' com suas experiências vívidas com a medicação e com aspectos diversos da vida associados a seu uso, mas mesmo por seu modo usual de se expressar, que nos defronta com nossa própria desrazão. Ao dizermos ao grupo que a pesquisa busca problematizar a relação dos usuários do serviço com a medicação psiquiátrica, Suzana, usuária cuja participação no grupo foi conquistada à revelia da direção inicial da equipe do serviço, toma a palavra e vocifera: *Haldol é droga!! Engorda as pessoas (...) Eu não queria tratamento psiquiátrico...* Pouco antes de começar a assembleia dos usuários, ela havia chegado até nós, protestando que não a haviam deixado participar de nosso grupo. Gostamos de sua atitude firme e conversamos com a coordenadora do serviço que nos disse que a usuária não fora incluída antes por já estar fazendo parte de outros grupos, enquanto algo em seu olhar parecia insinuar ao mesmo tempo um alerta e uma ameaça de que seria um desafio para nós sustentarmos a participação de Suzana no grupo. Lembrando que “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Rancière, 2005, p. 16), decidimos bancar o desafio perante a coordenadora e esta acabou consentindo em incluímos Suzana no grupo de intervenção.

Esses primeiros encontros, anteriores à realização dos GIUs, já levantaram algumas questões interessantes, a serem desdobradas posteriormente. Uma delas, de importância crucial para o presente trabalho, levantada pela cena do quadro psicodélico com a voz enrolada da mulher, diz respeito às afinidades entre loucura e psicodelia. Como veremos no próximo capítulo, o termo psicodélico foi proposto para designar substâncias consideradas psicotomiméticas (que imitam a psicose), devido à proximidade entre a experiência mental que sua ingestão pode proporcionar e alguns sintomas comumente presentes em quadros esquizofrênicos, como delírio, alucinação, perda da identidade de si etc. Essa afinidade pode exercer um papel estratégico no trabalho em saúde mental. Mas quando Ana Lúcia se dirige a mim pelo nome, já na segunda ocasião em que nos

vemos (cabe observar aqui que sou do tipo considerado péssimo para guardar nomes próprios), o que me chama a atenção não é apenas a questão da afinidade, mas também a da perda da identidade, do nome próprio, embora ainda fosse demorar alguns encontros até o episódio no qual viria à tona, de modo gritante, o aspecto surreal dessa experiência. Uma terceira questão que chamou a atenção foi a fala repetida de Suzana *Remédio é droga! É droga! Droga, droga, droga!* A princípio, a aproximação entre psicotrópicos lícitos e ilícitos era o que justificava minha ida ao CAPS: estava convicto de que me cabia mostrar o sentido de droga do medicamento. Mas quando Suzana grita *Remédio é droga!* como uma forma de dizer que não se deve tomá-los, lembro-me da redução de sentido feita por algumas crenças religiosas, tanto em relação às drogas lícitas quanto ilícitas, ambas tidas como venenos. Suzana é bacana e tem uma boa sacação ao dizer que remédio é droga, pois de fato é, mas a dicotomia da religião a que ela se filia limita a compreensão do problema que há em se considerar a existência de uma essência maléfica nas substâncias psicotrópicas, seja atribuindo tal caráter somente às drogas ilícitas, que é o que prevalece no senso comum, seja atribuindo também às drogas lícitas. Para nos ajudar a compreendermos melhor essa questão, traremos adiante a noção de *phármakon*, para indicar que a mesma substância pode por vezes funcionar ora como remédio, ora como veneno.

O ponto talvez mais intrigante do episódio acima diz respeito ao que foi escolhido como título para a presente seção: a estranha pergunta *are you experienced?*, título de uma música de Jimi Hendrix, que, num esforço de tradução do intraduzível, talvez pudéssemos entender como *tu tá experimentado?* Como dizem Kastrup e Passos (2013), “traduzir é experimentar, mas também fazer experimentar. Em outras palavras, traduzir é tornar sensível e se tornar sensível. Enfim, traduzir é acrescentar sentido, aqui entendido como ampliação da sensibilidade de cada um” (p. 276). *Have you ever been experienced?*, você já esteve experimentado? Mas como assim experimentado?! O que significa estar experimentado? Sem dúvida, não é o mesmo que apenas perguntar se você tem experiência. A inflexão é outra. Nascido em 1942, em Seattle, na costa noroeste americana, James Marshall Hendrix, aos 16 anos de idade, perdeu sua mãe, uma índia cherokee, que “morreu devastada pela cirrose causada por uma vida cercada de abusos com álcool, mas deixou no filho uma sombra inspiradora perene e a perigosa herança de uma indômita vontade de explorar limites” (Merheb, 2012, p. 131). Hendrix gostava de experimentar limites, ultrapassar barreiras e habitar limiares. Cresceu ouvindo o blues negro e o rock branco de Elvis, tendo chegado, em 1965, a Nova Iorque, com seu lendário apetite por sexo e drogas em alta, mas sem obter sucesso com uma banda de rock, “dividido entre o cenário da música negra do Harlem e o mundo da contracultura do folk e do rock de Greenwich Village” (Friedlander, 2008, p. 311). O americano teve que ir para Londres montar um grupo com dois músicos brancos ingleses, o baixista Noel Redding e o baterista John “Mitch” Mitchell, chamado *Jimi Hendrix Experience*, para obter enfim reconhecimento pelo

trabalho, tendo chegado a aparecer, em dezembro de 1966, no programa *Ready, Steady, Go*, atingindo Londres como um furacão e fazendo a cidade submergir de vez na era psicodélica (Merheb, 2012). Seu primeiro álbum, *Are you experienced*, lançado em maio de 1967, alcançou o segundo lugar nas paradas do Reino Unido, ficando para trás somente do também incrível *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, dos Beatles. A bateria de Mitchell criava uma ambientação polirrítmica super expressiva e marcante, com diversas viradas, rufos e rulos ao longo dos tambores, reforçando o ritmo como caosmose (Guattari, 1992), paradigma ético, estético e político de processos de fundação sem fundamento, ou seja, de criação autônoma a partir do caos em direção a um cosmos, uma ordem, uma composição polifônica, polirrítmica. Na mixagem da música *Are you experienced*, que fecha o álbum de estreia do *Jimi Hendrix Experience*, a guitarra é ouvida de trás para frente, o que não apenas implica uma inversão do sentido cronológico como também permite uma espécie de *audição-vórtice*, como diria Edu Passos, uma absorção do ouvinte na experiência Hendrix: *...but first, are you experienced? have you ever been experienced?* Com a guitarra em direção inversa e as ondas sonoras, não apenas se projetando em nossa direção, como também nos sugando de volta para dentro da fonte sonora, a música se oferece como meio, médium, ou mídia para um devir molecular, imperceptível, com o artista (*are you hendrix?*) se dispondo como variável menor em uma experiência de devir. Estar experimentado é, ainda, estar experimentando, tomando posição em um plano da experiência que tem primado sobre quem o experimenta. Eis o sentido da pesquisa-intervenção, pois “a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência” (Passos; Barros, 2010a, p. 17). Não há de fato um 'sujeito do conhecimento' a priori que reflete sobre a experiência como um 'objeto' separado dele, pois é mergulhada na dimensão prerrefletida da experiência que a subjetividade se produz.

Como veremos adiante, na experiência psicodélica a percepção se abre para certa dissolvência do eu subjetivo: *you didn't realize... you didn't realize...oooooh, yeah...*, já cantava Roger “Roky” Erickson, do grupo texano 13th Floor Elevators (1966), em seu álbum de estreia – primeiro a trazer no título a palavra *psychedelic*, cunhando assim o termo *psychedelic rock*. Uma característica singular no som do 13th Floor Elevators era o uso de um jarro amplificado, tocado por Tommy Hall; outra era o discurso aberto sobre drogas que atraiu bastante atenção da polícia (W04). Roky foi preso por posse de LSD logo após o lançamento do segundo álbum do grupo, *Easter Everywhere* (1967). No intuito de livrá-lo da cadeia, seus advogados convidaram um psiquiatra para atestar que as centenas de viagens de LSD de Erickson o teriam deixado louco, o que se mostrou uma estratégia desastrosa, pois Roky foi mandado para um manicômio judiciário, onde acabou recebendo “tratamento de choque elétrico e sedativos pesados” (Merheb, 2012, p. 243). Com a mudança do ambiente, muda o sentido da experiência e o delírio criativo dá lugar a uma espécie de

loucura psiquiatrizada. Péssimo destino para uma experiência que havia mobilizado tanta força. Mas seria tal destino inevitável? Os discursos predominantes na sociedade tentam nos fazer crer inevitável esse destino dramático do usuário de substâncias ilícitas, como se o verdadeiro problema residisse em uma natureza perversa da droga – não nesse tipo de ambiente de internação e segregação. No entanto, tal não é nossa posição.

No próximo capítulo, veremos, através de um guia para a gestão da experiência com substâncias psicodélicas, produzido nos anos 1960, pelos psicólogos Timothy Leary, Ralph Metzner e Richard Alpert, três fatores que, na experiência de ingestão de um psicotrópico, são responsáveis primordiais pela qualidade da experiência; a saber, as características das próprias substâncias (dosagem, armazenamento, composição química, interações farmacológicas, forma de administração, de obtenção); mas também o chamado *set*, ou seja, questões de natureza fisiológica, como fome, sono, sensação térmica, assim como disposições e expectativas subjetivas dos usuários em relação à experiência; e o *setting*, o ambiente em que o uso ocorre, o contexto de uso, a paisagem.

O setting de que partimos é o do laboratório farmacêutico da Sandoz, na Basileia, Suíça, onde, no contexto da segunda guerra mundial, foi sintetizado um fármaco cujos percursos existenciais passariam de certa forma pelos mesmos cenários laboratoriais, mercadológicos e sociais apresentados por Phillippe Pignarre, em “O que é o medicamento?” (1999), acerca da passagem da molécula produzida no laboratório ao medicamento prescrito e consumido dentro do circuito legal, como um “início de socialização da molécula em sua transformação em medicamento” (p. 32), embora o destino do fármaco que doravante apresentamos tome outra direção. A molécula sintetizada a partir da *Claviceps purpurea* foi inicialmente indicada para usos diversos na pesquisa e na clínica, sendo que, posteriormente, extravasou este setting, para seguir uma longa trajetória marginal no *underground* psicodélico, retornando apenas muito recentemente ao circuito oficial de pesquisas científicas. Sem muito suspense, a questão que nos guia nos capítulos seguintes é a do *phármakon* – como veremos, a natureza paradoxal dos sentidos emergentes na experiência com psicotrópicos, cuja compreensão nos exige uma postura transdisciplinar entre ciência, arte e filosofia.

2 a experiência psicodélica

*One pill makes you larger and one pill makes you small
And the ones that mother gives you don't do anything at all
Go ask Alice, when she's ten feet tall...*

(Grace Slick – White Rabbitt)

Durante a segunda guerra mundial, no laboratório da companhia suíça de produtos químicos Sandoz, o químico Albert Hofmann sintetizou um fármaco, com a intenção de obter um estimulante da circulação e respiração, mas acabou absorvendo, por contato acidental, uma pequena quantidade da substância. Intrigado com o que sentiu em seguida, decidiu realizar um autoexperimento, cujos resultados, como veremos adiante, acabaram por alavancar uma enxurrada de estudos sobre as manifestações celestiais e infernais da mente. Logo, logo, cientistas, profissionais e amadores, pesquisadores os mais diversos, clínicos, artistas, espiritualistas, hedonistas e curiosos, vieram celebrar a psicodelia, essa experiência infável de fratura nos limites do ego e do espaço-tempo.

Interessa-nos, no presente capítulo, pensar essa experiência, na qual o fármaco ingerido serve como uma espécie de chave química para se acessar regiões pouco habitadas da mente humana, mas que, como veremos, somente são acessadas pela liberação de substâncias que de fato já possuímos em nosso organismo. Há meios de se acessar esse tipo de experiência sem ingestão de drogas, como através de técnicas de respiração, contemplação de luzes estroboscópicas e/ou de certas combinações de frequências sonoras etc. Mas, na experiência com o psicotrópico, três fatores são determinantes: o ambiente em que o uso ocorre (contexto de uso); as disposições e expectativas dos usuários (questões psíquicas como fisiológicas); as afinidades entre usuários e fármacos, a natureza do encontro singular entre fármacos e organismos em momentos precisos. Para nos iniciar nessa jornada por entre céus e infernos da psicodelia, convidamos a sedutora e insistente *Claviceps purpurea*.

claviceps purpurea

Em 1929, o recém-doutor em química Albert Hofmann foi trabalhar no laboratório da companhia suíça de produtos químicos Sandoz, com a equipe do professor Arthur Stoll, cuja atividade principal consistia basicamente em isolar alcaloides, investigar e produzir amostras puras dos princípios ativos de plantas. Alcaloides são substâncias presentes em certas plantas – assim como em certos fungos, bactérias e animais – que podem produzir efeitos psicoativos diversos, tais como torpor, anestesia, energia, excitação, tremores, delírios, alucinações etc. São em geral identificadas pela terminação *ina*, como cafeína, morfina, cocaína, heroína, mescalina, leonorina...

Hofmann (1980, *tradução nossa*), aos 23 anos de idade, tinha uma tese doutoral classificada “com distinção”, contando então com três ofertas de emprego. Preferiu a Sandoz pela oportunidade de trabalhar com plantas, ao invés da chamada química de síntese, que produz compostos químicos a partir de substâncias simples isoladas. O químico suíço nutria especial interesse em plantas “cujos princípios ativos são instáveis, ou cuja potência está sujeita a uma grande variação, o que torna difícil uma dosagem exata” (p. 6). Pois, ao isolar os alcaloides e obter na forma pura o princípio ativo dessas plantas com poder tanto de tratar quanto de intoxicar, o jovem cientista buscava “fabricar um preparado farmacêutico estável” para se tentar estabelecer então uma dosagem terapêutica segura.

Nessa busca da dose ideal, a equipe do Dr. Stoll estudava amostras de plantas com nomes fantásticos e elegantes, como a *Digitalis purpurea*, ou dedaleira, a *Scilla maritima*, ou cebola marítima, e a cravagem do centeio, também chamada esporão do centeio, *ergot*, ou, o nome talvez mais irresistível, *Claviceps purpurea*, que atraiu especialmente a atenção de Hofmann e a nossa.

A ergotina, presente no fungo que se forma principalmente em grãos de centeio estragados, é uma substância tão instável que, ao longo dos séculos, mostrou que, em certas doses, podia matar ou mutilar, em doses precisas podia ajudar a medicina e, em doses tóxicas, causar fortes perturbações mentais (Cashman, 1970). O *ergot* produz o fogo de Santo Antão, ou ergotismo, doença que, durante mais de 600 anos, provocou mortes e mutilações na Europa, resultantes do efeito da “constricção dos capilares da extremidade do corpo” (p. 36). Por outro lado, a cravagem do centeio produz contrações uterinas e o risco de sua utilização como auxiliar no trabalho de parto foi assumido durante séculos no Oriente Médio: a ergotina, usada no momento ou de modo incorreto, podia chegar a matar a criança, a mãe ou ambas; mas, na quantidade e momento oportunos, “era um verdadeiro benefício para a gestante”. A *Claviceps purpurea* é, assim, um ótimo exemplar da noção de *phármakon*, termo que, em grego, significa ao mesmo tempo remédio e veneno (Derrida, 2005).

Na medicina grega, as substâncias não eram consideradas exclusivamente boas ou más em si, diferente do que ocorre hoje, pois grande parte de nossa sociedade associa a imagem do veneno apenas ao termo droga – e este ao ilícito, proscrito (mal) – e a imagem do remédio ao termo fármaco – e este ao lícito, prescrito (o bem). A atual divisão entre remédios considerados exclusivamente benéficos e drogas tidas por exclusivamente maléficas é jurídico-moral, fruto da proibição arbitrária de algumas substâncias e da demonização das mesmas e, sobretudo, de seus usuários, produtores, pesquisadores e comerciantes, o que produz no mínimo uma enorme intoxicação da razão, uma poluição no pensamento acerca do tema. Tal obstrução impede que se note o quão viciosos são tanto os discursos que tomam fármacos como sinônimo de remédios que tratam e drogas como venenos que intoxicam, quanto aqueles que apenas invertem a sequência dos termos anteriores, mas mantêm a lógica, tomando drogas como remédio e fármacos como veneno;

ou mesmo aqueles que reúnem todas essas substâncias como exclusivamente benéficas ou maléficas em si mesmas, achando todas admiráveis ou todas *uma droga*.

Apesar da etimologia controversa da palavra droga (Vargas, 2008), com várias hipóteses levantadas (por exemplo, na Holanda, *droghe vate* significava barril de folhas secas), o uso corrente do termo indica algo ruim (*que droga!*), tal como na língua inglesa, onde a palavra *junk* se refere tanto a drogas pesadas, como morfina e heroína, quanto a “lixo”, “algo imprestável” (Harris, 2005). Por aqui, chega-se a ouvir a terrível frase de efeito “droga: se fosse bom não tinha este nome”, sem se atentar, no caso, para a arbitrária correspondência que é feita entre o termo droga e os termos *ruim* e *ilícito*. Em geral, costuma-se considerar, automaticamente, as substâncias obtidas legalmente em farmácias e drogarias como algo benéfico e as “substâncias psicoativas e matérias-primas para sua produção, que, em razão da proibição, são qualificadas de drogas ilícitas” (Karam, 2008, p. 105), como algo maléfico. Trata-se apenas de um arbítrio jurídico. Outra opção, um pouco menos comum, de considerá-las todas boas ou más a priori, realiza um arbítrio moral que atribui valor positivo (bem) ou negativo (mal) à própria substância. A expansão da consciência se encontra interrompida, poluída, entorpecida, pela divisão jurídico-moral entre drogas lícitas e ilícitas, tidas como boas ou más em si.

Mas, conforme Suzana repetia *Remédio é droga! É droga!*, o maniqueísmo preponderante no modo usual de pensar já ia sendo aos poucos esfacelado, e o outro lado da pílula, não ampliador do potencial de autonomia, mas redutor desse potencial, ia se mostrando em contornos nítidos e cores vívidas. Lembrei-me no segundo estágio em psicologia, quando levei, para sua consulta ambulatorial, um morador do Lar Abrigado, residência terapêutica que funcionava como uma casa de passagem para ex-internos do Instituto Philippe Pinel em situação de reinserção territorial, e *Doutor, essa droga que tu me deu não tá lubrificando minha consistência e aqui assim* [faz um gesto apontando pro estômago] *tá me dando um... Você está com insônia?*, corta o médico, sem ter tirado um segundo sequer os olhos da receita que lhe entreguei para se dirigir a quem estava sendo atendido. *Não, insônia não...* e, em tempo recorde, o psiquiatra copia o conteúdo da receita que lhe havia entregue, sem propor qualquer alteração e grita *próximo!*, enquanto me passa a receita sem sequer olhar para nós. Admito que muito mais me fascina passar o tempo tentando aplicar de modo interessante a expressão “lubrificar a consistência” que copiando documentos como um autômato insensível.

um pressentimento peculiar

De volta aos laboratórios da Sandoz, observamos que, lá, mesmo o princípio ativo isolado da ergotina com que trabalhavam, o ácido lisérgico, ainda mostrava-se muito instável. Ao menos até

1938. Foi quando Hofmann (1980) encontrou um processo útil para combiná-lo com outras substâncias e produziu então uma série de compostos. No dia 2 de maio, “com a intenção de obter um estimulante circulatório e respiratório”, o químico produziu o vigésimo quinto composto da série, a dietilamida do ácido lisérgico (*Lyserg-saure-diathylamid*), que acabou recebendo a sigla LSD-25. Alguns testes laboratoriais iniciais indicaram fortes efeitos no útero e foi observado que animais experimentais ficavam inquietos sob efeito da droga. Mas, era a segunda guerra, na ocasião, o fármaco não chegou a despertar interesse no laboratório, sendo os testes então descontinuados. O pessoal da Sandoz não fazia a mais remota ideia do que havia sido ali produzido (Cashman, 1970).

Durante cinco anos não se ouviu falar do LSD-25, embora Hofmann (1980) tenha continuado a pesquisar com o esporão do centeio, tendo chegado, com isso, a produzir remédios diversos, como o *Methergine*, o *Dihydergot*, e o *Hydergine*, este último um medicamento para a circulação periférica e a “função cerebral no controle das desordens geriátricas” (p. 11) que chegou a ser, por alguns anos, “o produto farmacêutico mais importante da Sandoz”. No entanto, o cientista não abandonara o “relativamente desinteressante LSD-25”. Ao contrário, cinco anos após sua primeira síntese, Hofmann, então diretor adjunto do laboratório, aos 37 anos de idade, sentiu-se tomado por um “pressentimento peculiar, o sentimento de que esta substância pudesse possuir propriedades diferentes das que foram estabelecidas nas primeiras investigações”. Tal pressentimento o induziu a sintetizar novamente o LSD, o que era bastante incomum, “uma vez determinada a falta de interesses farmacológicos”. Mas seu empenho em seguir a intuição, assim como sua atitude de experimentação radical, seriam essenciais para o que a ciência estava para criar.

O episódio fatídico ocorreu numa tarde quente da primavera de 1943, mais exatamente no dia 16 de abril, sexta-feira, quando o tartarato de destro-dietilamida do ácido lisérgico-25 foi, após cinco anos, mais uma vez sintetizado. Durante a conclusão dessa nova síntese do LSD-25, Hofmann (1980) sentiu que precisava interromper o trabalho e voltar para casa, “afetado por uma inquietude notável, combinada com uma leve vertigem” (p. 12), conforme descreveu depois, em um relatório enviado ao professor Stoll. No relato, conta que, ao chegar em casa, deitou e afundou em uma experiência “não desagradável de embriaguez, caracterizada por uma imaginação extremamente estimulada”. Achando a luz do dia desagradável, manteve os olhos fechados e, em um estado quase onírico, assistiu a “um fluxo ininterrupto de imagens fantásticas, formas extraordinárias com um intenso jogo de cores caleidoscópico”. Esse estado evanesceu em aproximadamente duas horas.

Tentando entender o que ocorrera, lembrou ter manipulado o ácido lisérgico, embora não tenha compreendido como conseguira absorver, em algum contato acidental bem leve – pois nem se lembrava de ter ocorrido –, uma dose grande o suficiente para causar os efeitos que foram vividos, experienciados, de modo tão vívido, intenso, exuberante. Imaginou então que devia se tratar mesmo de uma droga com uma potência extraordinária. Mas sua atitude de cientista logo sinalizou-lhe que

já era hora de ir além de quaisquer devaneios e especulações: “parecia haver somente uma maneira de se chegar ao fundo disto. Decidi fazer uma auto-experiência” (Hofmann, 1980, p. 12).

atitude experimental

Numa segunda-feira, 19 de abril de 1943, às dezesseis horas e vinte minutos (ou 'quatro e vinte'), Hofmann tomava 250 microgramas de LSD-25 no laboratório da Sandoz, sem fazer ideia ainda que estava absorvendo dez vezes a dose que, no futuro, seria estabelecida como a mínima eficaz para obter os efeitos psicoativos que ainda estavam por serem descobertos. Às dezessete horas, após registrar ter sentido vertigem, ansiedade, distorções visuais, paralisia e vontade de rir, cessava as notas em seu diário de pesquisa. Já estava claro que o LSD tinha sido mesmo a causa da extraordinária experiência anterior, “pois as percepções alteradas eram do mesmo tipo de antes, embora bem mais intensas” (Hofmann, 1980, p. 11). Teve que lutar para falar de modo inteligível e pedir ao assistente de laboratório, que estava ciente do experimento, que o acompanhasse até em casa. Como “nenhum automóvel estava disponível por causa das restrições de uso durante a guerra”, fizeram um dos mais fantásticos passeios de bicicleta de que se tem notícia.

No entanto, conforme relato posterior, aos poucos sua experiência subjetiva foi começando a tomar formas mais ameaçadoras. Na viagem, todo seu campo de visão “ondulava e se distorcia como se visto num espelho torto”. Com isso, começavam a oscilar e se distorcer também alguns dos parâmetros espaço-temporais que servem usualmente de referência, de contorno para uma imagem de si: a identidade também começa a ser perturbada. Imagina você ter tido a “sensação de não ser capaz de sair do lugar” (Hofmann, 1980, p. 11), mas ouvir depois, de seu colega, que “tínhamos viajado muito rápido”... Sua percepção do tempo e do espaço está muito alterada. Sua?! O ambiente ao redor se encontra transformado: tudo parece girar e os objetos mais familiares assumem formas grotescas, ameaçadoras, “em contínuo movimento, animadas, como se dirigidas por uma inquietude interna”. Há poucos instantes havia pedido para chamar o médico da família e agora mal consegue reconhecer a vizinha que lhe traz o leite, também solicitado, pois ela se tornou “uma bruxa malévola, insidiosa com uma máscara colorida”. Muito impressionantes também as alterações que começa a sentir internamente: “um demônio tinha me invadido”, tomando posse de “corpo, mente, e alma”, triunfando sobre a vontade, arrasada “pelo medo terrível de ter enlouquecido”. Está em outro lugar, outro mundo, outro tempo. O corpo, estranho e sem vida, talvez esteja morrendo: “seria isto a passagem?”. Fora de si, ante o medo de uma morte por vir, se culpa por não ter se despedido da família: “será que eles entenderiam que eu não tinha experimentado de modo irrefletido, irresponsável, mas com extrema precaução, e que tal resultado era totalmente imprevisível?” Bastante paranoico, quer beber leite, muito leite, tal como um bebê faminto e insaciável.

Quando o médico da família finalmente chega, a paranoia tinha passado, mas é o assistente de laboratório que o informa da experiência, pois Hofmann (1980) não consegue formular frases muito coerentes. O médico nota as pupilas dilatadas, mas sua avaliação não aponta qualquer sinal de anormalidade: pulso, pressão sanguínea e respiração estão normais; não há razão alguma para prescrever qualquer medicamento. Ao invés disso, o médico conduz Hofmann até a cama e senta-se ao lado, acompanhando o lento retorno desse mundo estranho, no qual, pouco a pouco, o cientista começa a contemplar “cores sem precedentes” (p. 13) e “jogos de formas” que persistem sob os olhos fechados. Vão surgindo imagens caleidoscópicas fantásticas, “alternando, variando, abrindo e se fechando em círculos e espirais, explodindo em fontes coloridas, reorganizando e se cruzando em fluxos constantes” (p. 14). Nessa reorganização cruzada, a percepção acústica se transforma em percepções ópticas e todo som gera “uma vívida imagem variável, com sua própria consistência, forma e cor”. Passadas algumas horas, Hofmann, exausto, cai no sono, “para despertar na manhã seguinte revigorado, com a mente clara, embora ainda um pouco cansado”, mas sentindo fluir “uma sensação de bem-estar e vida renovada”. No dia seguinte, sua percepção estava diferente, com sede de vida: “o mundo estava como que recriado. Todos meus sentidos vibravam em um estado da mais alta sensibilidade que persistiu por todo o dia” (p. 14).

A conclusão do autoexperimento de Hofmann (1980) “mostrou o LSD-25 se comportando como uma substância psicoativa com propriedades e potência extraordinárias” (p. 14). Não se conhecia outra substância capaz de produzir efeitos tão intensos em doses tão baixas. Hofmann era um homem de ciência e estava seguro que o LSD “teria uso na farmacologia, na neurologia e especialmente na psiquiatria”, embora naquele momento “não tivesse a mínima suspeita de que a nova substância também viria a ser usada além da ciência médica, como um inebriante”. Tampouco reconheceu, à época, a “conexão significativa entre a inebriação por LSD e experiências visionárias espontâneas, até bem depois, após experiências adicionais levadas a cabo com doses bem mais baixas e sob condições diferentes”. Inúmeros usos e sentidos ainda estavam por ser descobertos e inventados, mas, naquela ocasião, Hofmann apenas enviou o relato acima ao professor Stoll e uma cópia ao diretor do departamento farmacológico, professor Rothlin, que, com mais dois colegas, foram os primeiros a repetir a experiência (com um terço da dose ingerida por Hofmann).

Em seguida, estudos de laboratório indicaram a baixa toxicidade da substância, com alguns perigos parecendo residir mais na imprevisibilidade de seus efeitos psíquicos. E, como tais efeitos persistem mesmo quando a substância não pode mais ser detectada no organismo, os cientistas tiveram que considerar que “o LSD não é ativo como tal, mas desencadeia certos mecanismos bioquímicos, neurofisiológicos e psíquicos que provocam a embriaguez e continuam mesmo na ausência do princípio ativo” (Hofmann, 1980, p. 18). Veremos adiante algumas tentativas que foram feitas, ao longo do tempo, no sentido de descrever e problematizar tais princípios ativos,

mecanismos e efeitos psíquicos, assim como analisá-los, classificá-los e nomeá-los, segundo modos também diversos de se compreender a experiência subjetiva e os dispositivos que a alteram.

No entanto, um fator que já podemos destacar aqui é que as substâncias apenas desencadeiam certos mecanismos que já possuímos, podendo nos servir como lente de aumento para analisarmos com mais precisão tais mecanismos. O modo hegemônico de tratar o tema das substâncias psicotrópicas, colocando de um lado algumas consideradas benéficas em si mesmas e de outro substâncias maléficas em si mesmas, é ilógico. Atribui-se às substâncias um poder bem maior do que elas de fato possuem e ignora-se a ambiguidade do *phármakon*. Afinal, as drogas não garantem a qualidade da experiência, muito menos lhe oferecem conteúdos ou valores morais específicos. O principal não está nas substâncias em si, mas em quem as utiliza e como são utilizadas.

buscando palavras para descrever a experiência

Parte da comunidade científica viria a caracterizar os efeitos do LSD e outras substâncias cuja ingestão provoca efeitos similares, mesmo que em menor intensidade, como psicotomiméticos, termo que significa o que mimetiza a psicose (W05). *Mimesthai*, imitar, copiar, está ligado a *mimos*, palhaço, ator, imitador, enquanto *psykhis* resulta da junção de *psykhé*, mente, espírito, alma, com o sufixo *ose*, que indica condições ou estados alterados. Portanto, psicotomimético significa o que imita, tal como um ator, ou palhaço, a experiência da psicose. Não era nenhuma novidade a descoberta de substâncias que perturbam o funcionamento mental. Algumas delas, particularmente a mescalina, já haviam sido utilizadas em pesquisas relacionadas à “busca de fatores químicos capazes de causar psicoses, especialmente a esquizofrenia” (Cashman, 1970, p. 41). Mas, devido a seu efeito poderoso em doses diminutas, o LSD atraiu atenção imediata de psiquiatras.

Logo foi feita a primeira investigação sistemática da substância em seres humanos, na clínica psiquiátrica da Universidade de Zurique (Hofmann, 1980). Werner A. Stoll, filho do professor Arthur, conduziu a pesquisa. Os sujeitos do estudo eram tanto pessoas consideradas mentalmente saudáveis quanto diagnosticadas com esquizofrenia. Os resultados foram publicados em 1947. Embora não se tenha levantado a possibilidade de aplicação terapêutica, Stoll deu uma descrição detalhada de sua própria experiência com a substância, tendo sido o primeiro psiquiatra a publicar uma autoexperiência com o LSD. Hofmann reproduziu o relatório do qual extraímos alguns trechos preciosos:

Sentia que tinha que mergulhar cada vez mais fundo neste mundo estranho e fascinante, para permitir que sua exuberância, sua riqueza inimaginável, trabalhassem em mim (...) Me sentia um só com todos os romancistas e sonhadores, pensei em E. T. A. Hoffmann, vi o caos mental de Poe (...). Com frequência eu parecia alçar ao cume da experiência artística. (...) A

linha de raciocínio se acelerou. Mas eu tinha a sensação de que o supervisor do experimento poderia acompanhar meu ritmo. É claro que, intelectualmente, eu sabia que o estava apressando. No início, eu tinha as descrições à mão. Com o ritmo mais e mais frenético, ficou impossível levar uma ideia até o fim (Hofmann, 1980, p. 22). Eu havia experimentado coisas inesperadas e impressionantes. Parecia-me que um grande período de minha vida tinha sido comprimido em algumas poucas horas (p. 24).

A Sandoz se convenceu então que poderia ter em mãos um incrível instrumento para o estudo da mente humana e começou a produzir o LSD-25, enviando amostras para universidades, centros de pesquisa e terapeutas individuais, e pedindo-lhes retorno sobre os resultados das investigações. As amostras eram enviadas em tabletes de açúcar contendo 25 microgramas ou ampolas de 100 microg. de tartarato dietilamido de ácido D-lisérgico, sob o nome comercial *Delysid*, proposto por Hofmann (1980). As amostras da substância eram acompanhadas de um prospecto com: a) suas propriedades – não se trata, neste caso específico, de propriedades farmacológicas descritas como interações químicas entre moléculas, mas dos efeitos da ingestão da substância conforme percebidos, compreendidos e expressos pelos próprios pesquisadores/usuários; b) a via de administração – oral ou injetada, ambas possuem efeitos idênticos, embora a segunda via atue mais rapidamente; c) a validade – ampolas não abertas, ao abrigo da luz e armazenadas em um local fresco permanecem estáveis por um período ilimitado de tempo, enquanto ampolas abertas ou soluções diluídas, armazenadas em um refrigerador, perdem a eficácia em um ou dois dias; d) as precauções a serem tomadas – levando-se em conta que “condições mentais patológicas podem ser intensificadas pelo *Delysid*” (p. 27), sugerem que a substância seja administrada somente “sob supervisão médica” contínua, “até que os efeitos da droga tenham passado completamente”; e) um antídoto – para rápida reversão dos efeitos, sugerem a administração intramuscular de 50 mg. de *Clorpromazina*; f) dosagens e indicações – havia duas indicações de uso para a substância, com dosagens específicas:

Um primeiro uso indicado pelo prospecto era como auxiliar em “psicoterapia analítica, para fazer emergir material reprimido e prover um relaxamento mental, sobretudo em estados de ansiedade e neuroses obsessivas” (Hofmann, 1980, p. 26). Para tanto, sugerem uma dose inicial de 25 µg (1/4 de uma ampola ou 1 tablete), aumentada em 25 µg a cada sessão (semanal), até se chegar à dosagem ideal (normalmente entre 50 e 200 µg). O outro uso sugerido para o LSD-25 no prospecto da Sandoz é voltado para “estudos experimentais sobre a natureza das psicoses”: ao tomar *Delysid*, o psiquiatra pode obter um insight no mundo de ideias e sensações dos psicóticos, assim como a droga pode ser utilizada para “induzir psicoses-modelo de curta duração”, o que poderia auxiliar em “estudos sobre a patogênese das doenças mentais”. Doses de 25 a 75 µg são ditas “suficientes para produzir uma psicose alucinatória (numa média de 1 µg/kg de massa corporal)”. Para certas formas de alcoolismo crônico e psicose, o prospecto sugere doses maiores (2 a 4 µg/kg

de massa corporal).

Várias centenas de pesquisas com o LSD seriam feitas, com objetivos e metodologias os mais diversos, seguindo ou não as indicações acima. Antes de abordarmos um pouco dessas pesquisas e seus diferentes métodos, concepções, descobertas e implicações, cabe ressaltar ainda um resultado do estudo clínico pioneiro de Stoll, em Zurique: a classificação dessas substâncias como *phantastica*.

O estudo clínico de Werner Stoll, em Zurique, havia classificado o novo princípio ativo como um *phantasticum* (Hofmann, 1980), em referência à pioneira classificação de substâncias psicoativas, proposta em 1924, pelo farmacologista alemão Ludwig Lewin, também chamado Louis Lewin, na obra *Phantastica* (W06). Lewin distingue cinco grupos de “agentes capazes de efetuar uma modificação das funções cerebrais” (s/p, *tradução nossa*). São chamadas de *Excitantia* as substâncias estimulantes mentais, que “produzem, sem alteração da consciência, uma excitação geral do cérebro, mais ou menos evidente”, como plantas contendo tabaco, cafeína etc. *Euphorica* são substâncias “sedativas da atividade mental”, como o ópio, a morfina e a heroína, que “diminuem ou até mesmo suspendem as funções de emoção e percepção em seu sentido mais amplo”, podendo, por vezes, induzir ao usuário a um bem estar físico e mental. Os *Hypnotica* são os “agentes produtores de sono, tais como cloral, veronal, sulfonal etc”. Os *Inebriantia* podem ser produzidos por síntese química (por exemplo, álcool, clorofórmio, éter, benzeno) e “a fase primária de excitação cerebral é seguida por um estado de depressão, que pode, eventualmente, estender-se até completar a supressão temporária das funções”. Por fim, os *Phantastica*, as substâncias alucinógenas, “tais como botões de mescal (*Anhalonium lewini*), cânhamo indiano (*cannabis indica*), e as plantas que contêm tropinas, trazem evidente excitação cerebral, na forma de alucinações, ilusões e visões”. Tal divisão é esquemática. Como aponta a antropóloga Martine Xiberras (1989), dependendo do modo de uso, o que é considerado mais característico de um grupo encontra-se, em alguma medida, em qualquer outro grupo de substâncias, podendo, as mesmas substâncias, serem colocadas ora em uma, ora em outra, ora em várias categorias. Lewin foi pioneiro, não somente na classificação de substâncias, como também no estudo da mescalina.

visões fantásticas do celestial e do infernal

Como nos conta o escritor inglês Aldous Huxley (1954), logo no início de seu famoso ensaio *As portas da percepção*, foi em 1886 que Louis Lewin publicou o primeiro estudo sistemático do cacto mexicano *Lophophora Williamsii*, que seria então rebatizado *Anhalonium Lewinni*. O cacto já era consumido pelos astecas desde tempos pré-colombianos e conhecido como peiote. Segundo Albert Hofmann (1980), a mescalina, alcaloide do peiote, foi isolada em 1896 e, em 1919, foi elucidada

sua estrutura química e realizada sua síntese. Trata-se do primeiro *phantasticum* disponível em forma pura, “permitindo o estudo de mudanças quimicamente induzidas nas percepções sensoriais, ilusões mentais (alucinações) e alterações na consciência” (p. 25). Por muito tempo, foram vistas nessas características uma chave para investigações acerca do funcionamento da mente humana e, em 1952, o psiquiatra britânico Humphry Osmond chamou atenção para a “similaridade estrutural entre as moléculas da mescalina e da adrenalina, sugerindo que a esquizofrenia poderia ser uma forma de autointoxicação causada pelo corpo produzindo, por engano, seus próprios componentes alucinogênicos” (Lee & Shlain, 1992, p. 45, *tradução nossa*).

Em 1953, Osmond, que vinha pesquisando com o LSD e a mescalina em um hospital psiquiátrico canadense, forneceu uma dose de mescalina a Aldous Huxley, que, no ano seguinte, escreveu, sob o efeito da substância, o ensaio *As portas da percepção*, comparando a experiência vivida com aspectos tanto da psicose e da percepção artística, quanto de experiências místicas e visionárias. Em Huxley (1954), o impacto estético imediato é bastante intenso:

Meia hora depois de ingerir a droga, eu comecei a perceber um lento bailado de luzes douradas. Pouco depois surgiram imponentes superfícies rubras que cresciam e se avolumavam a partir de brilhantes nódulos de energia a assumir continuamente as mais variadas formas. De outra feita, ao fechar os olhos, se me deparava um complexo de estruturas cinzentas, de dentro das quais brotavam, incessantemente, pálidas esferas azuladas que iam se materializando e, à medida que o faziam, deslizavam silenciosamente para cima e fugiam de cena (p. 6).

Quanto ao título do ensaio, como afirma o próprio Huxley (1954), a noção da percepção como uma porta, uma passagem mais ou menos estreita, válvula ou funil, ecoa teorias do filósofo francês Henri Bergson, para quem, cada um de nós possuiria, em potencial, a Onisciência, mas como nos preocupamos em sobreviver a todo custo, e para tornar possível essa sobrevivência biológica, “a torrente da Onisciência tem de passar pelo estrangulamento da válvula redutora que são nosso cérebro e sistema nervoso” (p. 54). O que consegue passar pelo crivo é “um minguado fio de conhecimentos que nos auxiliam a conservar a vida na superfície deste singular planeta”.

A noção de percepção como um filtro, um funil a ser desobstruído, purificado, abrindo portas e passagens, abala o pensamento hegemônico, que não ultrapassa as percepções minguadas do senso comum. Mesmo quando está presente no discurso uma linguagem científica, por vezes os estudos tomam, sem questionar – e principalmente ao não questionar –, o modo predominante de se perceber as coisas como o modo correto. Perceber as coisas de maneira diferente soa como uma afronta, uma ameaça, para o modo hegemônico de sentir e pensar, de tal maneira que o pensamento hegemônico insiste em afirmar, à força, o modo mais limitado de perceber a realidade como sendo o único correto, normal, saudável. A incapacidade de perceber, de pensar de outro modo, vê patologia em tudo o que perturba os ideais limitados de objetividade e neutralidade, ou seja, as tentativas

constantes de separação entre sujeitos e objetos e de neutralização do sentido ético, estético e político de todo ato de conhecimento. Infelizmente, ainda predomina, em nossa cultura, esse modo limitado de perceber e, por conseguinte, de pensar. Felizmente, como veremos, não foi sempre assim e não é assim em todo lugar. E é isso o que nos deixa confiantes do valor de nossa aposta em abordar um tema tão multifacetado quanto o das drogas, de um modo bem distinto do hegemônico, que vem mostrando todos os seus fracassos, através do uso danoso de psicotrópicos, alimentado pelas lógicas heteronômicas do proibicionismo e da prescrição não negociada de medicamentos.

Humphry Osmond havia surpreendido o mundo médico em 1952, ao pensar a esquizofrenia como uma espécie de autointoxicação alucinógena. No entanto, embora substâncias como LSD e mescalina possam chegar a produzir alucinações e outros efeitos similares aos da psicose e serem chamadas, portanto, de alucinógenas ou psicotomiméticas, Osmond quer evitar uma inflexão patológica. As alucinações não resumem a experiência, tampouco se encontram sempre presentes. Bem mais que tentar produzir psicoses experimentais, o que o atrai, na experiência com esse tipo de substância, é o que ela faz emergir da mente, sendo importante para o cientista que as substâncias recebam um nome mais simpático e elegante. Osmond, após trocar cartas com Huxley, sobre o desejo de renomeá-las, registra, em 1957, nos Anais da Academia de Ciências de Nova York:

Tentei achar um nome apropriado para os agentes em discussão: um nome que incluísse os conceitos de enriquecimento da mente e alargamento da visão. Algumas das possibilidades foram: psicofórico, transformador da mente; psico-hórmico, excitante da mente; e psicoplástico, moldador da mente. Psicozínico, fermentador da mente, com efeito é apropriado. Psicoréxica, explosor do espírito, apesar de difícil, é memorável. Psicolítico, libertador da mente, é satisfatório. Mas minha escolha recai sobre psicodélico, manifestador da mente, pois o termo é claro, eufônico e não contaminado por outras associações (Osmond, 1957, pp. 17-18, *tradução nossa*).

Assim, o psiquiatra Humphry Osmond cunhou o termo psicodélico (do grego *deloun*, revelar, tornar visível, que vem de *delos*, visível, claro). Psicodélico seria então, etimologicamente, o que revela a mente, manifesta a alma, torna visível o espírito. Apesar de “não contaminado” a princípio, o termo psicodélico acabou recebendo também diversas outras associações. Os ensaios de Aldous Huxley, *As portas da percepção*, de 1954, assim como *O Céu e o inferno*, de 1956, por exemplo, ao irem além da comparação clínica com a esquizofrenia, para abordar as grandes criações artísticas e os estados místicos visionários, passaram a figurar entre as mais influentes obras literárias em defesa do uso de tais substâncias. O primeiro descreve os efeitos da ingestão da mescalina, acrescentando comparações com experiências de criação artística, estados esquizofrênicos e visões místicas; e o segundo estabelece uma analogia geográfica entre o planeta, com sua fauna e flora diversificadas, e a mente humana, com as ideias e símbolos que a povoam.

Em *O Céu e o inferno*, Huxley (1956) afirma ter utilizado metáforas geográficas, porque

“tais figuras exprimem, com bastante vigor, a dessemelhança essencial das regiões longínquas da mente” (p. 56). De acordo com o escritor, a mente seria composta de três regiões geográficas distintas: “um Velho Mundo de seu consciente”; também uma série de Novos Mundos “de seu subconsciente coletivo, com sua flora de símbolos e suas tribos de hábitos nativos”; e muitíssimo além, “do outro lado do vasto oceano, finalmente os antípodas da consciência cotidiana – o mundo da Experiência Visionária”. Nos antípodas da mente, estaríamos “quase que por completo livres da linguagem, fora do sistema de raciocínio conceitual” (p. 61). O título do ensaio anterior, *As portas da percepção*, que acabou inspirando o nome de uma banda californiana de rock dos anos 1960, *The Doors*, saiu de *O Casamento do Céu e do Inferno*, escrito e ilustrado por William Blake (2004), entre 1790 e 1793. No trecho de onde Huxley extraiu o título de seu ensaio, Blake afirma ter ido ao Inferno e ouvido que “toda a criação será consumida e se mostrará infinita e sagrada, assim como se mostra agora finita e corrupta” (p. 21). Essa manifestação da criação vai ocorrer “por uma aperfeiçoamento do gozo sensual”. Antes disso, no entanto,

a noção de que o homem tem um corpo distinto da alma tem de ser eliminada; isto devo fazer, imprimindo o método infernal, com corrosivos, que no Inferno são salutares e medicinais, derretendo superfícies aparentes e mostrando o infinito que estava escondido. Se as portas da percepção fossem abertas, tudo apareceria ao homem tal qual é, infinito (Blake, 2004, p. 21).

Abrir as portas da percepção ao infinito implica abrir-se para uma dimensão intensiva da experiência subjetiva, marcada por seus céus e infernos, o que, em geral, não ocorre sem que se misture dor e prazer. O que está em questão é o corpo, pondo em xeque a divisão entre mente e corpo que tenta submeter a matéria movente aos princípios imutáveis de certa concepção idealista do espírito. Blake (2004) aponta: “sem contrários não há progresso” (p. 8). E é desses contrários que “saem o que os religiosos chamam Bem e Mal. O Bem é o passivo que obedece à Razão. O Mal é o ativo que vem da Energia. O Bem é o Céu. O Mal é o Inferno”. Na leitura do poeta, todos os códigos sagrados causaram os seguintes erros: considerar que existem “dois princípios reais” no homem, “um Corpo e uma Alma”; considerar “que a Energia, chamada Mal, é apenas do Corpo, e que a Razão, chamada Bem, é apenas da Alma”; achar “que Deus atormentará o Homem pela Eternidade por seguir suas Energias”. Mas Blake alerta para o contrário disso: o homem não possui um corpo distinto de sua alma, “pois o que é chamado Corpo é uma porção da Alma discernida pelos cinco Sentidos, os condutos principais da Alma nesta era”; a energia “é a única vida e é do Corpo, e a Razão é a amarra ou circunferência exterior da Energia”; a energia, para Blake, “é o Deleite Eterno”.

Da passagem acima, interessa-nos, sobretudo, reter as críticas à dicotomia entre céu e inferno, reflexo das dicotomias entre bem e mal e entre alma e corpo. Tal como o poeta grego

Orfeu, Blake (2004) mergulhou em profundezas infernais e emergiu de volta para mostrar que os corrosivos não são necessariamente letais, mas podem servir para perturbar a lógica habitual que divide tudo a priori em promessas de felicidade absoluta ou ameaças de sofrimento absoluto. Sua proposta para a superação das dicotomias é radical: “a estrada do excesso leva ao palácio da sabedoria” (p. 12). O poeta não tenta o caminho da prudência, mas o do excesso.

É também como afirma o poeta francês Arthur Rimbaud (2001), em *Uma Temporada no Inferno*, de 1873, buscando “a liberdade na salvação” (p. 29), através de “um sono bem bêbado na praia” (p. 23). Quando Rimbaud decide engolir “um senhor gole de veneno” (p. 33), sente: “as entranhas me ardem. A violência do veneno torce meus membros, me torna disforme, me prostra. Morro de sede, sufoco, não consigo gritar. É o inferno, a pena eterna! Vejam como o fogo se ergue!”. Foram inumeráveis suas alucinações: “poetas e visionários teriam inveja. (...) Ah, isto! o relógio da vida parou há pouco. Não estou mais no mundo. (...) o inferno é sem dúvida *embaixo* – e o céu no alto” (p. 35). Ao sentir a saúde ameaçada, foi chegando o terror, com muito sono e sonhos tristes: “estava maduro para o falecimento” (p. 71). Por uma rota de perigos, foi levado aos “confins do mundo”, onde se deparava com “farrapos podres, o pão molhado de chuva, a embriaguez, os mil amores que me crucificaram!”. Mas, nessa temporada no inferno, viveu muito mais que o terror e criou também “todas as festas, todos os êxitos, todos os dramas” (p. 72). Procurou “inventar flores novas, astros novos, carnes novas, línguas novas”, pensou ter adquirido poderes sobrenaturais e, por fim, considerou lícito “possuir *a verdade numa alma e num corpo*” (p. 74). Como nos ensinou a *Claviceps purpurea*, o inferno é o corpo, seja queimando no fogo de Santo Antão ou se produzindo numa gestação.

O sentido dessa descida ao inferno é o de uma busca, uma pesquisa, um mergulho nos confins do inconsciente. Uma modulação da percepção que nos dá a sentir, com enorme intensidade, o inconsciente; mas não pensando esse inconsciente como uma espécie de depósito de recalques biográficos (o que seria uma fração mínima do inconsciente freudiano) e sim como inconsciente corporal, sensorial, intensivo. Para Huxley (1954), o corpo toma conta de si próprio: “tudo que o *ego* consciente pode fazer é formular desejos, que são então transmitidos ao corpo por forças que ele controla muito pouco e absolutamente não compreende” (p. 32). O escritor tem, na experiência com a mescalina, “uma vaga noção do que seja sentir-se louco. A esquizofrenia tem seus paraísos, de par com seus infernos e purgatórios” (p. 33). O inferno vivido é uma espécie de delírio religioso: de frente para uma cadeira que parecia um Juízo Final – ou, mais precisamente, “ante um Juízo Final que, depois de longo tempo e com considerável dificuldade, pude reconhecer como sendo uma cadeira” – Huxley sentiu-se, “de uma hora para outra, no limiar do pânico”. Percebeu repentinamente que estava indo longe demais, muito embora fosse sempre em direção a uma beleza maior, a “um sentido cada vez mais profundo” (p. 34). Analisando retrospectivamente, o

temor foi o de se ver “esmagado, desintegrado sob uma pressão de realidade muito superior a que uma mente, acostumada a viver a maior parte do tempo em um confortável mundo de símbolos, talvez pudesse suportar”. Esse temor, em termos espirituais, ocorre por uma incompatibilidade entre o ego humano e a pureza divina. Huxley se refere à doutrina exposta no *Bardo Thodol*, o *Livro Tibetano dos Mortos*, no qual, “a alma que se despreza foge atormentada da Serena Luz do Vazio, e até mesmo das Luzes menos intensas, indo lançar-se, precipitadamente, na confortadora escuridão da personalidade” (p. 34).

Durante a viagem de Huxley (1954) aos antípodas da mente, sua esposa Maria pergunta se ele seria capaz de fixar a atenção no que o *Livro Tibetano dos Mortos* chama de Serena Luz e o escritor fica em dúvida. Pensa um tempo e diz, por fim, que talvez conseguisse apenas “se houvesse lá alguém que pudesse esclarecer-me a respeito da Serena Luz. Não é possível fazer isso a sós. Daí a razão, creio eu, para o ritual tibetano – assentar-se alguém ao nosso lado, durante todo o tempo, para dizer o que vai ocorrendo” (p. 35). A substância não é a única responsável pelo destino da experiência. Huxley se pergunta então “como e por que é o Céu transformado em Inferno?” (p. 89).

As duas respostas que lhe ocorrem apontam para o preparo de quem vai ingerir drogas. Em certos casos, considera a experiência negativa como o resultado de causas primordialmente fisiológicas: “a mescalina tende, após sua ingestão, a se acumular no fígado. Se esse órgão estiver doente, isso pode levar a mente a sentir-se no inferno” (Huxley, 1956, p. 89). No entanto, mais importante, para o autor, é “que a experiência visionária negativa pode ser produzida por meios puramente psicológicos. O temor e a angústia barram o caminho para o Outro Mundo celestial e mergulham no inferno quem ingerir a droga”. É preciso cuidar da alimentação, do temor, da angústia etc, para se produzir abertura para a experiência. Mas a criação de um ambiente de confiança, com a presença de alguém mais experiente, que possa ocupar uma função de guia na viagem exploratória, é considerada um fator de importância primordial para a produção de um ambiente seguro e agradável para a ingestão da substância. Embora o nome não seja citado em *As portas da percepção*, sabemos que a primeira experiência de Huxley com a mescalina foi guiada por ninguém menos que o Dr. Humphry Osmond (1964), psiquiatra cujos principais interesses e preocupações consistem em “cuidar, tratar e aliviar pacientes que sofriam de esquizofrenia” (p. 54). Osmond teve, também para com o artista, o cuidado de um clínico: “o lugar não podia ser melhor, Aldous parecia o paciente ideal, Maria era eminentemente sensata, e nós gostávamos uns dos outros, o que era muito importante para a experiência” (p. 59). Assim como dissemos em relação aos grupos de intervenção da GAM-BR, reafirma-se aqui o papel primordial da confiança na experiência psicotrópica.

sopa de cogumelos ou ciência e arte

Em 1960, Aldous Huxley e Humphry Osmond visitam o clube dos professores da Universidade de Harvard, a convite do recém-contratado professor de psicologia Timothy Leary, que havia acabado de ler os ensaios de Huxley. Os textos lidos foram apresentados por um estudante de pós-graduação em Harvard que vinha fazendo alguns experimentos com mescalina entre amigos e soube do interesse de Timothy em pesquisar os efeitos de substâncias psicodélicas na mente humana. A recente descoberta que Leary (1960) havia feito dos ensaios de Huxley o marcou a tal ponto que logo conseguiu um encontro com o escritor, no qual ficaria impressionado com a bondade, a erudição, a sabedoria, “a voz elegante e alegre” (p. 219) de Huxley, que também o achou agradável, enquanto Osmond, por sua vez, achou o visual de Tim “um pouco quadrado, não?” (Leary, 1999, p. 55). Huxley, por sua vez, achou o visual estratégico para o tipo de pessoas que precisavam atrair. Como diz Luiz Carlos Maciel (1987), a essência do que se passou a chamar de careta, de quadrado, reside no conformismo: “por definição, careta é o homem que não é livre, não assume a responsabilidade da própria existência e prefere deixar-se conduzir com o resto da manada. Ele obedece, sem questionar, as regras que lhes são impostas” (p. 15). Uma vez que, para o sistema, parece “conveniente que a população seja composta, em sua totalidade, por caretas convictos”, Huxley considerou a aparência de Leary favorável para entrar no sistema e sabotar sua produção em série de conformismo.

No clube dos professores, o cardápio do dia, *sopa de cogumelos*, parece brincar com os novos amigos, que conversam sobre “como estudar e utilizar as drogas que expandem a consciência” (Leary, 1960, p. 219) e concordam sobre alguns princípios básicos para um estudo desse tipo:

Evitar a abordagem comportamentalista da consciência dos outros. Evitar rotular ou despersonalizar a pessoa sob a droga. Não deveríamos impor nosso jargão ou nossos próprios jogos experimentais a outras pessoas. Não pretendíamos descobrir novas leis, isto é, descobrir as implicações redundantes de nossas próprias hipóteses. Não nos limitaríamos ao ponto de vista patológico. Não interpretaríamos o êxtase como mania, ou a tranqüila serenidade como catatonia; não iríamos diagnosticar Buda como um esquizóide desligado; nem Cristo como um masoquista exibicionista; nem a experiência mística como um sintoma; nem o estado visionário como um modelo de psicose (Leary, 1960, p. 219).

Huxley se ofereceu para participar das reuniões de planejamento e estava disposto a tomar cogumelos em Harvard quando a pesquisa estivesse em andamento. A sessão de psilocibina, com 14 participantes ao todo, ocorreu em 6 de novembro de 1960. Ao longo dos anos, o escritor teve diversos encontros com cientistas interessados nos estados alterados da mente. Um desses encontros marcou o químico Albert Hofmann (1980): “fiquei encantado quando recebi um telefonema de

Aldous Huxley no laboratório, numa manhã de agosto de 1961. Ele estava passando por Zurique com sua esposa e convidou a mim e a minha esposa para almoçar no Hotel Sonnenberg” (p. 85). No encontro, o escritor alertou ao cientista que “considerava experimentos sob condições de laboratório insignificantes, uma vez que a suscetibilidade extraordinariamente intensificada e a sensibilidade a impressões externas e ao ambiente são de importância decisiva” (pp. 85-86). Muito ainda havia por se aprender no que diz respeito às metodologias para abordar a questão da psicodelia. Mas, no momento, queremos apenas destacar o papel da afinidade entre cientistas e artistas nas modulações de sentidos pela qual a experiência vai passando. Em uma conferência feita por Huxley (1959) na Universidade da Califórnia, num simpósio da Faculdade de Medicina sobre “Uma abordagem fenomenológica do estudo da mente”, em São Francisco, o escritor define sua tarefa como sendo a de criar uma ponte entre a ciência e o mundo em geral, tentando aproveitar o máximo de ambos: “o mundo da especialização, que é absolutamente necessário, e o mundo da comunicação e interesse gerais pelos assuntos mais importantes da vida, que também é necessário” (pp. 201-202).

Huxley, nascido de uma notável família literária e científica, tinha grande afinidade com ambos os meios. Sua troca de correspondências com Osmond, em 1956, quando o psiquiatra havia mencionado o termo psicodélico em substituição ao termo psicotomimético, é reveladora da postura transdisciplinar dos dois. Osmond lhe havia escrito “para um mergulho no Inferno ou um voar angélico, tome uma pitada de psicodélico” (Huxley, 1956a, p. 137). Mas Huxley leu “psicodético” e não compreendeu o sentido, sugerindo, ao invés, o termo “fanerótimo”, de *phaneroein*, tornar visível, manifesto: “para fazer este mundo trivial sublime se tornar, basta meio grama de fanerótimo tomar”. Aliás, o escritor nunca chegou a aprender o termo proposto por Osmond, pois ele invariavelmente escrevia “*psychodelic*” no lugar de “*psychedelic*”, por achar este último incorreto. Em uma carta para o químico Alexander Shulgin, Osmond escreveu uma variante para a estrofe feita em colaboração com Huxley:

Para este mundo trivial sublime se tornar,
Basta meio grama de fanerótimo tomar.
Para um mergulho no Inferno ou um voar angélico,
Você precisa de uma pitada de psicodélico (Huxley, 1956, p. 137).

O químico e farmacologista Alexander “Sasha” Shulgin é também personagem importante no que diz respeito à experiência psicodélica, tendo se tornado conhecido como pai do Ecstasy (como é chamado comumente o MDMA: 3,4-metilenodioximetanfetamina), embora este filho seja adotivo e sua prole legítima tenha atingido um número impressionante, com mais de 230 drogas psicoativas sintetizadas pelo cientista (W07). Shulgin começou a trabalhar com química nos anos 1950 e a pesquisar substâncias psicodélicas nos anos 1960, testando-as em si próprio e, em seguida, em amigos. Em 1967, Sasha foi introduzido ao MDMA, sintetizado originalmente em 1912 e patentado em 1914 pela empresa farmacêutica Merck. Adiante, sintetizou o fármaco e, em 1976,

apresentou-o ao psicólogo californiano Leo Zeff, que passou a usar pequenas doses como auxiliar em terapia, tendo divulgado para diversos outros psicólogos, entre os quais, a terapeuta Ann, com quem Sasha viria a se casar em 1981. Nos anos 1990, o casal Shulgin publicou dois “romances químicos”, nos quais contam sua história de amor e listam um catálogo de fármacos psicodélicos, com detalhes sobre sua síntese, dosagens e efeitos. Em 1992, o casal Shulgin publicou *PiHKAL: (Phenethylamines I Have Known and Loved): A Chemical Love Story*, dividido em duas partes: a primeira conta como Sasha e Ann percorreram sua vida até se encontrarem e a segunda lista um enorme catálogo de fenetilaminas, com detalhes sobre sua síntese e atividade. Mescalina e MDMA fazem parte delas. Em 1997, publicaram *TiHKAL (Tryptamines I Have Known and Loved): A Continuation*, detalhando sua história de amor e os processos e sínteses de uma lista de triptaminas, dentre as quais, o LSD, a psilocibina e o DMT. Sasha costumava testar as substâncias que sintetizava primeiro em si próprio, em seguida, ingeria com Ann e, então, partilhava com amigos. Com visual marcado pela longa barba branca, o sorriso amoroso e as camisas com motivos psicodélicos, Sasha, falecido em 3 de junho de 2014, aos 88 anos de idade, foi, além de químico, “um devotado à causa do prazer, da exploração das possibilidades da mente como forma de desobstruir qualquer barreira à vazão do amor. Nunca as patenteou, nunca as traficou, nunca achou boa ideia dar para moleques em raves ou tomá-las sem cuidadosa informação” (W08). É útil sublinhar aqui que se trata de algo bem diferente do que os grandes veículos de comunicação buscam formar em nossas mentes quando se remetem a pesquisadores de novas substâncias psicoativas – que acabam muitas vezes indo parar no mercado ilícito como opção para alguma outra cuja repressão ao tráfico esteja operando de maneira mais dura – como se fossem insaciáveis produtores de venenos viciantes, ávidos pela fortuna que podem sempre extirpar de suas vítimas indefesas, junto com sua já frágil saúde de vítima. Como veremos adiante, em sua tese de mestrado em criminologia, *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas?*, o delegado da polícia civil, Orlando Zaccone D'Elia Filho (2007), porta-voz da LEAP Brasil (*Law Enforcement Against Prohibition*, organização internacional formada por policiais e juristas, ativos e aposentados, que lutam contra a atual política de guerra às drogas e a favor de uma política de drogas antiproibicionista), mostra o quanto a imagem construída pela grande mídia em torno da palavra “traficante” não coincide com a das pessoas que, cada vez mais, lotam nossos presídios, sob acusação de tráfico de drogas. O trabalho do delegado apontou para a criminalização do pobre, pois é o varejista quem é de fato preso como traficante nas delegacias cariocas a cujas estatísticas e rotina o delegado tem acesso, embora esse mesmo varejista desconheça de onde venha a substância que vende, muitas vezes, após 'beneficiá-la' com produtos químicos utilizados sem muito rigor. Nosso interesse aqui é apontar para a outra parte da cadeia produtiva dos psicotrópicos tornados ilícitos, também demonizada pelo proibicionismo: a da pesquisa, tanto científica como estética. O

ano de 2014 conheceu no Brasil a proibição, pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), de substâncias da família nBOME, divulgadas em reportagens especiais do programa Fantástico, da Rede Globo, como substâncias *mais perigosas que o lsd* ou, o que chega a ser ainda mais ousado, substâncias *mais perigosas que o crack*. As matérias são divulgadas sempre no intuito de criar a imagem de vilões tentando descobrir substâncias mais nocivas, maléficas, letais, embora tal busca não seja a dos pesquisadores da experiência psicodélica, mas somente a busca de militares e de quem mais se afine com um pensamento de guerra, de exceção, uma cultura de violência, estupro, abusos e humilhações diversas. Como Walter Franco já dizia, desde os anos de chumbo de nossa ditadura civil-militar, é preciso desmilitarizar inclusive a mente dos civis (W09). Mentes militarizadas são autoritárias e violentas, e o recurso à autoridade e à violência é fruto da ação desesperada do chamado instinto de sobrevivência, quando, por falta de recursos cognitivos e afetivos para lidar com uma situação que provoque qualquer desconforto, recorre-se à tentativa covarde de eliminar a 'ameaça'. Mentes militarizadas enxergam mudanças como ameaças à 'ordem', enxergam os diferentes como inimigos. A grande indústria cinematográfica costuma contribuir na produção dessa subjetividade bélica, entupindo as mentes de seu público consumidor com 'mocinhos' e 'bandidos'. Se não houvesse consistência na expressão “a vida imita a arte”, talvez a banalidade do mal não encontrasse tanta expressão, talvez não houvesse tantos 'justiceiros', 'vingadores' e 'heróis', algo que se expressa tanto quando civis se reúnem para praticar linchamentos, quanto quando representantes da lei naturalizam punições que não fazem mais que controlar classes sociais consideradas potencialmente perigosas. Enquanto o direito é pensado como exercício punitivo, não há como exercer qualquer direito (Batista, 2014).

Mas, voltando a um contexto no qual, ao que parece, as coisas ainda ocorriam de modo mais saudável, inspirados nas considerações de Huxley sobre a experiência visionária e o papel do guia no Livro Tibetano dos Mortos, Timothy Leary, Ralph Metzner e Richard Alpert, psicólogos que vinham há certo tempo conduzindo os experimentos com ingestão de LSD na Universidade Harvard, escreveram, em 1962, o livro *The psychedelic experience: a manual based on the Tibetan Book of the Dead* (Leary, Metzner, Alpert, 2007, p. 3, *tradução nossa*), uma espécie de guia para a viagem psicodélica que visa explorar a experiência como uma “jornada a novas regiões da consciência”. Nessa jornada, vai exercer enorme influência o binômio *set & setting*, cujo sentido esclarecemos no tópico a seguir. O livro descreve a experiência psicodélica como uma experiência de conteúdo e alcance ilimitados e que, como veremos, apresenta por características mais marcantes a “transcendência de conceitos verbais, das dimensões espaço-temporais e do ego, ou identidade”.

O livro, publicado em 1964, foi dedicado a Aldous Huxley, cuja morte coincidiu em data com outro acontecimento que lhe ofuscou: o assassinato do presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 22 de novembro de 1963. Nas palavras de Hofmann (1980), que teve sua última reunião com o

escritor na convenção de Estocolmo de 1963, “sua aparência física já estava marcada por uma doença severa; sua personalidade intelectual, porém, ainda não mostrava diminuição dos sinais de um compreensivo conhecimento das alturas e profundidades dos mundos interior e exterior do homem, que ele havia exibido com tanto gênio, amor, bondade e humor, em seu trabalho literário” (p. 87). A fase terminal de câncer na garganta, de que Aldous padecia, é normalmente acompanhada por convulsões e crises de sufocamento. Assim, um fim dramático o aguardava. No entanto, conforme Laura Huxley (1963), sua segunda esposa (Maria falecera há poucos anos), deixou relatado para parentes e amigos, Aldous não havia pensado conscientemente no fato de que morreria em breve, até que tivesse chegado de fato o dia de sua morte. O período do dia 15 ao 22 de novembro foi marcado por intensa atividade mental para Aldous e diminuição das doses de Dilaudid (derivado da morfina). Sempre que Laura propunha algo e ele se sentia cansado, dizia apenas “daqui a pouco”, mas naquela manhã decidiu escrever “se eu partir”... Laura vinha lendo para ele, ao longo de seu convalescimento, trechos do manual *The psychedelic experience* e notou que a hora de seu marido se aproximava. Quando Aldous se encontrava bastante doente e impossibilitado de falar, escreveu-lhe um pedido: *LSD, 100 µg, intramuscular* (100 microgramas de LSD, aplicação intramuscular). Após consultar o Dr. Sidney Cohen, psiquiatra que havia testado o LSD em casos terminais, obtendo sua concórdia, Laura injetou, às 11:45, uma dose de 100 µg, sentou-se ao lado de seu marido e disse “querido, talvez daqui a pouco eu tome também com você. Você gostaria que eu tomasse daqui a pouco?” (p. 313), ao que Aldous respondeu afirmativamente. Meia hora depois, a expressão em seu rosto começou a mudar um pouco, embora ainda dissesse à sua esposa não estar sentindo os efeitos. Laura achava esse tipo de denegação bem típico de seu marido, no entanto, quando mais meia hora se passou, decidiu dar-lhe uma redosagem de mais 100 µg: “disse a ele que ia fazer isso e ele concordou” (p. 314). Desse momento em diante, Laura decidiu ficar falando com seu marido e o acompanhar calmamente ao longo de horas, até notar que sua respiração foi se tornando cada vez mais lenta e suave, sem qualquer indício de luta: “apenas a respiração tornou-se mais lenta – e mais lenta – e mais lenta; a cessação da vida não foi absolutamente como um drama, mas como um trecho de música cessando tão levemente num *sempre più piano, dolcemente...*” (p. 315). Huxley partiu, aos 69 anos, para sua maior viagem, sob o efeito de LSD, deixando-nos ainda mais uma pista para seguirmos, acerca da diversidade de usos da experiência psicodélica para a vida e além.

a experiência psicodélica: *set & setting*

A jornada a regiões inexploradas da mente, a que chamamos experiência psicodélica, pode ser feita de diversas maneiras, com ou sem a ingestão de substâncias alucinógenas. Huxley (1956) destacava,

como formas alternativas de se atingir uma “experiência visionária” (p. 95): a produção de dióxido de carbono por meio de exercícios respiratórios e de canto; a contemplação de uma lâmpada estroboscópica, cuja “luz de lampejos ritmados parece agir diretamente, através do nervo ótico, sobre as manifestações elétricas da atividade cerebral” (p. 97); o jejum e a flagelação de aspirantes ao misticismo, como meios de alterar o equilíbrio químico do corpo; o deleite estético que pode ser provocado pela pirotecnia, pela iluminação artificial, por espetáculos teatrais, pela lanterna mágica, pelo cinema, a escultura. Em *The psychedelic experience*, Leary, Metzner e Alpert (2007) também indicam alguns meios para se experimentar uma expansão da consciência, como “privação sensorial, exercícios de yoga, meditação disciplinada, êxtase religioso ou estético, ou espontaneamente” (p. 3). Por outro lado, mesmo quando uma substância psicodélica é ingerida em dose eficaz, ela não produz a experiência – eis uma questão crucial para a presente pesquisa. A droga opera apenas como uma espécie de “chave química” que abre a mente e libera o sistema nervoso de seus padrões e estruturas:

A natureza da experiência depende quase que totalmente do *set* e *setting*. *Set* denota a preparação do sujeito, incluindo sua personalidade e humor no momento. *Setting* é físico – o tempo, a atmosfera do lugar; social – sentimentos das pessoas dirigidos aos demais presentes; e cultural – visões prévias do que seja o real. É por essa razão que são necessários manuais ou guias. Sua proposta é habilitar a pessoa a compreender as novas realidades da consciência expandida, servir como mapas rodoviários para novos territórios interiores que a ciência moderna tornou acessíveis (Leary, Metzner, Alpert, 2007, p. 3).

Conforme os autores indicam, vários mapas podem ser desenhados para a exploração psíquica. O *The psychedelic experience* baseia-se no modelo tibetano. O *Livro Tibetano dos Mortos* é também chamado *Bardo Thodol*, que significa algo como “Liberação pela Escuta no Plano Pós-Morte”. Esse plano é intermediário entre morte e renascimento. O livro descreve experiências do momento da morte, durante uma fase intermediária e durante o renascimento. A leitura dos budistas tibetanos é a de que a morte de que trata o livro não é apenas do corpo, mas também do ego. Nesse sentido, a proposta da experiência psicodélica, com base em tal leitura, é segura: “tanto quando você experimentar o céu quanto o inferno, lembre-se que é sua mente que os cria” (Leary; Metzner; Alpert, 2007, p. 5). Seguindo o modelo tibetano, distinguem três fases da experiência. A primeira, chamada *Chikhai Bardo*, é “da transcendência completa – além das palavras, do espaço-tempo, de si” (p. 4). Não há visões, pensamentos ou sentido de si, “apenas uma atenção pura e liberação extática de todo envolvimento com jogos”⁵ (p. 5). O segundo período, *Chönyid Bardo*, envolve “o

5 Os autores definem jogos (*games*) como “seqüências comportamentais definidas por papéis, regras, rituais, objetivos, estratégias, valores, linguagem, localizações características no espaço-tempo e padrões característicos de movimento. Qualquer comportamento que não apresente estas nove características é não-jogo: isto inclui reflexos fisiológicos, brincadeiras espontâneas, e atenção transcendente” (p. 5).

si, ou jogo da realidade exterior”. Em geral, é a fase mais longa e envolve alucinações. E o período final, chamado *Sidpa Bardo*, é o de retorno a si e ao “jogo da realidade rotineiro”. No primeiro bardo, ocorre a perturbação pura do sensório-motor, para além do espaço-tempo, de si, das palavras, plano de afecções, ações e reações involuntárias, automáticas; no segundo bardo, plano do controle egoico, ocorrem as alucinações e delírios, as projeções da mente, em seu devir-louco, apegado a identidades; e no terceiro bardo temos o plano de emergência da autonomia cogestiva na modulação de sentidos da experiência psicotrópica, plano mesmo de emergência do sentido.

Os autores propõem que se leia o manual previamente, mas que, durante a experiência, este seja utilizado como uma espécie de mapa, a ser consultado somente quando estivermos perdidos. Sugerem que o livro seja usado “para evitar armadilhas paranoicas ou reconquistar a transcendência do Primeiro Bardo” (p. 79). A primeira questão, ao se planejar uma sessão psicodélica, seria pensar os objetivos a serem alcançados, o que se busca – por exemplo, prazer estético, autoconhecimento, diversão, crescimento pessoal, experiência pura, “transcendência, liberação dos limites do ego e espaço-temporais; alcance de uma união mística” (p. 80). O principal objetivo do manual é ajudar a obter essa transcendência, essa liberação e união mística, embora possa auxiliar nos demais objetivos. E tanto a busca de uma experiência mais extrovertida quanto mais introvertida podem produzir estados celestiais ou infernais, conforme a atitude do viajante. Mas, o que queremos destacar é mesmo a importância da preparação individual (alimentação, expectativas, medos, sons, angústias etc) e ambiental (iluminação, sonorização, ventilação etc) para a experiência.

Quanto mais preparado se estiver (*set*), menos se dependerá das condições do ambiente (*setting*) e “quanto melhor a preparação, mais extática e reveladora a sessão” (p. 84). Nas primeiras sessões, o ambiente ganha importância ainda maior. Quanto à preparação (*set*), há de se considerar dois aspectos: um de longo prazo e um imediato. O primeiro diz respeito à história de vida, os medos, conflitos, paixões, culpas. O segundo se refere às expectativas quanto à sessão em si. Trata-se de um fator de importância crítica, pois “as pessoas tendem a impor suas perspectivas de jogo pessoal e social em quaisquer situações novas”. Por vezes, ante o novo, reage-se de modo automático, recorrendo a esquemas sociais com os quais se tenta passar pela experiência sem senti-la de fato. Para ajudar a recuperar, intensificar e desenvolver a sensibilidade à experiência, Leary, Metzner e Alpert sugerem a prática de meditação, assim como a leitura de autores como Huxley, o inglês Alan Watts – filósofo, escritor e estudioso de religiões comparadas –, e o americano Robert Gordon Wasson – banqueiro e micologista amador que, junto com a esposa, a pediatra russa Valentina Pavlovna Guercken, estudaram cogumelos alucinógenos e seu uso como enteógeno⁶.

6 O interesse do casal Wasson em cogumelos os levava ao México em 1953, onde encontraram a famosa curandeira mazateca Eva Mendez, que os iniciou em um ritual xamânico nativo com cogumelos psilocibe (W35). A experiência foi relatada em um artigo na edição de 10 de junho de 1957 da Revista *Life* (Wasson, 1957). Durante suas viagens ao México, Wasson identificou uma espécie de *Salvia* nova para os botânicos, colecionando, em 1962, o primeiro

Quanto ao ambiente (*setting*), o manual ressalta que é importante se distanciar dos distúrbios dos espaços usuais (distrações, intrusões, interrupções) e considerar diferenças entre sessões noturnas e diurnas, dentro de um cômodo ou ao ar livre, pensar na iluminação, na sonorização, na alimentação do corpo e da alma (livros, fotos, pinturas, músicas etc). Quando a sessão é realizada em grupo, manter-se juntos após a sessão e partilhar as experiências é tão primordial quanto desenvolver a confiança mútua antes dela. Os autores sugerem que, “ao se planejar uma sessão de grupo de cinco ou seis pessoas, é preferível ter presentes ao menos dois guias” (p. 92). Sobretudo nas sessões iniciais, “a atitude e o comportamento do guia são fatores críticos” (p. 89). A sessão deve ser guiada por alguém que consiga manter-se relaxado e sem medo, para não causar reações negativas. Além disso, deve ser alguém com “considerável experiência pessoal em sessões psicodélicas”, afinal, “administrar psicodélicos sem experiência pessoal é antiético e perigoso”. Como veremos adiante, é perigoso prescrever sem experiência não somente substâncias classificadas como psicodélicas, mas qualquer substância psicotrópica, qualquer droga capaz de alterar a mente; em suma, qualquer fármaco se torna bastante mais perigoso quando administrado sem uma base consistente nas experiências de uso. Isso não significa que a mera ingestão pessoal garanta essa consistência, tampouco é necessário ingerir de fato psicotrópicos para se ter uma atitude, uma postura ética, de abertura afetiva à experiência produzida pela ingestão de alteradores de estados e processos de consciência. Pois a experiência psicotrópica não afeta somente quem ingere o fármaco, tampouco pode este ser responsabilizado por toda a experiência.

usos científico, ritual e terapêutico de psicodélicos

No documentário alemão *The Substance* (2011), o Dr. Stanislav Grof, psiquiatra com mais de quarenta anos de experiência na pesquisa de estados alterados da consciência, conta sobre suas pesquisas clínicas com LSD, sublinhando a utilidade dessas pesquisas para a compreensão da mente:

o processo era uma espécie de penetração gradual, como uma arqueologia química, na psique, camada após camada. Descobri que havia uma grande variabilidade nas sessões. Não apenas entre os indivíduos. Se a mesma pessoa o tomasse repetidamente, as sessões seriam diferentes. Isso foi uma

herbário com amostras de *Salvia divinorum* (W41), utilizada pelos índios mazatecas de Oaxaca como substituto aos cogumelos psilocibe (Wasson, 1962). Seu princípio ativo, a *Salvinorina A*, age a partir de 100 a 200 microgramas, tendo a maior potência já encontrada em um psicoativo de origem vegetal (Carneiro, 2005b). Em 1976, Wasson, junto com Jonathan Ott, Carl Ruck, Danny Staples e Jeremy Bigwood, cunhou o termo “enteógeno” (de *enteos*, divindade + *genos*, geração), para designar plantas ou químicos sintéticos e semi-sintéticos que favorecem experiências místicas. Em julho de 2012, a Anvisa lançou no Diário Oficial da União a resolução número 27 (RDC n27), dispondo sobre a atualização da Lista de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas e Precursoras e Outras sob Controle Especial. A extração do LSA foi proibida – embora não a produção e comércio das sementes de onde o princípio ativo é extraído – enquanto que, a respeito da salvinorina, não somente o princípio ativo foi proibido, como a própria planta (W36), criando um estranho ambiente proibicionista em torno da planta sagrada.

progressão. Então comecei a pensar no LSD como um catalisador. Ele não criaria as experiências. Apenas as deixaria acessíveis. Com esse tipo de compreensão o LSD pode ser comparado a um microscópio para a biologia e a medicina, ou a um telescópio para a astronomia. O microscópio não cria mundos que não existem. Algo já existe, mas não é possível estudá-lo sem a ferramenta. O telescópio não cria bilhões de galáxias. Obviamente, elas já existem, mas precisamos de um telescópio para estudá-las (2011).

No texto *Os psicodélicos na autoexploração e na psiquiatria*, Stanislav Grof (1997) sublinha que, “desde tempos imemoriais foram utilizadas substâncias vegetais, e em casos mais raros, substâncias animais que continham alcaloides poderosos para alteração dos estados mentais com objetivos rituais e mágicos” (p. 253). Conta o autor que, na história da medicina chinesa há relatos de 3500 anos a respeito de substâncias psicodélicas. O soma, da antiga literatura indiana, provoca interesse especial, por sua influência no desenvolvimento da religião e pensamento filosófico hindus: “cento e vinte versos do *Rig Veda* são dedicados ao soma e exaltam os efeitos extraordinários que esta poção divina tinha em seus adoradores”. Outra planta com propriedades psicodélicas que foi usada com objetivos sagrados é o cânhamo, tendo servido “como um sacramento importante para grupos tão diversos quantos as tribos aborígenes africanas, brâmanes indianos, budistas tibetanos tântricos, algumas ordens sufi, citas antigos, e os jamaicanos rastafáris” (p. 254). Na América Central, a farmacopeia psicodélica sempre foi particularmente rica: há, em diversas culturas pré-colombianas (astecas, toltecas, maias) e índios contemporâneos (huichol, yaquis, mazatecas) uso de plantas com distintas propriedades de alteração da mente, como o peiote, os cogumelos sagrados *teonacatl* ou “carne dos deuses” (*Psilocybe cubensis* e *mexicana*), o *ololiuqui*, nome nativo das sementes de glória matutina (*Turbina corymbosa*, *Ipomeia*), a Ska Maria Pastora (*Salvia divinorum*). Na América do Sul, o psicodélico mais famoso é o *ayahuasca* ou *yagé*, cujo uso “já esteve sob ameaça de proibição legal em diversas ocasiões” (Goulart, 2008, p. 269), embora o uso milenar, por xamãs dos Andes equatorianos, do cacto de São Pedro (*Trichocereus pachanoi*) seja também digno de nota. A África equatorial contribui com o arbusto *eboga* (*Tabernanthe iboga*), cujas “raízes são consumidas por porcos selvagens, gorilas e porcos-espinho, provocando alterações dramáticas em seus comportamentos” (Grof, 1997, p. 255), embora lâminas da casca das raízes sejam também utilizadas como afrodisíaco e psicoestimulante, sob o nome *iboga*, cujos cultos utilizam doses elevadas, “em cerimônias que duram a noite toda, envolvem danças e tambores, com o objetivo religioso de intermediar a comunicação com os espíritos ancestrais”. Há também o agárico de moscas (*Amanita muscaria*), aquele cogumelo vermelho com bolinhas brancas que ilustra tanto as *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, como o desenho animado dos *Smurfs*, e que é amplamente utilizado por xamãs siberianos, índios norte-americanos e povos escandinavos. Além das plantas e fungos, há os psicodélicos de origem animal, como a pele de sapo e o “peixe dos sonhos” (*Kyphosus fuscus*), que, no Pacífico Sul, tem a

reputação de causar “poderosas visões de pesadelo”. Há registro, nas populações indígenas do alto e médio rio Juruá, da secreção da rã conhecida como *kampo* (*Phylomedusa bicolor*), como substância utilizada tanto para eliminar a “panema” (Lima; Labate, 2008, p. 315), a “má sorte”, quanto a “inveja, a fraqueza e a falta de harmonia com a natureza” etc.

Muitas outras substâncias poderiam ser adicionadas à lista acima, mas Grof (1997) chama atenção para um fator curioso: “a longa história do uso ritual de substâncias psicodélicas contrasta agudamente com o período relativamente curto de interesse científico por esses materiais e de sua investigação sistemática, clínica e de laboratório” (p. 256). Entre a síntese da mescalina, em 1919, e a segunda síntese do LSD por Albert Hofmann, em 1943, pouca pesquisa foi feita. Bem mais que a síntese, em 1938, do LSD-25, interessa-nos de fato pensar a experiência psicodélica em si. Assim, “a pesquisa inspirada na descoberta de Hofmann não ficou limitada ao LSD; levou ao renascimento do interesse pelas plantas e substâncias psicodélicas já conhecidas, e a uma nova avalanche de conhecimentos a seu respeito”. O próprio Hofmann desenvolveu profundo interesse por plantas e fungos tais como a *Salvia divinorum*, as sementes de *ololiuqui* e o cogumelo *teonacatl*, que o químico ingeriu em uma cerimônia mazateca que envolvia também a ingestão prévia de uma substância cujo nome soa bem familiar em nossa cultura, o *chocolatl*. Essa espécie de renascimento psicodélico faz mergulhar o pesquisador científico ocidental da mente em um mundo habitado por diferentes espécies de sujeitos que o apreendem segundo pontos de vista distintos, como no que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2000) chama de “perspectivismo ameríndio”:

Todo ser a que se atribui um ponto de vista será assim sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição de sujeito. Enquanto nossa cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussuriana: *o ponto de vista cria o objeto* – o sujeito sendo a condição originária fixa de onde emana o ponto de vista –, o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que *o ponto de vista cria o sujeito*; será sujeito quem se encontrar ativado ou “agenciado” pelo ponto de vista (p. 435).

O antropólogo se pergunta como atingir uma consistência para o trânsito por distintas perspectivas? E arrisca dizer que não se trata de uma tarefa trivial: “apenas os xamãs, pessoas multinaturais por definição e ofício, são capazes de transitar entre as perspectivas, tuteando e sendo tuteados pelas subjetividades extra-humanas sem perder sua própria condição de sujeito” (Castro, 2000, p. 446). Contudo, esse trânsito pode não estar tão distante de nós quanto parece. Como aponta Groff (1997), “a pesquisa clínica e de laboratório com os psicodélicos, durante sua era dourada, as décadas de 1950 e 60, trouxe uma confirmação inesperada das crenças, em relação aos efeitos dos psicodélicos, mantidas pelas culturas antigas e aborígenes, enquanto simultaneamente solapava muitas das premissas fundamentais e preconceitos da ciência newtoniana-cartesiana” (p. 259). Um passo nessa direção foi o reconhecimento de que “os psicodélicos não produzem de fato estados

farmacológicos específicos (psicose tóxica), mas são *amplificadores inespecíficos dos processos mentais*". Esta via não havia sido explorada durante a "primeira onda de interesse por psicodélicos nas primeiras décadas deste século [XX], quando a pesquisa focalizou primariamente a mescalina" (pp. 260-261), compreendida como uma droga que induzia uma psicose tóxica, "estado que não tinha interesse terapêutico" (p. 261). O uso em terapia começou na passagem para a década de 1950.

Inicialmente, o uso do LSD-25 foi recomendado por pesquisadores dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental como um "auxiliar para a psicoterapia, que poderia aprofundar e intensificar o processo terapêutico" (Groff, 1997, p. 261). Numerosos estudos apareceram, indicando que a terapia auxiliada por LSD poderia alcançar pacientes considerados difíceis candidatos à psicanálise e outros tipos de psicoterapia, como "alcoolistas crônicos, viciados em drogas, sociopatas, criminosos psicopatas, pessoas com distúrbios sexuais e indivíduos que sofriam de sérios distúrbios de caráter". No início da década de 1960, foi descoberta uma nova e excitante área para a terapia com psicodélicos, que é o estudo de pacientes com câncer ou outras doenças em estado terminal: "estudos de pessoas agonizantes indicaram que esta abordagem era capaz de trazer não só alívio ao sofrimento emocional e diminuição da severa dor física associada ao câncer, mas também uma transformação no conceito de morte e mudança da atitude em relação ao morrer". Este tema ainda vai retornar, mas urge distinguirmos, com Groff, as duas técnicas de psicoterapia auxiliada por substâncias psicodélicas que receberam maior atenção: a terapia psicolítica e a terapia psicodélica.

De acordo com Stanislav Groff (1997), "o termo psicolítico foi cunhado pelo pesquisador britânico e pioneiro na terapia com LSD Ronald A. Sandinson. Sua raiz *lytic* (do grego *lysis* = dissolução) sugere um processo de liberação de tensões, ou de resolução de conflitos da psique" (p. 263). Envolve a administração de uma série de dosagens médias de psicodélicos, com intervalos de uma ou duas semanas, visando a "exploração gradual de níveis cada vez mais profundos do inconsciente". O terapeuta costuma estar presente por horas durante a sessão, oferecendo apoio e interpretações quando necessário: "todos os fenômenos que ocorrem nas sessões com drogas ou nos intervalos entre elas são abordados com o uso dos princípios terapêuticos freudianos básicos". Este procedimento foi desenvolvido em clínicas europeias (Hofmann, 1980).

Já a terapia psicodélica, que é o tratamento praticado nos Estados Unidos, tem por objetivo principal criar as condições "para que o indivíduo tenha uma experiência profunda e transformadora de natureza transcendental" (Groff, 1997, p. 263). Para a maioria, "isto toma a forma de experiência da morte do ego e renascimento, com sentimentos subseqüentes de unidade cósmica e outros tipos de fenômenos transpessoais". Após um intenso trabalho de preparação psicológica dos pacientes, é utilizada uma dosagem elevada de psicodélicos (Hofmann, 1980). Há uma preocupação enorme

também com o ambiente estético (sons e silêncios, claridade, cores e escuridão, temperatura, cheiro etc) e um desestímulo a “interpretações verbais brilhantes e oportunas” (Groff, 1997, p. 263). Ao contrário, encoraja-se o cliente a “abandonar as defesas usuais e a render-se ao potencial curativo espontâneo da dinâmica mais profunda da psique”.

É interessante notar que, ao menos no início da década de 60, havia uma sintonia entre o rigor da ciência e a prática experimental no campo da existência subjetiva. No início, as pesquisas de Timothy Leary e Richard Alpert em Harvard iam bem. Administraram psilocibina para dúzias de universitários, pacientes, estudantes de teologia e prisioneiros, além de terem feito dois importantíssimos contatos fora da Universidade: Aldous Huxley e Allen Ginsberg. Leary chegou a debater com Huxley sobre os benefícios para a humanidade, advindos de insights produzidos pela ingestão de drogas psicodélicas por um grupo seletivo de artistas, cientistas e filósofos. No entanto, com Allen Ginsberg o debate foi mais radical. Com Leary, Ginsberg conseguiu LSD para Burroughs e Kerouac, entre outros de seu círculo de amizades, mas tinha um ideal igualitário de não limitar essa experiência, de potencial revolucionário, a um círculo aristocrático, e sim torná-la disponível ao máximo de pessoas: “Leary comprou a ideia – e se entusiasmou” (Gilmore, 2010, p. 53).

Inúmeros cientistas se interessavam em estudar a subjetividade na experiência com substâncias psicodélicas, mas havia ao menos um diferencial nas pesquisas de Leary e Alpert em Harvard: “o terapeuta não deveria simplesmente administrar a droga aos pacientes e, sentado ao lado deles, anotar suas reações, mas também tomar a droga” (Gilmore, 2010, p. 52). Numa época em que, como veremos adiante, o proibicionismo começa a se consagrar como forma oficial de tratar a questão das drogas no mundo, suas pesquisas estavam dando muito o que falar. Em 1962, David McClelland, o mesmo diretor do Centro de Pesquisa da Personalidade de Harvard que, dois anos antes, contratara Leary, agendou um encontro para debater sobre a continuidade do projeto de pesquisa com drogas. No encontro fatídico, alguns professores investiram contra Leary, insistindo que, “se o projeto fosse continuar, ele teria que deixar as drogas sob controle da universidade e administrá-las apenas num ambiente de hospital psiquiátrico” (p. 54). Isso significava abrir mão da horizontalidade radical que defendia e da produção do ambiente que valorizava. O imbróglio resultou, em 1963, em capas dos grandes jornais americanos noticiando que Leary fora liberado de suas obrigações de docente em Harvard, e Alpert, demitido por partilhar psilocibina com um estudante (embora o uso de psicodélicos ainda não fosse ilegal). Com a perda da legitimidade acadêmica, Leary e Alpert, os primeiros professores expulsos de Harvard, vão continuar a pesquisar psicodélicos, à margem da academia, focados sobretudo no LSD e contando com financiamento privado. Quando o manual *The psychedelic experience* (Leary, Metzner, Alpert, 2007) é publicado, seus autores não mais fazem parte da academia. Como veremos no próximo capítulo, o *setting* da experiência psicodélica com LSD vai receber novas colorações, ainda mais reluzentes e

rebrilhantes. Mas, antes, cabe ainda tecermos algumas considerações sobre as substâncias, doses e interações diversas na experiência psicodélica proposta pelo manual.

afinidades psicotrópicas

Para uma sessão psicodélica, o manual *The psychedelic experience* (Leary, Metzner, Alpert, 2007) sugere parâmetros de dosagem diferentes, de acordo com a substância utilizada e a experiência anterior de quem vai ingerir. É curioso que as doses necessárias para uma pessoa atingir a experiência desejada diminuam com o tempo. Por exemplo, para uma primeira sessão com LSD-25, a dosagem sugerida é algo entre 200 e 500 µg, enquanto para pessoas mais experientes, ou sessões em grupos mistos, a dose sugerida desce para algo entre 100 e 200 µg. Já para uma primeira sessão com mescalina, a dose é 600-800 mg, enquanto para os demais casos, cai para 300-500 mg. Uma substância cujo parâmetro de dosagem cai de 40-60 mg para 20-30 mg é a psilocibina, princípio ativo dos cogumelos *Psilocybe*, isolada pela primeira vez em 1958, também pelo químico Albert Hofmann (Cashman, 1970). Para novatos muito ansiosos, os psicólogos recomendam parcelar a dose: metade no início e a outra metade quando começar a se familiarizar com os efeitos psicodélicos.

Em certos casos, a utilização de outras substâncias antes da sessão também pode ser útil (Leary, Metzner, Alpert, 2007). Para pessoas ansiosas, os autores sugerem que a ingestão, uma hora antes da sessão, de *Librium*, um fármaco benzodiazepínico, que produz efeitos calmantes ou tranquilizantes, ou *Methedrine*, uma metanfetamina, com efeitos euforizantes, pode ajudar na experiência. Para o caso de alguma emergência externa o exigir, sugerem administração de *Thorazine*, nome de fantasia da clorpromazina, um agente antipsicótico, como antídoto para os efeitos psicodélicos. A entrada em cena desses três fármacos e a necessidade de uma apresentação um pouco mais detalhada dos mesmos vai nos ajudar a retomar o escopo do presente trabalho no que diz respeito às substâncias cuja experiência de uso queremos levar em consideração.

A classificação atual mais usual das substâncias psicotrópicas, quanto à ação farmacológica (Mansur; Carlini, 2004), as divide entre: aquelas cuja ingestão acelera, aumenta a atividade do sistema nervoso central, e que são chamadas estimulantes ou psicoanalépticas, como as anfetaminas, a cocaína, a nicotina e a cafeína; na direção inversa, as que retardam, diminuem a atividade do sistema nervoso, e que são chamadas depressoras ou psicolépticas, como os benzodiazepínicos, opiáceos, inalantes, o álcool e os soníferos; em uma terceira categoria, as psicodélicas ou psicodislépticas, de que vimos tratando até aqui, e que, em lugar da simples aceleração ou desaceleração, afetam o sistema nervoso em um sentido mais complexo, fantástico e perturbador (LSD-25, DMT, LSA, MDMA, NBOMe, mescalina, psilocibina, salvinorina, leonorina

etc). *Methedrine* entra na primeira categoria e *Librium* na segunda. O antídoto ainda merece mais atenção.

No início da década de 1950, mesma época em que Humphry Osmond havia observado a semelhança entre as moléculas da mescalina e da adrenalina, sugerindo que as alucinações psicóticas podiam ter causas endógenas, entravam em cena, no campo da saúde mental, os chamados agentes antipsicóticos sintéticos (Iversen, 2012), voltados para atenuar atividades delirantes, evitando, ao mesmo tempo, produzir os efeitos desagradáveis que costumavam ser produzidos pelos psicofármacos que havia antes do fim da segunda guerra. O primeiro antipsicótico a obter sucesso chamava-se clorpromazina, um agente de efeito tranquilizante, calmante, mas não sedativo. Na mesma década, foi descoberta também a primeira geração de medicamentos antidepressivos considerados seguros e eficazes: a imipramina e o cloridrato de amitriptilina.

Apesar de algumas drogas acima terem sido tornadas ilícitas ao longo do tempo, tendo seu destino relegado à clandestinidade, enquanto outras encontram excelente colocação no mercado formal, todas possuem por característica sua afinidade química com substâncias que possuímos dentro de nós e que atuam na modulação de nossa subjetividade. Quando não há afinidade entre sua composição química e a nossa, o fármaco não surte efeito. Eis um dos motivos pelos quais os psiquiatras dos serviços de saúde mental não são necessariamente melhores prescritores quando receitam medicamentos de ponta, e sim quando estão atentos para os efeitos de cada substância em cada usuário ao longo do tempo, podendo, com isso, ir testando e mudando os medicamentos, em busca de uma melhoria geral na qualidade de vida dos usuários. A chamada afinidade química é como uma espécie de atração química entre certas substâncias e nosso sistema nervoso central. Assim, depressores, estimulantes, perturbadores, antipsicóticos, antidepressivos podem ser todos reunidos pelo nome de psicotrópicos, palavra que advém da junção dos termos *psykhé* e *tropico* (de tropismo, capacidade de algumas plantas e fungos de se moverem em direção a algum estímulo atraente), designando o que se atrai pela mente, pelo espírito. No entanto, alguns efeitos psicotrópicos consistem em nos tornar mais sensíveis aos céus e infernos mais ricos de sentido espiritual, enquanto em outros sentimos como se nos afastássemos de tais perigos, se nos protegêssemos das armadilhas que aí por vezes se encontram. Assim, o tropismo pode ocorrer por atração ou repulsão, dependendo das afinidades entre os seres postos em relação.

É preciso esclarecer que, no presente texto, não buscamos dar conta de todo o campo de experiências com psicotrópicos, o que se encontra bem além do alcance desta pesquisa. Tampouco nos restringimos a um campo delimitado pelas experiências com substâncias psicodélicas. Minhas afinidades com a música, a filosofia da diferença e a saúde mental implicam um tipo de investimento desejante na percepção que, mais do que aproximar substâncias psicotrópicas de tipos diversos, expressa a indiscernibilidade entre experiências aparentemente desarticuladas entre si, tal

como um ruído, um conceito, um surto psicótico, um *insight* científico, um delírio literário, uma alucinação psicodélica, um *groove* de bateria e uma visão mística. É como a linha de sentido que liga transversalmente o romance *As Afinidades Eletivas*, de Goethe (1992), ao tema do magnetismo na obra de Bergmann (*De attractionis electivis*) e à ideia de afinidade química como expressão de uma lei geral de atração e repulsão na filosofia de Schelling, colocando “arte, filosofia e ciência em afinidades eletivas” (Passos, 2011, p. 11). Trata-se de um plano comum que conecta experiências que costumamos desarticular, como as de um escritor tal como Huxley, de um cientista tal como Osmond e de um psicótico, com o tipo de investimento desejante que fazem na percepção.

O filósofo François Jullien (2009), distingue o “comum” das noções de “universal” e de “uniforme”. Para Jullien, ambas seriam noções homogeneizantes, seja por identidade (universal), seja por semelhança (uniforme). Enquanto o universal seria uma noção lógica e o uniforme uma noção econômica, o comum é uma noção política e, como tal, heterogeneizante. Seguindo a pista de Jullien, Peter Pal Pelbart (2003) toma o comum não como uma propriedade, algo que se alcance, mas como um “fundo virtual, como vitalidade social pré-individual, como pura heterogeneidade não totalizável” (p. 30), nada tendo que ver com “as figuras midiáticas, políticas, imperiais que pretendem hipostasiá-lo, representá-lo ou expropriá-lo”. Em outros termos, o comum não diz respeito ao senso comum, para o qual *homem é homem e jacaré é bicho d’água*, ou seja, usuário é usuário, profissional é profissional, pesquisador é pesquisador, artista é artista, cientista é cientista... Como cantava Sérgio Sampaio (1976), em “Cada lugar na sua coisa”, *lugar de poesia na calçada / Lugar de quadro é na exposição / Lugar de música é no rádio / Ator se vê no palco e na televisão*. O senso comum, como diz Deleuze (2006c), é “uma função, uma faculdade de identificação, que relaciona uma diversidade qualquer à forma do Mesmo” (p. 80). O senso comum é o que busca reconhecer e homogeneizar o novo, o singular, por semelhança ao geral, já conhecido. Mas o comum, tal como pensamos, é o plano sensível das singularidades, um plano heterogênico, de diferença e criação, que perturba o senso comum. É, portanto, uma noção política e também estética, se entendemos, com Jacques Rancière (2005), os “atos estéticos como configurações da experiência, que ensejam novos modos de sentir e induzem novas formas da subjetividade política” (p.11). E, como não se trata do senso comum, do já dado, é preciso criar uma abertura sensível para o estranho, o novo, mantendo-se em sintonia com as diferenças que emergem no coletivo, para acessar e ao mesmo tempo construir este plano comum. Para nos aproximarmos, na saúde mental, da experiência alucinatória e delirante dos usuários, fazendo cogestão da medicação, é preciso ajustar a sintonia e cuidar das afinidades.

Afinidade vem do latim *affinis*, o que tem proximidade, contiguidade, amizade, vizinhança, tal como ocorre quando músicos afinam instrumentos comparando o grau de proximidade, de vizinhança entre os sons. Um violonista pode, por exemplo, ouvir um tom de referência enquanto

dedilha simultaneamente uma corda de seu violão e, com a outra mão, gira a tarraxa correspondente a tal corda, para um lado e para o outro, aumentando e diminuindo a tensão da corda e alterando, assim, a altura do som resultante, até que ocorram certas afinidades. Que afinidades? Entre os corpos sonoros, pode ocorrer que, enquanto um músico vá tocando uma corda do violão e ajustando sua tensão, outra corda reaja ao som daquela e comece a vibrar junto de um modo visualmente notável; é o que em música se chama ressonância, ou simpatia. Mas nem toda afinidade chega a ser notável visualmente. A produção do que se costuma chamar de ouvido musical envolve uma apreciação e uma habilidade de uso estético da afinação. É preciso certas afinidades entre os sons e o ouvido, assim como é preciso certas afinidades entre os sons produzidos e os sentidos de cada musicista para que um grupo chegue a uma boa afinação. Mas é preciso também afinidade e simpatia entre os próprios músicos, aquilo que o saxofonista Ornete Coleman chama de *harmolódica*, conceito que não sistematiza, por não dizer respeito a um sistema de organização do discurso musical, e sim ao cuidado na instauração e na manutenção de uma relação harmônica entre os participantes de um improviso. E, como um ouvido musical não se alcança de uma vez por todas, mas vai se produzindo e modificando ao longo de toda uma vida, a própria atividade de escuta vai também modificando o modo como cada músico aprecia e avalia o campo do sonoro. Além disso, há diversos sistemas de afinação diferentes e músicos que não param de criar outros sistemas que mais lhes agradem. Tal como essas afinações e afinidades musicais, a experiência psicotrópica envolve a apreciação estética de quem a vive, modificando também o tropismo dos usuários que passam a experimentar uma relação de afinidade com a substância, uma apreciação sensorial, estética, uma espécie de *estar a fim* dela. Mas será que essa afinidade é de fato com a substância ou com a experiência que ela ajuda a produzir? Ou, antes, em que sentido é estética essa experiência? Se não se trata de cirurgia estética, tampouco de uma lição sobre os parâmetros de definição do belo, como no senso comum, “estar a fim de” passa por certo domínio do sensível ou de alteração da relação que se pode ter de experiência do sensível, do espaço e do tempo, com o aqui e o agora, passa por um certo tipo de investimento do desejo na percepção (Deleuze, 1979). Trata-se de perturbar o senso comum, a identidade de si, e o espaço-tempo, de levar o aqui e o agora a uma experiência limite para poder se sentir diferentemente, que é, como bem aponta Michel Foucault, a base para se pensar e agir diferentemente. Psicodelia envolve alteração na relação de abertura para dentro e para fora. E isso implica um ethos, uma atitude política, que Leary (1999) chamou de “políticas do êxtase” (p. 57), em relação às quais, no capítulo a seguir, investigamos tecnologias de alteração cognitiva diversas, como dispositivos que podem ser usados tanto visando ampliar o grau de autonomia dos usuários quanto visando o exercício de controle heterônomo sobre os mesmos.

3 automatismos e autonomia

O que aconteceu em San Francisco e em toda a cultura jovem daquele tempo ainda vive em nós, quer gostemos ou não. Hoje, muito daquilo está assimilado, mas naquele ano, naquele verão, a transformação radical parecia estar em todos os lugares – na música, nas ruas, nos jornais, nas nossas casas – e isso era sensacional e provocador.

(Mikal Gilmore, crítico musical)

Um aspecto que eu gostei em particular foi a quebra dos grilhões – o grilhão intelectual representado pela mentalidade dos anos 50, o grilhão sexual que sempre foi imposto... qualquer coisa proibida pelo establishment. Qualquer coisa, desde Mao às drogas, da acupuntura a Eldridge Cleaver, foi encarada com prazer.

(Paul Kantner, guitarrista do Jefferson Airplane)

Os anos 1960, com todas as intensas transformações culturais envolvidas no período, oferecem matéria-prima para os mais diversos estudos acadêmicos, artigos, livros e relatos. Muito já foi escrito por quem viveu e por quem não viveu o período. Não pretendemos recensear ou repetir aqui o tanto de coisas que já foram ditas a respeito, tampouco revelar alguma novidade essencial sobre uma década cronologicamente concluída sete anos antes de nascer quem assina a autoria da presente tese. Queremos, no entanto, nos aproximar de uma questão que mobilizou o mundo no pós-guerra, qual seja, a da “certeza de que o imperativo da mudança não se esgotava na reformulação de velhos paradigmas: era preciso começar do zero, fundar uma nova ordem combinada com a desconfiança de todos os modelos existentes” (Merheb, 2012, p. 9).

O período do segundo pós-guerra foi marcado pela proliferação de procedimentos de síntese, na ciência e na arte, tentando recriar o princípio criador de tudo o que o ser humano supunha existir no mundo, que andava devastado pelas guerras, assustado pela ameaça nuclear e, por outro lado, encantado com os novos desenvolvimentos tecnológicos nos campos da eletrônica, da informática, das telecomunicações, das navegações espaciais e da psicofarmacologia. Contudo, as primeiras tentativas de síntese eram bem frustrantes. A Cibernética, por exemplo, buscando sintetizar a cognição humana, esbarrou com os limites de sua proposta de realização de uma ciência do controle automatizado dos sistemas ao se mostrar incapaz de sintetizar a autonomia, não por conta de uma questão passível de ser resolvida a partir do desenvolvimento tecnológico, mas pelo fato de a autonomia, a autodeterminação, não poder ser determinada de fora (heteronomia é ser regido de fora, enquanto autonomia é dar-se as próprias regras). Autômato significa “o que se move por si mesmo”, enquanto autônomo significa “o que se rege por si mesmo”. O primeiro implica a

repetição do movimento enquanto o último implica a repetição da habilidade de decisão.

Autonomia e liberdade são duas noções com forte projeção política nos anos 1960. Dentre as reivindicações do que entendemos por uma psicodelia social, está o livre direito ao uso do corpo. Os anos 1960, por um lado, tiveram um destino negativo na história, tendo sido em parte combatidos diretamente por iniciativas jurídico-morais proibicionistas e em parte tornados mercadoria cuja circulação somente alimenta a cultura do consumo, a que a própria contracultura pretendia se opor. Por outro lado, produziram e intensificaram potências revolucionárias com as quais podemos entrar em uma relação de devir, mobilizando aqui e agora forças de transformação e mudança atualizadas outrora e alhures. A falência do modelo da guerra às drogas e a atual crise da representação, que vem se performatizando em inúmeras manifestações políticas no Brasil e no exterior, nos impele, também agora, a fundarmos uma nova ordem, uma outra política, uma outra concepção de política, uma outra concepção de clínica, em outros termos, a clínica concebida em sua inseparabilidade da política, tal como propunha o analista institucional francês Félix Guattari, nos anos 1960. É no intuito de produzir uma sensibilidade que ajude a enfrentar desafios atuais tanto acerca das políticas de drogas e de saúde mental quanto acerca da questão do incremento da autonomia no cuidado aos usuários de psicotrópicos, lícitos como ilícitos, que faremos no presente capítulo um passeio pelos psicodélicos anos 1960. O cenário de São Francisco nos interessa particularmente como berço do *acid rock*, que buscava sintetizar, na música e nas letras, aspectos da experiência com o ácido lisérgico, assim como da *Haight-Ashbury Free Clinic*, criada em 1967 para o atendimento gratuito de usuários de drogas.

A síntese não é, em si, algo bom ou ruim. É, de certo modo, sempre síntese de um *phármakon*, cujo sentido não é essencialmente positivo ou negativo. Mas há um risco constante de que os procedimentos de síntese causem tamanho fascínio que se passe a admirar mais a beleza do sintetizado do que daquilo que se pretendia originalmente sintetizar. Admira-se mais a cópia que o original e, por conta disso, faz-se do original uma cópia da cópia: gravações automáticas de teleatendimento simulando expressões autênticas (*olha, obrigado por esperar... espero que não tenha sido muito tempo, mas agora vamos ver se consigo te ajudar...*) e atendentes telefônicos repetindo *scripts* como robôs (*surreal solanum, empreendimentos telecomunicacionais, sua alegria é nossa, atendente priscila, boa tarde, favor ter em mãos o número do seu cpf, o contrato, o código blink e informo que, para sua segurança, esta ligação está sendo gravada em um sistema criptografado da neo-cadmio, sem qualquer custo adicional para os planos master e ultra, em que posso ajudá-lo?*). Mas como recuperar o potencial de autonomia que se esconde por baixo desses automatismos robóticos, falsos, plásticos? É o que buscamos pensar no presente capítulo.

autômatos e automatismos

No século XVIII, o relojoeiro suíço Pierre Jaquet Droz vinha se dedicando à construção de relógios cada vez mais complexos e chegava a inserir, em alguns, mecanismos para a execução de música (W10). Com isso, conseguiu encantar o rei da Espanha e adquiriu dinheiro suficiente para dedicar seu enorme interesse em mecânica de precisão não mais somente à fabricação de relógios, mas também à produção de *autômatos* humanoides, mecanismos capazes de simular comportamentos humanos, como desenhar, escrever ou tocar um instrumento musical. Sua grande obra prima, reconhecida por especialistas do mundo todo até os dias de hoje, é composta pelos autômatos *o Escritor, o Desenhista e a Musicista*, máquinas que simulam não apenas os comportamentos, mas a própria aparência humana.

O termo autômato vem do grego *automatos*, que indica seres “que se movem por si mesmos” (Nascimento, 2006, p. 1034). Como aponta Mario Losano (1992), até o século XIX, as máquinas eram, em geral, apartadas de sua fonte de energia, como a água, o vento, o cavalo, o homem. Nesse sentido, os autômatos impressionavam justo por sua força motriz intrínseca, pertencendo a essa categoria “todas as máquinas que são movidas por pesos ou molas, e dão a impressão de se movimentar sozinhas. Servem de exemplo os relógios e os espetos giratórios” (p. 13). Quando olhamos para os ponteiros de um relógio bem ajustado, notamos que ele divide o tempo em intervalos de mesmo tamanho, não importa como experimentamos a passagem desse tempo ao longo de tais intervalos. Mas o tempo não nos passa sempre igual. Nossa percepção do tempo vivido se altera conforme os acontecimentos que o preenchem, daí que às vezes sentimos o tempo fugir e outras ele parece nem passar. Mas o relógio mede o tempo segundo uma divisão em intervalos de igual duração, que, neles mesmos, não coincidem com as distintas sensações de duração que experimentamos. Os andróides são tão insensíveis quanto. Os autômatos de Droz simulam comportamentos humanos, mas sem vida própria, pois também o fazem pela repetição automática de movimentos totalmente determinados a priori pelos que projetam e dão corda em sua engrenagem: o escritor, o desenhista e a musicista não possuem aqui qualquer determinação acerca do que escrevem, desenham ou tocam, tampouco foram consultados no que diz respeito à escolha de suas profissões.

Segundo Oscar Cesarotto (1987), a palavra robô – consagrada a partir da década de 1920 com a peça teatral R.U.R. (*Rossum's Universal Robots*), de Karel Kapek, que encenava uma rebelião de operários metálicos que, cansados de tanto serem explorados, acabavam matando seus capatazes – tem sua origem na palavra *robota*, que “em tcheco significa *corveia* e foi forjada na época feudal para batizar o trabalho gratuito que o servo devia ao seu senhor” (p. 152), sendo que, em outras línguas, como a polonesa, indica “labuta”, “tarefa forçada”. Talvez possamos dizer com

isso que o robô, o autômato, seja, em certo sentido, roubado, explorado, alienado. Os autômatos humanoides não impressionam apenas pela aparência humana, mas, sobretudo, pela ilusão de autonomia que colocam em relevo. Não apenas atraem pelo ideal de perfeição que suas formas e movimentos buscam performatizar, como repelem pelo aspecto plástico, sem vida, artificial, sintético, cuja presença nos fazem notar também em nossas habituais formas e movimentos gestuais, cognitivos, afetivos. Como diz Susana Nascimento (2006), tais máquinas possuem uma espécie de “dupla existência, que reflete uma utopia de perfectibilidade técnica e uma mimetização antropomórfica e zoomórfica, o inorgânico a imitar o orgânico” (p. 1034). Sua aparência é ao mesmo tempo sedutora e repelente, e a determinação do seu funcionamento aparentemente autodeterminado não provém de si mesmo, uma vez que tais “seres quase fantásticos e perfeitos, que alcançaram a independência técnica na sua ilusão de vida própria”, embora aparentem se mover de modo autônomo, necessitam ter todas suas funções programadas de antemão por um agente externo; apresentando, portanto, um funcionamento heterônomo. A palavra autonomia é “composta de *auto*, que quer dizer o próprio, o si mesmo, e de *nomos*, que quer dizer lei ou norma. Autonomia seria, então, dar-se a si mesmo suas próprias regras, e se oporia a heteronomia, que indicaria o estado daquele, ou daquilo, que é regrado, legislado por outro” (Eirado; Passos, 2004).

Mario Losano (1992) nos conta uma história dos autômatos, dividida em três fases, propondo-a como uma das muitas chaves de leitura possíveis da história da técnica. A primeira fase seria a da descoberta dos mecanismos, indo da origem de nossa civilização até o século XIX: “essa extensíssima fase inicial caracteriza-se pelo progressivo aperfeiçoamento dos instrumentos que substituem e incrementam a força muscular do trabalhador individual” (p. 9). A segunda, definida como a dos motores, abriu com a máquina a vapor e durou menos de um século. Os motores, a partir da segunda metade do século XIX, não serviram apenas para 'roubar o emprego' do operário, como também multiplicaram sua força: “o trabalho deste contém cada vez menos execução direta e cada vez mais controle sobre a execução empreendida pela máquina”. A terceira fase abre no fim da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento das técnicas de processamento eletrônico de dados: “a fase da eletrônica distingue-se pela construção de instrumentos que substituem e ampliam não mais o trabalho manual, mas o intelectual, em grau cada vez mais amplo e em formas socialmente cada vez mais inquietantes”. A pesquisa de Losano foca na *extensíssima fase inicial*, pois o autor está preocupado em mostrar o “desejo de maravilhar” (p. 14) que reside na origem do fabrico de autômatos e na contemplação de algum efeito “inusual, julgado impossível, do qual não se conheça a razão, e tais são precisamente os efeitos dessas máquinas” (p. 16).

Efeitos estéticos implicam efeitos cognitivos, modos de sentir implicam modos de pensar. No período que se convencionou chamar de Renascimento, houve intensa produção de conhecimento e valorização do homem como indivíduo identificado à consciência de si, que passou

ao centro do mundo, fazendo nascer o humanismo moderno. Nesse período, “o mundo passou a ser considerado cada vez menos como sagrado e mais como objeto de uso – movido por forças mecânicas – a serviço dos homens. Essa transformação é parte essencial da origem da ciência moderna” (Figueiredo, 2006, p. 24). No século XVI, o relógio representava uma ordem orquestrada de modo centralista e que, invariavelmente, funcionava segundo a razão. Assim,

começou-se a imaginar o universo conforme o modelo do relógio e a representar como mecanismos de relojoaria os três sistemas fundamentais em que transcorre a vida humana: o universo, o Estado e o corpo. A relação entre Deus e sua criação é comparada àquela entre o relojoeiro e o relógio. A harmonia do universo é explicada pela regularidade do relógio. O corpo do animal é concebido como um autômato movido por mecanismos, enquanto a técnica dos autômatos promete a realização de um antigo sonho: a criação de uma vida artificial. O relógio e o autômato tornam-se a metáfora fundamental da medicina. A mesma analogia aplica-se à forma do Estado ambicionado: uma estrutura dotada de autoridade central, cujas partes cooperam com a mesma natureza, previsibilidade e rapidez das engrenagens de um relógio. A forma estatal da monarquia absoluta, cada vez mais difundida na Europa a partir do início do século XVII, realizava precisamente essa aspiração (Maurice; Mayr, *apud* Losano, 1992, p. 68).

Luís Cláudio Figueiredo (1991) mostra de que maneira, à concepção aristotélica da *physis* como “uma natureza orgânica cujos movimentos e transformações obedecem a uma força endógena e autodeterminada” (p. 61), a época moderna opõe uma nova e sistemática concepção da natureza como um mecanismo, tomando o “universo como um grande relógio, imagem em que se condensam as imagens de movimento automático, da perfeição mecânica, do determinismo estrito e da quantificação” (p. 63). Essa visão da vida como um grande relógio automático é o que vai se intensificando com o avanço do mecanicismo: “no estudo dos animais, ao final do século XVII e no XVIII, o mecanicismo já não encontrava nenhum limite, e os maquinismos artificiais capazes de movimentos automáticos eram considerados representações adequadas destes organismos” (p. 65).

Antes do relógio, uma máquina utilizada como analogia do funcionamento do corpo humano foi, segundo Henrique Carneiro (2010), o alambique, devido ao “fluxo ascendente que depura os humores do sólido para o líquido e, finalmente, para o gasoso” (p. 131). As emanações do vinho, chamadas de “vapores” na época medieval, “eram vistas como partes etéreas que, ao subirem para a cabeça, produziam os efeitos da embriaguez”. Os corpos vivos, assim como alambiques, também destilavam e purificavam, “extraindo das substâncias as suas quinta-essências *espirituais*”. As ideias mais elevadas, emanavam dos corpos. No entanto, com René Descartes, tomou forma o “atomismo subjetivo”, ou seja, a ideia de um ser encapsulado, isolado, “em cujo interior brilha uma luz própria da razão que, projetada sobre o mundo e sobre si mesma, pode revelar as verdades do mundo e refletir criticamente sobre a própria instância subjetiva” (Carneiro, 2008, p. 67). A verdade do mundo é uma representação interna, reside no homem: “o sujeito do conhecimento (o 'eu') é tornado

agora um elemento transcendente, 'fora do mundo', pura representação sem desejo ou corpo, e por isto supostamente capaz de produzir um conhecimento objetivo do mundo” (p. 31). Antonio Gomes Penna (1991) sublinha uma influência de Descartes sobre a ciência da psicologia que viria a emergir na passagem do século XIX para o século XX, mostrando que sua “definição dos animais como autômatos e a conceituação deles como máquinas constitui fonte do behaviorismo” (p. 81). O autor resume o trajeto das ideias psicológicas de Descartes até o behaviorismo: “(1) Descartes afirma que os animais são autômatos; (2) Darwin sustenta que os homens são animais; (3) logo concluirá Watson que, nesse caso, os homens são autômatos”. Muito antes do surgimento do behaviorismo de John Watson, o mecanicismo já se apresentava em seu aspecto radical em *L'homme-machine*, de De La Mettrie, publicado em 1747, expressando uma posição, “que em muitos pontos se antecipa à do movimento behaviorista” (p. 90), na qual o mecanicismo “se confirma e se converte em sistema”. Luís Cláudio Figueiredo (1991) mostra como, na versão de E. R. Guthrie do behaviorismo, encontramos uma expressão pura do mecanicismo:

a aprendizagem para ele é um processo mecânico de associação entre estímulo e resposta baseado na simples contiguidade. A resposta, por seu turno, é conceituada como simples movimento, e não como uma ação do organismo. Todos os processos comportamentais são assim reduzidos a um nível de automatismos que excluem qualquer menção a intenções e propósitos (Figueiredo, 1991, pp. 67-68).

Para Mario Losano (1992), os autômatos são também metáforas negativas, através das quais “os adversários da monarquia absoluta indicavam o súdito que segue cegamente a autoridade, renunciando a suas qualidades humanas para transformar-se em máquina” (p. 69). Muitas vezes, agimos de modo tão automático, mecanizado, cronificado, a ponto de parecermos grandes relógios, metrônimos ou marionetes, mesmo quando não nos damos conta disso. Nossos corpos apresentam diversos movimentos involuntários, que distribuem de modo econômico a energia necessária à manutenção da vida e à realização de tarefas. Tais movimentos não se encontram sob o comando de um centro organizador único. Até aí, problema algum. Acontece que, às vezes, em experiências vividas como novidade – e, portanto, geradoras de ansiedade –, comportamo-nos como escravos de ideias automáticas, para tentarmos dar sentido ao que de fato vivemos na atualidade como *nonsense*. Nesses casos, nem notamos a enorme distância entre o que vivemos sensorialmente, aquilo que experimentamos/sentimos, e o modo como estamos avaliando a experiência vivida. Esse processo de distanciamento entre a experiência vivida e o juízo que dela emitimos ocorre como uma tentativa cronificante de subjugar nossa sensibilidade a uma moral e uma razão transcendentes que contenham em limites estreitos os potenciais ilimitados de sentido da experiência vívida.

As histórias de autômatos que nos conta Mario Losano (1992) encerram ao final do segundo período histórico proposto pelo autor, para quem os autômatos teriam sido suplantados pelo advento

da eletrônica e da informática, que teria realizado a promessa daqueles, “com técnicas inteiramente diversas, relegando-os ao museu de arqueologia tecnológica” (p. 123). Para Losano, chegada a terceira fase, “o império da eletrônica, o mundo dos autômatos acabou”. Mas, antes, teve a breve segunda fase, da revolução industrial, com grande desenvolvimento de máquinas elétricas e a vapor. Para o autor, esta fase já marca o início da extinção dos autômatos como mecanismos semoventes, pois, na época da revolução industrial, o mecanismo de relojoeiro que move os autômatos, embora se aperfeiçoe constantemente, já não se inova, com o foco dos estudiosos se concentrando, então, no motor primário. A mecânica tradicional permite a construção de qualquer máquina, “mas apenas com o motor primário – a vapor, de explosão ou elétrico, podem-se movimentar essas máquinas às centenas e aos milhares, multiplicando na mesma escala a força do corpo humano” (p. 114). Como Losano mesmo indica, os autômatos são máquinas ambíguas. E ainda dizemos mais: autômatos e automatismos são ambíguos em vários sentidos; ou, pelo menos, diríamos, em três sentidos.

Em 1899, Pierre Janet defendia sua tese de filosofia sobre o que chamou de automatismo psicológico, conceito através do qual buscava esclarecer estranhos fenômenos observados na histeria, no sonambulismo e na catalepsia. Considerava a ocorrência de duas atividades simultâneas na mente, que *ora se completam, ora se estorvam*: a consciência seria “essencialmente uma atividade de síntese que reúne um maior ou menor número de dados fenômenos num fenômeno novo, diferente dos seus elementos” (Janet, 2008, p. 310), mas haveria também outra tendência, uma tendência conservadora. A maior manifestação da primeira é a síntese, enquanto da última é a associação de ideias e a memória: “de fato, essas duas atividades costumam coexistir enquanto o ser está vivo; de sua sintonia e de seu equilíbrio dependem a saúde do corpo e a harmonia da mente” (p. 313). Mas, para Janet, basta a “atividade criadora da mente, depois de ter trabalhado no início da vida e acumulado certa quantidade de tendências automáticas, cessar de agir de repente, e descansar antes do fim, para que a mente se torne inteiramente desequilibrada e entregue sem contrapeso à ação de uma única força”. Para Janet, os estados histéricos de desdobramento da consciência que estudava decorreriam de “ideias fixas” oriundas de vivências traumáticas: “os ataques histéricos, de acordo com sua teoria, seriam a reprodução automática de tais vivências, invadindo de maneira autônoma a personalidade do paciente” (Pereira, 2008, p. 304). Em 1920, o psiquiatra Gaëtan Gatian de Clérambault (2006) publicou “Automatismo mental e cisão do eu”, apresentando o automatismo mental como um processo que estaria na base da experiência psicótica. O psiquiatra não chega a propor uma definição de automatismo mental, embora indique que este acentua o fenômeno básico da divisão do sujeito, quando o “eu” a respeito de quem se fala não coincide com o “eu” falante, quando a narrativa acerca de si deixa de acompanhar a própria experiência sentida no corpo.

No entanto, assim como Osmond propôs em relação ao termo psicodélico, é importante aqui

tirarmos o termo automatismo de qualquer conotação patológica, negativa. Foi com isso em vista que, no “Manifesto do Surrealismo”, André Breton chamou de automatismo psíquico “o ditado do pensamento, na ausência de todo controle exercido pela razão” (Breton, 1924, p. 309, *tradução nossa*), fazendo deste um procedimento estético para dar corpo a uma concepção de automatismo que não produz cronificação, heteronomia, mas, ao contrário, saúde, autonomia. O surrealismo nos mostra uma modulação no sentido do automatismo, uma inversão da relação entre o eu e os processos psíquicos que estão para além e aquém do eu. O automatismo psíquico dos surrealistas é utilizado como procedimento para dissolução do eu narcísico, pela produção de um tipo de perturbação dos sentidos próximo ao que é descrito no primeiro bardo da experiência psicodélica.

A escrita automática se torna um procedimento de criação que ajuda a mostrar e dissolver os limites entre temporalidades externas e internas. Para Passos e Eirado (2010), “a escrita automática permite tirar do texto qualquer excesso de pessoalidade, permitindo que um aquém e um além do sujeito do enunciado possam compor o sentido” (p. 120). Nesse sentido, o próprio automatismo enquanto procedimento pode servir também como chave para a promoção de uma autonomia estética – não no sentido de estudo do belo na arte, mas no das “qualidades do sentir” (Freud, 1919, p. 245). Pode-se falar aqui talvez em termos de uma certa experiência psicodélica da escrita e do pensamento.

No campo da saúde mental, chamamos de cronificação processos que acabam por reproduzir, ao invés de atenuar, as circunstâncias produtoras de sofrimento psíquico. Pensamos a cronificação como um processo decorrente da burocratização do atendimento, quando o objetivo de controle de sintomas via procedimentos protocolares acaba por tomar a frente do bem estar do usuário como um objetivo e uma prática, fazendo com que pessoas com forte potencial de ampliação de sua autonomia acabem se tornando pacientes crônicos, reféns do próprio tratamento. A repetição de hábitos cronificantes que distanciam o sujeito da experiência vivida resulta nessas respostas que o sujeito dá, sem conseguir levar em conta a situação atual, apenas repetindo automaticamente gestos, palavras, pensamentos, cujo sentido já se encontra estabelecido. No âmbito da GAM-BR, os automatismos são compreendidos como um tipo de reação possível dos sujeitos à desestabilização de identidades rígidas, provocada pela experiência de intervenção do grupo. Pois não basta pedir a um usuário que fale sobre sua experiência com a medicação para que consigamos acessar o plano prerreferido da experiência. Por vezes, o usuário foi viciado em um tipo de discurso moral sobre os psicotrópicos, permeado de promessas e ameaças (*se você usar remédio, vai melhorar; se não usar, vai piorar!*) que lhe invadem a experiência subjetiva de modo arrebatador (*are you experienced?*). Daí, perguntamos a um usuário se já pensara em viver sem remédios e ouvimos apenas algo do tipo *Remédio é bom...* Ante à novidade da pergunta, uma reação possível é recorrer a formas já existentes, evocando “micro-sujeitos e micro-identidades já constituídos para

lidar com este processo” (Ramos, 2012, p. 67). Essa recorrência é chamada automatismo devido à “presteza com a qual tais formas se oferecem à ação”. Em outros termos, “automatismo consiste na incorporação de modos de relação com o mundo já previamente estabelecidos”. Pode, assim, ser tomado como expressão de um exercício heterônomo do pensamento, pois se trata de respostas a priori, que vêm de fora da experiência vivida.

O automatismo, no entanto, aparece também em sua face positiva, criativa, como produtor de autonomia, ligado à técnica de narrativa que permite o acesso à dimensão impessoal da experiência. Assim, na GAM-BR, podemos distinguir: a) um automatismo como cronificação heterônoma da experiência; b) de um automatismo como despersonalização da experiência. Na narrativa da experiência, o automatismo pode emergir como estratégia de acesso ao plano do comum, ajudando a retirar um excesso de pessoalidade do texto. Uma despersonalização bem mais radical, um automatismo de outro nível, é o que acaba por ocorrer na cibernética, em sua tentativa de sintetizar o espírito. No século XX, automatismo vai definir algo além do movimento espontâneo da máquina: “os autômatos de relojoaria não são 'replicantes' verdadeiros porque não simulam o comportamento intencional, não possuem autonomia ou auto-regulação” (Passos, 1994, p. 72), tendo seu funcionamento ordenado do início ao fim, “não havendo neles espontaneidade intencional, ao contrário do autômato com retroalimentação, que pode regular sua própria conduta”. Passemos então aos autômatos cibernéticos.

cibernética e autopoiese

O século XX conheceu grandes esforços na tentativa de sintetizar autômatos autônomos. Em meados do século, com o desenvolvimento técnico-científico, junto à experiência devastadora das guerras, o mundo viveu um intenso período de busca de reinvenção, com investigadores de diversos campos vidrados em procedimentos de síntese, preocupados em recriar os próprios materiais e regras de criação. Tratava-se de uma tentativa de síntese da experiência que implicava, ao mesmo tempo, a produção de uma experiência do tipo sintética, artificial. A cibernética é uma expressão desse desejo:

O termo *ciber* é derivado de cibernética, palavra criada em 1948, por Norbert Wiener, para designar a nova ciência do comando e controle automatizado de sistemas. O termo deriva do grego *kubernets* (comando do piloto de um navio) e não deve nos fazer esquecer que sua origem remete exatamente ao centro do conceito teórico do exercício contemporâneo do poder, a técnica da gestão e todas as tecnologias do poder, ou seja, a noção de “governo” (Carneiro, 2008, p. 82).

Em meados do século XX, emerge um movimento interdisciplinar, envolvendo a psicologia

cognitiva, a linguística, as neurociências, a epistemologia, a inteligência artificial e a antropologia, configurando um novo campo do saber: o das ciências cognitivas, voltado basicamente para o estudo das formas e processos de conhecimento, informação e comunicação (Pedro, 2010). A primeira década das ciências da cognição, de 1943 a 1953, ficou conhecida como sua fase *cibernética*, termo que, como vimos, designa as ideias de pilotagem e governo: “como os comportamentos são orientados? Como se governa a ação?” (Passos, 2002. p. 3). Diferentemente dos autômatos do século XVIII, que capturam sobretudo pela aparência humana, o modelo de autômato cibernético é empregado pelas ciências da mente do século XX “não para reproduzir a forma aparente do homem ou de qualquer outro organismo, mas sim para tentar produzir a réplica de sua capacidade cognitiva, sintetizar o seu espírito” (p. 2). É a ciência tentando sintetizar o humano.

No mesmo ano de 1943 em que Albert Hofmann fazia a primeira viagem de bicicleta sob efeito de LSD, o matemático norte-americano Norbert Wiener, junto com Arturo Rosenbluth e Julian Bigelow, publicava o artigo “*Behavior, purpose and teleology*”, onde buscavam dar um certo sentido para o que seria nosso comportamento propositivo, inteligente, que chamam então de *feedback*, mostrando que esse feedback apresenta uma causalidade circular. Essa maneira de pensar o inteligente pressupunha certo fechamento, uma espécie de clausura operacional, pois o sistema não seria orientado a partir de uma informação vinda de fora, mas a partir do feedback gerado pela circularidade do circuito. Ele não é heterodeterminado, mas autodeterminado. Data também de 1943 a “criação da primeira máquina artificial, cuja concepção obedecia ainda ao princípio das antigas máquinas de calcular, mas cuja tecnologia, eletrônica, seria, em breve, a dos primeiros computadores” (Pedro, 2010, p. 186): era o ENIAC (Electrical Numerical Integrator and Calculator), que deu origem ao primeiro computador moderno, o EDVAC (Electrical Discrete Variable Automatic Computer), concebido por John Von Neumann, a partir das limitações do ENIAC, como um “autômato universal eletrônico”. Eduardo Passos (1994) mostra que a principal diferença entre o mecanicismo do século XVII e o neomecanicismo é que o autômato agora almeja ser replicante, copiar a autonomia do humano, seu poder de decidir sobre seus atos, determinar as próprias regras:

No século XX, chega-se a uma concepção mais precisa de automatismo que define algo além da simples capacidade de movimento espontâneo da máquina. Os autômatos de relojoaria não são 'replicantes' verdadeiros porque não simulam o comportamento intencional, não possuem autonomia ou auto-regulação. Seu funcionamento está ordenado (programado) do início até o fim da operação, não havendo neles espontaneidade intencional, ao contrário do autômato com retroalimentação, que pode regular a sua própria conduta (Passos, 1994, p. 72).

No entanto, observa Eduardo Passos (1994), a ciência, tentando sintetizar o humano,

artificializar a vida, ainda não consegue efetivamente sintetizar a autonomia, “artificializar a capacidade criativa ou inventiva do pensamento” (p. 72). O cognitivismo computacional falha ao analisar seu objeto como uma realidade meramente espacial, definindo o sujeito como “um conjunto de operações simbólicas determinadas pela sua estrutura formal” (p. 73). Em outros termos, “as máquinas cibernéticas não experimentam o devir”. Ao menos não até que um impulso necessário à transgressão dos limites plásticos, automáticos, da sociedade hegemônica, fortíssimo impulso à autonomia, viesse a ser tomado nas ciências da mente, produzindo outro modo de se conceber a máquina cognitiva, não mais como cibernética, mas como autopoietica. É com os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela que este impulso de superação é tomado: enquanto a neurobiologia tradicional concebia a cognição como atividade exclusiva do sistema nervoso, que opera como mecanismo de processamento de informação, considerando a cognição como uma atividade heterônoma, determinada pelo que provém do ambiente, de fora do organismo, os chilenos vão buscar, em um primeiro momento, o ponto de referência na interioridade do sistema, a partir do qual a exterioridade é ela mesma engendradora, conceituando em seguida a interdependência do dentro e do fora: “a cognição se realiza como as modificações de um sistema fechado que cria os seus próprios componentes e que está em 'acoplamento estrutural' com o ambiente” (Passos, 1994, p. 74).

Os vivos são máquinas autopoieticas: “a unidade autopoietica está dobrada sobre si, engendrando os seus próprios componentes, delimitando-se como sistema autônomo” (Passos, 1994, p. 75). Todo sistema pode ser chamado vivo desde que respeite esta organização, configurando para si uma realidade no movimento circular da autopoiese. Tomando a vida como autopoiese, os autores destacam a dimensão temporal da autonomia. Autonomia é dar-se a si mesmo suas próprias regras. Mas, enquanto sistema vivo, o corpo comunica-se com seu meio através de suas membranas, formando, com este meio, outro sistema, cujas leis próprias de funcionamento são dadas não apenas pelo humano, mas pela textura da zona de indiscernibilidade entre os meios que se encontram em contato. Uma intensa experimentação sensível deste acoplamento estrutural com o ambiente se dá, por exemplo, no primeiro bardo, na experiência psicodélica de transcendência do ego, das palavras e do espaço-tempo, na qual somos percorridos por fluxos vibratórios de energia que nos arrastam para fora de nossa forma humana, por meio de ondas diversas que vão surgindo e se misturando às demais, passando por modulações e se propagando em várias dimensões e sentidos.

Podemos visualizar um exemplo de onda se propagando em uma única dimensão quando tangimos cordas e molas esticadas. Já o que vemos, se jogamos uma pedra em um reservatório de água parada, são círculos concêntricos se expandindo pela superfície dessa água, uma propagação bidimensional. Mas há também ondas invisíveis a olho nu, como as sonoras, mas cuja propagação,

no entanto, se dá em todas as direções. Na síntese eletrônica, assim como nas telecomunicações, a amplitude e a frequência das ondas pode ser modulada. A noção de modulação envolve uma espécie de variação constante sobre uma matéria que não perde sua forma, como um gesso dentro de um molde, mas que se modifica constantemente e não se altera sem oferecer certa resistência e experimentar certas afinidades. No caso da síntese FM, trata-se de alterar o timbre de uma onda sonora (chamada portadora), adicionando outra onda (chamada moduladora), que a modifica, resultando em “uma forma de onda mais complexa e uma sonoridade diferente” (W11). A onda moduladora modifica a onda portadora: para sintetizar um som harmônico, é importante a relação harmônica entre ambas as ondas; conforme a frequência moduladora aumenta, o som torna-se mais complexo (se o modulador gerar frequências não harmônicas, o resultado são sons dissonantes e percussivos). Quanta onda...

A onda com os psicotrópicos, em nossa leitura, tem funcionamento análogo. O tropismo é como uma relação de modulação entre ondas moduladoras (drogas) e ondas portadoras (usuários). Mas é preciso certa relação harmônica entre as ondas, certa atração mútua entre substâncias e usuários (afinidade química), entre substâncias e substâncias (as chamadas interações farmacológicas), entre usuários e usuários (*set*), entre linhas de força de natureza diversa presentes em determinado contexto (*setting*). A afinidade de que falamos, no caso, é com a onda, mais do que com a própria substância. Certa afinidade com o fluxo das ondas, como possuem os surfistas e as pessoas que, como eu, nunca subiram numa prancha de surf, mas curtem outras navegações, que, de todo modo, nos lançam no rio de Heráclito, para encontrarmos lá, não nossa imagem narcísica refletida, mas a imagem da mudança, da passagem do tempo, do devir, a imagem da dissolvência da forma humana. Vimos em outro lugar (Rodrigues, 2009a) que o devir, para Deleuze e Guattari (1997), diz respeito à perda das identidades hegemônicas e homogeneizantes nas quais nos reconhecemos como sujeitos, indivíduos, pessoas humanas. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível: todo devir é minoritário, molecular, indo em direção à dissolução das formas e limites identitários, mesmo os limites menos evidentes, como aqueles através dos quais habitualmente separamos em absoluto, por exemplo, os seres vivos das máquinas e a autonomia do automatismo. Mas o humano não está isolado da técnica. Como diz Liliana da Escóssia (1993), “a coevolução da humanidade e da técnica é o limite do pensamento ontogenético, que se caracteriza por pensar a gênese dos sujeitos e dos objetos inserida num mesmo processo de evolução: o processo de individuação do ser” (p. 178). Liliana se refere à noção de ontogênese da individuação proposta pelo filósofo Gilbert Simondon (1993), que sugere que partamos do que chama de pré-individual para pensarmos a individuação como um processo ontogenético, correspondente à saturação do ser e seu desdobramento em fases. Esse ser que se individua é coletivo, no sentido de multiplicidade. Nessa concepção, a tecnologia não é vista como um mero conjunto de meios a

serviço do homem, mas como algo cuja experiência tem o primado sobre quem a experimenta. A onda, a afinidade estética, é com a experiência de despersonalização, com as tecnologias de superação de si, com o impulso humano a ultrapassar a própria natureza. Nesse sentido, computadores, parques de diversão, fliperamas, videocliques, pistas de dança, shows de pirotecnia, são exemplos de tecnologias de alteração cognitiva que possuem muita afinidade com as drogas psicodélicas, ambas envolvendo investimento desejante na percepção.

O historiador Henrique Carneiro (2008), no artigo “Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência”, aborda o percurso de uma “história da consciência alterada por meios técnicos” (p. 77), a qual se inicia no século XIX, com a invenção do caleidoscópio e das máquinas óticas que levaram até o cinema, e aponta para a recente “combinação de meios de comunicação eletrônicos, novas drogas psicoativas, realidade virtual e técnicas de estimulação sensorial na cultura das *raves* do século XXI” (p. 77). Para o autor, “desde a invenção do cinema e da montanha-russa, emblemas de cerca de um século atrás, que a construção estética da realidade, a produção de estados criados especificamente para o deleite dos sentidos e a deriva da imaginação adquiriu o refinamento de uma tecnologia da imagem e do som nunca antes tão bem reproduzidos como *realidades virtuais*” (p. 77). O século XX conheceu novos dispositivos de produção de subjetividade através de feitos tecnológicos tais como a televisão, os satélites e as viagens espaciais. A televisão, por exemplo,

como principal meio de comunicação, fundador de uma onipresença multimidiática do audiovisual eletrônico, invadiu a esfera mais íntima da psicologia humana, dando origem a um novo modelo de subjetividade: avesso à literalidade, fragmentário, hiperveloz, cultura do *zapping* e do videoclipe (p. 78).

A televisão é uma máquina de produção de subjetividade, com o audiovisual produzindo intensos efeitos psicoativos. Tal como no uso constante de drogas, a experiência de assistir televisão ao longo de horas produz fortes modulações na consciência e no humor: “a tecnologia áudio-visual e a psicoquímica são ambos recursos tecnológicos de fabricação sensorial da realidade visionária” (Carneiro, 2008, p. 78). Quando fazia estágio na Lar Abrigado, ficava sempre encantado ao notar a relação de alguns usuários com as pessoas na televisão, com quem costumavam conversar. Parecia haver algo especial em conversar com as celebridades pela televisão, algo que não ocorria quando as mesmas decidiam visitar o Lar Abrigado e acabavam encontrando uma recepção bem pouco calorosa por parte dos mesmos usuários que tanto os idolatram pela TV. Trata-se de uma percepção peculiar. Essa espécie de mecanização e eletrificação do humano, de um lado, e de humanização e subjetivação das máquinas, de outro, faz nascer um tipo de criatura, na “fusão entre o silício dos chips, a carne dos tecidos humanos e as moléculas químicas de psicofármacos” (Carneiro, 2008, p. 81), que, seguindo as pistas de Tomaz Tadeu (2013), poderíamos chamar de ciborgue, marcado por:

“implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos *artificiais*. Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos. Estados *artificialmente* induzidos. Sentidos farmacologicamente intensificados: a imaginação, a percepção, o tesão” (p. 12).

Cyborg é abreviatura de *cybernetic organism* (Kunzru, 2013). Ciborgues são biotecnologias que embaralham as distinções entre natural e artificial (Tadeu, 2013). Para Donna Haraway (2013), “o ciborgue é nossa ontologia” (p. 37). O primeiro ciborgue foi um rato de laboratório (Kunzru, 2013). No final dos anos 1950, no Hospital Estadual de Rockland, em Nova Iorque, foi implantada uma pequena bomba osmótica no corpo do roedor, “que injetava doses precisamente controladas de substâncias químicas que alteravam vários de seus parâmetros fisiológicos. Ele era em parte animal, em parte máquina” (p. 121). Os ciborgues questionam a subjetividade humana, pois “aquilo que caracteriza a máquina nos faz questionar aquilo que caracteriza o humano” (Tadeu, 2013, p. 13). Os ciborgues evidenciam a coevolução da humanidade e da técnica, nos forçando a pensar não em termos de sujeitos ou indivíduos, mas em termos de fluxos, de intensidades: “o mundo não seria constituído, então, de unidades ('sujeitos'), de onde partiriam as ações sobre outras unidades, mas, inversamente, de correntes e circuitos que encontram aquelas unidades em sua passagem” (p. 14). Trata-se de pensar de outra maneira a relação do humano com a máquina. Como diz Haraway (2013), no final do século XX, as máquinas tornaram ambíguas as diferenças entre mente e corpo, natural e artificial, “aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumavam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes” (p. 42). Ou melhor, “a máquina coincide conosco, com nossos processos; ela é um aspecto de nossa corporificação” (p. 97).

A questão aqui então é adotar uma espécie de animismo maquínico, termo pelo qual a artista grega Angela Melitopoulos e o sociólogo italiano Maurizio Lazzarato se remetem ao estatuto da subjetividade no pensamento de Félix Guattari. O animismo é um modo de compreender o mundo, para o qual a alma é o fundo do real (Melitopoulos; Lazzarato, 1993). É muitas vezes confundido com o antropomorfismo, que consiste na atribuição de características humanas a seres não humanos, tal como nas ficções em que animais sentem, pensam e agem como seres humanos. Mas o animismo não é antropomórfico ou antropocêntrico, pois a subjetividade não é um atributo que separe o homem da natureza: “o fundo do real é a alma, mas não se trata de uma alma imaterial em oposição ou contradição com a matéria” (p. 8). Para os ameríndios, “é por causa da alma que todos somos parte do mundo” (p. 18), “todas as coisas são animadas”. É a matéria que é dotada de alma, independente se tratamos do orgânico ou do inorgânico. O animismo maquínico não separa o vivo do não vivo. Para esclarecer a natureza da máquina, a noção de autopoiese, proposta para pensar o biológico, é estendida por Guattari “às máquinas sociais, técnicas, estéticas, aos sistemas cristalinos

etc”.

Assim, o animismo maquínico de Guattari não diz respeito apenas ao perspectivismo dos povos ameríndios (Castro, 2000), às ditas sociedades animistas, sem Estado ou escrita, mas alguns de seus aspectos “também caracterizam o mundo da infância, da psicose, da paixão amorosa ou política, e da criação artística” (Melitopoulos; Lazzarato, 1993; p. 9). É o que Guattari e Deleuze chamam de máquinas desejanças, definindo-as por “seu poder de conexão ao infinito, em todos os sentidos e em todas as direções” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 514). No lugar de um sujeito, o que há em toda parte são máquinas desejanças, máquinas autônomas, dispositivos de corte e conexão, investindo de desejo a percepção. Nesse sentido, a “estética do corpo e do espírito possui uma poesia existencial que alcança novos recursos tecnológicos com a psicoquímica, a realidade virtual e as comunicações eletrônicas” (Carneiro, 2008, p. 78). A gestão de si, o domínio do próprio corpo e pensamento como esfera essencial da existência, “assume a relevância de um paradigma da liberdade” (p. 72).

Os estudos de Henrique Carneiro (2008) o levam a afirmar que drogas, além de moléculas físicas, “são formas de conhecimento e controle de si, autônomas ou heterônomas, com sistemas próprios de utilização na forma de signos, ritos e estilos” (p. 82). Os psicotrópicos diversos não são utilizados cada um de modo exclusivamente autônomo ou heterônomo, autonomizante ou heteronomizante, mas os sentidos diversos de seus usos vão modulando: “a ideia do controle químico da mente, que nos anos cinquenta da *guerra fria* animou os sonhos de *lavagens cerebrais* dos serviços de inteligência, foi confrontada com a perspectiva do uso autônomo e deliberado dos instrumentos de *modulação cerebral*” (p. 83), que fez emergir a cultura psiconáutica do final do século XX, com “a noção de navegação psíquica, surgida da vivência da viagem psicodélica como uma *trip* interior aos antípodas mentais” (p. 82), aproximando “as neurotecnologias (drogas, realidade virtual, estímulo de ondas cerebrais) e as tecnologias da informação (redes do ciberespaço, comunicação por satélite e cabo, computadores pessoais multimídia, imagem e som digital)”. É notável que uma parte dos entusiastas do ciberespaço tenha protagonizado a revolução psicodélica dos anos 1960 e que, destes, alguns tenham antes participado involuntariamente de pesquisas da CIA, Agência Central de Inteligência dos USA, que tinha interesse no uso heteronômico de psicotrópicos.

a cia e o lsd: inteligência e intuição

1977. Na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, conforme nos contam os pesquisadores Martin Lee e Bruce Schlain (1992), uma conferência de fim de semana, chamada: “*LSD: a generation later*” tinha a presença de diversos pesquisadores do LSD; dentre eles, o Dr. Hofmann,

aos 71 anos, então conhecido como “*father of the psychedelic age*” (p. xvii). O poeta Allen Ginsberg havia deixado para fazer sua lição de casa no voo para a costa oeste, onde tomou então uma boa dose de LSD-25. Em plena viagem, começou a refletir a respeito das notícias recentes na mídia sobre o uso do fármaco pela CIA como uma arma química de controle da mente. Sentiu-se horrorizado, ante a possibilidade de uma organização de espionagem ter se interessado pela disseminação da droga. Franco defensor do uso de psicodélicos como meio de se fomentar uma espécie de fuga ao controle, o escritor se perguntou, em pânico: “sou eu, Allen Ginsberg, o produto de lamentáveis, imprudentes, ou bem sucedidos experimentos em controle da mente da CIA?” (p. xix). Falou a respeito no congresso, mas poucos levaram a sério sua *bad trip*. Leary levou mais que a sério e disse-lhe que “o movimento psicodélico foi iniciado pela CIA” (p. xx), a agência contabilizou tudo em seus planos.

Pouco menos de um mês antes dessa conferência, o LSD foi o tema central de outra reunião, que, em dois dias, trouxe à tona detalhes da Operação MK-ULTRA, “o principal programa da CIA envolvendo o desenvolvimento de agentes químicos e biológicos durante a Guerra Fria” (Lee; Shlain, 1992, p. xxi). A testemunha principal do segundo dia era o cientista-chefe que conduziu o projeto MK-ULTRA, Dr. Sidney Gottlieb. De acordo com Gottlieb, o propósito da Operação MK-ULTRA e programas relacionados era “investigar se e como era possível modificar o comportamento de alguém de modo imperceptível” (p. xxiii). Como nos conta Henrique Carneiro (2005a), durante o período do nazismo, o exército alemão havia demonstrado interesse pela mescalina e diversos estudos foram feitos com a substância em prisioneiros nos campos de concentração. No pós-guerra, os Estados Unidos recrutaram mais de seiscentos cientistas alemães: “utilizando cientistas nazistas davam continuidade à utopia reacionária da manipulação cerebral total” (s/p). A mais famosa substância psicodélica, o LSD-25, “foi objeto de pesquisas secretas da CIA e dos exércitos do mundo, que se impressionaram com a capacidade de se produzir efeitos mentais tão avassaladores com quantidades tão ínfimas, pois com 100 gramas pode-se obter mais de 1 milhão de doses” (Carneiro, 2005b, p. 167). Quatro mil vezes mais potente que a mescalina, o LSD foi testado pelos militares como armamento de guerra a ser pulverizado nos inimigos, sem que se tenha, contudo, obtido sucesso com isso, pois o cloro da água tratada neutraliza os efeitos da substância. Quanto à CIA, o uso do LSD como arma para fins específicos de controle da mente foi “exaustivamente investigado a partir de 1953 pelo projeto MK-ULTRA da CIA, que obteve grandes quantidades de LSD sintetizado pela Eli Lilly & Co., e passou a testá-lo em pessoas inadvertidas” (p. 168).

A CIA foi fundada em 1947, mesmo ano em que a marinha dos Estados Unidos iniciou o projeto CHATTER visando “desenvolver meios para se obter informação das pessoas, independente de sua vontade” (Lee; Shlain, 1992, p. 5), conduzindo experimentos com mescalina. Tais

experimentos, no entanto, não resultaram no almejado “soro da verdade” e, em 1953 – mesmo ano em que Huxley provou a mescalina pela primeira vez –, o projeto foi descontinuado. O documento de outro projeto da CIA, o ARTICHOKE, indicava que o LSD havia sido testado inicialmente como parte de um estudo piloto sobre o uso de substâncias psicoativas que facilitassem um domínio heteronômico sobre as pessoas. Assim como ocorre usualmente nos laboratórios farmacêuticos, “quando os cientistas da CIA testavam uma droga para induzir a fala e descobriam que não funcionava, eles usualmente a deixavam de lado e tentavam outra. Mas tal não foi o caso do LSD” (p. 15). A CIA ficou intrigada com os potenciais da droga, diferente de tudo o mais que conheciam, e, sem saber exatamente para que serviria, dedicou bastante tempo e dinheiro na pesquisa dos efeitos do fármaco para usos militares e em interrogatórios diversos. Embora se interessassem particularmente por “relatórios psiquiátricos que indicassem que o LSD poderia quebrar padrões de comportamento habituais, aumentando assim a possibilidade de reprogramação ou lavagem cerebral” (p. 23), testaram o LSD como “soro da verdade”, sem sucesso, pois as informações reveladas sob seus efeitos eram por vezes bizarras ou incompreensíveis, o que comprometia sua confiabilidade; daí testaram então como “soro da mentira”, para agentes capturados utilizarem de modo preventivo, protegendo-se de possíveis interrogatórios (considerando, neste caso, que a ação psicotomimética da substância tornaria quem a ingerisse incapaz de passar informações confiáveis); testaram, enfim, das formas mais diversas, tentando justificar tais testes com a desculpa de que certamente os russos e os chineses vinham fazendo o mesmo, em uma típica demonstração da paranoia americana de controle do período da Guerra Fria.

Numa inspiração bergsoniana, diríamos que a CIA, em suas investigações acerca das substâncias psicoativas, foi sempre encontrando respostas à altura das perguntas que colocava. Tomemos como exemplo disso as pesquisas dos psiquiatras Max Rinkel, Robert Hyde, Paul Hoch, Harris Isbell e Ewen Cameron, que viam os psicodélicos como indutores de psicoses-modelo.

Como nos contam Martin Lee e Bruce Shlain (1992), em 1949, o cientista Max Rinkel levou LSD da Sandoz para os Estados Unidos e ofereceu uma dose a seu parceiro, “Robert Hyde, que fez a primeira viagem de ácido no Ocidente” (p. 20). Rinkel e Hyde organizaram um estudo com LSD em uma clínica de saúde mental afiliada com a Universidade de Harvard, no qual testaram os efeitos do fármaco em 100 voluntários. Publicizaram seus achados iniciais em maio de 1950, no encontro anual da Associação Psiquiátrica Americana, anunciando que o LSD produzia uma espécie de “distúrbio psicótico transitório” em pessoas mentalmente saudáveis. Paul Hoch apoiou a hipótese e a levou adiante, defendendo ser o LSD um agente psicotomimético, ou “simulador de loucura”, o que causou sensação tanto no meio científico quanto na CIA, que financiou, dentre outras, as pesquisas bizarras de Harry Isbell e Ewen Cameron, que merecem um parágrafo à parte.

Harry Isbell, “que permaneceu na folha de pagamento da CIA por mais de uma década” (p.

24), era médico-chefe no *US Public Health Service Hospital*, em Lexington, Kentucky. Embora os internos de Lexington não soubessem que estavam em “uma das quinze instituições penais e de tratamento mental utilizadas pela CIA em seu programa secreto de desenvolvimento de drogas”, um segredo que circulava abertamente entre os usuários de drogas injetáveis das ruas era que o lugar oferecia heroína e morfina como pagamento para quem se oferecesse como voluntário para os experimentos com drogas de Isbell, que, a propósito, era também membro da FDA – *US Food and Drug Administration*, onde “defendia o sistema de voluntariado, alegando que não havia precedentes na época para oferecer aos internos dinheiro por seus serviços” (p. 24). Documentos da CIA descrevem experimentos nos quais Isbell chegou a administrar doses duplas, triplas e quádruplas de LSD diariamente, ao longo de setenta e cinco dias consecutivos, a usuários de heroína – “praticamente todos negros” (p. 25), visando testar a tolerância. Um relatório de cinco de maio de 1959 concluía, não sem um certo pesar, que, após o experimento, todos recuperaram suas referências de tempo, espaço e identidade pessoal e, na maioria dos casos, os pacientes não perdiam o discernimento e se davam conta de que “os efeitos eram devidos à droga”. Isbell, ignorando totalmente o papel do *set* e do *setting*, conclui que “dois dos nove pacientes, no entanto, perderam o discernimento e sentiam como se suas experiências fossem causadas pelos experimentadores controlando suas mentes”. Por último, cabe citar ainda Ewen Cameron, psiquiatra bastante respeitado no meio, tendo chegado a presidir a *American Psychiatric Association*, a *Canadian Psychiatric Association*, a *World Psychiatric Association* e também o *Allain Memorial Institute*, na *McGill University*, em Montreal, onde desenvolveu, com apoio financeiro da CIA, uma abordagem bizarra da esquizofrenia, tendo testado seu método em 53 pacientes do instituto. O 'tratamento' começava com a sedação dos pacientes por meses, seguida da administração de eletrochoques junto com doses frequentes de LSD, no intuito de eliminar hábitos que, para serem reprogramados, “os pacientes, novamente bastante sedados, eram confinados em 'dormitórios' nos quais mensagens gravadas eram tocadas repetidamente sob seus travesseiros. Alguns chegaram a ouvir a mesma mensagem centenas de milhares de vezes” (p. 23).

Huxley (1983) escreveu a Tim Leary, em 1961, que, assim como o fisiologista Ivan Pavlov “nunca viu um animal em seu estado natural, só sob tensão” (p. 225), “os rapazes do LSD científico fazem a mesma coisa com as pessoas submetidas às experiências. Não é de espantar que eles encontrem psicoses” (p. 225). A patologia era uma resposta produzida pela natureza das perguntas que faziam, pelo modo como as faziam e pelo objetivo de exercício heteronômico do poder:

Inicialmente se manteve um uso restrito às investigações militares e médicas, nas quais, na maior parte das vezes, os sujeitos que consumiam as drogas não o faziam voluntariamente. O que a CIA buscava era justamente uma droga que vencesse a vontade e as convicções, que tornasse voluntário o involuntário. Desenvolviam pesquisas para técnicas de interrogatório, armas de guerra a se usarem em bombardeios ou infiltração de sistemas de

abastecimento de água (Carneiro, 2005a).

Desde o início dos anos 1950, a CIA estava decidida a monitorar toda pesquisa feita com LSD. Para tanto, contou com o apoio da FDA e de laboratórios: “Arthur Stoll, presidente da Sandoz, concordou em manter a CIA atualizada sempre que o LSD fosse produzido ou uma encomenda fosse entregue a um comprador” (Lee; Shlain, 1992, p. 27). A CIA havia fechado “um acordo com o laboratório para adquirir 100 gramas de LSD por semana, com o compromisso de que qualquer pedido semelhante proveniente de países comunistas fosse recusado” (Merheb, 2012, p. 151). Mas, para além das paranoias anticomunistas, típicas da Guerra Fria, a CIA não queria depender de fornecedor estrangeiro e contratou a Eli Lilly Company de Indianápolis.

Sidney Gottlieb, diretor do Programa MK-ULTRA, sugeriu que se testasse o LSD-25 em pessoas desavisadas. Primeiro, o pessoal do serviço técnico da CIA realizou autoexperimentos, para que todos pudessem se familiarizar com os efeitos subjetivos da ingestão da substância; em seguida, começaram a pôr LSD nas bebidas uns dos outros, sem que notassem. Como num estudo farmacêutico duplo-cego, nem quem administrava nem quem ingeria sabia quais doses continham o princípio ativo investigado e quais continham o placebo⁷. Acidentes ocorriam por vezes. Em novembro de 1953, após o Dr. Gottlieb ter jogado LSD na sobremesa de um grupo de militares e membros da CIA, o cientista do exército, Frank Olson, que nunca havia tomado LSD antes, caiu em depressão. Não conseguiu mais dormir e, por semanas, começou a relatar a 'paranoia' de que a CIA estava colocando algo em seu café para mantê-lo acordado. Olson seria internado em uma instituição onde trabalhavam outros psiquiatras da CIA. Na véspera da internação, se joga de uma janela, no décimo andar. A CIA suspende os testes de ácido em seu staff. Mas Gottlieb conduz o MK-ULTRA à sua fase final, mais sinistra: “o LSD seria dado a pessoas desavisadas em situações cotidianas” (Lee; Shlain, 1992, p. 32). George Hunter White, agente da Federal Narcotics Bureau (FNB), foi o escolhido para levar adiante a empreitada. Em 1955, foi transferido para São Francisco, onde iniciou a “operação *Midnight Climax*, na qual prostitutas viciadas eram contratadas para fignarem homens em bares locais e levá-los para um bordel financiado pela CIA”. White, “de dia, lutava para manter drogas fora de circulação e à noite as distribuía para estranhos” (p. 33), algo que nos soa estranho, mas, ao mesmo tempo, familiar. De acordo com Lee e Shlain, “não há registros oficiais de quando esses testes de ácido involuntários foram encerrados” (p. 34).

Lembremos que, em 1953, ano em que iniciou o projeto MK-ULTRA, Aldous Huxley tomou

7 De acordo com o sociólogo Philippe Pignarre (1999), os estudos duplo-cego começaram a ser realizados somente a partir dos “grandes programas empreendidos pela administração americana após a Segunda Guerra Mundial” (p. 17). A FDA, Food and Drug Administration, foi criada pouco antes da guerra, durante a qual cientistas humanos diversos, como sociólogos, antropólogos, psicólogos e linguistas, são convocados, junto com engenheiros, para “resolver problemas práticos”, como stress e fadiga de militares, ou mesmo para ajudar diretamente na guerra psicológica. Após 1945, os procedimentos adotados nesses trabalhos tornam-se a “regra de toda boa prática da ciência”.

mescalina pela primeira vez, oferecida pelo psiquiatra Humphry Osmond. A experiência de abertura das portas da percepção vivida e contada pelo escritor é o que, em termos bergsonianos, nos coloca em contato com durações maiores e menores que as nossas. E a duração é a base da intuição, assim como o espaço é a base da inteligência. Para o filósofo Henri Bergson (2005), “nossa inteligência, no sentido estrito da palavra, está destinada a assegurar a inserção perfeita de nosso corpo em seu meio, a representar-se as relações entre as coisas existentes, enfim, pensar a matéria” (p. IX). Assim, estamos mais habituados a pensar intelectualmente o *espaço* que o *tempo*, a matéria que o espírito. Mas a *inteligência* não se conforma em pensar apenas a matéria e decide voltar-se sobre si mesma. No entanto, quando o faz, aplica, por hábito, “formas que são justamente as da matéria inorganizada” (p. 174). Para Bergson, “intuição e inteligência representam duas direções opostas do trabalho consciente: a intuição caminha no próprio sentido da vida, a inteligência vai em sentido inverso” (p. 289). A Agência Central de Inteligência parece ter levado o próprio nome ao pé da letra ao longo de bastante tempo. No entanto, “enquanto a CIA buscava impor um estado alterado a suas vítimas, no intuito de controlá-las, as explorações de Huxley eram auto-dirigidas e voltadas para a expansão da consciência” (Lee; Shlain, 1992, p. 47). Como vimos, os efeitos do uso do LSD não são de natureza puramente farmacológica, mas dependem do set e do que mais queremos chamar a atenção aqui, o setting: um ambiente relaxante favorece uma experiência positiva, enquanto um laboratório estéril, com luz fluorescente, gente de jaleco branco e eletrodos, favorece reações negativas.

O poeta Allen Ginsberg sacou isso com clareza quando tomou LSD pela primeira vez no Mental Research Institute, em Palo Alto, California, em 1959. Ginsberg já havia provado peiote algumas vezes, mas o ambiente de laboratório, assim como a bateria de testes realizados durante sua viagem de ácido, não lhe permitiram descansar. À noite, ainda sob o efeito da substância, Ginsberg (2010) compôs o poema “Ácido Lisérgico”, tentando descrever sua primeira viagem de LSD como “um universo que se come e se bebe a si mesmo” (p.137). Uma observação importantíssima, de Lee e Shlain, sobre Ginsberg e os beats, precisa ser aqui partilhada:

Ele e outros poetas e artistas associados à geração beat exibiram uma verdadeira farmacopeia de diferentes drogas em várias dosagens e combinações e exaltaram publicamente suas virtudes. Eles também viam os psicodélicos como “drogas da verdade”, mas, diferente da CIA, não tentavam controlar mentes alheias. Ao contrário, usavam essas substâncias para afirmar sua autonomia criativa. Acima de tudo, os beats queriam falar a verdade sobre suas vidas (Lee; Shlain, 1992, p. 60).

Trata-se de dois modos distintos de lidar com a experiência. Em um deles, *set* e *setting* são desconsiderados e atribuem-se todos os efeitos observados à mera ingestão da substância. Segundo Lee e Shlain (1992), os que trabalhavam no modelo psicotomimético não reconheciam a ação

negativa de variáveis distintas da farmacológica (preparação inadequada, expectativas negativas, ambiente desfavorável etc) e “ficaram estarecidos ao saber que alguns psicoterapeutas estavam de fato ingerindo LSD junto com seus pacientes” (p. 63), pois isso era um tabu incontornável para quem “recusava experimentar em si próprio, achando que isso poderia prejudicar sua habilidade de permanecer totalmente objetivo”. Na base, os autores apontam duas concepções distintas da ciência, das relações entre subjetividade e objetividade, assim como entre o mundo material e o imaterial:

As diferentes metodologias estão enraizadas em matrizes ideológicas conflitantes. O behaviorismo estava ainda ancorado na visão de mundo materialista formalizada por Newton; a visão “psicodélica” era congruente com as implicações revolucionárias da teoria da relatividade e da mecânica quântica. A crença na objetividade científica foi abalada em 1927, quando o físico Werner Heisenberg anunciou o “princípio da incerteza”, que sustenta que na física subatômica, o observador inevitavelmente influencia o movimento das partículas observadas (...). O observador “puro” é uma ilusão e aqueles que achavam que poderiam conduzir um experimento sem “contaminar” os resultados estavam se decepcionando (Lee; Shlain, 1992, p. 64).

Apesar de milhares de artigos terem sido publicados no início dos anos 1960, com bons resultados, acerca dos diversos usos do LSD em terapia, como alcoolismo crônico, frigidez e autismo, a medicina oficial tinha muita dificuldade de operacionalizar o uso do LSD como o de outros fármacos, pois não era voltado para remissão de sintomas específicos, como cefaleia ou gripe. A FDA começou então a restringir a distribuição do LSD e, em 1962, o Congresso americano “decretou regulamentações que requeriam a prova de eficácia e segurança de uma nova droga a respeito da condição para a qual ela é comercializada” (Lee; Shlain, 1992, p. 90). Na análise da FDA, o LSD não satisfazia esses critérios e sua distribuição autorizada passou a ser rigidamente controlada. Designada pela FDA como droga experimental, seu uso na prática psiquiátrica foi inviabilizado, embora a FDA não estivesse preocupada em controlar as pesquisas da CIA e dos militares, tendo simplesmente ignorado “todos os estudos classificados como confidenciais, por razões de segurança nacional” (p. 92). Com isso, “os investigadores da CIA e militares receberam passe-livre para conduzirem suas experimentações secretas”. Em 1965, o Congresso aumentou as restrições à pesquisa psicodélica, declarando delito a fabricação e venda ilegal de LSD. Em 1966, a Sandoz parou completamente de comercializar seu Delysid. O Senador Robert Kennedy, cuja esposa fazia terapia com LSD, questionou repetidamente, em um congresso, os motivos da recente restrição, uma vez que seis meses antes a substância era valorizada, mas suas indagações foram ignoradas. Em 1967, foi criado o Psychotomimetic Advisory Committee, para tratar de todos os requerimentos de pesquisa” (p. 93). Dr. Isbell, funcionário da CIA, fazia parte do Comitê. Em 1968, a posse de LSD se tornou um delito e sua venda se tornou crime. A responsabilidade de controle passou da FDA para o recém-formado Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs: “dois anos

depois, as drogas psicodélicas foram colocadas na Tabela I – uma classificação reservada para drogas de abuso sem uso médico”.

O uso voluntário passa a ser considerado crime, o território interior da carne e mente torna-se jurisdição química do Estado que decide quais substâncias e em que momentos estamos autorizados a consumir. Ao mesmo tempo em que os serviços secretos do mundo desenvolviam ou subsidiavam pesquisas sobre drogas, especialmente os novos sintéticos, a polícia intensificava a repressão e um movimento cultural começava a desenvolver-se em torno do uso ilegal destas novas substâncias (Carneiro, 2005a, s/p).

Uma vez que o LSD já havia se popularizado bastante, com muitas pesquisas publicadas e muita gente relatando os benefícios de seu uso, a proibição acabou fomentando o incremento de uma rede marginal, *underground*, para garantir o acesso irrestrito. Em muito, graças à CIA, “um mercado negro do ácido começou a se desenvolver nas ruas, ao encontro da demanda crescente” (Lee; Shlain, 1992, p. 95). A resposta à proibição acabou provocando uma reviravolta metodológica: “muito em breve, o 'laboratório' se estenderia através de todo o continente, quando milhões de jovens investigadores empreenderam seus próprios experimentos com este químico perturbador da consciência”. Aos poucos, o sentido dos testes de ácido vai se modulando.

can you pass the acid test?

No início dos anos 1960, em São Francisco, na Califórnia, foram surgindo movimentos estimulando o consumo de psicodélicos, voltados para “fomentar a agregação social em torno da partilha da substância e de uma sensibilidade comum” (Xiberras, 1989, p. 108). Os psicodélicos podiam servir como criadores e reforçadores de vínculos, “uma maneira de afirmar uma nova fraternidade e forjar um novo paradigma, diferente da velha ordem” (Gilmore, 2010, p. 117). Além de tais substâncias, consumia-se um tipo de música e vestuário baseados em efeitos caleidoscópicos e riquezas cromáticas de luzes e sons (pois o timbre, característica mais complexa e sutil de um som musical, é como uma espécie de cor audível, tanto que é chamado de *color*, nos Estados Unidos, e *colour*, na Inglaterra), típicos da experiência psicodélica. Especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, embora com repercussão global, tais movimentos faziam parte da contracultura dos anos 60, “compartilhando o radicalismo da retórica revolucionária, o internacionalismo e a solidariedade pluriétnica e multicultural” (Carneiro, 2005, p. 179). Após a expulsão de Leary e Alpert da Universidade Harvard, “diversas tentativas de organização e divulgação surgiram em torno deles e de outros entusiastas psicodélicos”, tais como do poeta Allen Ginsberg, do escritor Ken Kesey, dos músicos do Grateful Dead e “até mesmo dos Beatles, com sua característica fase psicodélica de *Yellow Submarine* e *Lucy in the Sky with Diamonds*”.

Com a expulsão de Timothy Leary e Richard Alpert da Universidade Harvard, a experiência

psicodélica que propunham seguiu fora da academia, conectando-se com movimentos que vinham ganhando força há um tempo na cultura norte-americana. Se nos focarmos no período que vai de 1943, ano da primeira ingestão do LSD, até 1966, ano de sua proibição no Estado da Califórnia, veremos algumas linhas se esboçando e se embaraçando na composição dessa experiência psicodélica que tomamos doravante em um sentido mais amplo que o proposto por Leary, Alpert e Metzner. Ou talvez seja melhor dizermos, de outro modo, que se amplia nosso *setting*: o ambiente agora é a contracultura. Mas o que é contracultura? Em que sentido é contra a cultura? Que cultura?

Não se trata da distinção entre cultura erudita, privilégio de uma elite voltada à elaboração de um capital cultural de acesso restrito aos iniciados em seus códigos e tecnologias, e cultura popular, produzida e consumida pelo povo, passando ao largo dos códigos da elite (Brandão; Duarte, 1990). Com o avanço do capitalismo industrial e das indústrias do entretenimento e das telecomunicações, tal distinção perdeu a força, pela emergência de uma “cultura de massa”, como diziam Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002), sem filiação a qualquer grupo social específico, mas transmitida simultaneamente para um público de diferentes camadas que formam um enorme mercado, no qual tudo vale, desde que faça girar sobre si mesma a roda do consumo. Como diria a filósofa italiana Giulia Sissa (1999, p. 7), “estamos todos nessa”. O capitalismo nos coloca a todos nessa de consumir infinitamente, e sermos consumidos além de nossas próprias vidas, mas de um modo tal que desejamos nossa servidão nesse sistema, e é por esta via sutil, de modulação de nossos desejos, que o capital foi aprendendo a nos controlar e a canalizar nossa energia; enfim, a nos consumir.

No segundo pós-guerra, com a expansão econômica dos Estados Unidos, aumenta consideravelmente a população jovem norte-americana, buscando afirmar um tipo de consumo afinado com características próprias dessa fase da vida. Aos poucos, vai emergindo uma espécie de “cultura da juventude” (Brandão; Duarte, 1990), ligada à expansão do capitalismo em busca de novos mercados e à difusão dos veículos de comunicação. Paradoxalmente, esses dois meios por excelência de fomento ao consumismo acabaram provocando também, em parte considerável da juventude, como efeito colateral, atitudes bastante críticas, mudanças de comportamento, novas concepções sobre a vida e os valores: a revolução sexual, a ecologia, o feminismo, o pacifismo, o misticismo oriental, as manifestações estudantis, os protestos, passeatas, confrontos, a música, as drogas. Como disseram uma vez Adorno e Horkheimer, “falar de cultura foi sempre contra a cultura” (Horkheimer; Adorno, 2002, p. 22). Mas o fenômeno que Theodore Roszak (1972) via emergir entre os jovens e que chamou de “contracultura” era “uma cultura tão radicalmente dissociada dos pressupostos básicos de nossa sociedade que muitas pessoas nem sequer a consideram uma cultura, e sim uma invasão bárbara de aspecto alarmante” (p. 54). Roszak coloca a contracultura do lado dos jovens que se opunham à cultura dominante, à tecnocracia a que a vida foi

conduzida pela geração de seus pais. A contracultura tinha uma meta ambiciosa: “proclamar um novo céu e uma nova terra, tão vastos, tão maravilhosos, que as pretensões descabidas da técnica tenham forçosamente de se retrain, diante de tamanho esplendor, a uma posição subordinada e marginal nas vidas dos homens” (p. 242).

Martin Lee e Bruce Schlain (1992) contam que, após a expulsão de Leary e Alpert de Harvard, os psicólogos decidiram avançar estudos no uso religioso de drogas psicodélicas e criaram uma associação sem fins lucrativos chamada *International Federation for Internal Freedom* (IFIF) que chegou a alcançar rapidamente mais de três mil contribuintes. A IFIF acreditava que o uso de químicos para expansão da mente deveria ser permitido a todos, pois a liberdade interior proporcionada é assunto pessoal e não governamental. No verão de 1963, a IFIF se mudou para um hotel em Zihuatanejo, México. Mas a movimentação em torno dela foi tão gigantesca, com mais de cinco mil candidatos, que, seis semanas após a chegada, a imprensa mexicana liderou a expulsão dos colonizadores psicodélicos. De volta aos Estados Unidos, Peggy Hitchcock, diretora da filial de Nova Iorque da IFIF, apresentou Leary a seu irmão, o milionário Billy Hitchcock, que, se mobilizou pela causa psicodélica e alugou por quinhentos dólares uma gigantesca propriedade de sua família, a mansão Millbrook, com seus 64 quartos, para a *Castalia Foundation*, que veio tomar o lugar da IFIF.

Eles queriam “aplicar a experiência psicodélica à vida social” (Lee; Shlain, 1992, p. 98). Um grupo de aproximadamente 30 mulheres e homens se reunia em Millbrook e, “uma vez que vários no grupo tinham uma trajetória em psicologia comportamental, se tornou natural para eles manterem uma tabela de seus estados de consciência em mutação” (p. 99). O lugar parecia um conto de fadas, não apenas pela decoração, mas também pelo modo como todos estavam o tempo todo planejando e/ou realizando viagens psicodélicas. Além disso, “os residentes viam a si próprios como a vanguarda de uma revolução psíquica que iria transformar toda a sociedade”.

Millbrook era uma espécie de “Central Psicodélica para toda Costa Leste” (Lee; Shlain, 1992, p. 102), atraindo gente como o baixista Charles Mingus, o filósofo Allan Watts, os psiquiatras Humphry Osmond e Ronald Laing e a atriz Viva Superstar, integrante do grupo de artistas que costumava se reunir em torno de Andy Warhol, na Factory de Nova Iorque. Dentre os que tiveram uma incursão no grupo, o psicólogo Arthur Kleps andava bebendo demais, quando Leary o advertiu que estava vivendo uma *bad trip*. Como era de hábito em Millbrook, a aposta era numa boa dose da panaceia: pingaram alguns microgramas do puro LSD Sandoz (Albert Hofmann sempre se orgulhou do altíssimo grau de pureza química do LSD-25 produzido nos laboratórios da Sandoz) em um copo de conhaque e deixaram em sua mesa de cabeceira. Mal acordou, virou o copo e a experiência que se seguiu culminou na visão de um grande livro, suspenso no espaço diante de si, com as páginas se virando sozinhas, as letras em ouro sobre um papel azul celeste. Muito depois, leu a respeito da

experiência kundalini e só então compreendeu o que lhe havia ocorrido naquele momento, embora ninguém mais em Millbrook reconhecesse a realização da energia kundalini na experiência de Kleps, talvez por não lhe considerarem espiritualmente maduro. Mas este, no entanto, se achava avançado o suficiente no plano espiritual para fundar a sua própria religião psicodélica, chamada Neo-American Boohoo Church, formada em 1966: “os Boohoos afirmavam fazerem uso sacramental do LSD, similar ao uso do peiote pela Igreja Nativa Americana, devendo, portanto, serem protegidos pela lei” (p. 105). Na corte, perderam a causa, sob a alegação de que seu hino não era sério. De fato, sua igreja era bem pouco ortodoxa, tendo até editado uma *Boohoo Bible*, com jogos, desenhos e piadas.

Millbrook não era o único cenário onde emergia uma espécie de movimento psicodélico coletivo. Em setembro de 1965, o inglês Michael Holingshead, que em dezembro de 1961 havia introduzido o professor Leary no uso de LSD, retornou a Londres com centenas de cópias do *The Psychedelic Experience* e algo em torno de cinco mil doses de LSD-25, adquiridas de um laboratório do governo tcheco em Praga (Lee; Shlain, 1992). Decidido a ampliar a baixa compreensão que acreditava haver na Inglaterra acerca do LSD, Mike criou o *World Psychedelic Centre*, em seu apartamento, atraindo a simpatia de Jo Berke (psiquiatra que trabalhava com R. D. Laing), do artista Ian Sommerville, do cineasta Roman Polanski, do escritor William Burroughs, assim como de numerosos músicos, dentre os quais, Donovan Leitch, Eric Clapton, Paul McCartney e os Rolling Stones. Logo, a experiência do LSD se propagava mundo afora pelas ondas de rádio, com os Animals cantando *A Girl Called Sandoz*, os Stones estranhando que *Something Happened to me Yesterday*, o Pink Floyd contando a história de um alucinante pequeno *Gnome*, os Beatles, em *She said, she said*, sabendo “*what's like to be dead*”, tal como na versão psicodélica do Livro Tibetano dos Mortos, que inicia com a sugestão que se faria letra em *Tomorrow Never Knows*: “*turn off your mind, relax and float downstream...*”, enquanto, do outro lado do Atlântico, os Electric Prunes relembavam que houvera *Too Much to Dream Last Night*, os Amboy Dukes realizavam sua *Journey to the Center of My Mind*, os Byrds flutuavam a *Eight Miles High*, o Jefferson Airplane corria atrás do *White Rabbit*.

Millbrook era uma referência central mais para quem buscasse um tipo de experiência controlada com psicodélicos. Não visavam, obviamente, o controle da mente, tal como a CIA, e sim a produção, em ambiente controlado, de uma experiência estética visionária. A indicação de Leary, Metzner e Alpert sobre a importância do set e do setting ganhou uma formulação mais ampla e sistemática no livro de Norman Zinberg (1984) *Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use*. No entanto, em meados dos anos 1960, já havia na América outros grandes entusiastas do uso de psicodélicos, como Allen Ginsberg e Ken Kesey, que experimentaram ácido pela primeira vez como participantes de programas de pesquisa financiados pelo governo americano

e desconfiavam de quaisquer tentativas de controle da experiência com substâncias psicodélicas.

Ken Kesey cursava o programa de escrita criativa da Universidade Stanford em 1960, quando soube de experimentos no hospital dos veteranos, nos quais os voluntários recebiam 75 dólares por dia para servirem de cobaias em estudos de “drogas psicotomiméticas” (Lee; Schlain, 1992, p. 119). Participou de uma das experiências e, em poucas semanas, se apresentou para trabalhar no turno da noite, atendendo à clientela na ala psiquiátrica, o que lhe deu acesso a pelo menos dois aspectos da experiência psicodélica. Logo Kesey estava provendo seus amigos com LSD, mescalina e outras substâncias; além disso, trabalhando siderado na ala psiquiátrica, finalmente se deu conta do motivo pelo qual aquelas pessoas se encontravam ali internadas: “após tomar LSD, subitamente eu vi. Eu vi tudo. Eu os ouvi e os observei e vi que aquilo que eles estavam dizendo e fazendo não era tão louco assim”. Logo, escreveria *One Flew Over the Cuckoo's Nest* (1962), que seria adaptado para o teatro em 1963 e para o cinema em 1975 (Wolfe, 1993), tendo recebido, em português, o título “Um estranho no ninho”. Com o que recebeu de direitos autorais pelo livro, Kesey comprou um espaço em La Honda, ao sul de São Francisco, onde terminou seu segundo romance, *Sometimes a Great Notion*.

Kesey tinha uma carreira promissora pela frente como escritor, mas La Honda, o LSD e o tanto de figuras que foi, cada vez mais, reunindo junto de si foram levando a experiência para outras estradas. Por mil e quinhentos dólares, Kesey e seu grupo de amigos de aparência e hábitos extravagantes, que se autointitulavam *Merry Pranksters* – traduzido como Festivos Gozadores, na versão brasileira de *The Electric Kool-aid Acid Test* (O Teste do Ácido do Refresco Elétrico), de Tom Wolfe (1993) – compraram um ônibus escolar modelo 1939, em nome de Viagens Intrépidas Associados. A missão que o grupo considerava a sua era a de difundir o uso do ainda pouco conhecido LSD, divulgando suas vantagens para a mente. O ônibus pertencera a um homem que o havia equipado para seus filhos, então havia beliches, assentos, geladeira, pia, armários etc. Os Festivos pintaram o ônibus todo colorido, instalaram fiações para equipamento sonoro e de luz, abriram um buraco no teto, encheram o veículo de instrumentos musicais e pintaram no frontispício o nome *Furthur* (na tradução brasileira o ônibus foi grafado “Aléim”). Havia microfones do lado de dentro e alto-falantes do lado de fora, para se transmitir as sonoridades advindas do interior do ônibus; havia também microfones do lado de fora e alto-falantes do lado de dentro para captar toda sonoridade ambiente: “não ia haver um único mísero ruído em toda essa viagem, fora do ônibus, dentro do ônibus, ou dentro da mais desvairada laringe dos passageiros, com que não se pudesse sintonizar e bater um papo” (p. 77). Os Festivos tinham por motorista ninguém menos que o tagarela Neal Cassidy, escritor mais conhecido como o personagem Dean Moriarty, de *On the road* (Kerouac, 2010). Cassidy é um motorista que de fato cruzou a ponte que liga os hipsters aos hippies.

Os *Pranksters* rodaram os Estados Unidos, promovendo “testes de ácido”, festas regadas a LSD, com som ao vivo dos Warlocks – cujo nome logo mudaria para Grateful Dead –, banda de *acid rock* que acompanhava os Gozadores em seu Aléim. Jerry Garcia, guitarrista do Dead, reafirmava a associação entre os beats e o *flower power*: “nossos antecedentes vinham daquele espaço beatnik profundamente cínico que se desenvolveu em algo mais aprazível com o advento dos psicodélicos” (Merheb, 2012, p. 155). De certo modo, nem os *Pranksters* nem o Dead eram estrelas nos testes de ácido. Ao contrário, “a força central das festas era a união entre a música, os músicos e o público, e o espírito e a forma do que rolava a cada momento – ou seja, havia uma zona indefinida entre artistas, plateia e evento” (Gilmore, 2010, p. 108). O grupo utilizava não apenas roupas extravagantes, como também cada um foi rebatizado com um nome psicodélico. Kesey era Swashbuckler, Ken Babbs era Intrepid Traveler, Mike Hagen era Mal Function e os nomes femininos adotados eram ainda mais loucos: Mountain Girl, Sensuous X, Gretchen Fetchin the Slime Queen e Doris Delay. Em seu passeio psicodélico de ônibus que antecipou em alguns anos a ideia que os Beatles desenvolveriam com o álbum *Magical Mystery Tour*, os Festivais estavam constantemente filmando um épico estrelado por todos. Quando chegaram a Nova Iorque, Cassidy apresentou os *Pranksters* a Allen Ginsberg e Jack Kerouac, mas o encontro que mais gerava expectativa nos Festivais era com Leary e seu grupo de Millbrook, conhecido popularmente como a Liga da Descoberta Espiritual (*League for Spiritual Discovery*), ou simplesmente L.S.D. Assim, Kesey e seus *Merry Band of Pranksters* levaram o ônibus para Millbrook na esperança de uma recepção gloriosa, pois viam seu grupo e o de Leary como “duas extraordinárias sociedades secretas, únicas no mundo, engajadas na mais fantástica experiência da consciência humana jamais imaginada” (Wolfe, 1993, p. 114).

O encontro foi bastante frustrante. No relato de Michael Hollingshead, “eles achavam que nós éramos quadrados e nós achávamos que eles eram loucos” (Lee; Schlain, 1992, p. 124). Já aos olhos de Ken-Swashbuckler-Kesey e seus Gozadores, aquele grupo de cientistas em busca de algum sentido espiritual para a experiência com LSD se levava a sério demais. O que acontece é que, conforme nos narra Tom Wolfe (1993), os Festivais entraram nos jardins de Millbrook com bandeiras ondulando, alto-falantes berrando rock e, quando avistaram a mansão, começaram a lançar bombas de fumaça verde pelo teto do ônibus e, com isso, “esperavam que os Learystas saíssem correndo da casa” (p. 115). Ao contrário, duas pessoas que estavam na entrada, correram para dentro meio assustadas. Pouco depois, volta de dentro da casa um pequeno grupo de pessoas que “se mostram amistosos, mas é tudo um bocadinho... *frio*, meus amigos”. Além disso, Kesey e os *Pranksters* tiveram que lidar com o fato de nem serem recebidos por Leary.

Embora todos esperassem o grande encontro de Kesey e Leary, receberam a informação de que “Leary estava no andar de cima da mansão envolvido em uma experiência seríssima, uma

viagem de três dias, e não podia ser perturbado” (Wolfe, 1993, p. 117). Kesey não chegou a se aborrecer, mas ficou “muito desapontado, e mesmo magoado. Era inacreditável – isso era Millbrook, depois de tudo, só uma grande encheção de saco”. Kesey e os Gozadores não estavam à procura de qualquer controle para a experiência psicodélica. Ao contrário, estavam vidrados pelo poder de transformação que viam mais ampliado quanto maior a proliferação aleatória de estímulos do ambiente. Se havia uma regra seriamente seguida era a de alucinar e tornar tudo alucinante, para se dissolver nas cores, sons, temperaturas e texturas sensuais das superfícies de corpos vibráteis que, embora em distintas gamas de frequência, produzem entre si ressonâncias internas e ligações temporárias entre fragmentos das mais diversas naturezas, reunidos por linhas transversais que ligam sem totalizar e que se ligam sem unificar. Millbrook era, afinal de contas, careta demais para usos festivos, recreativos, gozadores. Kesey decidiu cair logo fora, mas, antes, ainda perguntou a Alpert se podia lhes fornecer um pouco de ácido, e este negou, oferecendo-lhe no lugar sementes de ipomeia:

A idéia de sementes de ipoméia entulhando e empapando sua barriga que nem um saco de feijão meio putrefato, enquanto o ônibus sacolejava e trepidava e corcoveava nas curvas, era mais do que o corpo humano podia suportar. Portanto, obrigado, apesar de tudo, e sayonara para todos vocês, da Liga da Descoberta Espiritual (Wolfe, 1993, p. 117).

Kesey e os Festivos Gozadores se decepcionaram com Leary e a pequena comunidade psicodélica que se formava em seu entorno. A Liga da Descoberta Espiritual era a única comuna psicodélica que os Merry Pranksters conheciam, mas o grupo era formado basicamente por cientistas que mantinham registros e tomavam nota de seus estados mentais para publicarem em artigos. Kesey não tinha preocupações científicas, tampouco clínicas; não se interessava por estruturar set e setting. Para os Festivos, “uma aventura psicodélica no ônibus não necessitava de quaisquer conotações espirituais” (Lee; Schlain, 1992, p. 124); podia ser experimentada também em outros contextos, como em família, em uma jam musical ou uma simples reunião. A experiência psicodélica tinha, para os Pranksters, esse caráter de aventura, de “seguir com o fluxo”. Sendo assim, em meados dos anos 1960, os Pranksters encenaram uma série de iniciações públicas, os chamados Testes do Ácido do Refresco Elétrico, que, em uma única sessão, deixavam ligadas centenas de pessoas: “os testes de ácido eram carnavais esquisitos com fitas de vídeo, luzes estroboscópicas, o rock and roll ao vivo improvisado do Grateful Dead, inúmeras roupas bizarras e dança” (p. 125). Kesey e sua trupe não pareciam regidos por qualquer prudência, mas estavam bem mais perto de uma espécie de “curtir adoidado” (Dias, 2013), sintonizados com o clamor de Blake (2004): “a estrada do excesso leva ao palácio da sabedoria” (p. 12), o que não nos autoriza a emitir um juízo de valor a priori sobre a relevância clínica de sua experiência. Um exemplo bastante ousado talvez tenha sido o convite feito por Kesey ao grupo de outsiders (Becker, 2008) mais

arruaceiro em atividade nos Estados Unidos àquela época, os motoqueiros *Hell's Angels*, para uma festa, na qual também estariam presentes Ginsberg, Alpert e vários intelectuais de São Francisco e Berkeley. Ao contrário do que poderia indicar qualquer receio, a aventura dos Angels com os Festivais e o LSD foi bem tranquila: “os Pranksters foram provavelmente os primeiros outsiders a realmente aceitarem os Angels” (Lee; Schlain, 1992, p. 126).

Conforme contam Lee e Schlain (1992), os testes de ácido na costa oeste americana atraíam outros entusiastas, dentre os quais, “um grupo de pessoas que estava envolvido com o Free Speech Movement (FSM) que surgiu no campus de Berkeley da Universidade da Califórnia no outono de 1964” (p. 126), mesmo ano em que, na França, Felix Guattari ([1964]2004) propunha o conceito de transversalidade, como o aumento do grau de abertura comunicacional nas instituições, pela afirmação de um sentido que atravessa o eixo vertical, que diferencia pela hierarquia, e o eixo horizontal, que homogeneiza pelo corporativismo. A transversalidade “expressa uma dimensão da realidade que não se define nos limites estritos de uma identidade, de uma individualidade, de uma forma” (Eirado; Passos, 2010, p.6), mas “experimenta o cruzamento das várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge, como seu efeito, um mundo compartilhado pelos sujeitos”. Para os ativistas do FSM, as lutas por justiça social eram uma extensão direta das buscas pessoais: “estavam tão preocupados com questões de liberação psíquica quanto assuntos econômicos e políticos” (Lee; Schlain, 1992, pp. 127-128). No início do movimento estudantil, “uso de drogas e política radical costumavam caminhar de mãos dadas” (p. 128), tomar drogas era uma maneira de dizer *não!* às autoridades. O ato de consumir o fruto proibido era politizado pelo simples fato de sua ilegalidade: “quando você fumava maconha, você imediatamente se dava conta da contradição gritante entre o modo como você experimentava a realidade em seu corpo e as descrições oficiais do governo e da mídia” (p. 129). Outro movimento político que fazia parte da chamada Nova Esquerda era o SDS (*Students for a Democratic Society*). Enquanto o Vietnã foi a primeira guerra televisionada, “o movimento antiguerra foi o primeiro a emergir sob os holofotes da mídia” (p. 133). A busca de novas maneiras de sentir, de uma nova relação com o mundo, dominava os jovens nos anos 1960. Novas tecnologias e novos modos de sentir e agir, de fazer arte e política, de relacionar estética e política.

Durante um protesto contra a guerra do Vietnã, entre 15 e 16 de outubro de 1965, Ginsberg foi enviado como representante da marcha ao encontro de Bob Dylan, que se encontrava na região, com a intenção de convidar o cantor para uma participação. Mas Dylan não demonstrou interesse. Os tempos eram outros para aquele cantor que, poucos anos antes, havia despontado como porta-voz das lutas sociais da classe trabalhadora. Sua autoexploração com drogas psicodélicas em meados dos anos 1960 o estava abrindo para novas influências, novas direções estavam sendo exploradas, o artista estava totalmente sintonizado com o futuro. Como dizem Lee e Schlain (1992),

“antes de Dylan ficar elétrico – ou seja, psicodélico –, folk era a música da consciência moral, enquanto o rock era a batida dionisíaca glorificando os prazeres mais básicos do sexo e da velocidade” (p. 137). Mas quando Dylan plugou uma guitarra muita coisa mudou: “a crítica social atingiu o top 40 e o rock, com seu público crescente, se tornou um veículo de protesto”. O processo acabou conferindo ao rock, ao mesmo tempo, uma expressividade mais profunda e um alcance mais amplo, o que também implicava sua elevação à condição de meio através do qual se podia zombar da política e valores sociais hegemônicos e contribuir para afrontar a sociedade (Gilmore, 2010).

folk rock e acid rock

Como indica o historiador da música Paul Friedlander (2008), entre 1953 e 1955 aparecia, nas paradas de música popular, a primeira geração do rock, com Fats Domino, Bill Haley, Chuck Berry e Little Richard, três deles negros e todos com raízes no blues e rhythm and blues. Foi em 1955, mesmo ano de publicação de *Uivo*, do beat Allen Ginsberg (2010), e do início do movimento pela defesa dos direitos civis dos negros e desfavorecidos, liderado por Martin Luther King Jr., que *Rock around the clock*, com o grupo Bill Haley e seus Cometas, chegou ao topo das paradas de sucesso americanas, ao ser utilizada como música de fundo dos créditos de abertura do filme *Blackboard jungle* (*Sementes da violência*), assegurando a Bill Haley um lugar inegável na história do rock: “os adolescentes ganharam um hino de rebeldia e os pais descobriram um alvo. A canção subiu para o primeiro lugar e ficou lá por inacreditáveis oito semanas” (Friedlander, 2008, p. 53).

O rock'n'roll nascente resultava basicamente da fusão de dois tipos de música, cujo mercado as pequenas gravadoras americanas exploravam, no início da década de 1950: o rhythm and blues negro e o country-and-western dos brancos rurais – em ambos os casos, música marginalizada, pois feita e apreciada por pobres. Mas, apesar dessa base marginal, o rock'n'roll foi logo tornado uma mercadoria estilizada pela grande indústria fonográfica e vendida ao público branco de classe média. Não à toa, o primeiro sucesso foi do loiro Bill Halley e o primeiro grande astro do estilo foi Elvis Presley, branco de rebolado e voz sedutores. Elvis fez parte, junto com Buddy Holly, Jerry Lee Lewis e os Everly Brothers, do que Paul Friedlander (2008) chamou de segunda geração do rock clássico: “músicos jovens, brancos e com raízes country” (p. 63), que, por volta de 1955, povoavam o Sul, ouviam a primeira geração do rock e adaptavam a suas próprias visões criativas.

Embora amplamente divulgado e comercializado como sinônimo de rebeldia, de protesto, contestação contra o sistema, fato é que as primeiras letras do rock eram, por vezes, quando muito, subliminarmente constestadoras, com pouquíssimas críticas abertas ao sistema. Na primeira geração, havia, além das canções de amor, “algumas sobre sexo, escola, dança e sobre o próprio rock and roll” (Friedlander, 2008, p. 63). A segunda geração elevou a guitarra ao primeiro plano,

voltando a “se concentrar quase que exclusivamente no amor romântico” e obtendo, com essa apelação, “sucesso comercial e recompensas financeiras além de seus sonhos mais loucos”. Embora o ritmo subversivo da dança e o hedonismo das letras chocassem padrões morais da sociedade conservadora, o rock'n'roll dos anos 1950 não era encarado como uma música politicamente revolucionária, mas como um simples entretenimento lucrativo ao capital. Os beats, apesar de nunca terem escondido sua aversão pelo rock'n'roll adolescente dos anos 1950, teriam, no entanto, “grande importância para o rock dos anos 60, influenciando músicos como Bob Dylan, John Lennon e Jim Morrison, dados aos temas críticos em relação ao estilo de vida americano: drogas, bebedeiras, sexo livre, visões cósmicas, utopias e o cotidiano” (Brandão; Duarte, 1990, p. 27).

No início da década de 1960, nos Estados Unidos, o rock'n'roll parecia uma moda ultrapassada de adolescentes e outro tipo de música servia para expressar reflexões sobre problemas internos e externos do país. O renascimento do estilo *folk*, baseado na canção folclórica norte-americana, “apelava para a consciência política de um público engajado nas lutas estudantis” (Brandão; Duarte, 1990, p. 43). A música folk sempre fez parte da tradição musical americana, e “as canções de protesto – histórias pessoais ligadas aos eventos políticos e sociais correntes – são partes essenciais de sua herança” (Friedlander, 2008, p. 193). Em meados do século XX, um garoto de Oklahoma, com “talento para combinar letras panfletárias com melodias folk e religiosas” (p. 194), chamado Woodie Guthrie, “cruzou a América, escondido nos trens ou pegando carona nas estradas. Ele menosprezou a fama e o sucesso comercial, optando, ao contrário, por apresentações em salões de sindicatos e comícios de grevistas”. Guthrie, que tinha em seu violão a inscrição “*This machine kills fascists*”, fez parte dos Almanac Singers, grupo que manteve a tradição de músicas de protesto, junto com os Weavers, do qual fazia parte Pete Seeger. Os Weavers chegaram a alcançar “o primeiro lugar na parada pop com uma versão de *Goodnight Irene*, um blues do cantor Leadbelly” (p. 195), tendo aparecido na televisão, lançado outros sucessos e excursionado por clubes e casas de show pelo país. Outros grupos folk, inspirados no legado dos Weavers, apresentavam-se nas universidades e chegaram a obter algum sucesso popular, como o Kingston Trio, Peter, Paul and Mary e os Highwaymen. Esta tradição de música de protesto influenciou toda uma nova geração de músicos folk, dentre os quais, Joan Baez, que, aos 18 anos, se tornou a sensação do Festival Folk de Newport, em 1959, e Bob Dylan, que, em 1962, deu seu primeiro concerto e gravou seu primeiro LP. Dylan e Baez estavam “na vanguarda da Marcha dos Direitos Civis sobre Washington, em agosto de 1963, poucas semanas depois de sua consagração no Festival de Jazz e Folk de Newport” (Muggiati, 1973, p. 18). Robert Zimmerman, nascido em Minnesota, cresceu em uma família de classe média judia e, aos quinze anos, ouvindo os *bluesmen* Muddy Waters e Jimmy Reed e os roqueiros Elvis Presley e Buddy Holly, montou uma banda de rock chamada Teen Chords, embora tenha sido a música folk o “que mais atraiu sua atenção” (Friedlander, 2008, p. 197). Ao concluir o

secundário, em 1959, matriculou-se na Universidade de Minnesota. Mudou o sobrenome para Dylan em 1962, em homenagem ao poeta galês Dylan Thomas, cuja obra Bob apreciava, além de apreciar Guthrie, de quem aprendeu as músicas, a entonação, o jeito de tocar e a modulação da voz, tendo ido visitar seu ídolo no hospital, em Nova Iorque, quando este estava mal devido a uma doença degenerativa dos nervos.

Dylan levou menos de um ano e meio para fazer sucesso: “rapidamente, a comunidade folk colocou-o de pé, alimentou-o e cuidou dele. Mais tarde, alguns se sentiriam descartados, dispensáveis, não mais encarados como amigos.” (Friedlander, 2008, p. 198). No primeiro álbum, *Bob Dylan* (1962), o cantor aparecia com um violão e uma harmônica, relendo clássicas canções folk e blues, apresentando somente duas canções inéditas: *Talkin' New York* e *Song to Woody*, a primeira, uma espécie de diário de campo da entrada no território de Nova Iorque, enquanto a segunda fazia uma homenagem mais explícita ao ídolo, sem deixar de citar também “Cisco, Sonny e Leadbelly” e todas as pessoas que viajaram com Guthrie. A carreira de Dylan recebeu um empurrão importante de Joan Baez, considerada a rainha da música folk:

Hipnotizada pelas apresentações de Dylan e impressionada pela inteligência e atemporalidade de suas canções, ela levou Dylan em uma turnê, apresentando-o ao público universitário que a idolatrava. Ele abria seus shows, eles faziam duetos e, posteriormente, tornaram-se amantes. No Newport Folk Festival, em 1963, a rainha apresentou o novo príncipe à elite da plateia folk. Quando perguntado, em uma entrevista em 1963 ao *New York Daily News*, sobre o tema da música folk, Dylan respondeu: “O momento clama pela verdade... e as pessoas querem ouvir a verdade e é isto que elas estão ouvindo na boa música folk atual” (Friedlander, 2008, p. 200).

O disco seguinte de Dylan, *The Times Are a-Changin'* (1964), estava repleto desta visão da verdade, e o movimento dos direitos civis se deleitava com esta “expressão poética de mudança iminente” (Friedlander, 2008, p.201). Os jovens tinham descoberto um porta-voz. No entanto, em meio ao clima de mudanças, Dylan começa a mostrar outro lado, avesso ao papel de porta-voz, tendo declarado, em uma entrevista que, “de agora em diante, quero escrever sobre o que vem de dentro de mim. A bomba está ficando chata porque o que rola é mais profundo do que a bomba” (Merheb, 2012, p. 41). Há uma crise da representação política, manifesta na descrença das vanguardas, dos porta-vozes. Dylan vinha se abrindo para novas percepções, ampliadas pela ingestão de drogas psicodélicas. No álbum *Bringing it All Back Home*, de março de 1965, o cantor já mostrava “seu lado visionário e indomesticável”, embaralhando as temáticas em colagens caleidoscópicas e mosaicos vertiginosos. Em abril, Joan Baez o acompanhou em uma turnê na Inglaterra. Com os ingressos para as sete apresentações tendo esgotado em menos de uma hora e “como Baez havia apresentado Dylan a seu público de música folk, que imediatamente o elegera príncipe, ela esperava alguma reciprocidade dos fãs ingleses de Dylan. O pedido para acompanhá-lo

no palco nunca veio” (Friedlander, 2008, p. 203). Contudo, ainda mais que sua atitude e as letras em fluxo de consciência, para a maioria dos seguidores das tradicionais músicas folclóricas e de protesto era perturbadora a pulsação elétrica do rock, colocando outra energia na sonoridade de Dylan: “o rock and roll ainda era considerado uma música simplista, romântica e voltada para adolescentes” (p. 202).

Logo Dylan voltou a se apresentar no Festival Folk de Newport, em julho de 1965, munido da guitarra elétrica. Para a maioria dos militantes da cena folk, o Festival, que teve início em 1959, “deveria caminhar contra a corrente de todas as tendências comerciais da música popular” (Merheb, 2012, p. 26). Ao se apresentar com uma guitarra elétrica, Dylan foi “vaiado e considerado traidor do movimento de protesto pelos puristas” (Brandão; Duarte, 1990 p. 45). Mas isso não impediu seu sucesso em meio aos hippies. *Bringing it All Back Home* foi o primeiro de três álbuns que ficariam conhecidos como sua “trilogia folk rock” (Friedlander, 2008, p. 204), completada por *Highway 61 Revisited* (1965) e *Blonde on Blonde* (1966). O folk rock nascente “imprimiu consistência crítica a uma música considerada descartável e devolveu aos artistas americanos um nicho arrebatado pelos ingleses” (Merheb, 2012, p. 48). O folk elétrico viria a se tornar famoso também nas ondas sonoras de artistas de Los Angeles, como The Byrds, Buffalo Springfield, Country Joe and The Fish, Crosby, Stills, Nash and Young, dentre outros. Um mês antes da apresentação de Dylan em Newport, um quinteto formado por Jim McGuinn (que mudaria o nome em 1967 para Roger McGuinn), Gene Clark, David Crosby, Chris Hillman e Michael Clarke, chamado The Byrds, lançava *Mr. Tambourine Man*, de Dylan, alcançando o primeiro lugar nas paradas de sucesso: “a perspicácia de McGuinn, de achar uma brecha entre Dylan e os Beatles, tinha dado certo” (Friedlander, 2008, p. 215). O álbum *Mr. Tambourine Man* foi seguido, no mesmo ano, do álbum *Turn, turn, turn*, cuja canção título, de Pete Seeger, também alcançou o topo das paradas de sucesso. Nessa época, a música de Dylan passava a afirmar uma política que incluía o inconsciente. As mesmas influências dos Byrds são notáveis no grupo Buffalo Springfield, formado em abril de 1966, por Stephen Stills, Neil Young, Bruce Palmer e Dewey Martin. Stills teria dito em uma entrevista que Young “queria ser Bob Dylan e eu queria ser os Beatles”. Em 1968, Neil Young deixa o grupo e começa a tocar com a banda de apoio Crazy Horse. Stephen Stills se junta com David Crosby, que havia deixado os Byrds em 1967, e com Graham Nash, ex-integrante da banda de rock britânica The Hollies, para montar o Crosby, Stills and Nash. Após o disco de estreia, Neil Young entra para o grupo e mudam o nome para Crosby, Stills, Nash and Young. O grupo teve vida curta e Young continua com a Crazy Horse. Mas o mais importante a destacar aqui é essa dupla herança do folk rock, basicamente uma mistura da canção folk americana com o rock que vinha sendo feito na Inglaterra naquele período.

Devido a problemas de distribuição e à censura radiofônica feita pela BBC, o rock'n'roll

havia custado alguns anos para chegar com intensidade até o Reino Unido, o que ocorreu somente no início da década de 1960. Antes, este vazio era preenchido pelo *skiffle*, imitação do blues americano que deu ao rock inglês uma forte base de blues (Brandão; Duarte, 1990). Dentre diversos grupos britânicos de rock surgidos no início dos anos 1960, dois alcançaram rapidamente o maior sucesso: Beatles e Rolling Stones. Outros começaram a ganhar importância, como The Animals, The Who, Cream etc. O sucesso gigantesco do rock inglês acabou influenciando de volta o americano, que estava em crise criativa desde o final dos anos 1950. A influência tinha se acentuado a partir de 1964, quando os Beatles excursionaram pelos Estados Unidos pela primeira vez, o que abriu caminho para outras bandas inglesas, além de incentivar a formação de novos grupos americanos: “a invasão inglesa tentou os artistas folk com o poder do pop/rock e alguns pularam no barco imediatamente; muitos outros viriam a bordo mais tarde” (Friedlander, 2008, p. 223). Se a invasão inglesa deu, por um lado, uma injeção de lucratividade no mercado fonográfico, por outro, um novo estatuto estético-político, mais crítico ao consumismo, emergia em meio a novas pulsações de bateria, a riffs de guitarra derretedores, a berros e uivos hipnotizantes. O rock and roll era chamado simplesmente rock.

A costa oeste dos Estados Unidos foi o berço privilegiado de uma grande onda psicodélica que, nos anos 1960, provocou verdadeira reviravolta nos costumes, nos modos de agir e sentir de parte considerável da juventude. A difusão em larga escala do uso de psicodélicos se deu a partir de artistas associados à beat. Foi no bairro de North Beach, na baía de São Francisco, no estado da Califórnia, que, nos anos 1950, Allen Ginsberg escreveu o poema *Uivo*. O local “se manteve um enclave de poetas e beats até meados dos anos 1960, quando uma nova juventude – colorida, cabeluda e amante do rock que surgia na esteira dos Beatles – começou a aparecer na área” (Gilmore, 2010, p. 107). Os beats, “em seus cafés culturais na Columbus Avenue” (Friedlander, 2008, p. 270), chamavam “seus parceiros da contracultura” de hippies, como um diminutivo de hipsters, este último termo usado em referência a eles mesmos. De acordo com Jesse Sheidlower, os termos hipster e hippie derivam de *hip*, sinônimo de *hep*, ambos de etimologia incerta. Hip é uma gíria do início do século XX, cujo emprego remete a expressões como “estar atento”, “estar antenado”, “estar ligado” (W12).

O hipster seria o hip elevado ao cubo (pois ao quadrado ele prefere se opor), enquanto hippie é um termo tanto carinhoso quanto pejorativo. Em comum entre hipsters e hippies, havia “a atitude libertina em relação ao sexo e a predileção por maconha e improvisação musical” (Gilmore, 2010, p. 107), embora os hippies fossem mais otimistas. À medida que os aluguéis subiam em North Beach, os hippies começaram a migrar para o distrito de Haight-Ashbury. O cruzamento das ruas Haight e Ashbury, em São Francisco, era o centro que expressava de modo mais significativo o novo estilo de vida psicodélico: “foi na Haight que a rebelião cultural abastecida por LSD ocorreu

tão vividamente e com tanta intensidade que atraiu mundialmente a atenção” (Lee; Schlain, 1992, p. 141). Espetáculos musicais eram usuais neste renascimento cultural da Haight, no qual o jazz, o blues e o folk eram sugados pelo rock de uma maneira tal que o próprio rock também se alterava, experimentando, nesse cruzamento com outras tendências, a expansão de sua expressividade.

Como vimos, os fãs de folk não costumavam gostar de rock and roll, considerado frívolo e sem qualquer compromisso social ou político. Isso ao menos até a chegada dos Beatles à América em 1964, a transição de Dylan para a guitarra elétrica em 1965 e até que os Byrds, de Los Angeles, tenham começado a fazer “um harmonioso e vibrante folk rock que também incorporava elementos díspares como os ragas indianos e o jazz modal de John Coltrane” (Gilmore, 2010, p. 109). Foi quando, enfim, “instrumentistas folk começaram a perceber que a música elétrica admitia temas substantivos e linguagem poética”. Essa mudança de percepção era devida, em muito, à experiência com o LSD alterando a percepção do espaço-tempo tanto nos músicos quanto na plateia. Logo, uma única música podia durar meia hora, uma hora, todo o show, a medida do tempo não importava, apenas sua passagem, seus fluxos: “um instrumentista podia executar uma melodia sem se importar com sua evolução, alterando a forma e a função da estrutura harmônica e transformando a música num devaneio para improvisações” (p. 110). O setting favorecia a experiência visionária, através de jogos de luzes nas pistas de dança, nos quais “artistas e técnicos misturavam líquidos coloridos em recipientes de vidro e giravam a mistura em projeções improvisadas ao ritmo da música”. Aos poucos, folk e rock, fundidos em um folk rock, começam a modular sob efeito lisérgico num *acid rock* (rock ácido), que busca, pela “criação de espaços musicais amplos e abstratos” (Maciel, 1987, p. 115), “reproduzir aspectos auditivos, climas e sugestões emocionais da experiência psicodélica” (p. 116). Nesse clima surgiu, em São Francisco, um novo tipo de rock, que ficou conhecido em um sentido mais estrito como *Frisco Sound* – som de São Francisco – e, em um sentido mais amplo, como *acid rock*, ou *head music* – “música de cuca, ou de curtição” (Muggiati, 1973, p. 21). Um de seus principais representantes é o Jefferson Airplane, cujo nome habita a mesma atmosfera dos nomes de grupos como Iron Butterfly, Led Zeppelin, Velvet Underground etc.

Na primavera de 1965, o cantor Marty Balin abriu, em São Francisco, um clube chamado The Matrix. No verão, “decidiu formar um 'grande' grupo de *folk-rock* para tornar-se a banda da casa” (Friedlander, 2008, p. 271). Para tanto, convidou o violonista folk Paul Kantner, o guitarrista de blues Jorma Kaukonen e a vocalista de jazz e folk Signe Toly Anderson. O nome escolhido para a banda se referia a Blind Thomas Jefferson Airplane, que era “o nome do cachorro de um amigo em comum”. O Jefferson Airplane foi o “primeiro grupo realmente de sucesso que emergiu no Haight” (Gilmore, 2010, p. 115). Somente dois meses após sua primeira aparição pública, em 13 de agosto de 1965, no Matrix, o grupo passaria a contar com Jack Cassidy no baixo e Skip Spencer na bateria (W13). Na plateia do Matrix, o casal Grace e Jerry Slick, impressionado com o som do

estreado Jefferson Airplane, decidiu montar o The Great! Society, cuja estreia ocorreu no Coffee Gallery em 15 de outubro de 1965, com Grace no vocal, Jerry na bateria, seu irmão Darby Slick numa guitarra, Michael David Miner em outra guitarra e vocal e Bard DuPont no baixo (W14).

No dia seguinte, The Great! Society já estava abrindo shows do Airplane e, de outubro a dezembro de 1965, o grupo gravou várias faixas para a Autumn Records, no Golden Gate Studios (W15). Dentre as quais, uma escrita por Darby Slick, quando, durante uma viagem de ácido, soube que sua namorada houvera passado a noite com outro. A canção foi gravada em novembro de 1965, sob o título *Someone to Love* (W16). Em dezembro de 1965, o Airplane assinou com a RCA Victor a gravação de seu álbum de estreia *Jefferson Airplane Takes Off*, no qual Skip Spence, que não era de fato baterista, mas cantor e guitarrista (como tal, havia feito parte da formação original do Quicksilver Messenger Service), foi o único a precisar de ajuda na gravação, contando então com o baterista de estúdio Spencer Dryden, de pegada jazzística. Spencer Dryden logo substituiria Skip Spence, quando este saiu da banda para ir montar o Moby Grape (W17). A saída de Skip não foi de modo algum ruim para ele ou para a banda que deixava. Como diz Mikal Gilmore, “em quase todos os casos, bateristas dinâmicos e criativos eram essenciais para o sucesso das bandas da cidade” (2010, p. 115). Os tempos estavam mudando.

O *Jefferson Airplane Takes Off* foi lançado em setembro de 1966. Em fevereiro do mesmo ano, havia sido lançado o único single do Great Society, com *Someone to Love* e *Free Advice*, gravadas nas sessões do Golden Gate Studios. Na mesma época, o Great Society abria os shows do Airplane e a Columbia Records havia lhes oferecido um contrato de gravação. Mas, em março de 1966, Bard du Pont foi expulso da banda, por sua musicalidade estar por demais aquém da bela aparência física, sendo substituído por Peter Vangelier, que, assim, como Darby, tinha forte influência de música indiana (W15). Em maio, Toly Anderson deixara o Airplane para se dedicar à maternidade de seu primeiro filho. Miner deixou The Great! Society no verão e, embora tivessem acabado de assinar um contrato com a Columbia Records, entraram em colapso após uma apresentação na noite de Halloween, na qual Grace passou de um grupo a outro, levando para o Jefferson Airplane os sucessos *Someone to Love*, rebatizado *Somebody to Love* e *White Rabbit*, esta última de sua própria autoria. Nem o Great Society nem o casamento com Jerry Slick sobreviveram à saída de Grace, mas o Airplane finalmente decolou.

White Rabbitt soa como uma aventura psicodélica de Alice pelos antípodas da música, guiada por uma sublime voz contralto mesclada a uma espécie maravilhosa de *bolero-rock*, ou boleroque, de Ravel. Foi lançada em maio de 1967, no segundo álbum do Jefferson Airplane, *Surrealistic Pillow*, nome sugerido por Jerry Garcia, guitarrista do Grateful Dead, creditado na colagem em preto e branco da contracapa do disco como *conselheiro musical e espiritual*. Foi também em 1967 que o Grateful Dead lançou seu álbum de estreia homônimo, que, embora, para

muitos, tenha ficado aquém de suas vibrantes apresentações ao vivo, contava com “várias músicas que permaneceriam para sempre em seu repertório de shows” (Gilmore, 2010, p. 115). A vibração das performances ao vivo e a presença do público nos shows, como uma espécie de presença de palco, na indistinção entre palco e plateia, público e artista, compunham o setting contracultural da *Bay Area*, a baía de São Francisco.

Desde junho de 1965, outra banda de São Francisco, The Charlatans, vinha se apresentando regularmente no Red Dog Saloon. Os Charlatans “costumam ser creditados como primeira banda psicodélica de São Francisco” (Unterberger, 2003, p. 21), devido menos a seu som que à imagem marginal: “se vestiam com roupas da era dos saloons, usavam as devidas drogas e, em geral, se preocupavam mais em se sentir bem que se tornar estrelas de estúdios de gravação” (pp. 21-22). Para Gilmore (2010), “a atitude descuidada do grupo e suas apresentações sinuosas, uma vez que às vezes os músicos tocavam sob influência do LSD, estabeleceram um novo padrão para os encontros psicodélicos” (pp. 108-109). Em 16 de outubro de 1965, a Family Dog Productions, do produtor Chet Helms, veterano do Red Dog Saloon, havia organizado uma primeira noite dançante, no Longshoreman's Hall. Era “A Tribute to Dr. Strange”, evento com shows do Charlatans, Great Society, Jefferson Airplane, The Marbles e o DJ Russ “The Moose” Syracuse. Havia muita gente na plateia, incluindo participantes do protesto contra a guerra no Vietnam, deliciando-se com a força política daquele deleite estético. O crítico de jazz e música popular do *San Francisco Chronicle*, Ralph Gleason, um dos primeiros a apoiar o evento, descreveu a noite com bastante entusiasmo: “longas filas de gente dançando serpenteavam entre a multidão de mãos dadas. Formas livres de improvisação ('autoexpressão') tomavam conta do ambiente. As roupas eram atordoantes. Como uma imensa festa a fantasia... Era uma visão maravilhosa” (Friedlander, 2008, p.272).

A comunidade da Haight curtia ser chacoalhada pelo *Frisco Sound*, assim chamado como modo de se distinguir de uma *acid rock*, ou *head music* britânica, presente em grupos de rock psicodélico como Pink Floyd e The Soft Machine, que influenciariam uma geração de músicos que desembocou no rock progressivo (fusão entre rock e música erudita) inglês dos anos 70. A *head music* californiana era composta de uma diversidade de ingredientes musicais e líricos:

Alguns refletiam os padrões musicais correntes, com a formação de duas guitarras e a base rítmica de 2/4 do rock clássico e das primeiras músicas dos Beatles; letras que criticavam os valores e comportamentos da sociedade tradicional, e um estilo de vocalização emocionado e intenso refletindo a explosão, em curso, do folk-rock. No entanto, também houve mudanças significativas destes estilos populares contemporâneos: as improvisações longas e distorcidas de guitarra, uma influência do *revival* do blues dos anos 60, porém com uma escala melódica maior do que este; as letras das músicas continham referências a estados alterados da consciência e a preocupações do movimento de contracultura; e os próprios músicos da região, que desafiaram a noção prevalecente na indústria da música de astro de elite X homem comum em seu relacionamento com a plateia

(Friedlander, 2008, p. 286).

Como afirmam Lee e Schlain (1992), “quando o rock é executado em toda sua fúria potencial, um tipo especial de delírio se apossa” (p. 142). A música tem esse poder de nos alterar a consciência. Mas outra inovação do cenário de São Francisco foi também a iluminação psicodélica, com constante troca de *slides* e filmes, utilização de “luzes estroboscópicas e pigmentos coloridos flutuando em óleo” (Friedlander, 2008, p. 274), com a luz cobrindo as paredes, o palco e a plateia “com um espectro de imagens e cores pulsantes, intenso e cinético”. A participação nas performances coletivas da Haight expunha a um “total assalto dos sentidos”. Como teria dito um líder comunitário, “a gente não fazia distinção entre público e banda, nem os músicos, e isso dava muita força à música. (...) Isso dava uma maravilhosa sensação de que éramos um só” (Gilmore, 2010, p. 109).

Um exemplo do quão pouco convencionais eram tais eventos é dado por Lee e Schlain (1992) com um festival de três dias de duração, organizado por Kesey e os Festivais Gozadores, em janeiro de 1966, no Longhoreman's Hall, chamado Trips Festival: “um circo multimídia com luzes estroboscópicas, projeção de *slides*, bandas, teatro e artesanato indígena era anunciado como uma simulação de uma viagem de LSD sem o uso da droga” (Friedlander, 2008, p. 273). O Trips, que fazia parte da odisséia de Kesey e seus *Merry Band of Pranksters*, deu uma injeção de adrenalina na Haight, com inúmeros artistas gráficos da comunidade contratados para fazerem os cartazes dos shows. Como nos conta Paul Friedlander (2008), artistas como Wes Wilson, Alton Kelly, Stanley “Mouse” Miller, Victor Morocco e Rick Griffin, faziam cartazes “bastante coloridos (para serem colados à distância e atraírem a atenção), extraordinariamente detalhados, altamente estilizados e, às vezes, difíceis de ler” (p. 273). As afinidades estéticas com a psicodelia apareciam não somente no visual dos cartazes, nas roupas e acessórios, mas também na sonoridade e nos nomes de inúmeras bandas que tocaram no evento, como Blue Cheer, Clear Light, Daily Flash, the Loading Zone, Morning Glory, Celestial Hysteria, Ball Point Banana, Flamin' Groovies, the Electric Flag, the Weeds e até mesmo “uma banda chamada CIA (Citizens for Interplanetary Activities)” (Lee; Schlain, 1992, p. 144), além das de maior sucesso, como o Jefferson Airplane, o Country Joe and the Fish, o Quicksilver Messenger Service e o Grateful Dead. A sonoridade de tais bandas era “enraizada no blues, mas com os ritmos modificados sob a influência do LSD e da força bruta da eletricidade”. O *Frisco Sound* era único não apenas como estilo musical, mas também como política: “os músicos viam a si próprios em primeiro lugar como artistas comunitários e costumavam tocar na rua de graça como tributo a sua comunidade”. Mesmo quando havia cobrança de entrada, Chet Helms, produtor do Longhoreman's Hall, costumava liberar para amigos e vizinhos. As pessoas o reverenciavam bastante por sua generosidade, embora acabava que ele “frequentemente perdia dinheiro e não tinha como pagar as bandas”, o que tornaria sua

sobrevivência financeira inviável.

O cenário econômico para as bandas de São Francisco só mudaria em 1968, com a abertura de casas de show voltadas para a *head music*. Aliás, o lado mais infernal do *underground* da Haight, como veremos adiante, não se impôs ao restante de São Francisco, onde as pessoas não esqueciam de usar flores na cabeça, como lhes sugeria, dias antes do verão de 1967, o sucesso radiofônico do cantor Scott McKenzie, *San Francisco (Be Sure to Wear Flowers in Your Hair)*. O apelo pop era inegável: a utopia da letra, assim como a maciez da sonoridade eram por demais sedutoras na canção composta por John Phillips, do The Mamas and the Papas, de Los Angeles. Phillips viria a organizar, de 16 a 18 de junho de 1967, o *Monterey International Pop Music Festival*, primeiro grande festival de rock do mundo, que consagrou alguns dos mais famosos artistas dos anos 1960, como The Who, The Jimi Hendrix Experience, Jefferson Airplane, Grateful Dead e Big Brother and the Holding Company, da cantora Janis Joplin, embora o festival tenha sido visto inicialmente com muita desconfiança pela comunidade musical da Haight em relação a “assinar um documento cedendo as imagens das apresentações para um filme” (Gilmore, 2010, p. 116). Assinaram somente “durante o festival, depois de compreender que, como o evento não cobraria ingresso, essa seria a única maneira de recuperar parte do investimento”. Embora o condado de Monterey se situasse ao sul de São Francisco e Los Angeles, o show pesava a favor da *Bay Area*.

Um retorno inegável que Monterey Pop ofereceu a grande parte dos artistas foi a projeção ao estrelato e, aos produtores, foi a aprendizagem sobre como organizar e realizar megaeventos. O estrelato é contraditório com os ideais comunitaristas do distrito. Nesse sentido, o festival “levou muito da culpa por fomentar o estrelato numa comunidade de iguais e desvirtuar o ambiente do rock em São Francisco” (Gilmore, 2010, p. 116), embora tal julgamento não seja preciso, pois vários artistas, sobretudo Jefferson Airplane e Janis Joplin, tinham ambições para além do sucesso local, e a maioria “se sentia cada vez mais desencorajada pela atmosfera crescentemente corrosiva do Haight”. Outro saldo positivo do evento foi a disseminação do psicodelismo hippie da comunidade da Haight-Ashbury, cujas dificuldades, no entanto, não se impunham ao restante de São Francisco. Tanto que, em 1968, foram abertas “as duas principais casas com pistas de dança, Avalon e Fillmore” (p. 117), localizadas fora da Haight e que “atraíam jovens de todas as partes da baía de San Francisco”.

A postura política do produtor do auditório Fillmore, Bill Graham, diferente da de Chet Helms, era bem menos a de um comunitarista e bem mais a de um empreendedor liberal. Embora seu tino empresarial destoasse do estilo de vida desapegado e comunitário dos hippies, foi com ele que conseguiu, por exemplo, financiar diversos artistas visuais que fizeram dos cartazes de shows psicodélicos um estilo artístico internacionalmente reconhecido, além de ter colocado “dinheiro do próprio bolso para garantir o funcionamento da *Free Clinic*” (Merheb, 2012, p. 141), instituição de

saúde de que falaremos mais adiante. Bill Graham foi responsável, sobretudo, pela emergência do clube de rock como uma instituição cultural relevante. No entanto, mesmo assim, o lugar de contágio mais intenso pela energia do acid rock de São Francisco não eram os clubes, mas as ruas, com os coletivos que emergiram contra e à margem dos focos de poder, afirmando a inseparabilidade da estética e da política no que foi chamado de psicodelia social.

Um dos aspectos que nos atrai na experiência psicotrópica diz respeito ao que Gilles Deleuze (1997) chama de investimento do desejo diretamente na percepção, tanto as percepções externas quanto as internas, “principalmente as noções de espaço-tempo” (p. 64). A questão, que o filósofo vê em Michaux, em Castañeda e na geração *beat*, é a do desejo voltando-se diretamente “às velocidades, às modificações de velocidade, aos limiares de percepção, às formas e aos movimentos, às microp percepções, à percepção tornando-se molecular, aos tempos sobre-humanos e sub-humanos etc”. Isso implica, a nosso ver, afinidade com a onda, com a percepção de estados de mudança, de ruptura com hábitos e convenções. E trata-se também de uma experiência perturbadora, de crise, de abalo de certezas. Daí que uma segunda questão que vai interessar a Deleuze e também a nós é a de como dar conta das situações nas quais “todos os controles são perdidos e onde se instaura o sistema da dependência abjeta” (p. 65), ou, como se passa de um uso expansivo, potente e prazeroso, para uma relação de dependência? Para tanto, propõe distinguirmos as experimentações vitais dos empreendimentos mortíferos. De um lado, a experimentação vital, que instaura cada vez mais conexões, podendo até implicar certa autodestruição, mas sem ser suicida, “na medida em que o fluxo destruidor não se rebate sobre si mesmo, mas serve para a conjugação de outros fluxos”. De outro lado, certo empreendimento suicidário, que é o contrário das conexões e em que tudo rebate sobre uma linha suicidária: “narcisismo, autoritarismo dos drogados, chantagem e veneno” (p. 65). A questão é “como se faz a transformação de uma experiência, mesmo autodestrutiva, porém viva, em empreendimento mortífero de dependência generalizada, unilinear?” (p. 66).

a haight-ashbury

O ano era 1966. A “Haight estava se tornando uma área de testes para novas formas de experiência humana” (Lee; Schlain, 1992, p. 145). Praticava-se um estilo de vida comunal no qual a propriedade privada era reduzida ao mínimo e a “exclusividade sexual era constantemente rejeitada, em favor de casamentos grupais. A liberação dos costumes sexuais era em parte uma expressão do crescente apetite por uma espiritualidade comum”. Restrições não eram bem vindas. A liberação era o lema: “Haight-Ashbury era o supermercado psicodélico mundial original, o lugar onde o ácido foi pela primeira vez vendido em larga escala” (pp. 145-146), graças ao rei do ácido ilegal, Augustus

Owsley Stanley III, uma figura enigmática, tão fã do som do Grateful Dead, que aplicava parte considerável da grana obtida com a venda de ácido ilegal para produzir shows da banda. Seu ácido, produzido em parceria com Tim Scully, em um laboratório clandestino na Califórnia, “era universalmente reconhecido como o mais potente” (p. 147). Scully se achava imbuído de uma missão: eles seriam os “arquitetos da mudança social”, responsáveis por mudar o mundo; a Haight era seu laboratório experimental. O tráfico de drogas era visto como um serviço comunitário de “elevação de consciência”. Havia toda uma contracultura psicodélica germinando.

Em 1966, os Byrds exploravam sonoridades orientais em seu álbum *The Fifth Dimension* (1966) e os Beach Boys, dos irmãos Brian, Dennis e Carl Wilson, sob influência do álbum *Rubber Soul* (1965), dos Beatles, deixavam o surf rock comercial de lado para experimentar orquestrações e estranhos sons de animais no disco *Pet Sounds* (1966). Foi quando os irmãos Ron e Jay Thelin abriram a Psychedelic Shop, perto da esquina da Haight com a Ashbury, e instalaram o primeiro quadro de avisos comunitário. Para Lee e Schlain (1992), o propósito dos irmãos Thelin era claro: espalhar a boa nova do LSD. Em outros termos, contagiar na produção de um comum. Na loja trabalhava Allen Cohen, que passava um pouco do melhor ácido de Owsley e, em seguida, tornou-se editor do *San Francisco Oracle*, fanzine psicodélico financiado pelos irmãos Thelin. Na época de sua primeira edição, prisões por maconha vinham se tornando cada vez mais frequentes, havendo já considerável tensão entre a comunidade hip e a polícia, devido à aprovação recente, na Califórnia, de um decreto banindo o uso do LSD, previsto para entrar em vigor em 6 de outubro de 1966.

A data tomou um significado místico para o grupo da *Oracle*. Na Bíblia, “666” é um símbolo da Besta, do Anticristo, do precursor do Apocalipse; a lei contra o LSD foi interpretada como um ato demoníaco, uma violação do direito dado por Deus de experimentar sua própria divindade (Lee; Schlain, 1992, p. 149).

Havia muita histeria midiática acerca do uso de LSD. Segundo nos contam Lee e Schlain (1992), em março, a revista *Life* publicou uma matéria de capa que “descrevia a experiência psicodélica como uma roleta-russa na qual se jogava com a própria sanidade” (p. 150). Em abril, a Sandoz recolheu todo LSD distribuído a cientistas com propósito de pesquisa (com a bizarríssima exceção do LSD destinado às pesquisas militares e da CIA). Políticos se pronunciaram contra a droga, mas Leary alertou que uma legislação repressiva seria mais onerosa e violenta que a das décadas de 1920 e 1930 (refere-se ao *Volstead Act*, conhecido como Lei Seca, quando o álcool foi proibido nos Estados Unidos). Ginsberg também insistia que leis criadas em um ambiente ignorante produzem mais problemas do que supõem resolverem. Alguns oficiais do governo partilhavam desta posição, acreditando que “medidas punitivas iriam atualmente incentivar o crescimento do mercado de drogas ilegais – e foi exatamente o que ocorreu” (p. 153). A Haight virou um território de crimes e bad trips e “a mudança na sensibilidade se refletia nos tipos de drogas prevalecentes na

rua” (p. 186). Primeiro, houve uma misteriosa escassez de maconha, e então uma enxurrada de *speed* (tipo de anfetamina) apareceu nas ruas, sendo que, até o verão de 1967, o consumo do speed já rivalizava com o de maconha e LSD como substâncias psicoativas mais utilizadas. Em resposta à proibição do LSD, em outubro de 1966, jornalistas do *Oracle* haviam impresso um manifesto chamado “*A Prophecy of a Declaration of Independence*”, onde declaravam:

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário que as pessoas rompam com as regras sociais obsoletas, que isolaram os homens de sua consciência... Nós abraçamos estas experiências para tornar-se evidente por si mesmo que tudo é igual, que a criação nos brindou com certos direitos inalienáveis, entre eles a liberdade do corpo, a busca pela diversão e a expansão da consciência, e para assegurar estes direitos, nós, os cidadãos do mundo, declaramos nosso amor e compaixão por todos os homens e mulheres do mundo que se acham em conflito e com raiva (Friedlander, 2008, pp. 274-275).

Apesar, ou mesmo por conta da recente proibição do LSD, a Haight iria sediar, em 14 de janeiro de 1967, o “happening dos happenings” (Lee; Schlain, 1992, p. 159). Tratava-se de “um encontro de peregrinos que ficaria conhecido como *Gathering of the tribes for a human be-in*” (Gilmore, 2010, p. 105). O primeiro *Human be-in* (muitos outros ocorreriam) foi concebido como uma reunião de tribos (*gathering of the tribes*), um tipo de “ocasião espiritual para as dimensões transcendentais que iriam elevar a vibração de todo planeta” (Lee; Schlain, 1992, p. 159). O evento tinha o objetivo de aproximar práticas culturais e política radical, contando com a participação do filósofo Alan Watts, dos psicólogos Timothy Leary e Richard Alpert, dos poetas Allen Ginsberg, Gary Snyder, Michael McClure, Lenore Kendell e Lawrence Ferlinghetti, do líder do protesto do Vietnam Day, o ativista Jerry Rubin, marxista recém-convertido ao ácido. O som ficou por conta dos grandes artistas locais que tocaram de graça: Jefferson Airplane, Grateful Dead, Country Joe and the Fish, Big Brother and the Holding Company e Quicksilver Messenger Service. O *Oracle* “também estendeu o convite aos militantes de esquerda da Universidade da Califórnia, em Berkeley, que por algum tempo consideraram os hippies e sua emergente cultura alternativa como passivos, hedonistas e alienados das questões políticas” (Gilmore, 2010, p. 106). O objetivo do evento era reunir essas duas tribos, construindo um plano comum entre estética e política. Durante o dia, um grupo de teatro conhecido como os Diggers servia sanduíche de peru com LSD, ambos cortesias de Owsley Stanley.

Os Diggers (“cavadores”) eram uma facção da *Mime Troup* (Trupe de Mímica), grupo de teatro socialista de influência brechtiana, que, como nos conta o ator Peter Coyote, buscava “encontrar onde estão os autênticos impulsos autônomos. E sermos responsáveis por eles” (Miles; Berg; Coyote, 2008, p. 186). Essa ideia de autonomia, de que também somos aqui herdeiros, é uma noção, lembramos, política, coletiva, social. O dramaturgo Peter Berg sublinha que os Diggers viam

a realização pessoal com a droga sempre dentro de um contexto social, “como um direito de cair fora” (p. 187), tendo, com isso, cunhado um termo no mínimo interessante: psicodelia social.

Então sexo livre, drogas, criatividade, tudo isso leva você a cair fora. Você vai lá, toma um ácido, toca sua flauta, mas vá fazer algo pelo bem público. Era nisso que estávamos ligados. E psicodelia social está relacionada a isso. A ideia de dádiva, de “livre”, é psicodelia social, porque desorienta e distorce as ideias das pessoas sobre as relações sociais (Miles; Berg; Coyote, 2008, p. 187).

Dentre as ações de psicodelia social do grupo, o escritor Barry Miles nos conta de um anúncio publicado na segunda edição do *San Francisco Oracle*: “Comida livre no parque de Ashbury todo dia, às quatro horas da tarde. Traga uma cuia e uma colher. É livre porque é de vocês. Os Diggers” (Miles; Berg; Coyote, 2008, p. 188). Clínica e política: o *Gathering of the tribes* foi vivenciado e propagado como “um caso de cura, uma festa para os sentidos, com música, poesia, luz do sol, sinos, robes, talismãs, incenso, penas e bandeiras” (Lee; Schlain, 1992, p. 161). Os Hell's Angels até cuidavam de ajudar crianças perdidas a encontrarem seus responsáveis. O evento durou da uma às cinco da tarde, com saldo positivo, mostrando “que os jovens rebeldes eram numerosos e pacíficos” (Gilmore, 2010, p. 106), “que um novo estado de espírito criava raízes e que havia futuro para um sonho coletivo”. Pouco se sabia ainda desse futuro. O *Human be-in* teve enorme cobertura da mídia, com os organizadores tendo cedido entrevistas antes de sua realização, o que reforçou a grandiosidade do evento: tal como pretendiam os organizadores, o be-in atraiu o noticiário nacional e o internacional, marcando “o início de um assalto midiático à Haight-Ashbury” (Lee; Schlain, 1992, p. 163). Emmett Grogam, dos Diggers, havia observado com reservas o desenrolar do evento que atraía para o local um número desproporcional de jovens que, seduzidos pelas exageradas promessas de liberdade propagadas pela grande mídia, “agora queriam viver em confortável pobreza e arranjar um lugar ao Sol no distrito do amor” (Gilmore, 2010, p. 106).

Em 1967, diversas drogas bizarras começavam a chegar em Haight-Ashbury e a CIA teve uma importância direta nisso. De acordo com um ex-empregado da Agência, a equipe da CIA “ajudou químicos *underground* a instalarem laboratórios de LSD na Bay Area durante o Verão do Amor para 'monitorar' eventos no gueto do ácido” (Lee; Schlain, 1992, p. 189). Mas, por que, iria a Agência se interessar em meter o bedelho no povo hippie? Um agente da CIA, que afirma ter se infiltrado na rede do LSD, deu uma pista ao se referir à Haight como uma “gaiola de ratos humanos”. Parecia não haver melhor lugar para uma operação de vigilância que o distrito de Haight-Ashbury. O Dr. Louis Joylon (“Jolly”) West, que costumava pesquisar com o LSD para a CIA, foi morar no coração da Haight “com a intenção de estudar os hippies em seu habitat natural” (p. 190). A CIA estava realizando uma grande reversão metodológica, desfocando a atenção da droga em si, para o set e o setting. A tese de Lee e Schlain é a de que cientistas conectados com o

Exército dos EUA e com a CIA, disseminando informação falsa sobre o LSD e seus efeitos, além de influenciarem o debate sobre a experiência psicodélica, “ajudaram a criar um set e setting negativo em uma escala coletiva para aqueles que se ligaram durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970” (p. 156).

A CIA, buscando uma utilidade para o LSD como instrumento de dominação, passou muitos anos prescrevendo a substância, anotando resultados e se frustrando com a incoerência de tais resultados, até inverter o procedimento e passar a investigar os impactos sociais e políticos de seu uso autônomo. No início, “viram o LSD como uma substância que provocava uma reação específica (ansiedade), mas estudos subsequentes mostraram que 'set e setting' são importantes fatores na determinação de seus efeitos” (Lee; Schlain, 1992, p. 283). Daí, nos anos 1960, haviam praticamente eliminado os estudos de laboratório com LSD em favor de substâncias mais potentes e eficazes como incapacitantes, o que não significa que a Agência tenha perdido todo o interesse no LSD. Muito pelo contrário, “a ênfase mudou para questões mais amplas ligadas aos impactos sociais e políticos da droga”. No entanto, esse suposto avanço metodológico deve ser enxergado com reservas. Afinal, as preocupações sempre foram ligadas ao controle e não ao cuidado dos usuários. Nesse mergulho no campo, os pesquisadores da CIA estavam sobreimplicados em sua missão de controlar a vontade alheia. Sua aposta sempre foi na heteronomia. O pensamento militarizado impede uma compreensão precisa da dimensão impessoal da autonomia.

Um ponto que a presente tese pretende destacar é que foram os coletivos que emergiram contra e à margem dos focos centralizados de poder que puderam afirmar de maneira mais contundente a inseparabilidade da estética e da política, o caráter impessoal, coletivo, da produção de autonomia, essa dimensão criativa, paradoxal, ao mesmo tempo autônoma e impessoal, da criação. É com eles que vamos buscar ferramentas para ampliarmos nosso poder de ação sobre a realidade atual dos serviços de saúde mental. E o poder da linguagem de dizer isso tudo ao mesmo tempo agora. Os Diggers cunharam muitas expressões marcantes, dentre as quais estão *do your own thing*, que remete a algo como “sinta-se livre para fazer tua própria parada”, e *today is the first day of the rest of your life*, que foi traduzida para o português como “hoje é o primeiro dia do resto de sua vida”, expressão que virou o título emblemático de um disco da Rita Lee, lançado pela Polygram, em 1972. Apesar do título sugestivo, do desenho da cantora na capa, feito pela própria cantora, e de sua assinatura como intérprete poderem nos levar a supor se tratar de um primeiro disco solo da cantora, o caso é que todas as músicas do disco são tanto compostas quanto executadas pelos Mutantes, sendo que o mais curioso é que Rita já havia gravado, dois anos antes, um disco, *Build up* (1970), que, além de começar com a emblemática *Sucesso, aqui vou eu!*, não tinha participação dos Mutantes em todas as faixas. Mas a psicodelia tem muita afinidade com paradoxos, trocadilhos e jogos de palavras. E esta dimensão lúdica da linguagem porta uma

potência de transformação efetiva nos corpos. Nessa mudança, nessa modulação, nessa ampliação de sentidos, podem ocorrer velozes saltos transversais por entre territórios usualmente percebidos como estanques, como o da arte, o da política e o da saúde. Na faixa que abre o disco, a composição “Vamos tratar da saúde”, de Arnaldo Baptista, Rita Lee e Arnolpo Lima (o “Liminha”), ouvimos a respeito de *muita gente por aí que ainda não sentiu as vibrações*, mas com quem não devemos nos preocupar. Eles que cuidem de *se tratar*. Mas, para quem vibra, para quem pulsa, o convite envolve uma noção bem mais ampliada de saúde: *Que tal um cha... cha... cha... pra gente se achar?*, arrematada pelo refrão *Vaaaaamos tratar bem da nossa saúúúde!! Vaaamos tratar bem da nossa saúúúde!! Vaaaamos tratar bem da nossa saúúúde!!* Voltemos então agora a São Francisco com esta noção de saúde ampliada, que é a mesma pela qual luta nossa Reforma Sanitária.

a free clinic e o verão do amor

O solstício do verão de 1967, em 21 de junho, foi marcado na Haight por um evento organizado pelos Diggers, que pretendia deixar “aquela coisa de Human Be-In para colegiais, publicitários e jornalistas” (Gilmore, 2010, p. 118). Nessa época, outras drogas estavam começando a entrar na região, sobretudo anfetaminas e injetáveis. Com o uso crescente de tais drogas, má nutrição e doenças contagiosas começavam a se disseminar, o que levou o Dr. David Smith a fundar, em 7 de junho de 1967, a *Haight-Ashbury Free Clinic*, que, dentre outros serviços, oferecia uma “*trip room*”, onde as crescentes bad trips eram cuidadas. Smith reuniu trinta médicos voluntários para “tratar em tempo integral de jovens com alucinações ou qualquer outra enfermidade causada pelo consumo de drogas, bem como doenças venéreas, além de fazer trabalho preventivo” (Merheb, 2012, p. 141). Além de ter tratado mais de 50 mil casos de abuso de drogas, o Dr. Smith contava com um aliado essencial para o trabalho, que eram sua enorme simpatia e a confiança da comunidade, pois “se recusava a julgar seus pacientes e a associar o alto consumo de drogas ao estilo de vida dos hippies ou a sua música”. Quando dava sua opinião publicamente, costumava dizer que “o rock refletia sua época e culpá-lo pelos viciados que se multiplicavam servia apenas para eleger o bode expiatório mais óbvio e buscar a saída mais fácil”.

A *Free Clinic* foi pioneira como uma iniciativa de afirmação da saúde como um direito de todos e não um privilégio para os que podem pagar, ou para os que não fazem uso de substâncias ilícitas. No Verão do Amor, chegou a atender mais de 12 mil pessoas. Oferecia um serviço de saúde não apenas gratuito como também inclusivo, pois propunha basicamente a redução dos danos causados pelo abuso de psicotrópicos, isso durante a vigência da recente proibição do LSD na Califórnia. Em julho de 2012, a *Haight-Ashbury Free Clinic* fundiu com a *Walden House*, fundada em 1969, na Haight-Ashbury para cuidar de problemas de saúde mental e abuso de drogas de

populações carentes, presidiários e portadores do vírus HIV, resultando na atual *HealthRIGHT360* (W18). Dentre os programas oferecidos atualmente, está o rock medicine (W40), criado a partir de um pedido que Bill Graham fez à Free Clinic em 1972, de que pusessem uma barraca de cuidados emergenciais nos concertos abertos do Grateful Dead e Led Zeppelin. Em 1973, o Dr. George “Skip” Gay formalizou o programa, que se encontra em plena atividade até os dias atuais, cobrindo tanto concertos de rock quanto eventos ao ar livre em geral, a partir do trabalho voluntário de diversos profissionais.

Quando, no ano de 1967, o hemisfério norte realmente se aproximava do verão, na Haight-Ashbury um grande aumento no número de bad trips já vinha ocorrendo, devido, sobretudo, ao fato de que “jovens inexperientes estavam tomando psicodélicos em um meio hostil e congestionado” (Lee; Schlain, 1992, p. 187). Nesse ambiente, havia surgido como que subitamente “um monte de novos químicos entortadores de mente”, incluindo o superpotente DOM (2,5-dimetoxi-4-metilanfetamina), sintetizado pela primeira vez por Sasha Shulgin, em 1963, enquanto o cientista estudava a estrutura da mescalina nos laboratórios da DOW Chemical Company, tendo testado em si próprio doses de 1 a 12 mg e considerado esta última dose já bastante alta (W19). A fórmula chegou ao amplo conhecimento da comunidade científica no início de 1967, e, como o tartarato de ergotamina, essencial para a produção de LSD, estava escasso no período, Owsley decidiu sintetizar o DOM, que logo circulava em São Francisco e Nova Iorque como STP, iniciais de “Serenidade, Tranquilidade e Paz”, três coisas que a substância dificilmente provocaria (Gilmore, 2010).

Quando o STP chegou na Haight, em cinco mil cápsulas doadas para a celebração de solstício do Verão do Amor (Lee; Schlain, 1992), poucos sabiam do que se tratava e “durante três dias os prontos-socorros de San Francisco ficaram lotados com jovens que se deram mal” (Gilmore, 2010, p. 118). Muitos médicos, acreditando se tratar de LSD, prescreviam o antipsicótico Thorazine para acalmar os usuários, mas este, na interação com o DOM, potencializava seus efeitos. O STP chegou às ruas de São Francisco em doses de 20 mg, bem acima daquelas testadas por Shulgin. Além disso, a substância começava a mostrar seus primeiros efeitos aproximadamente ao mesmo tempo em que surgiam os do LSD, embora os efeitos do DOM iniciassem mais leves que os do LSD e levassem mais tempo para atingirem seu auge, o que levou os usuários desavisados a redosagens imprudentes que provocaram um número considerável de overdoses, embora nenhuma fatal (W19).

Conforme o relato de médicos que trabalharam na *Haight-Ashbury Free Clinic*, o STP foi apenas uma das drogas estranhas que deram problemas na Haight. Houve uma série de reações adversas relatadas acerca do uso de uma droga sintética que buscava simular os efeitos da maconha: “a droga era na verdade fenilciclídina, ou PCP – também conhecida como “pó de anjo” –, que havia sido originalmente comercializada como um tranquilizante animal pela Parke-Davis” (Lee; Schlain,

1992, pp. 187-188). Na mesma época, a CIA empregava o Dr. Ewen Cameron para administrar PCP para pacientes psiquiátricos no Allain Memorial Institute, em Montreal, dentro do projeto MK-ULTRA, além de estocar a substância para uso como “armamento não-letal” (p. 188), embora, de acordo com os próprios relatórios da CIA, altas doses pudessem “levar à convulsão e à morte”.

A cada semana as coisas pioravam na Haight. No auge do verão de 1967, “vendiam-se e consumiam-se drogas pesadas – drogas que não eram o que pareciam ser –, havia espancamentos nas ruas e confrontos com a polícia” (Gilmore, 2010, p. 119). O ponto de virada foi o assassinato brutal de dois traficantes com poucos dias de distância um do outro: “um teve o braço cortado, o outro foi massacrado e arremessado de um penhasco” (Lee; Schlain, 1992, p. 190). Tal como em relação às manifestações em protesto aos gastos excessivos, à corrupção e à violência associados aos megaeventos, que tomaram conta recentemente das ruas do Rio de Janeiro, a polícia de São Francisco ficou de apurar os casos e punir os responsáveis pelos excessos, sem que tenha ocorrido qualquer investigação a esse respeito. Entre as notícias dos assassinatos de um e outro traficante, o beatle George Harrison esteve, sob o efeito de LSD, com sua esposa, Pattie Boyd, em uma rápida visita à Haight Street, quando “foi reconhecido e lhe pediram para cantar. Dedilhou um violão que colocaram em suas mãos e cantou '*Baby You're a Rich Man*', mas achou a experiência desconcertante e foi logo embora” (Gilmore, 2010, p. 120). Antes de deixar a cidade, “decidiu não tomar mais LSD. (Apesar dessa experiência, em 1974, Harrison doou 66 mil dólares para a Free Clinic do Haight-Ashbury, evitando que o estabelecimento fechasse as portas)”.

Em pleno “Verão do Amor”, parecia que todo mundo carregava alguma faca ou arma de calibre pesado, “enquanto a Haight se degenerava em uma viagem de sobrevivência-dos-mais-adaptados” (Lee; Schlain, 1992, p. 191). Muitos moradores do distrito não seguraram a paranoia urbana e picaram a mula para a zona rural ou mesmo voltaram para a casa dos pais. Veteranos do ácido foram para outros locais onde novas comunidades hippies estavam apenas começando: “o êxodo em massa da Haight assinalou o fim do Verão do Amor” (p. 191). Neste êxodo, o Grateful Dead “não se mudou rápido o suficiente: em 2 de outubro a polícia entrou na casa deles em Ashbury Street e prendeu dois integrantes (Bob Weir e Pigpen) por posse de droga” (Gilmore, 2010, p. 121). Dias depois, em 6 de outubro de 1967, exatamente um ano após a proscrição do LSD na Califórnia, os Diggers marcaram a temporada de mudanças encenando um cortejo fúnebre, no qual foi proclamada “a morte do hippie, filho devotado da mídia de massas” (Lee; Schlain, 1992, p. 191).

Ron Thelin, ex-proprietário da Psychedelic Shop, explicava que o objetivo dos Diggers era sabotar a palavra “hippie”, pois “não tem nada a ver conosco” (Lee; Schlain, 1992, p. 192). Barry Miles, editor da *International Times*, revista contracultural inglesa, além de biógrafo do Pink Floyd, Beatles, Kerouac, Burroughs e Ginsberg, conta que, enquanto ocorria o cortejo do hippie, “dentro da Psychedelic Shop uma garota em bad trip tinha seus gritos abafados pelo toca-discos no

máximo” (Miles; Berg; Coyote; 2008, p. 193). À tarde, “a polícia começou a fazer sua ronda diária atrás de adolescentes que fugiram de casa”. Seguiu-se um período infernal, com a vitrine da Psychedelic Shop coberta e a Free Clinic de portas fechadas: “o reinado do terror durou por bem todo um ano, com tiras patrulhando a área com equipamentos para dispersar manifestações, agredindo cabeludos e golpeando jovens indiscriminadamente” (Lee; Schlain, 1992, p. 192).

Os autores apontam um movimento similar no East Village, onde “um grupo informal de beats, estudantes e pacifistas” (Lee; Schlain, 1992, p. 195) frequentava uma livraria gerenciada por Eric Loeb, que vendia peiotes. O ácido estava disponível nas ruas de Nova Iorque desde 1963 e, conforme mais gente aderiu, os locais de reunião se tornavam mais explícitos. Tinha “a livraria *Peace Eye*, de Ed Sanders, o espaço de performance *Electric Circus*, no Saint Mark's Place, Fillmore East, na Segunda Avenida, o Tompkins Square e o Washington Square Garden”. Além desses locais, “havia também uma série de *coffeshops*, como a *Psychedelicatessen* e outras moradias notáveis oferecendo cópias do *Inner Space*, jornal psicodélico publicado por Lynn House”. Logo após o *human be-in*, realizado no Central Park, no domingo de páscoa, inspirado no evento de São Francisco, a comunidade psicodélica começou a se deteriorar, e “uma série de assassinatos brutais ligados a drogas no outono de 1967 marcou o fim de um experimento social exótico”. O movimento no East Village, na Costa Leste dos Estados Unidos, foi similar ao da Haight, na Oeste.

Para Mikal Gilmore (2010), “nunca houve um Verão do Amor em 1967 em San Francisco” (p. 111). Se houve alguma estação do amor, foi entre a primavera e o verão de 1966, “quando o Haight-Ashbury ganhava contornos de uma vila dentro da cidade, inauguravam-se lojas como a Psychedelic Shop, de Ron e Jay Thelin, e uma população crescente e criativa dava vida nova a um distrito antes decadente” (pp. 111-112). Mesmo quando ocorreu o enorme e pacífico encontro *Human Be-In*, em janeiro de 1967, o mês na Califórnia também estava marcado pela posse do novo governador, o ator Ronald Reagan, “que se elegera com uma campanha em grande parte baseada em críticas aos jovens inconformados e promessas de enquadrá-los com firmeza” (p. 112). Ou, ainda meses antes, a atmosfera já estava carregada pela tentativa desenfreada, por parte de empresários, de extrair lucro sobre a experiência de um modo de vida que os próprios empresários detestavam, o que explica por que a companhia de ônibus Gray Line iniciou a *San Francisco Haight-Ashbury District 'Hippie-Hop Tour'*, divulgada como “a única excursão para o estrangeiro dentro dos Estados Unidos” (p. 113).

No início, a comunidade hippie encarou a estranha ideia da excursão com a boa dose de bom humor que é característica da onda lisérgica. No entanto, “logo começaram a se incomodar com turistas embasbacados, que olhavam os hippies como se estivessem no zoológico” (Gilmore, 2010, p. 113), tal como fazem hoje os turistas, nos jipes infames que passeiam pelos morros e

comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro, conforme mostrado no episódio “Pobre”, do programa humorístico Porta dos Fundos (W20). Os Diggers chegaram a se apoderar de um dos ônibus de turistas, desviando-o para a casa do Grateful Dead em Ashbury – mas a axiomática do capital é tão artilosa que tal mudança de trajeto acabou se tornando parte do roteiro das excursões da Gray Line. Logo a situação se tornou insustentável, e “os moradores passaram a seguir os ônibus, às vezes mostrando espelhos aos turistas, outras vezes atirando tomates nos veículos. Em maio, a Gray Line cancelou as excursões” (Gilmore, 2010, p. 113).

Com o êxodo em massa da Haight, muitas pessoas foram também para Berkeley e o entorno de Oakland, “onde ainda havia alugueis baratos” (Gilmore, 2010, p. 122). A cidade de Berkeley – que havia sido, “desde o movimento Free Speech de 1964, na Universidade da Califórnia, o centro da militância pelas liberdades civis e do radicalismo político” – também foi palco dos eventos extraordinários de 1967, que atingiram o ápice em outubro, quando, em Oakland, foram realizadas manifestações contra o alistamento militar. A avenida Telegraph foi se tornando uma outra Haight, “embora a polícia de Berkeley – que não distinguia entre jovens cabeludos e militantes pacifistas – tenha sido ainda mais implacável ao hostilizar hippies e estudantes”. As tensões atingiram o ponto culminante em maio de 1968, com uma disputa entre a Universidade de Berkeley e os estudantes sobre uma área contestada, o People's Park, na qual a polícia, para variar, acabou transformando o terreno num campo de confronto violento. O governador Ronald Reagan “elogiou a ação da polícia e enviou mil soldados da Guarda Nacional para conter qualquer outra eventual reação”. Também em 1968, Nixon é eleito e lança a *War on drugs*. Em 1971, dez anos após a realização da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, visando “combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas” (W21), ocorre a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, na qual o LSD é “incluído na lista oficial da ONU de substâncias proibidas e sem nenhum uso médico” (Carneiro, 2005b, p. 169). O cenário muda violentamente.

Mas o que fica para nós daquela experiência do LSD no setting contracultural de São Francisco nos anos 1960? E o que será que deu errado? Como pode uma aventura que “começou com a exploração de novas formas de criatividade, de vida, de pensamento” (Gilmore, 2010, p. 123), ter se transformado em um “ambiente de horror e decadência”? O testemunho de quem tomou LSD nos anos 1960 é o de que era uma experiência incrível: “podia ser divertido, ousado e até mesmo assustador. Mas quase todos os que resistimos àquela tempestade cerebral nos recuperamos e seguimos em frente” (p. 125). Não era uma questão apenas da qualidade da droga, embora fossem “clássicos” os LSDs de Owsley e da Sandoz, mas é também uma questão do *set* (hoje, os termos hipster e hippie são por vezes utilizados em um sentido depreciativo, praticamente sinônimo de “cozinha”) e do *setting*: o Haight e a cultura que o distrito representou influenciaram a cultura ocidental inicialmente através da música e, mais tarde – de modo mais duradouro –, através dos

efeitos de suas ideias, atitudes e práticas sociais. Se, por um lado, esse processo “acabou não remodelando instituições, como esperavam alguns gurus da contracultura, nem significou um claro rompimento com o passado” (p. 126), o crítico musical Mikal Gilmore chega a afirmar que ele “reconfigurou a cultura e os costumes da América pelos quarenta anos seguintes – e, claro, deu origem à reação conservadora, que tenta fervorosamente anular as forças liberadas naquele tempo”.

No que diz respeito ao LSD, durante os últimos quarenta anos, as pesquisas com a substância estiveram relegadas à marginalidade, sob o impacto do proibicionismo e sua política militarizada de “guerra às drogas”. Seguindo esta linha do proibicionismo, em 1988, ocorreu ainda a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, fortalecendo, dentre outras coisas, o controle sobre os precursores químicos. A Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, foram complementares na tentativa de exercício de um poder totalmente heterônimo de decisão sobre a gestão de psicotrópicos, sendo, portanto, uma política produtora de doenças, e não de saúde. A história do proibicionismo é a da criação de um setting negativo, produtor de bad trips. E, como estética e política são inseparáveis, temos que estar sempre alertas para o que está ocorrendo ao nosso redor.

Já em 1992, quando os pesquisadores Martin Lee e Bruce Schlain concluíam a edição de seu estudo sobre o LSD, a CIA e a contracultura dos anos 1960 e estiveram pela Haight, constataram que restavam poucos locais familiares dos áureos tempos, tal como a *Free Clinic*, além de terem notado alguns loucos esparramados pelas ruas da vizinhança, embora estes, repetindo no passado o que temos vivido no presente, no Rio de Janeiro – mediante as políticas de segurança e de obras públicas voltadas para os recentes megaeventos, como a Copa das Confederações 2013, a Jornada Mundial da Juventude Rio 2013 e a Fifa World Cup 2014 –, são “fantasmas do passado agora que a área foi gentrificada, após dez anos como uma pocilga” (Lee; Schlain, 1992, p. 290). Temos que estar alertas. Atenção é uma atitude sinônima de cuidado. Se não tivermos cuidado, o Controle se apossa:

O uso recreacional do LSD como uma “tecnologia de si” tem seus corolários na proliferante indústria tecnológica do lazer que inclui videogames, computadores, televisão a cabo, home video e filmes cujos efeitos especiais multimilionários ameaçam ultrapassar o teatro da mente. Meios para brincar com a realidade são de fato grandes negócios. Muitos dos comerciais de TV de hoje são mais “psicodélicos” que os mais distantes posters ácidos dos anos 1960 (Lee; Schlain, 1992, p. 291).

O uso recreacional do LSD como uma tecnologia de si capturada pela indústria do marketing e do entretenimento está entre os saldos mais perigosos da experiência psicodélica. Outro

saldo negativo é referente aos excessos, a esmagadora maioria das vezes decorrentes de misturas imprudentes, doses excessivas, desconhecimento da substância ingerida, desconhecimento de ter ingerido uma substância etc. Drogas perigosas são aquelas que não são o que parecem ser. O desconhecimento é um risco. A proibição não somente da produção, comércio e consumo, como também de estudos (que dependem da existência dos outros três), torna as drogas mais perigosas. Nos anos 1980, em uma cruzada contra as drogas capitaneada pela primeira dama dos Estados Unidos, Nancy Reagan, uma menina lhe perguntou o que deveria fazer se alguém lhe oferecesse drogas e a resposta foi o lema da campanha *Just say no!*, ao que Leary respondia: *Just say know!*

Felizmente, em março de 2014, foram divulgados os resultados do primeiro estudo controlado de terapia com LSD em mais de 40 anos, um estudo científico duplo-cego suíço que investigou a segurança e a eficácia da administração da substância, associada à psicoterapia, para facilitar a preparação de pacientes terminais para a experiência de morte. No mesmo ano em que havia morrido o escritor Aldous Huxley, 1963, uma pesquisa investigava a utilidade analgésica do LSD combinado com terapia, para reduzir a ansiedade, depressão e dor em pacientes com câncer em estágio avançado (Kast e Collins, 1964), mas toda pesquisa com LSD rapidamente foi interrompida quando a droga se tornou ilegal nos Estados Unidos. O estudo suíço *Safety and efficacy of lysergic acid diethylamide-assisted psychotherapy for anxiety associated with life-threatening diseases* (Segurança e eficácia da psicoterapia assistida por dietilamida do ácido lisérgico para a ansiedade associada a doenças potencialmente fatais), coordenado pelo psiquiatra Peter Gasser, no qual cientistas deram LSD, acompanhado de psicoterapia, a 12 pacientes com câncer, visando trabalhar sua ansiedade perante a morte, foi aprovado para publicação e disponibilizado para consulta on-line no *Journal of Nervous and Mental Disease*, no dia 4 de março de 2014 (Gasser, 2014). A pesquisa teve início em novembro de 2007, quando Albert Hofmann ainda estava vivo. Dos doze participantes do estudo, onze jamais tinham ingerido LSD. Duas sessões de psicoterapia serviram para discutir o *set*, a história do participante, situação social, personalidade, saúde, mentalidade e situação emocional, assim como serviram para explicar a ação do LSD e da estrutura do ambiente, responder perguntas, e construir uma aliança terapêutica. O *setting* no qual as sessões experimentais ocorreram era um quarto tranquilo em um consultório privado. O participante era orientado a deitar sobre um colchão no chão, andar ou sentar-se confortavelmente. Afora saídas para o banheiro, os participantes permaneceram na sala para a sessão experimental por 8 horas completas com um assistente por perto. Oito pacientes receberam 200 µg de LSD e os quatro demais receberam o placebo com 20 µg. Os resultados do estudo indicaram que, administrado de modo seguro em *setting* psicoterapêutico, sob supervisão, o LSD pode reduzir a ansiedade. A maioria dos participantes manifestou a preferência por mais do que duas sessões de LSD, assim como por um período mais longo de tratamento. O estudo não tem

caráter conclusivo, devido à mostra reduzida, à extrema variação psicológica pela qual os sujeitos podem passar por conta de melhoras ou pioras em seu estado de saúde, assim como a dificuldade de se fazer teste duplo-cego com psicodélicos (é realmente bem difícil se fazer de “cego” perante alguém que tenha tomado 200 µg de LSD), além das limitações metodológicas inerentes ao próprio uso de ferramentas psicométricas para avaliar resultados. No entanto, coroa uma reabertura às pesquisas com substâncias psicodélicas.

Rick Doblin, diretor-executivo da MAPS – Associação Multidisciplinar para Estudos Psicodélicos (W22), fundação que financia muitos desses estudos –, acredita que vale à pena revisitar os tratamentos à base de LSD. No entanto, seu objetivo é preciso: “queremos fazer essas substâncias transgredirem os moldes da contracultura”, disse Döblin ao *The New York Times*, “e trazê-los de volta para o laboratório como parte de um renascimento psicodélico” (W23).

Mas qual o sentido de transgredir os moldes da contracultura? O “contra” do termo contracultura não implica a eliminação da cultura, o que seria puro niilismo, mas trata-se de uma postura política de se opor aos valores culturais que atentam, estes sim, contra a vida, contra a liberdade, contra a autonomia. Pelo termo “contracultura”, podemos entender duas coisas distintas, embora inseparáveis, sendo o termo utilizado, por vezes, em ambos os sentidos simultaneamente. Seguindo aqui indicação de Carlos Alberto Messeder Pereira (1984), o termo contracultura pode se referir, de um lado, ao conjunto de movimentos de rebelião de juventude que marcou os anos 1960, “com um forte espírito de contestação, de insatisfação, de experiência, de busca de uma outra realidade, de um outro modo de vida” (p. 20), como o rock psicodélico, o movimento hippie, os movimentos estudantis, as viagens, com ou sem drogas, a adoção de alguns princípios da filosofia oriental, o amor livre etc. Nesse sentido, ainda que muito próximo de nós, tratar-se-ia de um fenômeno datado, com seu sentido limitado ao passado. Por outro lado, pode se referir também, e ao mesmo tempo, a “alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente mais radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante”. Se assim entendemos o termo contracultura, podemos concordar também que esta “reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações, e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social” (p. 22). Desse modo, não se trata de um fenômeno que morreu com o fim dos anos 1960, ou mesmo com o evento chamado “morte do hippie”, mas trata-se de um ethos, uma atitude estético-política, cujas estratégias podem, inclusive, mudar conforme o cenário, o contexto, as condições ambientais. É o que mostramos adiante, tomando Tim Leary como exemplo.

turn on, tune in and drop out!

Em 1965, Leary (1999) fora vítima de uma cilada em Nuevo Laredo, cidade na fronteira entre o México e os Estados Unidos, quando passeava com a família. Jorge Garcia, um policial mexicano que conhecera *Timóteo* dois anos antes, advertiu-lhe de que estava *prohibido* de entrar no México. O psicólogo lhe entregou uma carta especial do *Gobierno*, permitindo sua entrada como turista e, quando o policial amigável “entrou num carro sem identificação e seguiu para o lado americano” (p. 308), começaram a piscar as “luzes vermelhas da paranoia” e Tim virou-se para a família sugerindo que se livrassem de qualquer maconha que eventualmente portassem, jogando na privada e puxando a descarga. Em instantes, seu filho Jack foi ao banheiro do estacionamento e voltou com cara de *missão cumprida*. Logo em seguida, voltou também o policial mexicano, com cara de *nada feito, compañero*, afirmando que os escritórios do governo que poderiam conferir a liberação de sua entrada estavam fechados no horário e que o carro deveria então cruzar de volta a fronteira para os Estados Unidos e tentar retornar no dia seguinte. Na hora, Leary nem se deu conta de que estava em uma zona franca, onde poderia ter passado a noite em algum hotel, sem cruzar a fronteira internacional (mas quem consegue se dar conta de tudo o tempo todo?). Ao atravessarem a ponte para os Estados Unidos, os aduaneiros “encontraram” cerca de dez gramas de maconha dentro de uma caixinha de prata com sua filha Susan, menor de idade, cuja propriedade o psicólogo assumiu desesperadamente, ante a ameaça que a filha fosse absurdamente “presa por três delitos: tráfico de narcótico, posse de narcótico e não pagamento de impostos sobre uma substância controlada” (p. 310). Foram os quatro enfiados em um carro de polícia e levados para a prisão.

O advogado foi muito eficiente em conseguir baixar a fiança estipulada inicialmente em cem mil dólares para fazer com que os três mil dólares em posse do psicólogo bastassem para pagar a fiança, o advogado e passagens aéreas para Nova Iorque. No entanto, pouco otimista quanto às perspectivas de Leary a longo prazo e buscando um acordo para atenuar a pena de seu cliente, propôs-lhe que fizesse “declarações em público condenando as drogas” (p. 311). Aliás, era essa a motivação política perversa de sua prisão. Foi quando o psicólogo se deu conta da situação absurda em que estava embrenhado e, “sentado numa cela escura na noite de Natal de 1965, de cabeça quente pela indignação com a injustiça das leis da maconha” (p. 313), decidiu “lutar e levar o caso para os tribunais do país, mobilizar equipes de advogados, planejar táticas de tribunal, entrar com apelações, moções, resumos, depoimentos para falar em defesa do direito dos cidadãos americanos de controlar seus corpos e cérebros”. Leary assumiu, desde então, que sua tarefa era “persuadir o governo a apoiar a educação e a pesquisa de drogas e a abandonar a política de repressão policial” (p. 326). Para tanto, os meios tradicionais não bastavam. Por todo o país, políticos, policiais e psiquiatras eram convocados a falar mal das drogas na mídia. Leary reagiu imediatamente, “dando

palestras públicas, concedendo entrevistas, escrevendo artigos para revistas, com orientações como a da necessidade de guias, preparação, ambientes protegidos e o conhecimento de técnicas de centralização para lidar com viagens confusas” (p. 330). No entanto, “poucas dessas informações alcançaram a imprensa nacional”. Sentindo que precisava de uma espécie de aconselhamento acerca do modo de operar dos meios de comunicação, teve um almoço esclarecedor com o teórico da comunicação canadense Marshall McLuhan, que então o aconselhou:

- Audiências depressivas no Senado e nos tribunais não são plataformas para a sua mensagem, Tim. Você se diz um filósofo, um reformador. Ótimo. Mas a chave para o seu trabalho é a publicidade. Você está promovendo um produto. O novo cérebro, melhorado e acelerado. Você tem de usar estratégias mais atuais para incitar o interesse do consumidor. Associe o LSD a todas as coisas que o cérebro pode produzir. Beleza, divertimento, reflexões filosóficas, revelação religiosa, maior inteligência, fábulas místicas. A comunicação boca a boca entre os consumidores satisfeitos ajudará, mas consiga amigos compositores de *rock* para escreverem *jingles* sobre o cérebro (Leary, 1999, p. 330).

Leary (1999) achava que o tiro poderia sair pela culatra, uma vez que o lado negativo já era bastante enfatizado, provocando deliberadamente *bad trips*. “Eles nunca mencionam as 999 viagens boas. Repetem sem parar: *LSD: pule da janela*. Quando alguma pessoa mal preparada adentra novas esferas turbulentas, ela se pergunta: *e agora, o que acontece? Ah, pule pela janela*” (p. 331), de modo bem próximo àquelas “mães superprotetoras que advertem seus filhos para não enfiarem amendoins no nariz”. No entanto, era justamente isso que McLuhan sugeria ao psicólogo que utilizasse a seu favor, pois, se os proibicionistas denunciam claramente o cérebro como um instrumento do mal, Leary, como “principal avalista do produto”, podia utilizar sua imagem pública para ajudar a dissipar o medo disseminado na população. McLuhan fez algumas sugestões a Tim, como “sempre que for fotografado, sorria”, “irradie coragem”, “nunca proteste ou apareça com raiva” e, por ser professor, é “normal você passar uma imagem extravagante e excêntrica”, mas “uma atitude confiante é a melhor propaganda”. Nisso, o garçom, “que parecia estar prestando atenção em McLuhan”, derrubou champanhe no colo do psicólogo. McLuhan olhou para Tim, *esperando algo*. Quando Leary sorriu, o comunicólogo lhe disse que assim ele venceria a guerra, embora ainda fosse perder batalhas importantes antes disso, afinal, “essa cultura sabe como vender medo e dor. Drogas que aceleram o cérebro não serão permitidas até que as pessoas estejam preparadas para os computadores. Você está à frente do seu tempo”.

Refletindo a respeito, certa manhã, durante o banho, três expressões vieram à mente de Leary (1999), como um possível “*slogan* que sucintamente expressasse as táticas para o aumento da inteligência” (p. 332): *turn on*, *tune in* e *drop out*, que traduzimos inicialmente por “ligar-se, sintonizar-se e cair fora”, pelo que nos atrai pensar o estatuto do fora na psicodelia. Embora o

slogan tenha sido, desde então, muitas vezes interpretado como “ficar doidão e abandonar todas as atividades construtivas” (p. 333), de acordo com Leary, *turn on* significava algo como “voltar-se para dentro a fim de ativar os equipamentos neurais e genéticos. Tornar-se sensível aos muitos e diferentes níveis de consciência e aos botões específicos que os acionam”; *tune in* era “interagir harmoniosamente com o mundo externo: exteriorizar, materializar, expressar as novas perspectivas internas”; já em relação ao *drop out*, o psicólogo afirma ter pensado em “autoconfiança, descoberta da singularidade individual, compromisso com a mobilidade, escolha e mudança”. Assim, consideramos interessante a tradução ao texto de Leary, “ligar-se, sintonizar-se, libertar-se” (p. 332), no que tensiona nossa própria proposta inicial de tradução, “cair fora”. Embora o sentido substantivo de *drop* seja “gota”, o sentido de “cair” pode guardar algo de negativo (o que cai pode quebrar, pode se ferir, pode decair). Talvez pudéssemos melhor traduzir por “mergulhar fora”, ou, antes, por “dar um mergulho no fora”, pois, como já dissemos, na base da política, há uma estética.

Timothy Leary's dead? No, n-n-no... he's outside, looking in... cantava o flautista Ray Thomas, na quinta faixa do álbum *In Search of Lost Chord* (1968), do grupo inglês Moody Blues, chamada *Legend of a mind*, em alusão direta ao uso do misticismo oriental pelo psicólogo, como meio para produzir uma experiência psicodélica sem ingestão do psicotrópico. Como podemos ver, Leary (1999) realizou esse duplo movimento paradoxal de “mergulho no fora”, ou “fuga para dentro” (*he's outside, looking in...*), de diversas maneiras, como, por exemplo, ao cunhar a expressão *turn on, tune in and drop out* como uma espécie de mantra contracultural, que envolve a prática do desapego ao controle exercido pelo ego, tal como proposto também na expressão utilizada na abertura tanto do manual *Psychedelic Experience* quanto da canção *Tomorrow Never Knows*, dos Beatles: *turn off your mind, relax and float downstream*, que traduzimos por “desligue sua mente, relaxe e escorra no fluxo”⁸, embora esse escorrer no fluxo não deva ser entendido como uma proposta de absentéismo político, como um “seguir a manada”, “navegar com a corrente”, ou “ir com a maioria”, pois os fluxos psicodélicos aqui afirmados são minoritários, *underground, downstream*, se opondo à corrente irracional majoritária de pensamento e ação política, ou seja, ao *mainstream*. Como diziam Deleuze e Guattari (1997), todo devir é minoritário, pois, conforme propunham os autores, devir é um movimento que só ocorre do mais enrijecido, paralisado, cronificado, conformado, em direção ao mais fluido, mutante, criativo. Trata-se, portanto, neste *turn*

8 Quanto à ideia de “desligar a mente”, há que se sublinhar aqui uma polêmica no campo das neurociências, presente até os dias atuais, acerca da natureza da ação farmacológica dos psicodélicos: se redutora ou intensificadora da atividade neuronal. Há, atualmente, experimentos com tomografia por emissão de pósitrons que indicam aumento na atividade metabólica em certas regiões do cérebro quando da ingestão oral de psilocibina por humanos, assim como experimentos com ressonância magnética funcional que indicam redução da atividade neural em regiões do cérebro quando da administração intravenosa de 2mg de psilocibina (W37). Esta posição se aproxima a de Huxley, para quem a inibição se dá exatamente sobre a “válvula redutora”, que é como o autor concebe o cérebro. No entanto, há que se acrescentar que o sentido da palavra “mente”, na expressão “desligar a mente”, não é sinônimo de “cérebro”; caso fosse, desligar a mente se aproximaria demais da chamada morte cerebral. Não podemos confundir. Desligar a mente é desligar os controles exercidos pelo ego consciente, é dissolver controles egoicos.

off to turn on, neste *float downstream to drop out*, de uma espécie de dupla inversão de sentido, tal como a guitarra de Jimi Hendrix em *are you experienced?*, lançando-nos naquela sensação vertiginosa e inebriante de mergulho em um espaço-tempo sonoro em refluxo, surfado pelo suave grito do guitarrista: *have you ever been experienced? Well, I have...* E o que queremos chamar a atenção com tantas imagens paradoxais é para a intensa autoexperimentação do *drop out*, realizada por Leary, ao arrancar as correntes majoritárias que buscam manter as portas da percepção presas em limites estritos, lançando a abertura da percepção em um campo de disputas políticas.

No começo de 1968, Tim Leary foi convidado por Paul Krassner, editor do *The Realist*, para ir a Nova Iorque discutir uma coalizão entre os hippies e os ativistas políticos. Paul informou que havia tomado LSD em um apartamento, em Nova Iorque, durante a passagem de ano, junto com os ativistas Jerry Rubin e Abbie Hoffman (não confundir com o químico Albert Hofmann, tampouco com o escritor E. T. A. Hoffmann) e tiveram “revelações sobre a união de toda a massa de dissidentes americanos” (p. 350) para a formação do *Yippies – Young's People Party* (Partido dos Jovens). A visão do grupo não envolvia a fuga para a vida em comunidade no campo, mas tratava-se, na leitura de Leary, de “uma visão socialista-urbana, que eles expressaram num novo estilo de teatro político. (...) Táticas de guerrilha não contra a Bastilha, mas contra o noticiário das seis” (p. 351). Apesar de admirar em Abbie suas constantes mudanças, “correndo riscos, tomando ácido, reprogramando a sua mente”, tendo este passado de um “socialista conservador, moralista, anticientífico e retrógrado” a um “socialista psicodélico”, Leary, evocando a relação da estética com a política, achava que os *yippies* “não tinham sucesso porque passavam más vibrações”.

Em 1967, Alan Watts, Allen Ginsberg, Gary Snyder e Timothy Leary (2008), conversavam sobre o estatuto do *drop out*. Watts, grande divulgador da filosofia oriental no Ocidente, inicia questionando se deveriam “*drop out*, cair fora, ou tomar o poder”, ao que Leary emenda “ou algo entre os dois?” (p. 138). Snyder diz perceber isso como “a questão de se colocar toda a energia na contracultura ou tentar manter algum canal de comunicação com a cultura dominante”. Ginsberg diz que o ponto talvez seja “cair fora do quê?” (p.148). Para Leary, temos que nos desapegar totalmente de “qualquer coisa dentro do *establishment* plástico, robótico” (p. 150). O psicólogo faz então uma previsão que “milhares de grupos vão dar uma olhada na falsa sociedade americana forjada pelos aparelhos de televisão e vão abrir uma dessas portas. Quando você abre as portas, elas não conduzem para dentro, elas conduzem para fora” (p. 151). Ao abrirmos as portas da percepção e mirarmos o infinito, notamos serem arrancadas também as portas dos eixos, destruindo assim a dicotomia dentro/fora, tal como gritava Ginsberg, na epígrafe de *Uivo e outros poemas* (2010): “soltem as fechaduras das portas! Soltem também as portas dos seus batentes!” (p. 19). Mas como arrancar os portões desse *establishment* robótico, falso, plástico?

Em 1968, com o sucesso de *Legend of a mind*, do Moody Blues, Leary (1999) fica

maravilhado com o processo que converteu seus “conceitos pedantes, filosófico-neurológicos, em temas que seriam ouvidos por milhões de pessoas. Não havia dúvidas de que esse tipo de coisa era uma propaganda poderosa dos estados alterados e das realidades múltiplas” (p. 355). Após um longo tempo esperando o veredicto da Suprema Corte sobre o caso da caixinha com dez gramas de maconha em Nuevo Laredo, na fronteira do México, ouve pelo rádio que nove votos contra um decidiram a seu favor, considerando a lei da maconha inconstitucional, e logo nota três veículos se aproximando da propriedade, de onde pessoas saíram carregando malas com equipamentos fotográficos identificados com os logos da CBS, da ABC e da NBC. Ao ser perguntado qual seria seu próximo passo, uma vez derrubada a lei federal da maconha, não titubeia:

Vou me candidatar ao governo da Califórnia – respondi.

Os repórteres pareciam ter gostado da ideia. O outro candidato era um ator de cinema desconhecido que não escondia o seu desprezo pelos pobres, negros, *hippies*, latinos, mulheres, estudantes, liberais, jovens e... jornalistas (p. 363).

Após obter o apoio tanto da imprensa mais prestigiosa, como o *Berkeley Barb* e o *Los Angeles Free Press*, quanto da revista *Rolling Stone*, do *San Francisco Oracle* e outros jornais alternativos de San Diego, Sacramento e Santa Barbara, “o plano era alugar um trem para a campanha, carregá-lo com celebridades da contracultura e bandas de rock, e viajar de cidade em cidade” (Leary, 1999, p. 364). Logo voaram para um estúdio em Nova Iorque para se encontrarem com músicos que apoiavam sua causa e gravarem a trilha sonora do álbum de campanha. No estúdio, sua voz “explodiu ao recitar poemas neurológicos de ficção científica para a campanha” (p. 365), como *You can be anyone this time around* (“você pode ser quem quiser nesse tempo que se aproxima”), *What do you turn on when you turn on?* (“o que você liga quando você se liga?”) e *I've been around the world in my brain, I've settled evolutions, no pain* (“dei a volta ao mundo dentro do meu cérebro, evoluí e não doeu nada”), enquanto, através do vidro, viam “Jimi Hendrix arrebatando no baixo, enquanto Stephen Stills e John Sebastian botavam fogo nas guitarras e Buddy Miles atacava alucinadamente a bateria. Foi uma poderosa mensagem eleitoral”. No dia seguinte, recebeu um telefonema de John Lennon e Yoko Ono, que não puderam estar na gravação pois “uma antiga condenação por posse de maconha os impedia de entrar no país”. Convidaram Tim para ir encontrar-lhes em Montreal, pois John queria que Leary e sua equipe de campanha o ajudassem a produzir um disco chamado *Give peace a chance*. Quando John perguntou o que poderia fazer para ajudar na campanha de Leary, este solicitou-lhe que escrevesse uma música para a campanha, cujo *slogan* era o trocadilho *Come together, join the party*, que podemos traduzir tanto como “Chega junto e vem pra festa!” quanto como “Chegue junto e filie-se ao partido!”, ou ainda “Goza junto, entra na festa!”. John gostou da ideia, pegou a guitarra, improvisou frases como *Come together right now, over me / All I can tell you is you gotta be free* (Goze junto, agora, sobre mim /

Tudo que posso te dizer é que você tem que ser livre), e brincaram com algumas versões. Em seguida, John gravou a música e a campanha começou na Califórnia. Tim chegou a solicitar ao produtor audiovisual que este lançasse o filme que pretendia fazer sobre a campanha, antes de as eleições ocorrerem. Levou certo tempo para desfazer os nós na cabeça e convencê-lo a fazer um documentário sobre como Leary ganhara as eleições antes mesmo das eleições: “– Depois das eleições, todo o mundo vai querer ver como nós ganhamos uma eleição com um filme” (p. 367). Um método ousado, arriscado, perigoso.

Toda euforia de Leary (1999) foi esfriada no dia seguinte, no escritório de seu advogado, quando soube que o governo estava boicotando seu tempo livre para a campanha. O momento pareceu oportuno ao *establishment* para dar seu golpe baixo, reabrindo então todos os processos que haviam sido arquivados. Os promotores providenciaram uma programação intensa para o inverno:

Para começar, você foi um sucesso tão grande em Laredo, que eles querem uma repetição da performance em dezembro.

– Laredo? Mas nós ganhamos o caso na Suprema Corte.

– É verdade, mas os federais pediram reabertura do processo baseados em uma questão técnica. Desta vez, você será julgado por transporte de maconha. Especificamente, por dirigir um carro por cem metros desde o meio da Ponte Internacional até a alfândega. A sentença máxima é de vinte anos mais uma multa de dez mil dólares.

– Isso deve ser uma brincadeira!

– “Isso” é só o começo. Você deve se apresentar pessoalmente no final de dezembro para o caso de Laguna Beach. E depois do dia primeiro de janeiro, você volta a Poughkeepsie para ser julgado pelas onze acusações de Millbrook. Minha opinião é de que os jurados locais vão considerá-lo culpado. É quase certo que você consiga reverter essas acusações com um recurso de apelação, mas poderá demorar até dois anos. Nesse meio-tempo, eles podem mantê-lo na prisão estadual sem direito a fiança.

– Quer dizer que posso pegar vinte mais dez mais onze anos por dez gramas de maconha e duas baganas, sendo que nada disso era meu?

– Positivo.

– E mesmo que eu consiga vencer os casos, terei de passar um tempo na cadeia esperando a decisão da apelação?

– Não só isso, mas também terá de gastar um bocado de dinheiro. Acontece que a administração de Nixon anunciou guerra total contra as drogas. Eles sabem que não podem impedir as pessoas de usarem narcóticos, então, a melhor coisa a fazer é enjaular o símbolo. Eles têm um forçado de três pontas encostado na sua barriga. E, se quiserem, podem mantê-lo preso por acusações falsas.

– O que eu posso fazer?

– É melhor você correr como um raio para conseguir a nomeação para governador. O apelo público é a sua única proteção.

– Há uma outra direção – disse eu. – Estou indo nesse momento tirar um passaporte. Não pretendo tornar-me um mártir (Leary, 1999, p. 368).

Assim, Leary gastou as últimas semanas de 1969 em “uma série de apresentações deprimentes em tribunais, audiências preliminares, moções pré-julgamento – absorvendo tempo,

energia e dinheiro” (p. 372). Em dezembro, retornaram a Laredo, por conta da caixinha de prata e, sem que os advogados tenham esboçado argumentos de defesa, foi considerado culpado. Os advogados disseram-lhe: “Ganharemos na apelação”. Em seguida, voltaram para o município de Orange, para um julgamento sobre duas baganas, sendo que “o problema agora era mais complicado porque Rosemary e Jack eram evidentemente culpados pela posse de drogas ilegais”. Ou seja, caso Leary lutasse pelo seu caso e ganhasse, sua mulher e filho poderiam ser presos; caso fosse julgado culpado, eles sairiam em liberdade. Para tornar o *setting* ainda mais desfavorável, na manhã do dia em que o caso ia a júri, um jornal foi às bancas com a chamada garrafal HIPPIES ALUCINADOS COM DROGAS ASSASSINAM MÃE E FILHA: “um médico militar do exército, chamado McDonald, relatou que a sua casa fora invadida por um bando de jovens cabeludos que assassinaram brutalmente sua mulher e sua filha” (p. 375). E, para que o sentido da mensagem fosse claramente captado, escreveram na parede, com sangue, ÁCIDO É BACANA. MORTE AOS PORCOS. Muitos notaram de imediato que essa história muito mal contada era uma fraude, mas foi somente anos mais tarde que McDonald foi condenado por seu crime terrível. O clima era sinistro e logo “o júri retornou com o veredicto. Éramos todos culpados pelo crime do policial mágico: posse de drogas” (p. 376). Após cinco semanas “confinado numa solitária na cadeia de Orange County, esperando pela sentença”, teve sua pena estipulada em dez anos, sendo que Rosemary e Jack receberam liberdade condicional. Em um centro de triagem penitenciário, chegou a ter que responder a um teste vocacional criado por ele mesmo. O resultado revelou “aptidões para trabalhos no campo e no mato e uma incompetência terminal para tarefas de escritório. Eu estava almejando uma transferência para uma prisão de segurança mínima, de onde pudesse escapar” (p. 377).

Sete meses após a visita a John e Yoko, sentado em sua cela, Leary (1999) se impressionou ao ouvir a estação de rock local tocar uma canção nova dos Beatles, chamada *Come together*: “embora a nova versão da minha música de campanha certamente tivesse sido melhorada na melodia e na letra, fiquei um pouco ofendido pelo fato de Lennon ter me ignorado dessa maneira” (p. 372). O psicólogo ainda se dá ao trabalho de “explicar que mesmo as pessoas mais amáveis, tendem a ficar irritadas com negligências sociais quando estão na cadeia”. Pouco depois, o prisioneiro escapou, em estilo cinematográfico, do setor noroeste da Colônia Penal Masculina da Califórnia, indo se exilar na Argélia, onde se reuniu com Eldrige Cleaver, líder dos panteras negras, renegando o pacifismo, sendo preso em 1973 no Afeganistão e solto por 'bom comportamento' (na verdade, há uma polêmica sobre informações que Leary teria fornecido ao FBI para sair da prisão, que culminou em uma conferência chamada *PILL – People Investigating Leary's Lies*, convocada em 1974 por ativistas underground decepcionados com os acordos de Leary com a justiça para se safar, embora este tenha declarado que só contou o que eles já sabiam) em 1976, mesmo ano em que se tornaram públicos os “documentos relativos às experiências secretas da CIA com LSD, que

resultaram na morte, por suicídio, de um de seus agentes, Frank Olson, em 1953” (Carneiro, 2005a, s/p). Essa espécie de colocação dos limites em fuga foi marcante no estilo de vida que Leary foi desenvolvendo, inclusive tendo dedicado seus últimos anos de vida (faleceu em 1996) à exaltação da internet e da realidade virtual como tecnologias de alteração da consciência. Mas a fuga que mais nos interessa salientar foi aquela em que Leary apostou ao decidir se candidatar ao governo do Estado da Califórnia, contra Ronald Reagan. Uma espécie de fuga para dentro, uma estratégia não de evasão, mas de invasão, que implica preencher as estruturas rígidas de poder com fluxos dissolventes, no intuito de fazer ruir a heteronomia.

Just say know: por mais que Leary tenha mudado diversas vezes de estratégia, mantinha uma atitude questionadora, que tampouco pode ser atribuída diretamente à ingestão de substâncias específicas, ignorando a importância do *set* e, sobretudo, do *setting*, sob o risco de que um suposto antiproibicionismo seletivo (um contrassenso) mantenha-se como proibicionismo, tal como ocorre quando se defende a descriminalização do uso da maconha, mas não de outras substâncias psicotrópicas proibidas, ou o que é ainda mais surreal, quando se defende o uso medicinal de CBD (canabidiol), antipsicótico que é um dos componentes principais da *cannabis indica* (um dos tipos de maconha que dá onda, sendo o outro a *cannabis sativa*, rica em THC), mas ainda se criminaliza o uso das plantas *in natura*. Este tipo de divisão, pode se dar entre drogas lícitas e ilícitas, como entre distintas drogas lícitas ou diferentes drogas ilícitas, mas sempre vai acabar podendo servir para fundar a divisão entre umas e outras, via proscrição ou prescrição não negociada de medicamentos – face e contraface da moeda da heteronomia. E, mais uma vez, o que é especialmente intrigante não diz respeito às substâncias em si (o CBD pode chegar a compor cerca de 40% da *canabis indica*), mas, de fato, à divisão entre 'pessoas de bem' e 'marginais'. De onde o perigo, por exemplo, de pleiteantes ao direito de uso do CBD, no esforço desesperado (mas totalmente compreensível) de livrarem seus filhos (ou mesmo livrarem a si próprios) de crises convulsivas, ao tentarem se desvencilhar da imagem estigmatizada dos 'drogados' e mostrarem-se como pessoas de bem, acabarem intensificando a marginalização dos adeptos do consumo *in natura*. Não se trata aqui de colocar o problema em quem luta pelo direito ao uso do CBD, o que fundaria outro contrassenso, pois não é daí que emanam os estereótipos e estigmas – embora possam passar e se propagar por aí –, mas, como veremos mais adiante, o problema advém do próprio *setting* proibicionista em que a experiência com certas drogas toma lugar. O problema deste efeito da divisão entre substâncias boas e ruins, que se reflete numa divisão entre pessoas boas e ruins, será trabalhado no trecho a seguir, tomando por exemplo a distinção proposta pela antropóloga Martine Xiberras entre *psicodélicos* e *junkies*.

o underground junkie

A antropóloga Martine Xiberras (1989) distingue duas tendências no uso de psicotrópicos no contemporâneo, expressas pelo que chamou de psicodelismo *hippie* e *underground junkie*, cujas drogas paradigmáticas, seriam, respectivamente, o LSD e a heroína. Os *hippies* integrariam um movimento pacifista “que se insurge contra todas as guerras que a civilização a que pertence trava um pouco por todo o planeta” (p. 109), tendo conseguido “vivenciar uma outra modalidade de conexão societária” (p. 112), enquanto o *underground* diria respeito à “constituição de um núcleo de sensibilidades afins que escolheu um novo modo de expressão, embora prefira avançar com o rosto coberto” (p. 113). Para a autora, trata-se de “duas tendências presentes em todos os produtos psicotrópicos” (p. 122), como índice de “dois destinos possíveis da experiência tóxica”, com seus efeitos ora expansores, de coletivização, agregação, ora depressores, de isolamento, exclusão.

É preciso salientarmos aqui que a experiência psicodélica e a experiência *underground* são muito próximas, e, por vezes, indiscerníveis. O termo *underground* (subterrâneo, submundo) é utilizado em referência a circuitos artísticos-culturais alternativos àqueles usualmente veiculados na grande mídia, sendo este último circuito designado pelo termo *mainstream*. Nesse sentido, o *underground* cultural não deve ser confundido com uma condição temporária de ainda não se ter obtido grande sucesso (ou uma “maldição”, uma condenação a quem não obtem sucesso comercial), mas trata-se da afirmação de meios alternativos de se produzir e apreciar cultura, espaços de resistência cultural. Assim, um grande paradoxo do *underground* reside em que sua ascensão pode implicar simultaneamente sua dissolução como resistência cultural (ou talvez uma grande mudança de estratégia). É muito difícil, por exemplo, que um artista dos meios *underground* consiga assinar um contrato que lhe garanta uma subsistência, sem ser acusado por seus pares de ter se vendido. Isso acontece também com eventos, locais, coletivos artísticos-culturais. São difíceis e complexas as relações do *underground* com o *mainstream*. Sobretudo, quando se atenta para o aspecto estético-político das propostas, pois a ética que sustenta o *mainstream* está, a maior parte do tempo, diretamente comprometida com a marginalização do *underground*. O interesse desenfreado no lucro declarado (e no não declarado, fruto da corrupção) que envolve grandes espetáculos e artistas é o de manter fora do mercado aqueles que se opõem à submissão da arte a tais interesses, da mesma forma que o interesse desenfreado no lucro declarado (e no não declarado, fruto da corrupção) que envolve as grandes indústrias farmacêuticas e os políticos, empresários e corporações que lucram com o narcotráfico internacional é o de manter fora do debate as experiências bem sucedidas que contrariem seus princípios da lucratividade máxima.

O sentido muito negativo que Xiberras atribui à expressão *underground junkie* é reflexo, em sua própria leitura, dos efeitos deletérios da estigmatização dos usuários de certas drogas. A seu ver,

“o *underground* deixa bem claro que as práticas de intoxicação têm todo interesse em esconderem-se, em enterrarem-se, optando por se desenvolver em locais excusos das cidades do mundo ocidental” (1989, p. 114), aceitando “sua decadência como um fenômeno perfeitamente normal”. A única aliança de um *junky* seria com a droga que consome: “uma ligação fatal, na qual a heroína, vestindo as vestes de uma amante tirânica, controla por completo todos os detalhes da vida dos seus súditos, até que eles acabem por morrer” (p. 115). Xiberras parece ter feito uma correspondência apressada entre *underground-junkie-heroína*, ao conectar diretamente um livro (*Junky*), ao nome de um grupo de rock (*Velvet Underground*) e à letra de uma música (*Heroin*).

William Burroughs estreou na literatura com *Junky* (2005), publicado em 1953, sob o pseudônimo William Lee. Apesar de ter escrito, em 1945, *E os hipopótamos foram cozidos em seus tanques* (2009), em parceria com Kerouac, sua publicação foi póstuma, pois relatava um assassinato, que envolvia conhecidos de ambos os autores, o que, devido a complicações legais, acabou motivando sua publicação apenas recentemente, quando todos já haviam falecido⁹. Portanto, *Junky* foi seu primeiro livro publicado. É um livro seco e direto, em uma linguagem sem volúpias. Como indica Oliver Harris (2005), *Junky*, refletindo os estudos e experimentações de Burroughs nos campos da medicina, da antropologia e da literatura, “está a meio caminho de uma farmacopeia” (p. 15), além de mimetizar o trabalho etnográfico, “detalhando os territórios e os hábitos das diversas subculturas urbanas norte-americanas e documentando seu aparecimento e declínio no pós-guerra” e prestar uma atenção à linguagem própria do *underground*, produzindo um “estudo da linguística do submundo”. Os acontecimentos narrados, a política narrativa utilizada e as avaliações do vivido, além das picadas constantes de heroína e morfina, podem ser considerados expressões precisas de uma experiência *junkie underground*, em um sentido próximo ao proposto por Xiberras (1989), para quem Burroughs “se limita a dar o seu testemunho acerca de um mundo que, embora ainda fervilhante, teria já iniciado seu processo de decomposição” (p. 107). No livro de Burroughs, o termo *junk* diz respeito aos opiáceos injetáveis, heroína (que o autor se refere como H) e morfina (M), estendendo-se por vezes a outras drogas de efeito similar, como a metadona.

Apesar de Burroughs não ser adepto da partilha de seringas, mesmo tendo utilizado drogas injetáveis por muitos anos, trata-se de um artista cujas “ideias, imagens e linguagem atingiram a população geral” (Miles, 1993, p. 5, *tradução nossa*) como um efeito de coletivização, devido menos à leitura direta de seus livros que a “filmes, vídeos, discos, fitas ou através obras de arte dos

9 Em 1943, William Burroughs morava em Nova Iorque, perto dos poetas Dave Kammerer e Lucien Carr, através de quem conheceu Jack Kerouac e Allen Ginsberg. Em agosto de 1944, Lucien esfaqueou Dave e foi preso. Bill e Jack foram considerados coniventes por não o terem dedurado imediatamente à polícia. A fiança de Bill foi paga por seus pais e a de Jack pelos de Edie Parker, sua namorada (mas somente após Jack e Edie se casarem na prisão). Bill e Jack decidiram contar sua versão da história em um romance policial escrito a quatro mãos, com o título *E os hipopótamos foram cozidos em seus tanques*. Atendendo a um pedido de Lucien, o livro não foi editado, ao menos até muito recentemente, quando todos os envolvidos no episódio já haviam morrido, inclusive os autores do texto.

vários artistas influenciados por sua imagem e ideias”. O escritor não compartilhava seringa, em uma atitude bastante lúcida de cuidado de si, tendo, assim, ficado livre de qualquer doença contagiosa. Por outro lado, Burroughs, essa figura paradoxal – tão solitário quanto gregário, tão engraçado quanto mau humorado, tão público quanto reservado –, contagia em outro sentido e por outras vias que não as sanguíneas e sim em um sentido ético, estético e político, como veremos adiante. Voltemos ao rock.

A canção *Heroin* foi escrita por Lou Reed, ainda antes de ter conhecido John Cale, músico que fazia uns “zunidos específicos na viola” (McNeil; McCain, 2007, p. 15) no Dream Syndicate, grupo de música experimental de La Monte Young, até o final de 1965, quando se juntou a Lou, Sterling Morrison e Maureen Tucker e começaram a ensaiar juntos um casamento, até então inusitado, entre rock e música experimental. O primeiro concerto do *Velvet Underground* ocorreu em novembro de 1965 (Superstars, 1992). A letra de *Heroin* contém trechos que parecem ter inspirado as considerações de Xiberras, como: *I have made the big decision, I'm gonna try to nullify my life* (Eu tomei a grande decisão, vou tentar anular minha vida), ou *Heroin, be the death of me, Heroin, it's my wife and it's my life* (Heroína, seja minha morte, Heroína, é minha mulher e é minha vida) ou mesmo *'Cause when the smack begins to flow, then I really don't care anymore* (Pois quando o pico começa a fluir, então eu realmente não ligo mais). No entanto, as conclusões da autora dão a impressão de desrespeito com *set* e *setting* abordados. O que diria Lou?

Imagine-se que ainda hoje me perguntam se não era imoral escrever uma canção como *Heroin*... É ridículo. Os livros e os filmes falam de tudo isso e ninguém se escandaliza. Mas experimentem fazer num disco e logo nos virão atacar e acusar de estarmos a glorificar a droga. Eu não glorifico coisa nenhuma, escrevo *a seu respeito*, é tudo (Superstars, 1992, p. 43).

Lou Reed era um jovem músico aficionado por literatura inglesa, mais devorador de livros que de escalas musicais, dando “bastante importância às palavras na música” (Superstars, 1992, p. 14), com sua facilidade de “abordar as canções como um romancista”. Enquanto Kerouac buscava reproduzir na literatura o ritmo de um solo de saxofone, Lou tinha planos no mesmo sentido, mas em direção inversa: “peguemos no *Crime e Castigo* e transformemo-lo numa canção de rock'n'roll”. Embora, também para Lou Reed (2010), “certas vezes escrever significou apenas seguir o ritmo e o som e inventar palavras sem sentido algum além da sensação que transmitiam” (p. 19). Mas o que Lou Reed queria era “criar grandes monólogos para bateria e guitarra. Queria encenar uma canção”. E de fato foi o que fez na canção *Venus in Furs*, que é uma espécie de releitura musical do *Vênus das Peles*, de Sacher-Masoch. Até mesmo o nome da banda foi retirado de um livro publicado em 1963, por Michael Leigh. Embora não seja uma obra de literatura, mas um inquérito jornalístico sobre troca de casais, sadomasoquismo e fetiches, a metáfora “subterrâneo de veludo”, utilizada para se referir a tais “circuitos paralelos através dos quais os respeitáveis cidadãos realizam os seus

fantasmas” (Superstars, 1992, p. 118), é bastante feliz. Talvez apareça, nos circuitos descritos por Michael Leigh, o desejo de manter-se um “respeitável cidadão”, sustentando uma relação com o proibido enquanto tal. No entanto, quando Martine Xiberras afirma que o *underground junkie* tem vontade de se esconder, enterrar-se em locais excusos e decadentes, pode acabar por nos confundir mais do que ajudar a entender as relações entre droga, *set* e *setting*.

Heroin tem cerca de sete minutos de duração. Na gravação oficial de 1967, a canção começa bem lenta e numa dinâmica suave, basicamente oscilando entre dois acordes, com um *delay* (processador de efeitos de repetição/eco) fazendo a guitarra soar como uma espécie de estroboscópio sonoro, sem movimento harmônico, um bongô em batida constante (embora com o pulso bem desleixado, bem frouxo) e melodia vocal quase inexistente, como se Lou estivesse lesado (*I don't know just where I'm going...*). Aos poucos, a dinâmica aumenta com a entrada de outras guitarras e da viola elétrica fazendo um ruído estridente, parecido com o som de se arranhar um quadro-negro, e o andamento aumenta bastante também, com o vocal de Lou começando a ganhar um tom de protesto, de reclamação e, ao beirar a cacofonia, por volta de seis minutos e vinte segundos, Maureen se atrapalha na bateria e para de tocar, a música retorna para uma dinâmica suave e um andamento lento e logo finaliza. O modo estranho como se dão essas mudanças, e também as partes mais constantes, dão à música uma aparência improvisada, esfarrapada. *Heroin*, assim como *Venus in Furs*, consta do álbum de estreia da banda, *The Velvet Underground & Nico* (1967), assim chamado por contar com a participação da modelo, atriz e cantora alemã Nico, cuja entrada no grupo foi uma condição imposta pelo artista plástico Andy Warhol (que foi quem deu à cantora Christa Päffgen o apelido Nico, como anagrama de *icon*, ícone) para produzir o primeiro disco da banda como um objeto de arte e os shows como *happenings*, utilizando, ao mesmo tempo, a dinâmica de distribuição da música pop para divulgar sua arte na capa do disco (trata-se do famoso disco com a capa “da banana”) e tornar a banda parte de seus *happenings*, como o *Up-tight*, produzido entre 1966 e 1967, na Cinematheque de Nova Iorque, e o *Exploding Plastic Inevitable*, sua versão itinerante. Enquanto a leitura de Xiberras reduz o *underground* à experiência de dependência absoluta de um usuário a uma substância, trata-se de um certo estilo de vida que, como diz Lou Reed, perpassa artistas plásticos, filmes, músicos, escritores etc., sendo que “os cineastas *underground* não tinham quem lhes fizesse o som. Então, John e eu gravávamos fitas, por vezes mesmo sentávamo-nos atrás do ecrã, durante a projeção, a tocar. Aí também era *underground*” (Superstars, 1992, p. 19).

O *underground* afirma um modo de se expressar e contagiar, com “uma nova visão, uma nova forma de fazer música, uma nova abordagem, uma atitude social” (Superstars, 1992, p. 171) que se opõe à lógica de funcionamento *mainstream*: “os grupos *underground* eram aqueles de quem a imprensa rock oficial não falava. O *underground* foi, primeiro, um movimento editorial”. Esta

imprensa alternativa, voltada à redação do fora-texto da cultura contemporânea, “falava do que a outra imprensa não queria ver, não queria ouvir, não queria dizer: as implicações políticas contra o Vietnã, as implicações sociais em torno da droga”. As publicações da imprensa contracultural “enxergavam a realidade com outros olhos” (Maciel, 1996, p. 248). Trata-se de um estilo, um modo de fazer que implica um método, uma estética que implica um posicionamento político. John Cale nos conta que

na primeira vez que Lou Reed tocou *Heroin* pra mim, fiquei totalmente pasmo. A letra e a música eram tão obscenas e devastadoras. Mais que isso: as canções de Lou tinham tudo a ver com meu conceito de música. Nessas canções de Lou rolava um lance de assassinato do personagem. Ele tinha profunda identificação com os personagens que retratava (McNeil; McCain, 2007, p. 15).

Ao assassinar o personagem, ultrapassa-se o ego habitando um vazio virtual, silêncio no qual o artista arregimenta forças para criar novas sensibilidades, eis a psicodelia do *underground*. É uma questão de método. Quando William Burroughs estava em Tangier, no Marrocos, apesar do vício intenso (chegou a se aplicar Eukodol a cada duas horas), trabalhava duro na escrita e em cartas trocadas com Allen Ginsberg, que permaneceu como receptor de suas “rotinas” – invenção literária de Burroughs, baseada em fragmentos espontâneos, entre realidade e ficção (Miles, 1993). À mesma época, tentou diversos tratamentos autoadministrados para o vício, sem sucesso. Em 1956, mudou-se para Londres, para tentar um tratamento com apomorfina, tendo sido melhor sucedido. De volta a Tangier, construiu um ambiente favorável à escrita, com fotos e tiros na parede, um acumulador de orgônios e um excelente *majoun* (doce de haxixe) caseiro. Escrevia o tempo todo e, nesse contexto, foi produzida a maior parte do material que iria compor seu livro de maior sucesso, *The Naked Lunch* (O Almoço Nu, 2005) – assim como parte do material de *The Soft Machine* (1992) e *The Ticket That Exploded* (1987), que, juntos com *Nova Express* (1992a), formariam sua famosa trilogia dos *cut-ups*. Bill estava desenvolvendo um método.

Burroughs costumava levar um bloco de notas para o jantar e fazia anotações às refeições. À época, comia *majoun* todo dia e acredita que não teria conseguido escrever não fosse por isso. A escrita por fragmentos se tornou, cada vez mais, um método rigoroso. Escreveu para Allen que “rotinas são completamente espontâneas e provêm de quaisquer conhecimentos fragmentários de que você disponha” (Miles, 1993, p. 77). De fato, não pode existir algo como uma rotina exaustiva. Burroughs sugeria que não fazia diferença a ordem em que o material fosse lido. Sobre seu método, dizia: “é quase escrita automática. Eu costumo sentar doido de haxixe por um período que chega a seis horas de digitação em velocidade máxima” (p. 78). Embora as coisas estivessem indo bem em Tangier, Bill sentia saudades de seus amigos americanos. Allen combinou ir com seu namorado, Peter Orlovsky, e o amigo Jack Kerouac, ajudar a compilar e organizar os manuscritos de Bill. Em

1959, foi publicado em Paris, pela Olympia Press, editora “especializada em publicar livros em linguagem explícita, que desafiava a censura” (Miles; Grauerholz, 2005, p. 288), o livro *The Naked Lunch* (embora, em suas cartas, Bill se referisse ao título apenas como *Naked Lunch*, sem o artigo, como que para guardar certa indefinição que lhe permitia ultrapassar os limites que o próprio grupo lhe conferia, aproximando-se assim de uma dimensão prerreflexiva da experiência com as drogas), escrito ao longo de “uma década de viagens e atribulações pelos quatro continentes” (p. 279). Cabe comentar aqui, ainda que brevemente, mais que os aspectos revolucionários de seu conteúdo e forma, a “conquista da liberdade de expressão” (Willer, 2010, p. 27) que seu processo de edição nos legou.

Como nos contam Barry Miles e James Grauerholz (2005), *Naked Lunch* passou, ao longo de seus nove anos de elaboração, por muitas versões, sendo que o editor da Olympia Press, Maurice Girodias, chegou por duas vezes a rejeitar publicá-lo. Mas, graças aos esforços insistentes de Ginsberg, alguns capítulos vieram a público em pequenas revistas literárias. Em março de 1959, foi publicada a primeira edição da revista *Big Table*, com textos de Kerouac e Burroughs, dentre outros, e os Correios de Chicago retiveram centenas de exemplares, sob alegação de obscenidade. A União Americana pela Liberdade Civil abriu um processo federal contra os Correios, e o caso recebeu ampla cobertura jornalística, através da qual Girodias percebeu uma garantia de publicidade instantânea. Em junho de 1959, o editor mandou seu assistente ao Beat Hotel¹⁰ para conversar com Bill e, em apenas um mês, *The Naked Lunch* chegava às prateleiras das livrarias. A Olympia tinha uma equivalente em Nova Iorque: a Grove Press, de Barney Rosset. Como Ginsberg ajudara Burroughs na organização e edição do material e estava familiarizado com o texto, sugeriu a inserção de trechos que haviam ficado de fora da edição francesa. Rosset imprimiu e encadernou dez mil exemplares em 1961, mas a Grove havia publicado *Trópico de Câncer*, de Henry Miller (2003), em abril do mesmo ano, tendo então que se defender de dezenas de tentativas de censura. No início de 1962, a Grove ganhou um importante julgamento e, em agosto, o romance de Burroughs voltou às manchetes, tendo tido sua qualidade defendida na Escócia por escritores como Norman Mailer. O momento pareceu o mais estratégico politicamente. Rosset decidiu agir e colocou o romance nas livrarias dos Estados Unidos no final de novembro. Em um mês, cerca de oito mil exemplares foram vendidos. Os censores contra-atacaram e, “em janeiro de 1963 a polícia de Boston prendeu um livreiro que vendia o romance, mas o caso só foi julgado dois anos mais tarde” (p. 290). Em 1964, o livro foi publicado em Londres e surgiram traduções na França, na Itália e na Alemanha (nesta, desde 1962). No início de 1965, Mailer, Ginsberg e o poeta John Ciardi defenderam em juízo o “valor literário da edição da Grove Press”, que, ainda assim, foi considerada

10 Hotel pequeno e de baixíssimo custo, em Paris, que se tornou uma espécie de ponto de encontro (e estadia) de uma série de artistas, entre meados dos anos 1950 e 1960. Dentre os diversos artistas *beats* e afins que viveram lá (daí o apelido do Hotel), estavam Allen Ginsberg, Peter Orlovsky, William Burroughs, Gregory Corso e Brion Gysin.

obscena. Rosset fez um apelo à Suprema Corte de Massachussetts e publicou, em junho de 1965, no *Evergreen Review*, uma versão editada do julgamento, até que, em 7 de julho de 1966, a alta instância proclamou que o romance possuía “qualidade redentora social” (p. 291), o que liberou Rosset para voltar a publicar o livro, marcando “o final da censura aberta a obras literárias nos Estados Unidos”. Com mais de um milhão de exemplares vendidos ao redor do mundo e com uma excelente adaptação para o cinema em 1991, pelo canadense David Cronenberg (o título do filme em português virou *Mistérios e Paixões*), o livro trata de ética, estética e política a partir de um plano prerreflexivo da experiência, plano puramente sensorial, nu e cru, acessado apenas no “momento paralisado no qual todos são capazes de enxergar o que está cravado na ponta de cada garfo” (Burroughs, 2005a, p. 245).

Tomemos, por exemplo, uma conversa entre dois médicos, na qual Dr. Schafer diz achar o corpo humano “escandalosamente ineficiente” (Burroughs, 2005, p. 139), sugerindo então que, “em vez de uma boca e um ânus que vivem dando problemas, porque não contar com um único buraco multitarefa que sirva para comer e excretar? Poderíamos lacrar o nariz e a boca, preencher o estômago e perfurar um buraco com comunicação direta com os pulmões, onde sempre deveria ter estado” (p. 140). Como se a questão central do diálogo fosse a denúncia obscena de que o modo como grande parte dos profissionais de saúde entende o corpo – como órgãos distribuídos em funções (biológicas e sociais) e não como experiência vivida – vive gerando problemas diversos de oralidade e analidade, problemas que são tão biológicos quanto éticos e estéticos, Dr. Benway questiona-se: “Nunca contei a você a história do homem que ensinou seu cu a falar?” e segue descrevendo seu abdome que “movia-se em ondas, entende? Ficava peidando as palavras. Eu nunca tinha escutado algo parecido”. O homem trabalhava em um circo, oferecendo “um espetáculo de ventriloquismo no mínimo inovador” e bem engraçado. Ao menos até que, “depois de algum tempo o cu ganhou vida própria. O sujeito entrava em cena sem ter nada ensaiado e o cu desatava a falar de improviso, respondendo todas as suas tiradas”. Foi então que “o cu desenvolveu uma espécie de ganchos encurvados e ásperos, parecidos com dentes, e começou a se alimentar”. Daí, passou a devorar os fundilhos de suas calças e a tagarelar no meio da rua, “exigindo direitos iguais em altos brados” (p. 141), além de começar a “se embebedar e ter ataques de choro, resmungando que ninguém lhe amava e que, assim como qualquer outra boca, também gostaria de ganhar beijos. Por fim, passava dias e noites falando sem parar”, sem qualquer censura, qualquer filtragem. A consciência não tinha como domar o inconsciente corporal: “mesmo a quarteirões de distância era possível escutar o sujeito discutindo com o próprio cu, mandando que ficasse quieto e tentando aquietá-lo com murros”. Não havia moral ou religião capaz de abolir a autonomia daquele corpo: “chegou até a enfiar velas cu adentro, na esperança de que isso o calasse, mas no fim das contas nada adiantou”. A obsessão pelo controle absoluto mostrava toda sua falência: “é como o sexo que

passa despercebido pelo censor, espreme-se por entre repartições nas quais sempre existe algum espaço *intermediário*, infiltra-se em canções populares e filmes B, entregando de bandeja a podridão americana fundamental” (pp. 141-142). Para Burroughs, o problema que atravessa o nível biológico e o social está na divisão burocrática de funções, no modo de repartir, de distribuir as tarefas:

Uma repartição cria raízes em qualquer parte do Estado, torna-se maléfica como a Divisão de Narcóticos e cresce de forma incessante, reproduzindo cada vez mais indivíduos da sua espécie até o ponto em que, se não for controlada ou extirpada, acaba por asfixiar seu hospedeiro. Repartições não são capazes de viver fora de um hospedeiro, pois são organismos verdadeiramente parasitas (p. 142).

A burocracia é, para Burroughs (2005), uma degeneração do processo de criação que desvia os humanos do “caminho evolucionário que os levaria até seu potencial infinito, até novas formas de diferenciação e atividades espontâneas e independentes, transformando tudo isso no parasitismo absoluto típico de um vírus” (p. 142). A burocracia é um problema ligado tanto à organização do Estado quanto das instituições e grupos (Lapassade, 1977). E cada um de nós é, desde já e sempre, um pequeno grupo (de células, lembranças, dores, sonhos, prazeres, convicções, trejeitos etc). Como diz Félix Guattari ([1970]2004), somos todos grupúsculos, todos grupelhos. O vírus da burocracia pode afetar tanto o corpo tal como o sentimos, quanto a linguagem, a produção de sentido. Para Burroughs (2010), a linguagem é um vírus: as palavras são imagens com sentido e, tanto em sua materialidade quanto nas ideias que portam, se propagam como vírus. As invenções de Burroughs são, acima de tudo, uma tecnologia subversiva de comunicação. Das rotinas aos *cut-ups*, a espontaneidade e o trabalho com cortes, colagens, dobraduras e fragmentos foram ganhando lugar cada vez mais estratégico em sua arte, como táticas de guerrilha para combater o controle da linguagem, dos corpos e do pensamento pelas estruturas hegemônicas de poder.

Burroughs é um escritor cujas ideias atingiram a população geral amplamente, através filmes, vídeos, discos, fitas, ou obras de arte dos vários artistas influenciados por sua imagem e linguagem, sendo que esta última atingiu pessoas que nunca leram seus livros e pensam nele apenas como uma celebridade. De acordo com Barry Miles (1993), em 1965, quando foi lançado o álbum *Call me Burroughs*, muitas pessoas diziam que não tinham compreendido Bill até ouvirem sua “voz de marginal dizendo todas aquelas coisas ultrajantes” (p. 7). Enquanto Kerouac explodiu no final dos anos 1950 para um público de *cool jazz* que talvez fumasse alguns baseados e Ginsberg, após certa notoriedade durante o julgamento por obscenidade de *Howl*, em 1957, foi para Europa e Índia e voltou em 1963, tornando-se um dos gurus dos hippies, foi somente no final dos anos 1970 que o mais velho dos beats retornou à América como um “filho pródigo”. No *Saturday Night Live*, em dezembro de 1981, Lauren Hutton o apresentou como “em minha opinião, o maior escritor

americano vivo” (p. 8). Dali por diante, Bill foi festejado e honrado não apenas por artistas companheiros, mas pelos tipos mais diversos e inconvenientes. E, embora não quisesse nada com o mundo do rock, foram músicos de rock, “atraídos por sua imagem ultrajante e referências a drogas” (p. 9), os primeiros a se ligarem no *Lonesome Cowboy Bill*, que é o apelido pelo qual foi referido o escritor numa canção homônima do último disco do Velvet Underground, *Loaded* (1970).

Sua influência no meio musical é enorme. Além de sua presença na capa de *Sergeant Pepper's Lonely Hearts Club Band*, dos Beatles, há que se considerar a influência de seus livros em bandas de rock. Para citarmos somente alguns poucos exemplos, houve o grupo folk nova-iorquino Mugwumps, formado em 1964, por Zal Yanovsky e John Sebastian, cujo nome se refere a personagens de *The Naked Lunch*, livro onde tomamos contato não apenas com um vibrador por cujo nome se tornaria conhecido um grupo americano de jazz fusion, o Steely Dan, mas também com um termo que viria a designar todo um estilo musical: *heavy metal*. Mas há que se contar aqui, sobretudo, uma banda inglesa de rock psicodélico, da qual participava o poeta e guitarrista Daevid Allen, que era, em Paris, no início dos anos 1960, parte da cena centrada em torno do Beat Hotel. Dave conhecia Burroughs e o pessoal da editora Olympia e, daí, quando se mudou para Canterbury, em 1966, pegou o nome do título do terceiro livro de Bill, *the Soft Machine* (1992), para o quarteto de *jazz-rock* psicodélico que havia formado com o baterista Robert Wyatt, o baixista Kevin Ayers e o tecladista Michael Ratledge. O grupo logo passou a ser cultuado no *underground* londrino, tocando em locais como o Roundhouse e o UFO Club (W24).

Outro grupo que compôs a triha sonora do que ficou conhecido como *London Underground* ou *Spontaneous Underground*, foi o Pink Floyd. O produtor Joe Boyd, o dono da gravadora ESP, Steve Stollman, o sócio da livraria e galeria Indica, Barry Miles e o agitador cultural John “Hoppy” Hopkins buscavam “organizar eventos que mesclassem música, poesia, artes performática e cinética e tivessem a participação do público” (Gilmore, 2010, p. 365). Para alguns, “a música parecia inseparável da experiência lisérgica”, dado o tanto que as coisas estavam interligadas. Diversos outros artistas e grupos faziam parte desse circuito, como Arthur Brown, Procol Harum, Tomorrow, Pretty Things, Thid Ear Band e o grupo de improviso AMM, sendo que dois aspectos davam destaque ao Pink Floyd: “um jogo de projeções de luzes cada vez mais complexo que reagia à música, e um estilo abstrato de improvisação que num momento parecia sem forma nem regras e no momento seguinte era preciso, vigoroso e estimulante”.

A maioria dos membros da banda nasceu ou se criou em torno de Cambridge, cidade universitária. Roger Waters deixou Cambridge em 1962 para cursar arquitetura na Regent Street Polytechnic, em Londres, onde conheceu Nick Mason, baterista já havia alguns anos, envolvido com música, arte e política. Em 1963, Waters e Mason entraram para uma banda chamada Sigma 6, onde conheceram o tecladista Richard Wright, amante de jazz e música clássica. Syd Barrett – outro

guitarrista e estudante de arte, tido em Cambridge como rebelde – se mudou para Londres em setembro de 1964 para estudar artes plásticas. Já desde Cambridge, Roger Waters e Roger Keith Barrett (nome de batismo de Syd) haviam se conhecido: “Barrett fazia parte de um grupo de boêmios da escola de arte, lia sobre o existencialismo francês, o movimento beat dos anos 1950, as religiões orientais e estudava guitarra com seu amigo David Gilmour” (p. 364). O Sigma 6 havia se transformado nos Architectural Abdabs, depois no Tea Set, com trocas de integrantes no percurso, até que, no outono de 1965, Waters no baixo, Wright nos teclados, Mason na bateria e Barrett na guitarra solo e vocal começaram o grupo que Syd batizou em homenagem a dois de seus *bluesmen* favoritos, Floyd Council e Pink Anderson: Pink Floyd. Adiante, voltaremos a falar de Syd e sua trágica aventura psicodélica dentro e fora do Pink Floyd.

Burroughs também era uma presença forte no *underground*. Seus filmes *Towers Open Fire* e *Cut-Ups* eram sempre exibidos no UFO Club e outros clubes do tipo. David Bowie, por exemplo, ficou bastante familiarizado com este trabalho e escreveu as letras de seu álbum de 1974, *Diamond Dogs*, utilizando a técnica *cut-up* de Burroughs. No final dos anos 1970, os punks descobriram Burroughs e mais um punhado de nomes foram tirados de seus livros, como as bandas *Dead Fingers Talk* e *Naked Lunch*. Já nos anos 1990, o Sonic Youth aparece no CD de Burroughs *Dead City Radio* e Kurt Cobain gravou um disco com ele, chamado “*The priest*” *they called him* (em 1989, Bill havia feito uma ponta no filme *Drugstore Cowboy*, de Gus van Sant, interpretando um padre viciado em heroína). O músico Glenn Branca chegou a dizer, na revista *Mondo 2000*, que Burroughs possui a chave para a escrita cyberpunk. Mesmo tendo, a maior parte da vida, feito de seu corpo algo como que o maior laboratório psicotrópico experimental ambulante do século XX, Bill faleceu, aos 83 anos de idade, por consequência de uma complicação posterior a um ataque cardíaco, em agosto de 1997, ainda fascinando muita gente do meio artístico, sobretudo musical, como Patti Smith, Lou Reed, Mick Jagger, Laurie Anderson, Frank Zappa, Sex Pistols, Disposables Heroes of Hiphoprissy... Como não perceber tanta potência de contágio?

A insistência de Xiberras na oposição gera alguns empecilhos, sobretudo, quando tentamos transpor o contraste entre psicodélicos como algo conectivo e *junkie* como algo de uso letal, para um contexto mais próximo de nosso cotidiano. Como vimos, mas cabe repetir, a oposição binária entre substâncias boas e más a priori é a lógica que alimenta o proibicionismo, seja quando formulada entre substâncias que causam mais relaxamento e outras que causam mais excitação, como entre maconha e cocaína ou heroína e LSD, seja quando formulada entre substâncias naturais e sintéticas (chá de cogumelo e MDMA), ou entre substâncias leves e pesadas, uma vez que tais divisões acabam por 'fundamentar' a ideia de que há substâncias boas em si porque são prescritas e prescritas porque são boas em si e de que há substâncias más em si porque são proscritas e proscritas porque são más em si. Tais oposições continuam focando mais na substância que nos

usuários e contexto de uso, que acabam sendo então tratados como derivados da substância. Se, por exemplo, considerarmos as cracolândias e os cracudos consequência direta da experimentação do crack, parece que então respondemos bem às expectativas anunciadas já no título de uma campanha contra a droga, lançada em 2009 pela RBS (sucursal da rede de TV Globo no Rio Grande do Sul): *Crack, nem pensar*. Mas como evitar que as pessoas pensem, com um slogan desses?! Simples: ao slogan, eram associadas fotos de modelos maquiados como zumbis de filmes de terror, como uma ameaça ao imaginário de quem se propusesse a pensar a respeito, numa tentativa grosseira de estupidificação coletiva que ecoa a campanha liderada nos anos 1980, pela então primeira dama dos Estados Unidos, Nancy Reagan, cujo slogan era *just say no* (só diga não); em oposição ao qual, Timothy Leary concluiu sua autobiografia *Flashbacks* (1999) com o brilhante trocadilho *just say know*, cuja difícil tradução daria talvez algo entre “só diga conhecer” ou “só diga sei”. Uma vez que a escolha do termo “know” privilegiou uma homofonia intraduzível com o “no”, o que não ocorre em nossa língua, podemos talvez abrir mão do trocadilho e propormos uma outra formulação em português, que capte a ideia, algo como “vamos pensar a respeito” (sendo que o “vamos”, no plural, marca nossa pegada cogestiva e fortalece as dimensões ética e política da experiência psicotrópica).

vamos pensar a respeito?

Como bem disse Orlando Zaccone, no I Encontro Estadual Antiproibicionista, ocorrido de 16 a 19 de janeiro de 2014, no Rio de Janeiro, sob o ponto de vista da violência que acomete diariamente nossas ruas e favelas em torno da questão do narcotráfico tornado ilícito, é proibicionista defender a descriminalização da maconha, mantendo a cara torta para as demais substâncias psicoativas tornadas ilícitas. O proibicionismo consiste exatamente em selecionar algumas substâncias e estabelecer a proibição de sua produção, transporte, comércio e consumo, mantendo lícitas outras sem características farmacológicas que justifiquem a diferenciação em relação àquelas utilizadas como argumento para a proibição. A questão da qualidade da experiência buscada pela ingestão de uma substância, e não de outra, é uma questão de afinidade, resulta de um encontro (alguns preferem chá, outros café...). O uso de substâncias capazes de alterar a experiência cognitiva sempre existiu na humanidade. No entanto, tão recente quanto o aumento no consumo de psicotrópicos, sem suficiente pesquisa e preocupações com a qualidade do *set* e do *setting*, ampliando assim modalidades de consumo com consequências mais danosas que benéficas à sociedade, é a proibição, radicalizada a partir da declaração de “guerra às drogas”, em 1971, por Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos. Como afirma Maria Lucia Karam (2014), “a explícita opção bélica deixa claro o descompromisso da política proibicionista com os direitos fundamentais dos indivíduos: guerras e direitos humanos são naturalmente incompatíveis” (p. 266). Guerra às drogas

é guerra a pessoas, motivada por interesses morais, políticos, econômicos etc.

A chamada guerra às *drogas* tenta iludir-nos de que se trata de uma guerra a substâncias e não de uma guerra a pessoas. Mas o que justificaria o gasto bilionário há décadas, em uma guerra contra uma substância, se os resultados são violentos e não reduzem a circulação da substância proibida? A guerra às drogas apenas produz um *setting* tenebroso para a experiência psicotrópica, multiplicando as experiências ruins, as *bad trips*. A grande mídia contribui para isso sempre que espetaculariza apreensões de droga, seja publicando imagens de drogas dispostas sobre uma mesa de delegacia com uma preocupação com a apresentação visual (por exemplo, espalhando saquinhos de maconha, crack ou cocaína de tal modo a que seu contorno forme siglas como – o que é bastante comum – o número da delegacia de polícia onde foi registrada a apreensão, servindo assim como uma espécie de marcação de bandeira na conquista de um território), seja mostrando a incineração de belos e frondosos arbustos de hortaliças psicotrópicas de farto e longo consumo humano como, por exemplo, a *cannabis* ou a *erythroxylum*, como se estivessem encenando, em paradas militares voltadas para impressionar a população (e, assim, produzir medo e obediência, evitando manifestações rebeldes), a eliminação pirotécnica de vírus e venenos sociais. Em tal teatro, cabe aos traficantes o papel de capatazes dos vilões, que são as drogas ilícitas. Os usuários, embora muitas vezes sejam focados em *close*, não são vistos como nada além da representação de uma imagem sem voz, um papel de figurante, como os zumbis de filmes de terror *trash* com que se parecem as imagens veiculadas em Porto Alegre, na campanha *Crack, nem pensar* (W25).

Podemos encontrar na internet (W26) um vídeo da campanha *Crack, nem pensar* que começa com uma tela preta e cinco pontos brancos que vão surgindo ritmadamente, enquanto ouvimos o anúncio, lido com a prosódia típica de uma narrativa de suspense, em tom ameaçador: “Prepare-se para ver imagens chocantes e de forte impacto emocional...”. Começam a aparecer imagens, excessivamente estilizadas, de modelos maquiados como zumbis de filmes de terror. Cerca de um segundo de silêncio após, surge um ruído parecido com o de um pedaço de vidro quebrando, enquanto ao fundo sons fragmentados sustentam um clima sombrio e, mais um segundo adiante, o locutor retoma com “...mas, por favor, não tire os seus filhos da sala”, sendo que dessa vez não para, mas emenda, subitamente acelerando e mudando o tom da fala (como se, implicitamente tivesse dito “agora falando sério...”), dizendo que “as crianças e os adolescentes são as maiores vítimas do crack.... É uma droga tão devastadora que pode viciar logo na primeira vez e provocar as piores consequências: dor, prostituição, roubos e assassinatos são algumas delas”. Fechando o desfile de imagens surreais, o narrador encerra com “não feche os olhos para essa realidade: crack, nem pensar”. Bem, se nos mantemos de olhos bem abertos, não conseguimos deixar de pensar nessa curiosa insinuação visual de que se alguém experimentasse crack correria o risco de se tornar um modelo ou figurante em um cenário de terror, subestimando assim, tanto a

capacidade de avaliação perceptual (ora, são modelos muito *fakes*), quanto a capacidade de avaliação cognitiva do público, ao proferir o “nem pensar” – afinal, as imagens visuais e sonoras veiculadas, de tão estilizadas, parecem esboços de caricaturas. O que essa campanha evidencia é a proibição dos usos humanos de uma droga e, por consequência, a marginalização de seus usuários, produtores e comerciantes, que, “vistos” através de estereótipos, passam a ser estigmatizados, o que nos convoca a repetirmos que na base de toda ação política reside uma estética, uma percepção, um modo de sentir, que é também, por sua vez, um modo de produzir sentido.

Como aponta a criminologista venezuelana Rosa del Olmo (1990), vários discursos construídos em torno da droga permitiram a criação de “estereótipos – a melhor expressão do controle social informal –, tão necessários para legitimar o controle social formal, cuja expressão máxima no caso das drogas é a normatividade jurídica” (p. 23). A produção do estereótipo social do traficante foi matéria da pesquisa de mestrado de Orlando Zaccone (2007), que destaca o papel da chamada “ideologia da diferenciação” (p. 100) entre usuário e traficante, de que seria resultado a legislação referente a drogas no Brasil, desde a revogada lei. 6.368, de 1976, até a atual lei 11.343, de 2006, na produção da imagem do traficante:

Assim, surge o “traficante” no imaginário da sociedade. Um homem ou mulher sem nenhum limite moral, que ganha a vida a partir de lucros imensuráveis às custas da desgraça alheia, que age de forma violenta e bárbara, ou seja, uma espécie de incivilizado, aos quais a prisão é destinada como metáfora da jaula. O “traficante” é sempre um ser perigoso e seu encarceramento se justifica para além da realização do direito, como uma verdadeira necessidade face à sua natureza de “fera” (D'Elia Filho, 2007, p. 118).

A proibição é muito mais danosa que o consumo, a produção e o comércio das drogas, que não são atividades violentas em si, como distintas experiências de regulamentação vêm começando a evidenciar recentemente. Por exemplo, não somente a maconha pode ter usos medicinais e recreativos seguros, quanto sua própria produção e comércio não necessitam ser violentos de modo algum. A violência associada às atividades de produção e comércio de maconha, cocaína e crack não tem qualquer ligação essencial com a natureza de tais substâncias, mas resulta, isso sim, da própria ilegalidade do mercado, da “ausência de regulamentação e da consequente impossibilidade de acesso aos meios legais de resolução de conflitos” (Karam, 2014, p. 277). Pois, embora chovam, por exemplo, relatos diários de acidentes e violência diretamente associados a usos danosos de bebidas alcoólicas, é notável a ausência de armas e trocas de tiros junto a fábricas e postos de venda dessas bebidas, embora isso já tenha ocorrido, nos Estados Unidos, entre 1920 e 1933, quando a Lei Seca proibiu o uso do álcool e “Al Capone e outros gangsters trocavam tiros nas ruas, enfrentando a polícia, se matando na disputa do controle sobre o lucrativo mercado do álcool tornado ilícito, cobrando dívidas dos que não lhes pagavam; atingindo inocentes pegos no fogo cruzado” (p. 276).

A violência da guerra às drogas não é inerente às drogas, mas à própria guerra. É absurda a irracionalidade de um dos principais argumentos utilizados em defesa da atual guerra às drogas, qual seja, o da preservação de um bem comum: a saúde pública. Afinal, é absurda a ideia de obrigar uma população a ter sua saúde compulsoriamente 'preservada' por meio de combates que encham de sangue hospitais, presídios, necrotérios, valões, favelas, ruas, terrenos abandonados etc. Ou seja, não se trata apenas de algo 'irracional', 'ilógico', 'absurdo', mas, sobretudo, empiricamente falho: o sangue derramado diariamente é bem real e seu derramamento nada saudável. Sendo que o argumento de que o mal (as drogas) deve ser *eliminado* para o bem (saúde pública) ser preservado, não é apenas irracional, fruto da burrice de propositores cheios de boa vontade, mas trata-se de um argumento cínico, uma hipocrisia deliberada. Se a guerra às drogas se fizesse necessária para preservar a saúde da população, porque ocorreram então as Guerras do Ópio, o “primeiro grande confronto econômico e geopolítico que teve por móbil uma droga” (Labrousse, 1997, p. 48), sendo que não objetivava diminuir sua produção, comércio e consumo? Qual foi então o motivo para as Guerras do Ópio?

Até o início do século XIX, o ocidente mantinha um comércio deficitário com a China, que só aceitava prata para a compra de seda, chá e porcelana (Carneiro, 2005b). No século XVIII, a Grã-Bretanha passou a importar cada vez mais chá chinês e, como forma de substituir o pagamento em prata, “a China passou a ser crescentemente abastecida pelo ópio inglês produzido na Índia” (p. 79). Em 1729, Pequim decidiu limitar o acesso de seu povo ao ópio, proibindo e controlando esse contrabando. Tal proibição não tinha uma justificativa de saúde, mas moral, pois o uso do ópio era relacionado à sexualidade, visto como uma droga de bordéis que fazia seu usuário passar as noites acordado e dormir de dia. A proibição “levou a uma agressão inglesa em nome do 'livre-comércio' e à primeira guerra do ópio, de 1839 a 1842, quando a assinatura do Tratado de Nanquim obrigou a China a ceder Hong-Kong aos britânicos”, assim como, obviamente, a permitir o comércio do ópio e outros produtos. Em seguida, uma segunda guerra do Ópio, entre 1856 e 1860, contou com a participação da França e dos Estados Unidos, além da Inglaterra, resultando no aprofundamento da submissão chinesa, “forçando a abertura de mais cidades ao comércio ocidental e cedendo concessões territoriais para diversos países como Inglaterra, França, Estados Unidos, Rússia e Japão” (p. 80). A China foi derrotada nos dois momentos e “estados como Inglaterra e França, que hoje são, em maior ou menor escala, defensores do proibicionismo, impuseram pela força das armas a legalização do ópio no império oriental” (Rodrigues, 2012, p. 23). Para que não reste dúvida acerca do caráter estritamente comercial dessas intervenções bélicas, resta-nos dizer ainda que, quando a China, no início do século XX, começou a regulamentar sua própria produção de ópio, ameaçando, com isso, “deixar de ser um país importador para tornar-se exportador” (Carneiro, 2005b, p. 80), as potências ocidentais logo decidiram mudar sua política e, “a partir do Tratado de

Xangai, em 1912, marco no advento do proibicionismo internacional, o comércio do ópio passou a ser controlado, chegando a sua quase proibição total, com a exceção do uso como matéria-prima para a produção de morfina”. Em suma, não nos parece absurdo afirmarmos que a 'saúde' visada nessa relação entre guerra e drogas é a saúde financeira dos grandes empresários, banqueiros e políticos que dependem do mercado ilegal para manter os governos e o mercado legal.

Como afirma Raúl Cervini (1997), com a “crescente integração financeira da comunidade mundial” (p. 197), aliada à “energia com que os governos têm promovido os investimentos estrangeiros para cobrir déficits orçamentários ou de balança de pagamentos”, corre-se o risco de que “os governos, inclusive os de alguns países ocidentais importantes, tenham chegado a depender demasiado do financiamento externo para arriscar-se a examinar cuidadosamente as origens do dinheiro que flui para seus próprios cofres”. Lia Osorio Machado (1997), analisando a movimentação financeira e o narcotráfico na Amazônia, nos dá um bom resumo da dependência que o mercado lícito tem em relação ao ilícito, com a lavagem de dinheiro, ou seja, “o processo mediante o qual o dinheiro obtido por meios ilegais passa à condição de legítimo ou tem suas origens ilegais mascaradas” (p. 217), configurando um problema em si mesmo, uma vez que, aí, a economia ilegal atinge um ponto a partir do qual é deixada para trás sua condição ilegal, passando a integrar a economia lícita. Essa divisão assimétrica entre um “antes” e um “depois” é devida “à alquimia realizada pelo sistema bancário e financeiro, que transforma o dinheiro *sujo* em dinheiro *limpo* através de operações numéricas e certos jogos de deslocamento geográfico” (pp. 217-218).

A simbiose a que assistimos hoje entre as organizações que exploram comércio de drogas ilícitas e o sistema bancário e financeiro internacional pode ser considerada não só como a questão mais importante entre todas as que caracterizam a economia da droga, mas também como a dimensão sombria da própria evolução do mercado internacional de dinheiro e divisas, hoje administrado por um sistema bancário e financeiro *globalizado* (Machado, 1997, p. 218).

O curioso (e muito preocupante) disso é que, enquanto a grande mídia segue mostrando prisões espetaculares de 'poderosos' traficantes que vão excedendo a lotação dos presídios, as estatísticas sobre o comércio internacional de drogas ilícitas seguem sem o mínimo abalo. Mais curioso ainda que a grande mídia nacional tenha divulgado recentemente a apreensão de 450kg de cocaína, encontrados no helicóptero de um deputado estadual e empresário, sendo que a mídia não tinha qualquer pudor ao anunciar que a investigação não ia na direção de investigar se a cocaína pertencia aos empresários, por não considerá-la plausível. Mas como assim não seria plausível?! Aliás, os empresários são sócios na empresa de helicópteros. Quanto poder político-econômico é necessário para se transportar semanalmente helicópteros com centenas de quilos de cocaína? Talvez consigamos visualizar melhor a questão se levarmos em consideração, por exemplo, os quatro níveis de traficantes de cocaína e seus derivados, conforme apresentados pelo cientista social

e ex-Investigador de Polícia do Estado de São Paulo, Guaracy Mingardi (1997):

- 1) *Grande traficante* – atacadista, capaz de comprar mais de 250 kg de uma vez.
- 2) *Médio traficante* – trabalha tanto no atacado quanto no varejo, e consegue lidar com até 250 kg.
- 3) *Pequeno traficante* – varejista, embora também venda pequenas quantidades para outros traficantes. Trabalha com quantidades menores que 10 kg.
- 4) *Microtraficante* – normalmente vendedor de pedras de *crack* e pequenas porções de cocaína (Mingardi, 1997, p. 174)

Com esta classificação esquemática em mente, Mingardi (1997) nos dá uma pista sobre onde situar, no contexto do comércio de substâncias ilícitas, o volume de cocaína encontrado em um helicóptero, de cuja empresa o proprietário é um dos sócios. Um helicóptero com 450 kg de cocaína é apreendido dentro da propriedade de um político e empresário que não possui 'apenas' um helicóptero, mas é sócio da empresa de helicópteros. Não é nosso trabalho investigá-los. Mas é nosso direito nos remetermos a alguns exemplos da pesquisa realizada por Guaracy em 1997. Apesar do usual sensacionalismo televisivo, traficantes não são figuras isoladas, temidas por todos ao redor, e sim parte de uma rede, de um contexto. Por trás de cada traficante, há outro mais poderoso. Como exemplo de grande traficante, o sociólogo pegou uma organização baseada em uma cidade média do interior paulista, de composição variada, mas com presença constante de quinze pessoas: um “homem público” (p. 175), ex-parlamentar e dono de várias empresas, inclusive ex-presidente de uma empresa pública; um “novo rico”, dono de empresas e sócio do homem público, com “um padrão de vida muito elevado e ostentatório, sendo várias vezes mencionado pela imprensa”; cinco empresários em ramos distintos, três atuando em negócios locais e dois na capital; três pilotos, que acumulam passagens diversas pela polícia; três distribuidores também frequentes nos registros criminais, sendo um pintor, outro dono de boate e “o mais notório é proprietário de uma farmácia” (p. 176); dois policiais, subordinados, na prática, ao homem público, sendo que um deles foi “investigador-chefe da equipe de narcóticos local” e outro foi colocado no cargo de delegado-chefe da polícia da região, a pedido do homem público, para lhe dar cobertura.

Enquanto a grande imprensa brasileira “sempre deu como certo que o tráfico de drogas era dirigido basicamente pelo crime organizado” (Mingardi, 1997, p. 173), o que se deve em parte “à atenção despertada pelo tráfico no Rio de Janeiro, onde existem algumas organizações visíveis, embora não tão centralizadas ou onipotentes como se pretende” (o Comando Vermelho, por exemplo, é apenas um “distribuidor varejista e esta distribuição, em qualquer grande cidade, é sempre dominada pelos traficantes locais”), Mingardi nota que “o modelo organizacional do grande tráfico não passa, necessariamente, pelo do crime organizado tradicional” (p. 180), ou seja, “em nenhum momento entrou em ação a lei do silêncio, o controle territorial, o monopólio da

mercadoria ilícita. O único ingrediente tradicional encontrado foi uma certa dose de clientelismo, existente nas relações entre o Homem Público e a população local”, o que, no entanto “deriva de sua condição de líder político, não de traficante”. Como foge ao escopo do presente trabalho analisar as redes de comércio ilícitas, aceleremos um *zoom* do grande traficante direto para o microtraficante, pulando os intermediários. Afinal, “inúmeros microtraficantes são presos todos os dias” (p. 184). O tráfico, neste nível, não é feito por nenhum tipo de organização criminosa. Ao contrário, o crime aí é bem desorganizado: “ninguém tem advogado, guardam a mercadoria em casa, brigam com a família durante a prisão. Além desta desorganização, eles têm em comum a pobreza” (p. 185). E os estigmas.

Orlando Zaccone mostra, pela análise de editoriais do jornal *O Globo*, que a relação entre violência e tráfico de drogas é “um sentido construído pelos *media*, produzindo a ideia de que todas as pessoas envolvidas no comércio de drogas ilícitas são 'bárbaros' e insuscetíveis de recuperação, sendo o recrudescimento penal o único caminho possível para o Estado na questão das drogas” (D'Elia Filho, 2007, p. 122). O que sua pesquisa nos faz ver é que “todo este mecanismo de criação de estereótipos criminais, controle punitivo das classes perigosas e repressão ao tráfico de drogas ainda se encontra presente no modelo atual” (p. 83), quando notamos, por exemplo, que “a miséria talvez seja a única característica que identifica os 1.467 presos na cidade do Rio de Janeiro, pelo tráfico de drogas ilícitas, em 2003” (p. 125). A ideologia da diferenciação, traduzível na “distinção das condutas [legais] previstas para traficantes e usuários, a partir de um elemento subjetivo” (p. 100), vem resultando em um maior encarceramento de miseráveis, como um processo de higiene social. De tal maneira que, desde que a Lei 11.343/06 acabou com a pena privativa de liberdade por uso de drogas, mas aumentou de três para cinco anos a detenção por tráfico, podemos notar que o abrandamento para o uso pode servir de “cortina de fumaça para o agravamento da punição por tráfico” (Dumans, 2014, p. 249). Essa diferenciação entre usuário e traficante tem um marco legal no ano de 1914, com a aprovação do *Harrison Narcotic Act*, nos Estados Unidos, regulamentando em um só gesto prescrição e proscrição de psicotrópicos.

Conta-nos Thiago Rodrigues (2012) que, no final do século XIX, nos Estados Unidos, havia certa liberdade no uso de alcaloides, apesar de alguns movimentos puritanos, como o *Anti-saloon League*, “fundado em 1893, e que dirigia seus ataques aos *saloons*, estabelecimentos que concentravam três dos maiores vícios na concepção de seus associados: jogos de azar, prostituição e consumo de álcool” (p. 21). Tanto o puritanismo convivia com a liberdade que havia espaço, por exemplo, para o lançamento, em 1885, de um famosíssimo refrigerante que tinha em sua composição o princípio ativo da *erythroxylum coca*, também presente em pastilhas comercializadas para dor de dente. No entanto, em 1906, sob o governo do presidente Theodore Roosevelt, foi aprovado nos Estados Unidos o *Food and Drug Act* (Lei Federal sobre Alimentos e Drogas), que

não chegava a proibir substâncias psicoativas, mas começava a controlar sua produção e comércio, exigindo, por exemplo, “rotulagem precisa e condições padronizadas de higiene nas indústrias farmacêuticas produtoras” (p. 22). Em 1909, o governo estadunidense incentivou a organização de uma conferência em Xangai para discutir limites à produção e comércio de ópio e seus derivados, reunindo representantes do imperador e das potências coloniais (Inglaterra, Alemanha, Holanda, França e Portugal). Embora os estados colonialistas tenham aceito formalmente a proposta restritiva do governo dos Estados Unidos, não houve ações efetivas, “já que a pressão que sofriam por parte de suas poderosas indústrias farmacêuticas (como, por exemplo, as alemãs Bayer e Merck) era muito grande” (p. 23). Em 1912, um novo encontro diplomático motivado pelo proibicionismo norte-americano, tem lugar em Haia, na Holanda, gerando um documento “mais explícito na exigência em se limitar a produção e venda de ópio, opiáceos e também cocaína” (p. 24). A assinatura do Convênio de Haia foi utilizada de forma estratégica pelos EUA para “pressionar o Congresso Nacional a adaptar as leis domésticas, consideradas pelo Poder Executivo ainda frágeis e restritas”. A tática estadunidense envolvia um empreendimento severo: adequar as leis internas, tornando-as mais rígidas. Assim, no mesmo ano de 1914 em que nascia William Seward Burroughs II e a Merck patenteava o MDMA, foi aprovada a Lei Harrison, “mais completa e severa que os acordos internacionais já assinados e que investia na proibição explícita de qualquer uso de psicoativos considerado sem finalidades médicas” (p. 25).

Uma importante novidade do texto da lei era a criação das figuras do “traficante” e do “viciado”, definidos como o que “produz e comercializa drogas psicoativas irregularmente” (Rodrigues, 2012, p. 25) e o que “consome sem permissão médica”. O produtor ou comerciante deveria ser preso, enquanto “o usuário, considerado *doente*, deveria ser tratado (mesmo que compulsoriamente)”. A nova lei marcava uma mudança sensível nas relações entre os médicos, os usuários e as drogas então regulamentadas: o acesso legal aos psicotrópicos “só seria possível por meio de uma receita emitida por um médico”. No entanto, como toda tentativa de heteronomia absoluta fracassa, o consumo “não se restringiu aos tratamentos médicos, persistindo usos hedonistas e a automedicação”, sendo que, a partir de então, em um cenário bem distinto, um *setting* no qual “todo esse volume de transações e de usos psicoativos era, a partir de então, ilícito”. Com a Lei Harrison, “estava legalmente inaugurado o mercado ilícito de drogas”.

A proscrição não diminui a produção, o comércio ou o uso. Apenas estimula ambientes mais restritivos e arriscados para o convívio com os psicotrópicos, marginalizando assim usuários, produtores e comerciantes, além de expô-los – e a toda sociedade – à violência da guerra. Isso é notável nas recentes intervenções governamentais realizadas em São Paulo, em âmbito estadual, e no Rio de Janeiro, em âmbito municipal, tal como apontado por Lucília Elias Lopes (2014):

Materializado em substâncias diversas ao longo do tempo, na cruzada em

pauta o inimigo é o crack, cujos usuários são descritos sem nenhum atributo humano: são “viciados” que “não respondem por si próprios”, desvinculados de traços simbólicos que possam apontar para outra possibilidade de identificação que não seja o abuso de drogas. Esvaziados de subjetividade, cabe removê-los como entulho, resto não reciclável das obras da cidade. As imagens veiculadas pela mídia, no entanto, registram pessoas preocupadas em proteger sua identidade, no gesto de pudor com que escondem o rosto (mas não o desespero) frente ao “tratamento” que lhes é imposto (p. 113).

Pois é de fato vergonhoso que as ações do poder público em relação à população de rua sejam coordenadas como ações de segurança pública, mesmo quando anunciadas como ações de saúde pública. Haja vista a intensificação do higienismo na abordagem à população de rua, com a proximidade dos megaeventos no Rio de Janeiro, como a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo Fifa-2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, com a ampla disseminação da prática da internação compulsória que, “associada ao paradigma da abstinência, não considera as pessoas que fazem uso de crack sujeitos autônomos e de direitos” (Macerata; Dias; Passos, 2014, p. 37). No front desta guerra às drogas, “recolher é uma forma de limpar o corpo social para eliminar o inimigo”.

Na prática, o recolhimento é feito, via de regra, por agentes sem nenhum tipo de formação na área da saúde ou da assistência social e que não têm nenhuma relação de vínculo ou mesmo qualquer tipo de contato prévio com a pessoa a ser recolhida. O critério avaliativo para a escolha de quem deve ser recolhido se dá por estereótipos: aparência pessoal, local onde mora, classe social, etc (p. 44).

No entanto, como dizia Álvaro de Campos, “é antes do ópio que minh'alma é doente” (Pessoa, 1999, p. 47). Como podemos constatar na clínica para adolescentes usuários de drogas, “não é raro ouvirmos em entrevistas preliminares ao tratamento, que a história de violência sofrida ou cometida por estes adolescentes é muito anterior ao uso de drogas” (Cruz, 2014, p. 125). Inclusive, “muitos relatam que o primeiro furto foi cometido para comprar algo, seja um tênis, um vídeo game ou outro bem de consumo”. Não é a ingestão de certos psicotrópicos que produz nela mesma uma ligação tirânica e fatal da droga com seus súditos, controlando-os até a morte, tal como proposto por Xiberras. Sobretudo, quando atentamos para o fato de que este argumento costuma ser utilizado como tentativa absurda de justificar o atual regime de guerra às drogas. A questão das drogas é tomada como de âmbito criminal, sob a estranha justificativa de que o uso de certas substâncias atentaria contra um bem comum que é a saúde pública. Essa lógica, além de ferir princípios humanitários do direito, não coincide com a visão da maioria esmagadora dos usuários de tais substâncias. Não porque essa maioria esteja entorpecida por alguma substância essencialmente maléfica que lhes tira toda capacidade de avaliar o que pensa e sente. Parece que, como chegou a

dizer Leary, certas drogas podem causar seríssimos efeitos colaterais em quem nunca as experimentou. Pois o proibicionismo é que parece fruto de aparelhos cognitivos intoxicados por uma mentalidade militarizada, uma subjetividade assustada, confusa e violenta, tal como a de um soldado há décadas no front de batalha; afinal, passados esses 100 anos de proibição e mais de quarenta anos de guerra às drogas, seus resultados mais marcantes são “violência, mortes, doenças, prisões superlotadas, milhares de vidas destruídas, violações a direitos fundamentais, racismo e outras discriminações” (Karam, 2014, p. 274). Nesse sentido, “a atual política de guerra contra as drogas, para além de revelar um verdadeiro fracasso naquilo que se propõe, oculta sua real função que cumpre com magnitude: o controle social das classes perigosas” (D’Elia Filho, 2007, p. 125). E por “classes perigosas” entendemos “pobres”. O que a guerra às drogas pretende é tão somente “o controle da oferta e da demanda das drogas, através do combate ao tráfico e da repressão do uso, associada a uma noção de tratamento e prevenção: o paradigma da abstinência” (Macerata; Dias; Passos, 2014, p. 36), para o qual apresentamos, no próximo capítulo, um excelente antagonista – o paradigma da redução de danos. Mas, antes de fecharmos o capítulo, tratemos de fazer algum curativo nos danos já causados pelo paradigma da guerra e pela correlata mentalidade militarizada.

Para a questão do *stress* pós-traumático de ex-combatentes, por exemplo, o psicólogo Rick Doblin, diretor e fundador da M.A.P.S. (*Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies*), organização que luta pela regulamentação do uso medicinal de substâncias psicodélicas, vem propondo recentemente tratamento com MDMA (W27) e deparando com respostas favoráveis (W28). Vale a pena acompanhar tais pesquisas. Já para a questão mais geral, da mentalidade militarizada, sugerimos o ótimo tratamento do Dr. Leary: *just say know!* Informar-se é uma das chaves para se enfrentar o proibicionismo, embora informações novas não garantam, por si mesmas, mudanças nos esquemas perceptuais de quem as adquire; até porque aquilo que percebemos sozinhos periga sempre se fazer passar por alucinação quando nos encontramos em presença dos demais sem de fato acessarmos um plano comum, o que muitas vezes ilude-nos novamente, fazendo-nos regredir a um estado perceptual anterior, menos cansativo, pois heterônomo, que desloca o que enxergávamos sozinhos para algum ponto cego. Os automatismos sociais acerca do sentido dos psicotrópicos precisam ser trabalhados com bastante atenção, pois o proibicionismo vem prestando desserviços ao saber e à experiência humanas há pelo menos um século. Não é magicamente que se mudam mentalidades. Além disso, não basta combater o proibicionismo sem se atentar para seu correlato clínico, que é o paradigma da abstinência. Pleitear a regulamentação da produção, comércio e consumo de todas as drogas é um passo importantíssimo, mas dentre os passos seguintes, a serem já preparados, nos interessa especialmente pensar aqui aquele que diz respeito à saúde dos usuários, em um sentido amplo que envolve, dentre outras coisas, um aprendizado coletivo do reconhecimento e da apreciação dos efeitos desejáveis e indesejáveis das

drogas, uma otimização da experiência com as drogas e suas interações, assim como uma redução de possíveis danos causados por usos que prejudiquem a vida dos usuários. É nesse sentido que esperamos que o relato apresentado a seguir, referente ao fora-eixo dos grupos de intervenção sobre gestão autônoma da medicação, realizados entre março e novembro de 2011 com usuários e profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial, possa também auxiliar na ampliação da autonomia e do protagonismo de quaisquer usuários de psicotrópicos, lícitos ou ilícitos.

4 *the san pedro experience*¹¹

Em 2011, Jorge Melo, Paula Milward e eu, integramos a equipe de pesquisa da UFF responsável pela ida semanal ao CAPS Casarão da Saúde, no município de São Pedro da Aldeia, localizado na Região dos Lagos, Rio de Janeiro, no intuito de validar a versão preliminar do Guia GAM-BR, através de grupos de intervenção com usuários (GIUs) e profissionais do serviço. Para essa etapa da pesquisa, seriam construídas duas composições diferentes do GI: um com usuários (GIU), como na primeira fase, mais um grupo de intervenção com familiares (GIF), no intuito de ampliar a participação na cogestão da experiência psicotrópica. Os GIFs funcionariam com dois operadores exercendo funções mistas, enquanto os GIUs teriam três operadores exercendo as funções, distintas, de *observação*, *manejo* e *anotação*. A *observação* consistiria no registro escrito daquilo que, nos GIUs, se referisse às categorias de análise (manejo cogestivo; grupalidade; autonomia; emergência do sujeito de direitos; experiência da medicação) construídas pelo grupo da UFF, ao longo da primeira etapa da pesquisa, para análise do eixo “Direitos Humanos”. Tal função seria exercida pela Paula, bolsista de iniciação científica. A função de *manejo* dos grupos e redação das memórias dos encontros, sobre as quais se guiariam as supervisões coletivas, seria exercida pelo Jorge, então colaborador na pesquisa UFF e candidato ao doutorado. E a mim caberia a função de *anotação*, que envolvia o registro do chamado fora-eixo.

Os GIUs ocorreram de março a outubro de 2011, semanalmente, contando com a presença, em média, de um ou dois profissionais (em geral, Clara, terapeuta ocupacional, e, por vezes, Paulo, psiquiatra), três pesquisadores (Jorge, Paula e eu) e oito a doze usuários (cujos nomes doravante são alterados) por encontro, cuja participação era oscilante, ondulatória, colocando desafios singulares ao trabalho de campo da GAM-BR, que se configura como uma pesquisa-intervenção participativa. Ao realizarmos uma pesquisa envolvendo usuários de serviços de saúde mental, como construímos conhecimento com eles ou como traçamos um plano comum com sua experiência, visando garantir o caráter interventivo e participativo da pesquisa? O desafio é dar consistência a um plano comum que reúna lado a lado diversos vetores heterogêneos implicados no processo de pesquisa: “o pesquisador e seu campo de interlocuções acadêmicas e instrumentos técnicos, agências de fomento, compromissos políticos, alianças institucionais, bem como o objeto e suas diversas articulações” (Kastrup; Passos, 2013, p. 265). Tal plano é chamado de comum “não por ser homogêneo ou por reunir atores (sujeitos e objetos; humanos e não humanos) que manteriam entre si relações de identidade, mas porque opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num

11 *San Pedro* (*Trichocereus pachanoi*) é o nome espanhol de um cacto andino, também chamado *achuma*, em quichua, que contém mescalina. Os chamados “médicos tradicionais”, ou “vegetalistas”, curandeiros peruanos e bolivianos, o utilizam até hoje para terapia e diagnósticos (Carneiro, 2005).

plano que é pré-individual e coletivo”. Essa dimensão de coletivo extrapola tanto fronteiras preestabelecidas na divisão de disciplinas (o que pertence a esse saber e não a outro, por exemplo, um objeto do saber tomado como propriedade do direito, distinto de objetos tidos como propriedades da medicina, da psicologia, da terapia ocupacional, da música etc, ou um objeto da medicina, distinto de objetos do direito, da psicologia, terapia ocupacional, música etc e daí por diante) quanto fronteiras preestabelecidas na divisão dos participantes da pesquisa, na qual um é pesquisador, outro pesquisado, esse é usuário, aquele é trabalhador, esse é aluno, aquele professor, esse é músico, aquele é psicólogo etc. Trata-se de um plano no qual sentimos, como disse Tom Wolfe (1993), “a *experiência* da barreira entre o objetivo e o subjetivo, o pessoal e o impessoal, o *eu* e o *não-eu*, desaparecendo...” (p. 53). Pois essa experiência de dissolvência de identidades não diz respeito apenas à ingestão de psicodélicos, mas também à própria complexidade a ser levada em conta na análise da pesquisa com usuários de psicotrópicos em serviços de saúde mental.

A questão agora é pensarmos de que modo a experiência psicodélica, tal como a investigamos, influencia na experiência com usuários de medicamentos prescritos em serviços de saúde mental. Como dissemos, o trabalho de campo da presente tese foi realizado em um Centro de Atenção Psicossocial do município de São Pedro da Aldeia, no contexto do projeto de pesquisa conhecido como Gestão Autônoma da Medicação (GAM), desenvolvido por meio de parceria entre a UFF, a UFRJ, a UFRGS, a UNICAMP e a *Université de Montréal*.

O termo medicação utilizado pela GAM não é sinônimo de medicamento: medicação se refere a ações de cuidado diversas envolvidas na ingestão de fármacos. No presente trabalho, nos ocupamos de um conjunto de fatores envolvidos na ingestão de psicotrópicos, sejam estes prescritos ou proscritos, ampliando assim o próprio campo da GAM, o que nos leva também a substituímos aqui o termo medicação pela expressão *experiência psicotrópica*, pois amplia o número de substâncias psicoativas (incluindo as ilícitas) cuja experiência de uso nos propomos a investigar, além de ressaltar que nosso foco é na experiência, não na substância. É bom lembrar que mesmo a experiência psicodélica em sentido estrito – ou seja, conforme proposta em sua formulação original, por Leary, Metzner e Alpert (1992) – abordava não somente aspectos positivos da experiência, mas também os negativos (céus e infernos da psicodelia já nos foram bem apresentados por Aldous Huxley), operando como uma espécie de manual de redução de danos, o que amplia o número de ferramentas disponíveis para cuidar da experiência psicotrópica.

Propomos aqui que prescrição e proscrição são meios privilegiados para um exercício heteronômico do poder de decisão sobre a experiência psicotrópica. Autonomia implica regulação interna de um sistema, enquanto na heteronomia a regulação do sistema vem de fora. Assim, prescrever ou proscriver um fármaco é exercitar um poder de decisão sobre o corpo do outro, legislando sobre o que o outro *deve* (noção médico-moral) ou *não pode* (noção jurídico-moral)

ingerir. A prescrição arbitra sobre o que está do lado do *bem* e deve ser ingerido, enquanto a proscricção determina o que está do lado do *mal* e não pode ser ingerido. É importante lembrarmos que, de acordo com a legislação, o único profissional de saúde habilitado a prescrever é o médico.

Os paradigmas biomédico e jurídico hegemônicos são como que a encarnação disciplinar de um preconceito moral e, em contrapartida, são utilizados como fundamento para o reforço de tal preconceito. E dizemos hegemônico aqui para demarcar que não estamos nos referindo a todo o conjunto de profissionais e pesquisadores das áreas biomédica e jurídica. Se a própria GAM-BR conta com médicos críticos da maneira como tem se realizado a medicação, podemos citar também, por exemplo, a LEAP (*Law Enforcement Against Prohibition*), formada por policiais e juristas, ativos e aposentados, que lutam a favor de uma política de drogas antiproibicionista. Mas, mesmo quando uma autoridade médico-jurídica busca afirmar um pleno exercício heteronômico do poder de prescrever e proscreever psicotrópicos, depara com a resistência intrínseca àqueles a que tais prescrições e proscricções se dirigem: os usuários. Assim, um efeito paroxístico da proscricção de psicotrópicos é o aumento no consumo das substâncias proibidas e a criação, ou pelo menos entrada em circulação, de novas substâncias para substituir aquelas cujo acesso esteja porventura sendo dificultado pelo proibicionismo, enquanto um efeito paroxístico da prescrição é a interrupção no uso do remédio por usuários insatisfeitos tanto com resultados terapêuticos esperados e não alcançados, quanto com efeitos indesejáveis. Este último ocorre, em geral, por não haver conversas com o profissional responsável pela prescrição sobre a experiência com a medicação o tempo necessário para uma contração do sentido da alteração da dosagem/prescrição, o que fortaleceria a participação dos usuários nas decisões sobre com o quê e como alterar sua experiência subjetiva, intensificando assim sua autonomia estética, que, como vimos, é o que está na base da ação política.

É importante ressaltar que a noção de contração, acima utilizada, se distingue da noção de contrato por conta do fator temporal experimentado nos processos de contratação (Passos *et. al*, 2013). Ou seja, o mero anúncio de um diagnóstico, uma prescrição, ou mesmo a mera assinatura de um contrato (por exemplo, o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que os participantes da pesquisa precisam assinar para autorizar a divulgação de resultados) não implica necessariamente uma compreensão, uma dobra para dentro, do que se pretende acordar. A contração é esse movimento de dobrar para dentro o fora, como ocorre, por exemplo, quando, expostos a ambientes com vírus, contraímos uma gripe. A contração do sentido é a própria emergência do sentido na subjetividade, enquanto contratação é a emergência da grupalidade. Ambas são condições para a potencialização coletiva da autonomia dos usuários. Embora um sistema autônomo seja capaz de autorregulação, a noção de autonomia aqui utilizada não possui o mesmo sentido que a noção liberal de autonomia como independência do indivíduo, mas trata-se de uma noção cujo sentido deve ser buscado no coletivo, pela negociação e compartilhamento de diferentes pontos de

vista e decisões. Retomemos o sentido da noção de gestão autônoma da medicação para, em seguida, prepararmos o novo *setting* onde nossa experiência psicotrópica se desdobrará.

heterogestão e autogestão

Como vimos em outro lugar (Passos *et alii*, 2013), Rosana Onocko Campos (2003) distingue duas dimensões (ou dois sentidos) da “gestão” – não somente a do *gerir* (a ação dos outros), mas também a do *gerar* (as próprias regras). A gestão, no sentido clássico, sempre trabalhou a dimensão do gerir como gestão heterônoma, *heterogestão*, ou seja, previsão e controle sobre a ação dos outros, estando assim fortemente amarrada ao exercício verticalizado do poder (a questão básica da hierarquia: os de cima mandam e os de baixo obedecem). Em contraposição às mazelas daí geradas (aumento da exploração, da mais-valia, da alienação, do conformismo) é que teriam surgido as propostas autogestionárias, colocando em relevo o plano da geração, ou gestação, das próprias regras. A *autogestão* está na base do institucionalismo francês, movimento de intervenção e análise crítica do poder nas instituições (Barembliitt, 1994; Lapassade, 1977, 2007; Lourau, 1993, 2004). Para Lapassade (1977), a autogestão implica a derrubada do poder hierárquico estabelecido. Tal derrubada pressupõe a abolição do lugar do líder, do mestre, do gerente, ou do Estado, para que os grupos possam gerar suas próprias regras de funcionamento interno. Lourau (1993), em especial menção a suas experiências de autogestão pedagógica, aponta as dificuldades de tal proposta, uma vez que toda vida cotidiana se passaria no terreno da heterogestão: “vivemos na heterogestão, o que nos aliena, nos priva de nossa autonomia, de nossa liberdade” (p. 22). Nesse sentido, a derrubada da figura do gestor não seria condição suficiente para abolir o exercício verticalizado do poder.

Félix Guattari ([1968]2004), no texto *Autogestão e narcisismo*, alerta-nos para o perigo do uso da autogestão como palavra de ordem, independentemente do contexto. Falar de autogestão em si “torna-se uma espécie de princípio moral, o envolvimento assume um quê de si mesmo, por si mesmo, sugere que se gerará o si mesmo deste ou daquele grupo ou empresa” (p. 275). Acontece que “uma unidade isolada não sobreviveria muito tempo em autogestão”, pois “o conjunto das engrenagens produtivas se interpenetra à maneira das centrais telefônicas” (p. 276). A autogestão como palavra de ordem, tomada como uma espécie de horizontalidade pura de um grupo supostamente isolado, não tem como ser um fim em si mesmo, pois a centralização também ocorre em grupos autogeridos. Trata-se do que Lapassade (1977) chama de “burocratização da autogestão” (p. 174), com suas duas dimensões simultâneas de comunicação e poder: a hierarquização vertical e a centralização. Em um funcionamento burocrático, “as comunicações só circulam numa mesma direção, do alto da organização burocrática para a base” (p. 177), sem que a cúpula central receba de volta informações sobre a recepção e as repercussões das “mensagens” (ordens) que enviou.

Guattari ([1968]2004) propõe que determinemos em cada contexto, cada situação, cada nível de organização, “o tipo de relações e formas a promover e o tipo de poder a instituir” (p. 275). Em nosso caso, cabe lembrar que se trata de uma pesquisa realizada com base em grupos de intervenção com usuários e técnicos de um CAPS, reunidos em torno da tarefa de conversar sobre a experiência da medicação. No contexto institucional, a gestão se apresenta tanto na dimensão macropolítica do lugar do gerente, com programa esquadrinhado, pré-determinado e rígido, quanto na polivocidade de regras e decisões geradas num plano micropolítico, no “espaço de autogoverno” (Merhy et al., 1997) que cada trabalhador e usuário inevitavelmente exercem no contexto institucional.

Assim como a noção de governo não se restringe a sua forma macropolítica, entendida como governo do Estado, a gestão não diz respeito apenas ao tema da gerência organizacional. No texto *A governamentalidade*, Michel Foucault (1979) aponta o modo como, a partir do século XVI, o problema do governo desloca-se do âmbito restrito dos conselhos aos príncipes e da ciência política para alcançar a arte de governar a si mesmo: “como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc” (pp. 277-278). O tema do governo deixa o domínio exclusivo da política de Estado para dizer respeito também ao âmbito da ética e da estética de si. Trata-se do tema do cuidado de si, que Foucault apresenta em seu seminário de 1982, *A hermenêutica do sujeito* (Foucault, 2006), e que ganha corpo no terceiro volume de *A História da Sexualidade* (Foucault, 1984). Cuidado é atenção e cuidado de si é gestão de si, o que, em outros termos afirma a indissociabilidade da atenção e da gestão (Passos *et alii*, 2013), expressão que pode soar estranha aos ouvidos de trabalhadores da saúde habituados a dividirem verticalmente o seu trabalho em instâncias hierárquicas chamadas de “atenção” e “gestão”, separando assim uma dimensão que seria propriamente clínica de uma dimensão política do trabalho em saúde. A noção de cuidado de si leva-nos à questão ética do cultivo de hábitos que ampliem nosso espaço de autogoverno pela intensificação da produção de vínculos e coletivização: contágio e cogestão.

cogestão e contágio como “inclusão do fora”

Podemos remontar a trajetória que deu origem à atitude ético-política inerente ao conceito de cogestão no Brasil a partir de movimentos que, nos anos 1970, se insurgiram contra a ditadura civil e militar instalada no país com o golpe de 1964. Tais movimentos se fizeram, em muitos segmentos, em favor de organizações autogestionárias e de esquerda, fazendo eclodir as mais diversas formas de resistência ao autoritarismo, no contexto da luta pela redemocratização no país. Uma das expressões dessa resistência foi a Reforma Sanitária (RS) dos anos 1980, no campo da saúde, em conjugação ao próprio movimento constituinte, buscando criar condições para a democracia institucional por dentro da máquina do Estado, sem a necessidade de aboli-lo. Ao invés de “tomar o

Estado de assalto”, como na proposta autogestionária, tratava-se de “modificá-lo, alterando a organização social e a distribuição de Poder nos Territórios (...) criando espaços coletivos democráticos” por dentro da própria máquina estatal (Campos, 2000, p. 47-48). Diferentemente da proposta da autogestão social, a cogestão implica uma espécie de concessão feita, seja a um determinado contexto de trabalho, seja ao Estado (Passos *et alii*, 2013). Mas fazer essa concessão significa recuar das propostas de promover autonomia? A cogestão consistiria na captura das forças de resistência pelo Estado? Cremos não se tratar de um recuo em relação à aposta da autogestão, mas de um modo diferente de luta. É preciso considerar a cogestão em seus efeitos estratégicos: concede-se ao Estado ao mesmo tempo em que se força o Estado a conceder. Mais que cair fora ou fugir, entendemos o desafio da cogestão como, por dentro da máquina estatal, traçar planos, rotas, linhas de fuga. O paradoxo desse mergulho no fora, desse *drop out*, é que ele seja realizado por dentro do sistema a que se opõe, o que faz com que aqueles que optem por tais estratégias sejam por vezes vistos como se tivessem se rendido a tal sistema, desistido de lutar, como se neles tivesse morrido qualquer espírito revolucionário. Mas essa ilusão se dissipa quando ultrapassamos as barreiras dentro/fora, tal como vimos, no capítulo anterior, com Tim Leary.

A passagem de uma proposta de autonomia de vocação autogestionária para uma proposta de autonomia cogestiva – ou seja, não mais exterior ao aparelho de Estado, mas podendo exercer-se por dentro dele – é uma temática central na discussão dos processos de gestão dos serviços públicos de saúde no Brasil. Com efeito, a década de 1990 foi marcada pela intensa produção teórico-metodológica sobre a gestão dos serviços públicos de saúde. As análises de Gastão Campos, Emerson Merhy, Rosana Onocko e muitos outros, engajados na mudança do modelo assistencial de saúde, buscavam, por um lado, evidenciar a imbricação entre a organização do conjunto de processos de trabalho nos serviços e o modo de conduzir a atenção em saúde, isto é, a inseparabilidade entre os processos de gestão e os processos de produção de saúde, de cuidado (Merhy et al., 1997); por outro, a permeabilidade da gestão à influência dos diferentes sujeitos fazia dela o principal recurso de intervenção no âmbito do regime de práticas de produção de saúde (Campos, 1994). Na produção teórico-metodológica dos autores, percebe-se uma atitude comum, marcadamente democrática, de incitação à participação de trabalhadores e usuários nos processos de gestão do trabalho, de modo a transformar o espaço em uma verdadeira arena pública.

Essa modulação no sentido da autonomia, não mais exterior ao aparelho de Estado, mas podendo exercer-se por dentro dele, é o que notamos junto com a emergência da Redução de Danos (RD) no Brasil. A RD é uma abordagem voltada para diminuir possíveis consequências adversas do uso de drogas do ponto de vista da saúde e aspectos sociais e econômicos, sem, necessariamente, produzir redução do consumo (Wodak, 1998). Nisso, se opõe diametralmente, enquanto paradigma do tratamento aos usuários de psicotrópicos, à abstinência, que visa à cessação do consumo. Essa

oposição é notável hoje, através dos atuais programas e planos voltados para pessoas que fazem uso de crack: do lado da RD, há os dispositivos Consultório na Rua e os Programas de Redução de Danos; do lado da abstinência, há os dispositivos de internação compulsória, os grupos de autoajuda como Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos, as chamadas Comunidades Terapêuticas (CT) e instituições filantrópicas; sendo que esses paradigmas podem ser encontrados em qualquer dispositivo de atenção (seja CAPSad, Consultório na Rua), por vezes, simultaneamente no mesmo dispositivo (Macerata; Dias; Passos, 2014).

As infecções pelo vírus da Hepatite B e pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento das políticas de redução de danos. Foi no final de 1984 que se iniciou, em Amsterdã, na Holanda, um projeto experimental de trocas de seringas a fim de prevenir a infecção pelo vírus da hepatite. Logo em seguida, “quando ficou claro que o HIV poderia ser transmitido pelo uso comum de seringas entre pessoas que injetavam drogas, a meta central desses programas se tornou a prevenção da aids” (Verster, 1998, p. 115). Isso só foi viável em um país que não estivesse sob um regime proibicionista: “em contraste com a maioria dos países onde a política de drogas é de responsabilidade do Ministério da Justiça, é o Ministro da Saúde o responsável pela coordenação da política de drogas holandesa e pelas políticas direcionadas à prevenção e à assistência” (p. 116). Sob um regime de guerra às drogas, tal como o que vivemos atualmente no Brasil, com as políticas de proteção social sendo “convocadas pelo Estado e pela opinião pública a operar pelo viés repressivo, seja objetivamente com as internações forçadas, seja subjetivamente através do paradigma da abstinência” (Macerata; Dias; Passos, 2014, p. 35), as estratégias de redução de danos são levadas adiante como estratégias *underground*, marginais.

Regina Bueno (1998) não apenas aponta que “muitos projetos internacionais [de troca de seringas] foram desenvolvidos *underground*, até o momento em que puderam assumir sua legalidade” (p. 166), como também nos deixa a par do caráter marginal das experiências pioneiras de redução de danos no Brasil, no município de Santos. A troca de seringas foi proposta no primeiro Seminário de Aids do Município de Santos, em setembro de 1989, mas recebeu forte oposição, sobretudo, da mídia, da imprensa e da justiça, tendo que recuar. No ano seguinte, iniciou-se um movimento para estimular a mudança da Lei 6338, utilizada como argumento pelas forças conservadoras: “pautados no artigo 12 dessa Lei, anterior ao aparecimento da aids, tentava-se demonstrar juridicamente que a motivação dos profissionais de saúde ao distribuir/trocar seringas para prevenir aids seria equiparável à do traficante que auxilia alguém a usar drogas ilícitas”. Em outubro de 1991 foi fundada a ONG IEPAS (Instituto de Estudos e Pesquisas em AIDS de Santos), que, durante anos, foi construindo e disseminando a troca de seringas como “uma estratégia central na luta contra a disseminação do HIV/aids entre UDI e, conseqüentemente, na população de um modo geral” (p. 164). Em 1995, ocorreu uma segunda tentativa de implementar a troca de seringas

de modo amplo. Com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo à frente, foi planejado, para 1 de dezembro, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, o “tiro (ou a seringa) de largada”, implementando, em 5 municípios do Estado de São Paulo, a distribuição, entre as instituições envolvidas, de kits completos de prevenção, contendo: “duas seringas de insulina, agulhas descartáveis, vasilhame com água destilada, *swab* desinfetante de pele, hipoclorito de sódio a 5,25%, copinho e misturador, tudo acondicionado num estojo igual ao usado para portar óculos” (p. 165). A justiça, mais uma vez se opôs e o projeto foi novamente suspenso. Com isso, decidiu-se partir para uma terceira tentativa, dessa vez, às margens do poder estatal. Como eram esperadas diversas iniciativas para impedir essa terceira tentativa de implementar a troca de seringas, passou-se, dentre outras coisas, a evitar que as seringas fossem distribuídas pelos próprios agentes de saúde que trabalham na rua face-a-face com essa população, os chamados *outreach workers*.

O trabalho de *outreach* expandiu-se a partir de 1988, no Reino Unido, como uma atividade comunitária que “objetivava contatar indivíduos e/ou grupos que não eram alcançados pelos canais tradicionais de educação para a saúde ou pelos serviços” (Stimson, 1998, p. 23). Mais que lidar com os usuários de drogas em instituições, o contato era feito no próprio território, permeado de *outsiders*, termo pelo qual o sociólogo Howard Becker (2008) se referia aos maconheiros e músicos de jazz com quem havia feito, nos anos 1960, sua pesquisa acadêmica. Observando que os grupos sociais considerados desviantes das leis também produzem regras e as transmitem coletivamente, Becker acompanhou as fases a serem atravessadas para se tornar ou não um usuário de maconha, fases que envolvem, por exemplo, aprendizagem de técnicas de preparação e consumo, assim como da percepção e apreciação dos efeitos (pois a afinidade com o psicotrópico, assim como o senso de afinação musical, se sofisticam com a prática). Com os *outreach workers*, esse tipo de experiência, *outsider*, pode passar ao protagonismo no cenário de planejamento das políticas de saúde.

Os primeiros redutores de danos eram prostitutas, travestis, usuários de drogas, moradores de rua, agentes de saúde com acesso ao território existencial dos usuários de drogas. “Não identifico bairros de drogas pela aparência que têm, mas pela sensação que me trazem. Trata-se mais ou menos do mesmo processo pelo qual um hidrocópio localiza água escondida” (Burroughs, 2005, p. 133). Como apontam Passos e Souza (2009), a RD busca romper com a oposição entre quem cuida e quem é cuidado: “o cuidado não se faz só como assistência de uns para com outros, mas se orienta também e, sobretudo, como cuidado de si, corresponsabilidade dos sujeitos com a qualidade de sua vida; protagonismo de todos os implicados nas ações de cuidado” (Passos; Souza, 2009, p. 100). Esse cuidado não decorre da obediência cega a leis proferidas pelos discursos biomédico, jurídico e midiático hegemônicos, mas de uma dinâmica autônoma de contágio própria ao compartilhamento de experiências singulares. Assim, a RD foi “acionando, à margem do Estado, uma dinâmica de ‘contágio’ e propagação de propostas de cuidado de si, fundando um espaço *underground* das

políticas de drogas” (p. 101). Os autores apresentam um movimento através do qual o “fora” – que, em outro lugar (Rodrigues, 2014), chamamos de “experiências psicotrópicas proscritas” – se torna pista metodológica e paradigma da política pública.

Em 1996, foi fundada a ABORDA (Associação Brasileira de Redutores de Danos), visando capacitar e articular Programas de Redução de Danos (PRD), assim como mobilizar redutores de danos e usuários de drogas para se organizarem politicamente, o que acabou resultando em diversas ONGs no Brasil, caracterizando a RD como um movimento social: “a militância política forçou a criação de espaços de gestão exteriores ao próprio Estado” (Passos; Souza, 2009, p. 104). Em agosto de 1997, “o IEPAS recebeu recursos da Coordenação Nacional de DST e Aids para desenvolver um projeto de outreach worker, que inclui a troca de seringas” (Bueno, 1998, p. 168). Em 2001, foi realizada a III Conferência Nacional de Saúde Mental, cujo relatório final “estabeleceu a atenção aos usuários de álcool e outras drogas como um dos princípios e diretrizes dentro da reorientação dos modelos assistenciais em saúde mental” (Passos; Souza, 2009, p. 107). A partir dessa nova orientação, os PRDs migraram da área exclusiva das DST/AIDS, passando a ser de responsabilidade da assistência em saúde mental, e a RD passou a ser tomada, então, como um “importante eixo de articulação, dentro da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, iniciada em 2003” (p. 107).

Em abril de 2003, foi publicada no Brasil a Portaria GM457, do Ministério da Saúde (MS), instituindo o grupo de trabalho intraministerial GAOD (Grupo de Álcool e Outras Drogas). Segundo Passos e Souza (2009), um documento produzido pelo grupo afirmava a “aposta na abordagem ao problema do uso abusivo de álcool e outras drogas a partir da Redução de Danos (RD), entendida como método clínico-político e paradigma para a política de saúde pública” (p. 97). Com a criação do grupo, composto por representação do Gabinete da Secretaria Executiva, da Coordenação Nacional DST/AIDS, da ANVISA e Secretaria de Atenção à Saúde, foram produzidas “zonas de contágio entre diferentes propostas clínico-políticas e uma maior aproximação entre máquina estatal e as redes sociais. A partir dele, princípios e diretrizes provenientes das diferentes secretarias e programas em questão convergiram para a política nacional de álcool e outras drogas” (pp. 108-109). O mesmo ano de 2003 marca a criação de Centros de Atenção Psicossocial voltados especificamente para atenção ao uso prejudicial e dependente de álcool e outras drogas, os chamados CAPS-AD. No entanto, na modulação da RD, de estratégia da PN-DST/AIDS para método e paradigma da própria Política do MS para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, sua força se apresentou, mais que como uma questão de ordem técnica (encarnada nos dispositivos chamados PRDs), como uma força política, devido ao grande poder de contágio, graças ao qual, uma ética *underground* pode forçar mudanças nas políticas públicas.

guiados por quem?!

O manual *The Psychedelic Experience* (Leary; Metzner; Alpert, 1992) e o Guia GAM-BR apresentam algumas afinidades. Em primeiro lugar, destacamos aqui a própria ideia de que o sentido da experiência psicotrópica não está todo contido no fármaco que catalisa a experiência. O Guia GAM-BR está voltado para usuários de medicamentos psiquiátricos prescritos que queiram repensar este uso, enquanto o manual psicodélico está voltado para potencializar a experiência de ingestão de fármacos psicodélicos. A noção de *phármakon*, conforme indicamos, inclui tanto a dimensão positiva que é usual e erroneamente atribuída exclusivamente aos remédios e sacramentos, lícitos e prescritos, quanto à dimensão negativa, usualmente atribuída somente às drogas tornadas ilícitas pelo proibicionismo. Assim como o escritor romântico inglês Thomas de Quincey (2005), em 1821, e seu admirador francês, o poeta Charles Baudelaire (2005), em 1860, se referiram tanto às “volúpias” quanto às “torturas” sentidas devido ao uso do ópio, também Aldous Huxley já havia abordado os dois lados, celestial e infernal, da experiência de ingestão de psicodélicos. Os psicotrópicos não são bons ou maus neles mesmos, mas seus efeitos (assim como a avaliação destes) dependem de outros fatores. Huxley ressaltou, por exemplo, a importância da presença de alguém experimentado para dar maior segurança e ajudar o viajante a extrair da experiência o máximo de intensidade, mais volúpias que torturas, mais benefícios que danos.

A proposta desenvolvida no manual *Psychedelic Experience* (Leary; Metzner; Alpert, 1992) é ir além da droga, valorizando dois aspectos a serem considerados nessa experiência com psicodélicos que ultrapassam a ambiguidade do próprio fármaco, uma vez que este apenas altera a ampliação, como um telescópio ou microscópio, da percepção (do caráter polifônico, coletivo) da subjetividade. Como vimos, tais dimensões são chamadas *set* e *setting*, a primeira dizendo respeito a quem ingere a substância e a segunda ao ambiente em que o uso ocorre. Com base em Huxley, o manual psicodélico resalta a importância de um guia no acompanhamento da experiência. O guia é, no caso, uma pessoa mais experimentada, enquanto o chamado Guia GAM-BR é apenas uma ferramenta auxiliar (como o manual psicodélico) no manejo da experiência, que deve, sempre que possível, ser realizada em grupo. Na GAM-BR, a experiência coletiva é guiada pelo chamado manejo cogestivo, função clínica de acompanhamento e intervenção no grupo, visando o deslocamento de focos de poder e a deslocalização de focos identitários. Com esse duplo desfoque do manejo, as lentes da GAM-BR serão ajustadas para captar a experiência dos grupos de usuários e familiares. Trata-se tanto de um deslocamento de foco, do remédio-veneno em si para o *set* e *setting*, quanto um deslocamento, uma modulação, nos sentidos das próprias noções de *set* e *setting*.

Podemos dizer que a GAM-BR realiza uma mudança de foco, do *set* para o *setting*, entendendo por *set* a preparação individual e por *setting* o contexto grupal. Pichon-Rivière (1969),

criador da técnica dos grupos operativos – grupos terapêuticos ou de aprendizagem organizados em torno de uma tarefa –, detecta duas dimensões na experiência com grupos: a verticalidade e a horizontalidade. A verticalidade está ligada à história pessoal do sujeito e a horizontalidade ao processo atual com a totalidade dos membros do grupo. O grupo operativo busca resolver dificuldades criadas no campo grupal e não as de cada um de seus membros, o que seria uma espécie de *análise individual no grupo*. Por outro lado, não está centrado somente no grupo, pois cada momento da tarefa se opera nas duas dimensões que devem ser levadas em conta no manejo. Nessa leitura, poderíamos considerar o *set* como dimensão de verticalidade e o *setting* como dimensão de horizontalidade. Em 1964, Guattari ([1964]2004) introduz o conceito de *transversalidade*, por oposição à verticalidade e à horizontalidade. Com o conceito, Guattari propõe um aumento do grau de abertura comunicacional nas instituições, pela afirmação de um sentido que atravessa o eixo vertical, que diferencia pela hierarquia, e o eixo horizontal, que homogeneiza pelo corporativismo. Não se trata apenas de uma crítica à heterogestão das organizações, à hierarquia verticalizada, mas também ao risco de homogeneização, de totalização, causado pelas identificações imaginárias que perpassam os membros de grupos individualizados.

A transversalidade “tenta sair de uma visão restrita dos pequenos grupos, procurando suas explicações não no interior dos mesmos” (Kamkhagi, 1986, 213), mas em múltiplas determinações sociais, políticas, sexuais, estéticas etc. No conceito de transversalidade está incluída a ideia de que “a incidência do significante social sobre o indivíduo se dá a todo momento e em todos os níveis”. Segundo Vidal (1986), a noção diz respeito a um “dilema que Guattari conheceu, na sua prática política, sob a forma da oposição entre centralismo e espontaneísmo, e, na sua prática em La Borde, sob a forma da oposição entre identificação ao louco (tipo antipsiquiatria) e postura normativizante” (p. 49). Trata-se de uma tentativa de questionar o recalque do político na psicanálise e a falta da noção de subjetividade em grupos revolucionários. Como afirma Kamkhagi (1986), Guattari propõe “uma correspondência entre os fenômenos de deslocamento de sentido nos esquizofrênicos e os mecanismos de discordância que se instauram em todas as camadas da sociedade industrial, neocapitalista e socialista burocrática” (p. 213). Assim, a transversalidade tende a realizar-se quando se efetua uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e nos diferentes sentidos, articulando a clínica à estética e à política. Vivemos nossos hábitos em grupo, imersos em coletivos sociais; além disso, cada um de nós é já e desde sempre um pequeno grupo (de afetos, desejos, células etc). Como disse Guattari ([1970]2004), somos todos grupúsculos, seja porque sejamos compostos internamente de pequenos grupos de células que operam em ritmos distintos, seja porque sejamos compostos, em uma região limiar entre o dentro e o fora do corpo, de fragmentos de afetos, lembranças de imagens, desejos, ideias, percepções de relações, seja porque com isso façamos da subjetividade estilo (Tedesco, 2001; 2005) como uma espécie de transversal metaestável. A

transversalidade é um princípio de produção de sentido pela conexão de instâncias diversas que interferem mutuamente na produção polifônica da subjetividade.

Como apontam Passos e Eirado (2010), a transversalidade “expressa uma dimensão da realidade que não se define nos limites estritos de uma identidade, de uma individualidade, de uma forma”; mas, ao contrário, “experimenta o cruzamento das várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge, como seu efeito, um mundo compartilhado pelos sujeitos” (p. 115-116). Em outros termos, ao tomarmos a experiência psicodélica em sua transversalidade, não somente incluímos *set* e *setting*, como invertemos, senão o sentido, a direção da análise, dando primado ao *setting* na produção do *set* e aos sujeitos na relação com os psicotrópicos. O *set* é uma espécie de concentrado do *setting*: onde se costuma ver apenas sujeitos prontos e acabados, o que vislumbramos é um constante processo de subjetivação, de produção de subjetividade, produção esta que é política, polifônica, pois os processos de individuação são processos de hibridização (entre natureza e artifício, entre humano e técnica etc), de síntese de heterogêneos, enquanto o *set* é como que uma dobra (Deleuze, 2006b), uma invaginação do ambiente, da paisagem, do contexto; em um sentido mais amplo, do fora.

Sendo assim, o que nos guia no acompanhamento de tais processos é a contração de grupalidade, a ampliação da autonomia como aumento no coeficiente de transversalidade, visando a criação de um plano comum de passagens entre estética (*set*) e política (*setting*). Na presente tese, essa transversalidade conjuga afetos, afinações e afinidades fora dos eixos vertical da hierarquia e horizontal da homogeneização, mas também fora dos eixos e categorias de análise previstos pela GAM-BR. Para dar conta do que não se encaixava, o coletivo de pesquisa criou um “fora-eixo”. No trabalho com o fora-eixo dos grupos de intervenção com usuários e profissionais do CAPS Casarão da Saúde, em São Pedro da Aldeia, pudemos notar não apenas algumas afinidades entre o manual *The Psychedelic Experience* e o Guia GAM-BR, em um sentido estrito, como também afinidades, em um sentido mais amplo, entre a experiência psicodélica e a experiência GAM-BR.

O psicotropismo é um tipo de afinidade com a onda, uma espécie de afinação entre ondas em amplitudes e frequências distintas, porém articuladas em suas consonâncias e dissonâncias, suas coincidências e defasagens, dependendo da sintonia, do ajuste entre as frequências e amplitudes moduladas e demoduladas entre as partes em comunicação, mas também de fatores diversos, como o conceito que cada um faz de ruído e também o quanto de interesse possui ou não no ato mesmo de comunicação, de criação de um plano comum. O tropismo, a afinidade natural entre seres distintos, não se apresenta apenas em sua face positiva (atração), mas também na face negativa (repulsa). Apesar de termos reunido, na presente tese, psicodélicos, estimulantes, calmantes, antidepressivos e antipsicóticos sob um mesmo nome (substâncias psicotrópicas), cabe lembrar que não é esse tipo de afinidade que buscamos na experiência de campo, pois o foco do nosso trabalho sequer são as

substâncias, mas os usuários e contextos de uso. Tomando como ponto de partida o *setting*, vimos que um *setting* psicodélico favorece experiências positivas, enquanto um *setting* proibicionista favorece experiências negativas. Em outros termos, há modos de subjetivação que são dobras do contexto da psicodelia e modos de subjetivação que são dobras do proibicionismo. A questão doravante são os modos de subjetivação resultantes da experiência de encontro com psicóticos, no contexto de grupos de intervenção sobre medicação em um serviço de saúde mental.

fora-eixo do giu

São Pedro, 26 de abril de 2011. Estamos no início do quinto encontro do GIU no CAPS Casarão da Saúde. Enquanto aguardamos a chegada dos usuários para que Jorge *dê início* ao grupo, estalo o botãozinho da caneta com a mão esquerda e olho para o caderninho, tentando pensar uma estratégia eficaz para tomar notas. Não me recordo bem agora o que ocorreu nos outros quatro encontros. Se bem que, *sim!*, estava empolgadíssimo..., embora sem saber como me assegurar do que estava fazendo lá, já que não conhecia essa função de anotador de fora-eixo, era uma coisa totalmente nova para mim e, ao mesmo tempo, soava diferente, algo meio como apontador de jogo do bicho, sei lá, isso era massa também, *outsider*. Ou nem tanto, mas lembro bem é que nos dois primeiros encontros passei a viagem toda de ônibus para São Pedro digitando sem parar no notebook, na ida e na volta. Anotava tudo o que via e sentia, em tempo real, sem parar, no notebook. No entanto, os arquivos digitais desapareceram misteriosamente, o que fez com que a partir da terceira semana eu passasse a anotar em um caderninho... De todo modo, não estava me sentindo à vontade de ficar ali com o notebook, ao longo do grupo, anotando algo como o que Solange me perguntou *o quê que ce tá anotando aí?*, e eu de repente voltando a me sentir experimentando uma vida inautêntica: *o que estou fazendo aqui? Nossa!* Às vezes me assusto quando me noto falando sozinho ou então conversando com um interlocutor imaginário. Você também tem isso? E, *olha...*, será que notaram? Já estão chegando e falando, todos, usuários, profissionais... de que estão falando? *Gente*, é Ana Lúcia!! Sim, mais uma vez é sua voz que me puxa de volta para o presente. É um presente de fato. O que ela está dizendo é que *às vezes fico parada assim, como se passasse um filme na minha frente*. “Eu também já tive isso!”, disse Matias, jovem de aproximadamente vinte anos de idade, cabelo curto e jeito de falar *assim, sabe o quê que é?*, cheio de *sabe o quê que é?* interrupções características, *sabe o quê que é?*, para pontuar o discurso *assim, deixa eu dizer... sabe o quê?*, num gaguejar do pensamento similar a uma espécie de “afinação da interioridade”, para usar expressão que é título de um curta-metragem de Roberto Berliner (2001), que circulou bastante na internet, com uma edição em que, no intervalo próprio ao tempo para responder a perguntas de jornalistas, intervalo este preenchido por longos e hesitantes *éé...*, *ahn...*, *hum...*, *mas...* aparecia como

protagonista o músico Gilberto Gil. Matias tem um jeito de falar e repetir, *assim*, um jeito com o qual foi fácil entrar em sintonia, além de certa afinidade com ciência e tecnologia (como na canção de Gil, *o cérebro eletrônico faz quase tudo*)... Naquele instante, em minha própria mente, era como se um filme tivesse acabado de ser projetado. Às vezes o filme se passa assim, de modo bem gritante, às vezes de um modo mais sutil, silencioso, embora ruidoso, como o de Gil e Caetano, em 1967, vivendo algo próximo ao vivido por Dylan em 1965, ao incorporarem a guitarra elétrica em suas apresentações no Terceiro Festival de Música Popular Brasileira da TV Record. Caetano apresentou “Alegria, alegria” acompanhado da banda de rock argentina Beat Boys e Gil apresentou “Domingo no Parque”, com arranjos orquestrais de Rogério Duprat e acompanhamento dos Mutantes, banda de rock psicodélico que iniciou suas apresentações profissionais na mesma rede de televisão, em 1966, no programa *O pequeno mundo de Ronnie Von*. Me desligo do aparelho de tevê, olho em volta e Matias está falando sem parar algo que não consigo entender muito bem, enquanto Jorge, manejando, diz *isso fez sentido pra você, né?!*, ajudando assim a afinar a interioridade da experiência psicótica.

Todos falam ao mesmo tempo: Judite, que tem uma fala calma e o costume de falar sorrindo e revirando os olhos lentamente, com um riso meio preso, como de quem está se segurando para não cair na gargalhada, enfim, Judite diz que *queria que alguém me chamasse de louca, mas ninguém... nem quando eu ando descabelada... gente, as pessoas me acham linda!, mas eu sou louca pra que alguém me chame “Você é uma doida!”*, que daí eu ia ter a resposta logo: “*sou louca por um carro do ano e por dinheeeiro* [entou esse “dinheeeiro” bem parecido com o refrão da música *money*, não do Pink Floyd, mas do Ultraje a Rigor, embora de modo um pouco mais suave, soprado e aveludado], *tem pra me dar?*”, enquanto a voz de Jorgina aos poucos vinha se somar, com um irônico *não sou louca, mas desconheço minha lucidez*, logo seguido da canção “Maluco Beleza”, do Raul Seixas *...misturada com minha lucideeeeeez...* Daí, alguns usuários começam a cantar junto em meio às falas e fica a maior loucura, maior falatório sem nexos, uma soma de vozes muito além das palavras... Rimos, em meio aos usuários, a risada comum da Loucura, partilhando de um plano de afinidade guiado celestial e infernalmente por aquela musa de Erasmo de Rotterdam (2000), teólogo humanista para quem a Loucura é a *única que pode trazer alegria aos homens e aos deuses* (p. 15).

Em certo momento, Ana Lúcia entra numa onda na qual decide se levantar e começa a narrar e imitar, de um modo cômico, os efeitos corporais da ingestão de Haldol, o remédio sobre o qual falávamos a partir de uma questão disparada pelo guia GAM-BR que vínhamos lendo com o grupo desde o segundo ou terceiro encontro dos GIUs, se não me engano, quando tinha já cópia para todo mundo *ficaaaaar, ficar com certeza Maluco Beleza...* E as pessoas continuam a cantar enquanto outras falam e não dá para entender nada direito, está tudo um tanto quanto confuso e perturbador,

não sei bem em quem prestar atenção e daí Ana Lúcia rouba a cena e, na onda de mimetizar o barato sinistro do Haldol, se levanta e começa a gesticular de um jeito super lento e desengonçado, como se estivesse dançando *break* em *stop-motion*, com a aparência de um boneco de corda, marionete ou robô em curto-circuito. Todos falam, cantam e riem ao mesmo tempo, isso aqui está mesmo uma loucura e esse *break* de Ana Lúcia opera uma espécie de ruptura, de cesura, um analisador (produtor de análise, quebra), *cut-up*, mostrando, no caso, um robotismo que, via humor, apresenta seu enorme potencial de contágio e inversão de sentido. No coletivo, o humor se espalha em ondas e sem inversão de sentido não há ondas, pois a onda é exatamente a resultante de um movimento giratório sobre um eixo retilíneo em movimento. E esse movimento giratório envolve inversão de fases.

A onda é uma dimensão impessoal do acontecimento, que se expressa ora aqui, ora ali, ora acolá, de modo oscilante, em um tipo de equilíbrio que é metaestável, pois fora dos eixos verticais e horizontais dos quais usualmente esperamos obter maior estabilidade. As ondas atravessam os corpos e perturbam sua estrutura e sua organização. As sensações são vibrações que atravessam o *corpo sem órgãos*, esta noção de corpo que, como diz Deleuze (2007), “se opõe menos aos órgãos do que à organização dos órgãos que se chama organismo. É um corpo intenso, intensivo. Ele é percorrido por uma onda que traça no corpo níveis ou limiares segundo as variações de sua amplitude. O corpo, portanto, não tem órgãos, mas limiares ou níveis” (p. 51). A onda é impessoal e vai passando por entre os limiares dos corpos, percorrendo gradientes de intensidade. Numa onda tragicômica sinistra, Ana Lúcia decide trolar o *dotô* Paulo e perguntar se ele *aguentaria tomar um haldolzinho, dotô, vai, rsrsrs... vai, dotô... um haldolzinho só, rsrsrs...* Todos riem, e Paulo ri meio constrangido, mas logo o médico mineiro diz que *ainda não tive que tomar, mas se tivesse que tomar, se um dia eu tiver que tomar, ah, eu tomaria...* Um fator interessante sobre o Paulo é que ele atende os usuários do CAPS em grupo, o que fazia de sua presença no GIU uma força para nós.

Não entendo o que disseram aqui, tá um burburinho e estou meio cansado, sem conseguir fixar muito bem a atenção em tanta fala dispersa e ainda por cima ela aqui do meu lado *eu do meu lado aprendendo a ser louco...*, os malucos lado a lado com os profissionais e pesquisadores, numa mistura tão intensa que às vezes nem sei se sou maluco também, se sou muito quadrado ou ainda se sou preocupado demais em ser isso ou aquilo, enquanto Aquino se incomoda e sai da sala praguejando, para voltar em seguida até a porta, pouco adiante, ralhando que *só tem palhaço aqui!* Parece que o falatório e o contágio maluco beleza lhe foram excessivos. O contágio não atinge a todos da mesma maneira e, por vezes, o excesso do que se contagia pode chegar a causar repulsa. Por vezes, uma maré de humor arrasta todos os presentes numa mesma onda, mas, por outras, uma pessoa decide surfar na onda, outra pega jacaré, simplesmente fura a onda, ou permanece boiando, mas, dependendo do modo como não se consegue entrar na onda, toma-se um belo de um caixote.

Foi no sexto encontro do GIU que Solange conta ter dito a uma vizinha que o guia GAM-BR não tem nada a ver com guia de macumba: *não tem pena branca, não tem tambor...* Uma coisa de interessante nisso é a modulação de sentidos aqui demarcada, pois foi a mesma Solange (ou não mais a “mesma”) que, no primeiro ou segundo encontro do GIU, se bem me lembro, quando os guias GAM-BR impressos não haviam chegado ainda, questionou-nos quando dissemos que iríamos trabalhar com um *Guia?! Que guia?! Guia de macumba?! Não quero saber mais disso não* [levantando-se e saindo], *vocês estão querendo fazer macumba aqui?* Aliás, Solange é aquela cuja participação no grupo nós bancamos com o serviço antes do primeiro GIU. Bancamos, pois dizer que pactuamos seria dizer pouco, não passaria toda a mensagem corporal de *estou lhes avisando, hein?*, notável no semblante da coordenadora do serviço, quando insistimos que seria ótimo que a Solange participasse, pelo interesse que estava demonstrando diante de nós. Como a tal pactuação foi feita na presença da Solange, pude notar, na ocasião, certa descoordenação no movimento dos músculos da face da coordenadora que me pareciam índice de constrangimento emocional ao explicar-nos que Solange já participava de muitas atividades, grupos e oficinas no serviço, justificativa pouco convincente. Sem conseguir dizer na hora, algo ali me fazia lembrar minha experiência como psicólogo, em outro CAPS, no qual era referência de cerca de 30 usuários, incluindo os mais “emblemáticos” do serviço, ou seja, os que mais agrediam, mais exigiam paciência, mais causavam confusão no serviço como no entorno, sendo ao mesmo tempo muito sedutores, atraentes, fascinantes, pela exuberância de seus gestos, musicalidade de suas falas, doçura de seu olhar. Até aí, tudo bem, não tivesse eu saído desse emprego no CAPS, poucos meses após ter sido chamado “para uma conversa” com o proprietário de uma clínica privada, que sabia ter chegado a meus ouvidos a informação sobre quem e como assassinou Ligia, uma usuária de vinte anos de idade que era referência minha no CAPS e tinha sido transferida para a clínica privada no dia de minha folga. O jeito de Solange é bem parecido com o de Ligia e os gestos involuntários da coordenadora ecoavam *flashes* da postura afetiva de profissionais de saúde mental com quem trabalhei ou fiz estágio, quando diante de usuários mais demandantes e violentos, ou os que parecem *dissimulados*. A ‘violência dos usuários’ que chega a amedrontar parte dos profissionais dos serviços não me amedrontava. Estávamos, certa feita, na oficina de corpo, quando Ligia se levantou de repente e agrediu outra usuária. Suas agressões se davam assim, repentinamente, como explosões sem sentido. Consegui notar que uns dois segundos antes de agredir, seus olhos costumavam balançar de um lado para o outro de repente, como se fossem controlados por alguma força externa a Ligia. Quando Ligia agrediu a outra usuária, me aproximei para dar algum continente e recebi um soco de Ligia no peito, cuja dor veio só depois e dura até hoje. Não sinto dor física alguma. Mas

Ligia fica arrasada quando volta a si, desesperada por ter batido em mim, mesmo dizendo que não estava chateado com ela, mas que queria muito que ela falasse um pouco pra mim do que ela sentia nesses lampejos. Ela parecia não suportar a conversa depois do que ocorreu e acabou sendo transferida para um dispositivo acolhedor de crise (sempre acionado quando ocorria uma... crise). Era sexta-feira, final do expediente. Eu não trabalhava lá às segundas. Quando, na terça-feira, fui ao dispositivo acolhedor de crise, soube que ela tinha sido transferida para uma clínica privada. *Por quê?* Disseram que ela estava muito agitada, agredindo os demais. *Como assim?! Mas isso aqui não é pra acolher crise?* Saio irritado com o contrassenso de um dispositivo acolhedor de crise ter transferido uma usuária por ela estar agitada e me programo para passar na clínica privada (em outro bairro) ao final da oficina de corpo, pois sinto um estranho aroma no ar. Mas quando concluo a oficina o que há no CAPS é silêncio. Nem as folhas das árvores, vistas pela janela da sala da coordenação, se mexiam. Ligia tinha apenas vinte anos. Como fui destacado, em seguida, pela coordenação de saúde mental do município onde trabalhava, para o acompanhamento de outra usuária na mesma clínica privada onde Ligia foi assassinada, aos poucos, o trabalho foi se tornando impraticável, tanto por boicote das ações clínicas, quanto por ameaças indiretas e também diretas; cabendo indicar, inclusive, a desesperadora relação íntima entre a coordenação de saúde mental do município, a prefeitura e a clínica privada. Saí arrasado daquele emprego, vencido por ameaças de um ambiente coronelista. O que todo constrangimento da coordenadora do CAPS Casarão da Saúde, em São Pedro da Aldeia, perante o pleito nosso e de Solange me fez lembrar é que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco.

* * *

Niterói, 28 de abril de 2011. Estávamos reunidos na UFF, o grupo de pesquisa enativos, para a supervisão coletiva seguinte ao sexto encontro do GIU da fase de validação da pesquisa GAM-BR. A equipe presente na supervisão é sempre maior que a do campo, com a presença de bolsistas de iniciação científica, de pós-graduação e colaboradores não bolsistas. Em certo momento da supervisão, Edu fala, em termos de *onda*, da maré que arrasta para baixo nosso humor ante certas intervenções de Solange, ou, em outros termos, da *dimensão impessoal do acontecimento Solange*. Sugere que nos mantenhamos atentos à questão do contágio na clínica. No mais, conversamos sobre o Conpsi – 7º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, em Salvador, no qual Edu sugere que eu apresente a ARUC, a agência internacional que financia nossa pesquisa.

Nos encontros do GIU no CAPS, por diversas vezes sentimos as relações espaço-temporais com que nos orientamos habitualmente serem perturbadas por movimentos de entrada e saída, inclusões e exclusões, abertura e fechamento do grupo. Por exemplo, no sétimo encontro, Solange sugere que confeccionemos camisas do GAM, o que nos pareceu um efeito interessante da nossa aposta em tê-la incluído no grupo. Outros usuários concordam com a proposta da camisa. Saulo, cujo jeito de falar por vezes nos remete a uma gravação de voz mecânica, diz que é bom porque *evita intrusos* no grupo. Questionamos se a função da camisa seria mesmo a de *controlar a entrada no grupo* ou a divulgação do grupo *fora do CAPS*. Em outros termos, a questão da camisa era evitar que entrasse alguém de fora ou fazer a experiência transbordar a instituição, no intuito de contagiar o território, ampliando a rede? O episódio parecia demarcar a ambiguidade da contração da grupalidade, que, ao mesmo tempo em que gera coletividade, comum, gera também sua delimitação, seus recortes e divisões, podendo resultar em identificação dos participantes e restrições ou exclusões a outros, identificados como os “de fora”. Mas o grupo se recusa a tal divisão e decide por se manter no limiar. No GIU seguinte, quem esteve fora fui eu. Por conta de uma pimenta consumida em Salvador, dois dias antes, ao final do Conpsi, não pude comparecer. O mal estar desta ausência foi bem digerido pelo coletivo de pesquisa, pois não fui o único da GAM-BR a ser atingido pelo delicioso veneno. Uma colega da pesquisa esteve lá comigo, consumiu da mesma pimenta e, ao retornar para sua cidade, chegou a ser internada por conta dos efeitos. No nono GIU, assim que o grupo começa a leitura do guia, Solange e Ana Lúcia se desentendem a tal ponto que a primeira, sentindo-se como se Ana Lúcia estivesse se referindo a ela, levanta exaltada e sai do grupo. Decido sair também e a encontro abraçando uma outra usuária enquanto as duas conversam sobre se mãe é quem sentiu as dores do parto ou se é quem cria, o que mais uma vez me remete a questões de cunho pessoal. Mais ou menos nessa época, tomo conhecimento que a coordenadora de saúde mental do município, que fez críticas ao fato de termos aceito a participação de Solange no grupo, pois ela estaria nos manipulando, citou-me em alguma ocasião como aquele que é tão manipulado pela Solange que fica saindo da sala atrás dela. Do décimo encontro não participei, pois estava em Campinas, na reunião multicêntrica da pesquisa GAM-BR, que ocorria mensalmente, com participação de pesquisadores e usuários de todos os campos. No décimo primeiro encontro, estava tão encucado a respeito do modo como vínhamos trabalhando, que, apesar de ter tomado algumas notas, só consegui registrar após a supervisão, conforme vemos a seguir.

* * *

Niterói, 9 de junho de 2011. Eis que o fora-eixo invade a UFF, atropelando outros temas e ganhando vida em uma paisagem vertiginosa, perturbando o espaço-tempo, as palavras, o ego:

Não consigo voltar para casa agora. Preciso continuar pensando nisso, preciso tomar notas... Reclamei que a supervisão vinha há bastante tempo focando exclusivamente sobre a função de manejo, a partir das narrativas, deixando as outras duas sem orientação e combinamos que a próxima supervisão iniciará pelo fora-eixo do GIU II. Penso imediatamente na questão que vinha me afligindo: há de fato um fora-eixo? é para esta função que estou indo à campo? mas qual? o que é o fora-eixo? como dar contorno ao fora? O fora tem forma? Não se trata, antes, de observar movimentos?! Penso então em algo como expulsão e inclusão, dois movimentos que envolvem o fora: um de dentro para fora, movimento expulsivo, e um de fora para dentro, movimento inclusivo. E talvez ambos os movimentos possam ser vistos também como respostas a algo sentido como invasivo, perturbador de membranas e limites... Mas o que ainda levarei bastante tempo para perceber é que talvez, então, devamos desde sempre pensarmos também um terceiro movimento, talvez até o mais importante e que de algum modo atesta a ação de um vetor que é de repulsividade do fora por relação a todo movimento de inclusão. No Anti-Édipo, Deleuze e Guattari (2010) designam esse movimento, “essa repulsão das máquinas desejantes pelo corpo sem órgãos” (p. 21), como a máquina paranoica, “a ação invasiva das máquinas desejantes sobre o corpo sem órgãos, e a reação repulsiva do corpo sem órgãos, que as sente globalmente como aparelho de perseguição”. O corpo sem órgãos, regime do fora por excelência, experimenta a força conectiva das máquinas desejantes como invasões, acionando máquinas paranoicas. E assim o fora segue se expressando.

Ando preocupado com o câncer de minha vó, e Paula de repente recebe uma notícia de falecimento na família. Atordoada com a notícia, ela pensa em ir para casa, mas não sabe ao certo o que fazer. Optamos por fazer o grupo e digo-lhe que tente ficar, que deixe para retornar de São Pedro comigo e Jorge no ônibus do mesmo horário em que sempre voltamos juntos (achei que se ela saísse no meio do GIU para voltar sozinha ficaríamos preocupadíssimos). Júlia, que está fazendo no CAPS o GIF (grupo de intervenção com familiares) com a Letícia, chega ao serviço apreensiva com o agravamento do câncer de sua avó. Uma grande onda ruim se espalhando, morte e doença se contagiando na experiência. Letícia e eu discordamos sobre Paula nos esperar para retornar ao Rio ou não. Sem muito tempo para avaliarmos amiúde a situação, iniciamos o GIU.

Cansado e preocupado em ter ou não feito uma boa sugestão a Paula, além de ter esquecido meu guia GAM-BR em casa, me desligo do manejo e tomo notas sobre nossa leitura da página 27 do guia. Diante da pergunta sobre autonomia/heteronomia “você teve escolha de tomá-los ou não?”, uma usuária começa a dizer que às vezes toma remédio, mas às vezes não toma porque “remédio é droga”. Diz “eu já tomei várias vezes. Já injetei maconha!”. Pergunto a ela se a

injeção de maconha tinha sido receitada e ela diz que “sim, meu namorado que me dava”. Em seguida emenda seu refrão: “remédio é droga”, para dizer “hoje não tomei”. Outra usuária fala em “entender o tempo do remédio. Todo mundo bebe remédio de alguma forma. Tudo tem um tempo para começar e um tempo para terminar”. Jorge fala da relação entre quantidade de remédio e qualidade de vida e eu penso em quantidade e qualidade de tempo. A violência sexual vivida por uma usuária invade os temas do GIU e então se inicia um combate verbal com outra usuária. Jorge sai com uma delas da sala e me lança subitamente para o centro do manejo do grupo; Paula me empresta seu guia e eu agora nem me recordo mais o que li na hora, não lembro muito bem; lembro apenas que enquanto isso só aumentava o entra e sai na sala; até o Paulo saiu uma hora; mais adiante, meu telefone começa a vibrar insistentemente, e minha mãe sabia que eu estava aqui em São Pedro mas tudo bem se ela não lembrasse, ainda mais rolando o câncer da minha vó; tudo ao mesmo tempo... enfim, o celular insiste em vibrar, eu não estou mais no grupo, quero atender mas não consigo, parou de tocar e eu, já fora da sala, tento então retornar a chamada para minha mãe e nada, não completa... Preocupado, insisto em ligar de volta, até que decido voltar para a sala e vejo alguns usuários saindo. Ao entrar, noto que Jorge e Paula estão de pé, se despedindo... (mas que droga é essa de fora-eixo? será simplesmente uma coleção indiferente de temas relevantes não subsumidos pelas categorias de análise previamente estabelecidas? Mas qual? [Nossa! Quantas vezes! Quero sair!]).

* * *

Uma ferramenta conceitual que veio me ajudar a pensar o papel do fora-eixo na pesquisa foi a noção de fora-texto, proposta por Rene Lourau, acerca da redação da pesquisa acadêmica para fins de publicação científica. Uma preocupação é que, na redação dos textos para divulgação de resultados de pesquisas, não se deixe de abordar coisas em geral *deixadas à sombra*, coisas *faladas apenas em corredores, cafés, ou na intimidade do casal* (1993, p. 51); em outras palavras, uma espécie de fala institucional impedida de ser ouvida de forma pública. Como torná-la audível?

Lembro de, no grupo de supervisão, Edu ter diversas vezes se referido ao fora-eixo como fora-texto, enquanto lhe dava um sentido mais amplo que o usual... Trata-se de uma mera troca fortuita de palavras? ou não seria mesmo o fora-eixo uma espécie de fora-texto? bem, agora creio que sim, mas então de que maneira isso se dá nos GIUs, uma vez que em tais grupos o fora-eixo é identificado como função específica de um de seus operadores? e outra coisa também é que fico pensando se a função responsável pelo fora-eixo não pressupõe supervisão. ou será que a clínica nos GIUs só vem se dando como função localizada no manejador? o anotador pode abrir mão de seu papel de clínico? acho, que não... mas, enfim, supondo que não, como circunscrever então um

lugar específico e localizado para o fora-eixo nos GIUs e na supervisão? Mais uma vez: como delimitar o fora, senão se colocando no limiar e observando o entra e sai? não seria papel do anotador acompanhar então movimentos de entrada e saída ao longo de cada encontro e ao longo dos encontros do GIU, momentos de invasão (de temas, pessoas etc) no grupo, que produzem ora movimentos de expulsão, ora movimentos de inclusão, ora movimentos paranoídes; enfim, o que e como passa para o interior ou é expulso da experiência com o grupo no que diz respeito à intervenção no dispositivo? e mais: se trata de olhar somente para as bordas do GIU ou também para as bordas do próprio dispositivo da pesquisa (distância física, dinheiro, desejo, funções, saídas, entradas no grupo etc)?

Pronto. Paro por aqui. Já tô há um bom tempo no Limiar (grupo de estudos aberto na UFF, no qual, a cada encontro, decide-se pela manutenção da leitura de um texto atual, apresentação de outro texto, realizada em dupla, podendo mudar a cada semana a formação das duplas e os textos, decididos no coletivo) tomando essas notas. Fazia quase um ano que não vinha aqui. Mas hoje, com esta questão do fora-eixo fervilhando, não sabia o que fazer. Esta atenção dividida entre a anotação e o Limiar me lembra algo, que tava comentando ontem com Jorge na volta de São Pedro, daquele livrinho da partilha do sensível, do Rancière... Catarina comenta justamente esse livro no Limiar... A partilha, Rancière a compreende tanto como divisão em partes exclusivas quanto como plano de compartilhamento do sensível, plano de criação de um comum, plano esse em que, para o autor, emerge a política e a estética. Levanto a mão, me comprometendo a apresentar com a Catarina o texto do Limiar da semana seguinte, do Rancière, sugerido por ela. Mas, enfim, a questão então para mim agora é saber como é que o anotador partilha o sensível da experiência do fora. Ou, em outras palavras, “como, na pesquisa GAM, fazer do fora uma experiência comum, partilhável?”).

* * *

Na terça seguinte, 14 de junho, Paula se atrasou para chegar na Rodoviária Novo Rio e, pela primeira vez, Jorge e eu conversamos, antes do encontro, sobre os passos do guia que iríamos trabalhar no GIU. Observei que tínhamos que tomar notas referentes ao manejo e/ou necessidades de alterações do GGAM-BR; afinal, estamos nos GIUs lidando com inúmeras questões de manejo, mas não podemos nos esquecer que temos outra tarefa bem precisa: a validação do Guia GAM-BR. Tinha a sensação, tanto no CAPS quanto na supervisão, de o foco da pesquisa ter sido desviado da validação do Guia, e isso acabou me atraindo mais a atenção como algo deixado de fora que a questão das drogas ilícitas. Era como se eu estivesse, aos poucos, deixando de lado a anotação do fora-eixo numa tentativa de estabelecimento de um eixo do fora. Tentar circunscrever o fora antes

de apresentá-lo no texto atrapalha a compreensão de sua emergência. Na época, eu de fato não conseguia compreender. Afinal, a GAM se propunha a pesquisar um problema colocado no contexto de usuários de medicamentos psiquiátricos em instituições de saúde mental. Conversamos sobre a importância do espaço de supervisão ser utilizado também para um melhor entendimento da função fora-texto (ou fora-eixo) do anotador, pois ainda não parecia clara o suficiente para evitar os desconfortos que vinham me causando. Uma de minhas maiores preocupações era com minha formação: *para que tipo de coisa o exercício desta atividade está me habilitando?* Pensando a respeito disso posteriormente (aliás, acabo de me dar conta que estou abrindo este parêntese exatamente três anos após a anotação da visita ao CAPS), consigo observar com mais clareza a relação entre equipamentos tecnológicos utilizados em registro e divulgação da pesquisa e a proposta de desenvolvimento de tecnologias leves (Merhy *et al*, 1997) em serviços de saúde.

Jorge e eu chegamos ao CAPS e fomos almoçar na copa, como de costume. Desde que iniciamos os GIUs, o serviço nos ofereceu quentinhas para nosso almoço. O almoço no CAPS é um momento que por vezes aproveitamos como espaço de trabalho, convívio e deliberação, entre pesquisadores e profissionais e usuários do serviço em geral (não apenas participantes dos GIUs). O espaço onde almoçamos é a copa, com uma mesa para quatro a seis lugares, dependendo de como nos ajeitamos. A copa é pequena e a conversa nesta mesa em geral gira em torno de pimenta. Aliás, como havia prometido, trouxe um molho de pimenta de Salvador e doei para nossa confraternização gastronômica no serviço; obviamente, uma pimenta bem diferente do veneno que me derrubara, um mês antes, embora tão saborosa quanto. Por vezes, falamos também do funcionamento imediato do serviço, da pesquisa, do bem estar dos usuários e quaisquer assuntos gerais que emergem no clima ameno proporcionado pelo compartilhamento do momento da refeição. Naquela terça, durante o almoço, Clara, terapeuta ocupacional que participa conosco dos GIUs, informou que em dia de reunião de equipe não consegue tempo para fazer sua oficina. Começou há pouco tempo no serviço. Quando perguntei a respeito de sua oficina, Clara disse que tem ido bem apesar da falta de material.

Após o almoço, entrei na sala onde fazemos o GIU e Solange me perguntou (olhando para o gravador em minha mão) se a gente ia filmá-la, dizendo *não quero que me filme não*. Disse-lhe que não é uma filmadora, mas um gravador de voz (estranhando o fato de que já lhes apresentamos o gravador e conversamos um bocado a respeito de gravarmos os encontros). Ela respondeu que não queria que gravasse, pois, lá fora, quando fossemos ouvir, as pessoas iriam dizer *Ela é doida...* Soube pela Letícia Renault que ela, certa feita, chegou a ir ao GIF e pisou no gravador, como uma expressão da propagação dessa onda paranoide. Solange morria de medo de um estigma que é nada menos que o estereótipo banal do maluco violento, que atua de fato nas linhas hegemônicas da produção de subjetividade. A questão no grupo seguiu com o início do décimo segundo GIU (Paula já estava presente, mas Paulo ainda não) e Maria Cristina comentou que Jorge sempre cronometra

tudo, ao que ele respondeu *isso é um gravador, não um cronômetro*. Ela se mostrou surpresa quanto à gravação. Com isso, optamos por desligar o aparelho e começamos a conversar sobre o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e o que havíamos contratado acerca da finalidade e relevância das gravações para a pesquisa, assim como do respeito ao sigilo dos usuários participantes dos GIUs. Parece que os usuários estão habituados a terem que assinar algo ou a terem algo seu registrado quando isso é para ser utilizado contra eles, poucas vezes (ou jamais) a favor. Maria Cristina disse nunca ter assinado papel algum, enquanto alguém insistia que poderíamos gravar sem problemas e Maria Cristina dizia que então não ia falar mais nada. Jorge religou o gravador, propôs seguirmos o grupo e, caso ela se sentisse à vontade, permitisse-nos trabalhar com suas falas. Logo após Solange contar um episódio em que Ana Lúcia teria sido amarrada, Paulo pede a palavra. Solange o interrompe, dizendo que *ele é maluco*, ao que Paulo, de pronto, *mas o fato de eu ser maluco me impede de falar aqui?* [ótima essa!]. A aposta da pesquisa na participação tem que ser radical e de fato inclusiva. Caso contrário, criam-se discursos identitários que se legitimam, deslegitimando outros discursos. O caso de alguém ser ou não considerado maluco não poderia ser impeditivo de sua participação.

O assunto gira em torno da questão da amarração dos pacientes em crise. Solange conta um episódio em que pegaram seu filho e se emociona bastante. Sua voz muda, fica fina, infantilizada. Yracema se solidariza e começa a chorar, contando que está na mesma situação. Judite diz que o filho está longe, mas *nem por isso* ela está chorando. Solange se irrita (noto uma mudança no olhar de Paula, indicando que também achou desagradável a intervenção antipática de Judite para com a colega de grupo). É importante atentar que o cuidado no grupo também se dá em rede.

Sugerimos o exercício da página 39 do Guia, que consiste em cada usuário marcar, dentre os recursos que podem compor a rede de apoio dos usuários (vizinhos, cursos, família, associações etc) aqueles a que tem acesso, e noto, por sobre meu ombro esquerdo, que Saulo não sublinhou a existência de terapeutas ocupacionais em sua rede. Tendo em mente que Clara trabalha no CAPS há poucos meses, pergunto a Saulo se ele *sabe sua profissão?*, ao que responde: *psicóloga?! Olhamos todos para Clara, que nos diz bem sorridente, em gestos labiais, te-ra-peu-ta-o-cu-pa-cio-nal*. Na hora, achei importante promovermos esse deslocamento na percepção do grupo em relação a ela.

Encerramos o grupo tendo chegado até a página 40 do Guia GAM-BR (o Guia possui, ao todo, 115 páginas). Ao final do encontro, enquanto tomamos café na copa, me dirijo ao Matias, pois andava com saudades de suas tiradas tecnocientíficas, para perguntar sobre sua tímida participação ultimamente no grupo e ele então pergunta como é que se faz para montar uma *rede de televisão!!* Fascinado, penso *que massa, man... Bora ver isso aí, então!* Nosso bate-papo envolveu estimativa de custos de equipamentos de áudio e vídeo, de amplificadores de sinal, antenas transmissoras, estações retransmissoras, equipe técnica e equipamentos de produção, apresentadores de programas,

documentação para obtenção de alvará do Ministério das Telecomunicações, terreno para construir a sede, o escritório e os estúdios, equipe responsável por captar recursos junto aos patrocinadores. Ele me pergunta se não daria para pedir aos patrocinadores que investissem nos equipamentos. Disse que achava difícil, pois os empresários em geral querem saber de antemão o alcance que um anúncio terá em determinado meio de comunicação. Talvez fosse mais estratégico entrar neste ramo criando um jornal ou rádio pela internet. Na ocasião de nossa conversa ainda não havia tido contato com programas de *webtv* que agora me parecem tornar absurdamente mais viáveis seus desejos (*o cérebro eletrônico faz tudo, faz quase tudo, quase tudo, mas ele é mudo...*). Matias disse então que os empresários também não investiriam em qualquer um que quisesse montar uma rede de TV senão *todo mundo ia ficar pedindo pra eles, né?! Sinto, ao final deste GIU, uma sensação de leveza.*

Ao lado dos aspectos macropolíticos dos serviços de saúde, Merhy et al. (1997) assinalam uma dimensão maleável, micropolítica, guiada pelo jogo de interesses e necessidades estabelecido entre usuários e profissionais, entre cuidados e cuidadores. Como modo de operar sobre esta dimensão, defendiam o desenvolvimento de *tecnologias leves*, relacionais, calcadas em práticas de acolhimento e constituição de vínculos. A gestão do cuidado não deveria ser encarada apenas do ponto de vista da gerência, localizada em uma função central e determinante das outras a partir de cima, mas também pela lateralização dos pontos de vista de diferentes agentes do processo, de modo a evidenciar processos deslocalizados e alheios ao centro, multideterminados por diversos interesses, afetos e decisões. Em outros termos, o cuidado se dá num plano de afinidades.

No dia 16 de junho, na UFF, Edu comenta que as supervisões estavam repetidamente começando atrasadas. Sugere pensarmos o manejo a partir da distinção entre texto (memória), contexto (observação) e fora-texto (anotação, o que, nesta ocasião, ele chama também de *plano de produção de sentido*). Segundo ele, a colheita dos dados pressupõe uma deslocalização do campo de pesquisa. É preciso pensar a operação de uma diretriz de deslocalização. Assim, a textualidade da pesquisa ganha uma complexidade na relação entre texto, contexto e fora-texto (essa dimensão franjal do tema do sentido do medicamento, que, por exemplo, vira droga). O GIU e sua franja (ou seja, 'a margem'), exigem uma análise mais delicada, uma análise das implicações de cada participante do grupo GAM: usuários, técnicos do CAPS e pesquisadores. Leio então meu texto, escrito uma semana antes, e Edu comenta os movimentos de expulsão e os de inclusão perante o que invade o GIU. Esses movimentos apresentam três direções, ou vetores: 1) vetor de inclusão participativa fomentado pelo manejo cogestivo; 2) vetor de exclusão fomentado pelos automatismos sociais e egoicos (eles são loucos, eu sou louca, eles são psicólogos e não são loucos etc); 3) vetor de repulsa paranoica do fora frente aos movimentos de inclusão. Encarregado da anotação do fora-eixo, experimento fortemente este vetor, tendo que manejar com ele: *como manejar o fora-eixo, não-localizável?* Há um tipo de inclusão que é próprio a uma matéria que “corre por fora” dos

discursos, como sugeriu-me a Letícia Renault, colega do grupo de orientação no doutorado na UFF e da equipe de pesquisa GAM-BR. Já bem próximo ao final do processo de pesquisa, andava em um impasse e Letícia partilhou a impressão de que haveria um tipo de inclusão que se faz “por fora”, como nos momentos em que algo por demais habitual é esquecido. De certo modo, isso se liga, como Edu Passos havia sugerido, à dimensão de manejo complementar ao manejo cogestivo: o manejo com o fora e que não se trata de um manejo para fora nem contra o fora, mas de um manejo que é, por definição, o exercício de análise das implicações que tendem a se manter como fora-texto da pesquisa. O manejo cogestivo, enquanto função localizada e descentralizante, visa a criação de um comum, uma contração de grupalidade. Mas nem tudo contrai: *há um resto; há pontos marginais* (não contidos na grupalização). Por isso, a grupalidade buscada não deve ser a do círculo, dentro do qual poderíamos traçar infinitos lados de um polígono nele contido (no limite dos lados do polígono circunscrito se chega ao próprio círculo, no qual o centro realiza ao máximo todo seu poder centrípeto). Sendo que, no infinito de polígonos circunscritos no círculo, já não haveria mais lado (dentro e fora), não restaria margem. Vamos para o Limiar.

* * *

16 de junho de 2011. Edu inicia o Limiar pensando a noção de comum como o que está ao lado. Suas perguntas no grupo foram *como fazer a experiência do comum sem que o polígono de n-lados perca sua margem? e como entender a multiplicação dos lados e a inclusão de n-lados sem que com isso as n-margens acabem sendo jogadas para debaixo do tapete?* Diz tratar-se de uma geometria do sensível em que temos que garantir a existência dos lados. Edu comenta o conceito de partilha do sensível como criação de dentro e fora (inclusão e exclusão) e como a priori (já lá): *é preciso garantir o incomum na comunidade para não cairmos no círculo sem exterior. Para tanto, é preciso um ethos.* Tudo começa no regime de afetabilidade: produção do comum (participação) e do incomum (partição) não se excluem, mas é preciso uma multiplicação dos lados do polígono que garanta ainda a marginalidade: *a clínica implica análise, mas não no sentido de interpretação, e sim no de quebra; no caso, quebra dos lados, intervenção que gera multiplicação das faces do polígono. Como quebrar sem abolir a singularidade? É na multiplicação dos lados do polígono que crio superfícies menores de singularidade [, mas qual?! Muito esquizitíssimo isso tudo]...*

No dia 21 de junho, ao chegarmos no CAPS, uma usuária – que ainda não tinha visto – vem me dizer que tinha sido convidada a participar no início, mas só está podendo vir agora. Jorge e eu, seguindo a deliberação do grupo, havíamos acordado que não haveria mais como toparmos a entrada de novos usuários no grupo. Em algum momento, seria preciso cessar o entra e sai, o abre e fecha. Antes de começar o GIU13, a usuária entra na sala e Jorge se dirige a ela para explicar o

motivo pelo qual o grupo já não teria como estar aberto à sua participação. Ela diz que Paulo havia lhe indicado, há dois meses, a entrada no grupo. Procuro o médico, que me diz que *o convite foi feito há dois meses; portanto... expirou.*

Penso que estamos fazendo agora um trabalho que é muito típico do próprio processo de pesquisa e que é aprender a coordenar o ritmo de trabalho que nos propomos (24 encontros do GIU) com os ritmos da instituição e dos usuários. Creio que quem vá, futuramente, aplicar o GGAM-BR não vá precisar ter o mesmo tipo de preocupação (ao menos não do mesmo modo que nós, que prestamos conta de um cronograma de pesquisa e nos deslocamos para outra cidade com verba restrita, o que restringe também a liberdade quanto ao prolongamento do trabalho com o GGAM-BR). No entanto, é curioso esse movimento de expiração, expresso no convite acima, conforme inoculou-se no trabalho do GIU em São Pedro da Aldeia e manteve-se nos encontros do grupo de pesquisa, como expressão de um vetor paranoico que sempre rondou o projeto, ao provocar o tema do fora. Ouço uma usuária gritando muito lá fora. Enquanto tomo notas, levanto a cabeça e percebo Paula fechando a porta devagar com um olhar que me inspirou a ideia de pedido de consentimento. Maria Cristina reclama do calor e pede para abrir a porta. Paula explica que fechou por conta do barulho, mas está *aberta a opiniões* (genial!). Outros usuários dizem que é melhor deixar fechada. Jorge abre a janela e Clara liga o ventilador. Negociar nem sempre é cômodo, mas estabelecer acordos é essencial para que se possa contrair uma experiência de grupalidade consistente.

Paula questiona aos usuários se a primeira pergunta da página 43¹² fez ou não sentido para eles. *Boa*, sublinha Jorge. Mais adiante, Ana Lúcia o interrompe, Jorge tenta evitar a interrupção, mas ela insiste. Jorge pede a Paula para abrir a porta e ao grupo para não dispersar, enquanto Judite embarca no papo apimentado de Ana Lúcia. Paula liga a questão das iguarias ao tema dos direitos. Paulo toma a palavra e Yracema diz que toma Gardenal desde os nove anos. Jorge pergunta se ela já tentou parar, se consegue imaginar sua vida sem a medicação. Ela diz que não consegue ficar sem remédio, não dorme sem Diazepam. Lemos a pergunta “O que você conhece sobre seus direitos?” e Jordânia, com seu típico sorriso irônico, diz *direito de tomar a medicação na hora*, na maior entrega à heteronomia de cronos, ao que Jorge responde: *estou entendendo que você, Jordânia, está falando sobre o direito a ter acesso aos medicamentos...* Essa Jorge deixou passar. O que ela tá dizendo é mais literal: ela toma direito o remédio. Logo, o único direito que reconhece é o de ter o *dever* de tomar a medicação na hora; ou seja, ela está zoando, pois é como se de fato não tivesse direito algum, embora permitir-se brincar com a heteronomia experimentada possa talvez ser considerado um exercício de resistência, de autonomia. O direito da usuária fica fora de cena ou, pelo menos, nela incluído de forma irônica. Nesse dia, volto para casa bastante cansado, com alguns problemas

12 Caso você tenha receio de procurar alguém ou alguma instituição (às vezes é um feriado, ou está muito tarde), ou mesmo se você tiver alguma dúvida mais simples, pode tentar encontrar respostas em um livro, uma revista, um jornal, um folheto ou uma página da internet. Estes materiais podem ser bastante úteis. Que tal listá-los?

em mente: marcar alguns exames clínicos que me foram solicitados desde o início de fevereiro; consertar meu PC; e o principal, visitar minha vó no INCA, pois seu estado de saúde está grave.

* * *

28 de junho de 2011. O assunto pelo qual Jorge e eu começamos nosso papo na Rodoviária Novo Rio é o do falecimento de minha avó materna quinta passada, dia seguinte a minha última visita a ela no hospital (no momento, admito não ser possível me despreocupar de minha mãe: em 2008, perdeu o irmão mais velho; em 2009, foi a vez de sua vó; em 2010, acompanhou até a morte seu marido – meu pai –, na mais absurda peregrinação hospitalar que pude vivenciar; e agora, em 2011, ela perde a mãe). *Muçurú da ké*, teria dito minha vó, sabida de muitas expressões gêge por conta dos anos de vivência no candomblé. A velha costumava utilizar várias palavras e expressões, algumas oriundas do gêge (*muçurú da ké* quer dizer “cala a boca!”, mas também “mantenha segredo”, “silêncio”..., dependendo do tom de voz em que é enunciada; *tapapé de oké* é uma interjeição do mesmo tipo do “nossa!”; *indáka de afofô* é utilizada em referência a uma pessoa que não saiba manter segredo, “linguareta”, “fofoqueira”; *aqüé matin matin* significa “não tenho dinheiro” etc), outras oriundas do bom português brasileiro, mas compondo neologismos como *donamãe* (como ela se dirigia à própria mãe) e *minhorelha* (como ela se dirigia, por vezes, a mim). Ando lembrando muito essas expressões originais dela. *Muçurú da ké*, diria minha vó.

Durante o GIU14, Jorge retoma o tema da rede de apoio e penso em minha mãe morando sozinha. Jorge pede para alguém reler o final da página 43¹³, Solange entra falando. Jorge comenta que ela *podia bater na porta antes...* e ela diz que bateu. Ele diz não ter ouvido e ela retruca *então vou sair!*, reafirmando seu perturbador modo descontínuo de participar do grupo de intervenção. Matias comenta o ocorrido: *o negócio é saber levar...*, enquanto a opinião de Ana Lúcia é mais distanciadora: *eu vou deixar a Solange para o Dr. Paulo*. O objetivo da GAM-BR é exatamente o inverso de deixar o cuidado do usuário para a autoridade médica. A partir da leitura de Judite da segunda pergunta da página 44 (*O que você conhece sobre os seus direitos no uso de medicamentos?*), Jorge comenta que a noção de “direito” está sendo compreendida no grupo no sentido de “certo”. Saulo fala do paradoxo de o remédio deixar *mais livre* e daí *começo a perder a hora*, como quem se remetesse ao primeiro bardo de uma onda psicodélica...

13 *Os direitos de quem faz tratamento.*

O uso de remédios é uma experiência que envolve o usuário, sua família e amigos, além da equipe do serviço de saúde mental. É muito bom quando você pode conversar com quem orienta o uso do seu medicamento. Conhecer os seus direitos é importante para essa conversa. A Constituição Brasileira de 1988 garante a saúde como um direito de todos. Mas o direito não é só lei. Ele é construído também no dia a dia, na relação com as pessoas. Estamos sempre nos comunicando e nos relacionando com os outros. Para exercer um direito é preciso que haja confiança nessas relações.

* * *

O dia cinco de julho estava bem frio. Antes do início do GIU15, Solange me contou ter tomado Haldol demais ontem. Jorge iniciou o grupo lembrando os últimos encontros. Solange pede para fechar a porta e reclama quando os usuários entram sem bater (Jorge tinha chamado sua atenção na semana anterior, quando ela fez isso). Em seguida, diz que *o grupo está uma merda, porque um pode fazer coisas e o outro não pode*. Ao longo do grupo, fala de modo bem bizarro, embolado, impregnado e Jorge lhe pede para limpar a garganta, puxando o pigarro. Ela fica olhando meio lesada, como se não entendesse bem o que ele tinha dito para fazer. Ele então puxa o próprio pigarro, ela imita e, em seguida, sua voz se torna menos bizarra. Jorge aproveita e pula a leitura do guia da p. 47 – que fala do direito à recusa do medicamento – para a p. 62, que define efeito terapêutico (*aquela que você espera que aconteça para lhe ajudar*) e efeito indesejável (*também chamado efeito colateral, é uma consequência negativa de tomar remédios*). Saulo diz que *mesmo que o paciente esteja se comportando radicalmente mal, ele não deve ser excluído do tratamento*.

Após este encontro, penso a respeito da questão de anotar coisas posteriormente, de memória. Creio que a proposta da função de anotação não seja bem essa. Nos dois primeiros encontros, anotava tudo direto no notebook, mas como os arquivos se perderam, optei em seguida por anotar em um caderno. Ainda assim, me sentia pouco confortável em estar em um CAPS, em presença de muita demanda clínica, e, apesar de ter me apresentado como psicólogo, passar a maior parte do tempo olhando para um papel e tomando notas. Conforme avançavam os encontros do GIU, comecei a anotar as coisas posteriormente, para ficar mais disponível para o manejo do grupo. No entanto, com o tempo, comecei a pensar que talvez o registro das memórias (função do manejador) seja de fato um trabalho que envolva uma elaboração do presente para o passado, uma vez que o registro não é feito no grupo, mas posteriormente; por outro lado, o registro do fora-texto (função do anotador), talvez seja mais um trabalho sobre o presente vivo, embora este presente vivo possua uma espessura temporal, trazendo contraído o passado no presente que passa, como, em meu caso, com a experiência do fora-eixo ecoando, por vezes, tal como uma mandinga, a ordem *muçuru da ké*, mantendo proscritas experiências psicotrópicas que estava incumbido de tornar audíveis.

* * *

No dia 12 de julho, tivemos o décimo sexto encontro do GIU. Ao longo dos encontros, minha sensação era a de estar sempre oscilando entre o primeiro e o segundo bardos da experiência psicodélica. Por vezes, os encontros no CAPS, eram vividos tal como o primeiro bardo (*Chikhai Bardo*), “período da perda do ego” (Leary; Metzner; Alpert, 1992, p. 23), como momentos em que a dissolução da identidade egoica – eu não estava lá manejando como psicólogo, mas anotando o

fora-eixo – e do espaço-tempo – entrecortado por tantas entradas e saídas, inclusões e exclusões, movimentos transversais de dentro para fora e de fora para dentro, atravessamentos políticos no campo da clínica –, ocorriam de forma tão intensa que a experiência se tornava difícil de ser anotada, narrada, descrita, pois simplesmente não vinham à mente palavras suficientemente potentes para dar voz a uma experiência vivida como desterritorializante, incomensurável, exuberante, inominável, inefável etc, e as palavras nunca darão conta: “ler este manual é extremamente útil, mas não há palavras que consigam comunicar a experiência” (p. 31). Não é fácil sustentar por muito tempo uma experiência sem eixos de apoio. O maior problema é o medo: “medo do desconhecido. Medo de perder o controle. Medo de confiar na emergência do processo e em seus companheiros” (p. 89). Não é nada fácil se manter no primeiro bardo. O mais usual, caso não se tenha o devido cuidado com a preparação (*set*) e o ambiente (*setting*), é que o ego, após certo tempo sem conseguir realizar suas funções integrativas habituais, se desespere e tente, a qualquer custo, dar algum sentido para a experiência estética perturbadora, lançando assim o sujeito em um caldeirão de delírios e alucinações, indistintos, por vezes, da experiência psicótica: segundo bardo (*Chönyd Bardo*), “período das alucinações” (p. 33), momento este no qual “se você tentar impor sua vontade, usar sua mente, racionalizar, procurar explicações, será tragado em redemoinhos alucinatórios”. É necessária uma atitude de constante abertura, de “integração passiva com tudo o que ocorre em torno”, mas “os inexperientes e aqueles para quem controle egoico é importante podem achar essa passividade impossível” (p. 34). *Have you ever been experienced? Well, I have...*

No início do GIU 16, aparecem dois novos usuários, querendo participar. Consultamos o grupo, pois ambos haviam participado antes de decidirmos pelo fechamento do grupo a novos usuários. Ana Lúcia e Judite parecem estar *mutcholôcas*, não conseguindo debater tema algum, falando todo o tempo de questões pessoais sem ligação aparente com a questão da participação ou não dos dois usuários. Tá meio difícil acompanhá-las. Maria Cristina (que também tá *crazy pra dedéu...*) diz que *é importante a pessoa ficar até o final, mas pegando no meio fica difícil de acompanhar* (isso até que fez muito sentido...). Ao fim deste debate, optamos por sua participação no grupo desde que eles assumam o compromisso de acompanhar o trabalho até o fim.

Um usuário, ao reler a página 47, cujo texto dizia respeito ao direito de recusar o tratamento medicamentoso, tem muita dificuldade em pronunciar a palavra “recusa” (o que me chama bastante a atenção), pois reflete o cotidiano, no qual é recusado ao usuário o direito de recusar o medicamento. Enquanto isso, Maria Cristina fica repetindo que *nunca tive problemas!* Quando lemos a respeito do direito que os usuários possuem de ver o seu prontuário, ela tagarela, confundindo a noção de prontuário ora com a de prognóstico, ora com a de receituário (*se você perguntar o médico diz o que você tem e ele sempre entrega o papel com a medicação. Eu sei porque eu entendo muito mais de medicina que todo mundo aqui*). A impressão de que tomo nota é

a de que ela *está insuportavelmente porralôca hoje, falando sozinha o tempo todo, repetindo seu típico cacoete de 'furar' a bochecha com o indicador enquanto arreganha e cerra a boca, além de manter o riso debochado em relação a tudo que todo mundo diz...* Sinto que está tudo doido demais por aqui, penso que talvez seja bem potente poder trabalhar no grupo de supervisão a questão da partilha desta sensação de esgotamento perante tanta maluquice... Ainda se passaria um bom tempo, até que eu ouvisse do Edu que esse esgotamento é outro vetor importante, próprio ao trabalho em saúde mental, e que pode se combinar de modo bastante perigoso com o movimento de expiração do vetor paranoico. Mas, neste momento, bem cansado, penso apenas no quão difícil tem sido este processo de validação. Tentar dar conta do trabalho de validação da versão inicial do Guia GAMBR com os usuários e profissionais do serviço parece trazer dificuldades em vários níveis (inclusive este, no qual, se entendo minha tarefa do fora-eixo como a de fazer o fora-texto da pesquisa, tenho que me permitir pôr em análise inclusive o grupo de pesquisa e supervisão), o que me deixa em uma posição bastante desconfortável, bem incômoda. *Não aguento mais!!!*, Ana Lúcia berra exatamente o que eu estava pensando. Não conseguia me sentir à vontade em meio às divisões de tarefas que envolviam esta experiência de pesquisa. É como se eu estivesse responsável por cuidar deste vetor de repulsa, algo que de fato não teria como causar muito conforto, uma vez que estava lidando com algo indigesto, algo que, ao ser incluído, insiste em provocar incômodo, enjoo. Eduardo Passos e Virgínia Kastrup (2013) apresentam uma diretriz para a tarefa de validação da pesquisa, que é o acesso ao plano coletivo de forças: “é no plano comum que reúne os participantes da pesquisa que podemos encontrar as diretrizes que orientam a investigação” (p. 393). Essa diretriz atravessa todas as etapas da pesquisa, desde “o desenho do campo problemático, o manejo com os dispositivos de produção e de análise de dados, a criação teórico-conceitual e os efeitos de intervenção, bem como a política de escrita ou da narratividade” (p. 394). A validação possui três indicadores: o acesso à experiência, a consistência cartográfica e a produção de efeitos. Os autores propõem a realização da validação em três níveis: a autoavaliação realizada pelo próprio pesquisador, a avaliação pelos participantes da pesquisa e a avaliação por pares, vindo a compor uma ideia de validação distribuída. Em torno de uma divagação infinita de Matias, o grupo se encerra de modo abrupto e, com fortíssimas dores no pescoço e na cabeça, vou para o lanchinho de confraternização (*que tal um chá...chá...chá... pra gente se achar?! Vamos tratar bem da nossa saúde!!!*, o refrão ecoando na minha cuca fundida)... O GIU esteve difícil, a ponto de eu ter voltado no ônibus cheio de mal estar.

De volta para casa, às 23h da noite, lembro que conversei com Jorge e Paula no ônibus sobre o mal-estar que senti ao final do grupo, relacionando isso de algum modo com dois outros movimentos que se cruzaram de modo bastante intenso em um único e breve, porém significativo, evento. Eu já havia notado faz tempo, mas não ainda comentado com meus compas de pesquisa, que a usuária Jorgina me fazia por demais recordar minha avó paterna, falecida quando eu tinha oito

anos de idade, em 1985. Jorgina contou ao grupo que tinha tido 10 internações e que *somente agora no Caps com o Dr. Paulo pude saber que sou bipolar*. Só ele lhe deu acesso a esta informação, o que me lembrou também que nunca soubemos o que se passou com meu pai para que, no ano passado, aos 57 anos de idade, tenha ido de uma dor e inchamento na bolsa escrotal à falência total de diversos órgãos ao longo de um período de nove meses, nove internações, inúmeras hipóteses diagnósticas, diversos procedimentos. Na volta de São Pedro, no ônibus, conversei com Paula e Jorge sobre ter marejado com os pelos arrepiados quando Jorgina contou sua experiência e, dali por diante, ter começado a me sentir bem fraco no grupo, irritadiço e impaciente. Tentei organizar estas notas à noite, em casa, chorando muito, perseguido pela lembrança insistente da médica também chorando ao me dar a notícia, uma semana antes da morte de meu pai, de que ele havia entrado em coma: *desculpa, não fazíamos ideia; achávamos que ele seria mais forte e superaria*. Mais forte, menos forte, uma questão de cálculo?! Bem, fora as paranoias de nunca ter descoberto o que rolou de fato com meu pai e a angústia ao sentir, no tom de cada médico de cada lugar novo onde era internado, a risadinha arrogante de canto de boca, usualmente seguida de um comentário jocoso sobre a direção que estava sendo dada ao tratamento anteriormente. Foi assim quase todas as vezes. Ou melhor, foi assim sete vezes, pois duas vezes ele foi reinternado em uma mesma instituição. É curioso que, nesta experiência, em relação a sua própria estratégia de tratamento, não tenhamos ouvido autocrítica de médico algum. Ou melhor, ouvi sim, mas só quando ele entrou em coma. Bem, ao menos, pude testemunhar uma profissional médica com a coragem de assumir suas limitações perante os familiares de seus pacientes. Lembro que passei uma semana sem conseguir fazer muito mais que pegar no violão e tocar, centenas de vezes, duas músicas: uma era a famosíssima “E eu gostava tanto de você”, do Tim Maia (um dos apelidos de meu pai), outra era a bem menos conhecida “Pobre, meu pai”, do Sérgio Sampaio (1973). Tomado por toda esta enxurrada de lembranças involuntárias, tentei, à noite, retomar minhas anotações e escrever sobre o que aconteceu a partir deste ponto no grupo, mas não consegui: *bad trip*. A maré não estava boa e, para tentar sustentar os paradoxos, voltei ao maldito dos malditos: *Vem, não tenha medo, a barra pode aliviar. Ou não*.

Sérgio Sampaio capta com primor a sensibilidade do contexto que Paulo Henriques Britto (2003; 2009) chamou de “virada noturna” do pós-tropicalismo em relação à tropicália. Para Britto, a tropicália apontava para uma atitude positiva, de astral para cima, tal como o que mais nos chega da contracultura americana (obs.: Britto, como diversos autores, costuma utilizar o termo contracultura como sinônimo do movimento hippie, desconsiderando, assim, contextos tais como o *underground* novaiorquino, que abordamos anteriormente; no presente texto, para todos os efeitos, o termo contracultura engloba todos os movimentos de oposição não apenas aos governos como à cultura conformada dominante), no Brasil, com o “controle quase total dos meios de comunicação nas mãos

do regime militar” (2003, p. 194), torna-se impraticável defender um projeto político-cultural para o país, dissonante com os interesses pela ditadura civil-militar, gerando assim uma atmosfera cinza chumbo produtora de uma “postura de desencantamento e desânimo”, na qual “os grandes temas nacionais ou pan-latino-americanos são substituídos por uma temática subjetiva e intimista”. Assim, “longe de tematizar o amor livre, o psicodelismo ou a contestação do sistema político, as canções pós-tropicalistas falavam de medo, solidão, derrota, exílio e loucura” (2009, p. 16).

A tropicália buscava responder tanto à intolerância do regime de ditadura civil-militar, instalado no país com o Golpe de 1964, quanto à dureza ideológica da esquerda tradicional: *se vocês forem... se vocês, em política, forem como são em estética, estamos feitos!*, gritava Caetano Veloso, em 15 de setembro de 1968, em um longo e incendiário discurso improvisado no III Festival Internacional da Canção, promovido pela Rede Globo (rede de televisão, inaugurada oficialmente em abril de 1965). Um ano após o público ter vaiado a utilização da guitarra elétrica em “Alegria, alegria” e “Domingo no Parque”, os artistas redobram em inovação e provocação (desta vez, Caetano se apresentou com os Mutantes e Gil com os Beat Boys, rebatizados de Os Bichos), tanto no visual quanto nos gestos corporal e musical. O Festival tinha uma etapa nacional e outra internacional. Embora o público tenha vaiado e xingado Caetano, em sua apresentação de “É proibido proibir” na primeira fase, o júri, “formado por pessoas mais velhas e mais cultas do que a média da plateia” (Veloso, 1997, p. 302), classificou a canção para a semifinal. No entanto, quanto à “Questão de ordem”, de Gil, os membros do júri não encontraram “referências quaisquer que os fizessem reconhecer ali sequer uma canção. E Gil foi desclassificado”. Caetano, indignado com o atraso estético das esquerdas tradicionais, decidiu dizer à plateia o que achava de sua reação. Assim que os Mutantes começaram a tocar, grande parte da plateia voltou-se de costas para o palco, e a banda, sem parar de tocar, fez o mesmo para a plateia. Logo após o refrão, Caetano começou o discurso¹⁴ em um tom tão grandioso que chegou a temer ter ido longe demais, mexendo com forças

14 Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês têm coragem de aplaudir, este ano, uma música, um tipo de música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado! São a mesma juventude que vão sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada. Hoje não tem Fernando Pessoa. Eu hoje vim dizer aqui, que quem teve coragem de assumir a estrutura de festival, não com o medo que o senhor Chico de Assis pediu, mas com a coragem, quem teve essa coragem de assumir essa estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu. Não foi ninguém, foi Gilberto Gil e fui eu! Vocês estão por fora! Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa? Que juventude é essa? Vocês jamais conterão ninguém. Vocês são iguais sabem a quem? São iguais sabem a quem? Tem som no microfone? Vocês são iguais sabem a quem? Àqueles que foram na Roda Viva e espancaram os atores! Vocês não diferem em nada deles, vocês não diferem em nada. E por falar nisso, viva Cacilda Becker! Viva Cacilda Becker! Eu tinha me comprometido a dar esse viva aqui, não tem nada a ver com vocês. O problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira. O Maranhão apresentou, este ano, uma música com arranjo de charleston. Sabem o que foi? Foi a Gabriela do ano passado, que ele não teve coragem de, no ano passado, apresentar por ser americana. Mas eu e Gil já abrimos o caminho. O que é que vocês querem? Eu vim aqui para acabar com isso! Eu quero dizer ao júri: me desclassifique. Eu não tenho nada a ver com isso. Nada a ver com isso. Gilberto Gil. Gilberto Gil está comigo, para nós acabarmos com o festival e com toda a imbecilidade que reina no Brasil. Acabar com tudo isso de uma vez. Nós só entramos no festival pra isso. Não é Gil? Não fingimos. Não fingimos aqui que desconhecemos o que seja festival, não. Ninguém nunca me ouviu falar assim. Entendeu? Eu só queria dizer isso, baby. Sabe como é?

sobrenaturais (*Deus está solto!*).

O medo “era um modo simbólico de eu me dizer que talvez tivéssemos tocado estruturas profundas da vida brasileira com enorme risco para nós” (Veloso, 1992, p. 303). Aliás, no meio do discurso, quando Caetano chama ao palco Gilberto Gil, em meio aos objetos que a plateia lhes atirava (em geral, bolas de papel, copos de plástico ou papelão), um toco de madeira acertou a perna de Gil, tirando sangue. Saíram do TUCA amedrontados. Não tardou o clima fechar totalmente no Brasil. Dois meses depois, foi criado no Brasil o Conselho Superior de Censura, sob o argumento de que notícias falsas de abusos e torturas estavam sendo divulgadas por agentes comunistas infiltrados nos meios de comunicações. O regime militar endurece, ao promulgar o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, dando poderes de exceção ao presidente para, sem qualquer apreciação judicial, decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos políticos, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão, confiscar bens considerados ilícitos e suspender a garantia de habeas-corpus. É o início de uma forte censura a centenas de livros, filmes, peças e, sobretudo, à música popular, “que havia se transformado numa trincheira de resistência” (Britto, 2009, p. 12). Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, dentre outros, são presos e exilados do país. Simultaneamente ao endurecimento do regime, e a evasão tropicalista, imagens e concepções contraculturais começavam a chegar ao país, vindas, sobretudo, dos EUA e Europa.

Enquanto, nos Estados Unidos, a caretece era atacada frontalmente pela contracultura, quando esta última chega no Brasil, encontra um cenário de desencanto, repressão e paranoia, pois os militares haviam vencido e não admitiam oposição. O vetor paranoico comparece historicamente nos momentos em que a expressão do fora fica mais intensa e extensa. No Brasil, “optar pela contracultura era assumir a derrota, a marginalização” (Britto, 2009, p. 14). Para Britto (2003), “os motivos da exclusão, do medo e da partida representam a inversão da temática social da canção dos anos 60; é transformação em pesadelo da ideia utópica de instauração de uma nova ordem social mais justa” (p. 195). Esses ares insalubres contagiaram muitos artistas, como Jards Macalé, Luiz Melodia, Raul Seixas, Walter Franco e Sérgio Sampaio, qualificados pela mídia como “malditos”.

São paradigmáticas as participações de Walter Franco e de Sergio Sampaio no VII Festival Internacional da Canção, em 1972, ano em que a Rede Globo inicia a transmissão em cores na TV brasileira, embora tal material não se encontre disponível na internet. Sob os anos de chumbo da

Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas. E vocês? Se vocês forem... se vocês, em política, forem como são em estética, estamos feitos! Me desclassifiquem junto com o Gil! junto com ele, tá entendendo? E quanto a vocês... O júri é muito simpático, mas é incompetente. Deus está solto! *Me dê um beijo meu amor, eles estão nos esperando, os automóveis ardem em chama. Derrubar as prateleiras, as estantes, as vidraças, louças, livros, sim!!! E eu digo sim! E eu digo não ao não. E eu digo proibido proibir*; fora do tom, sem melodia. Como é júri? Não acertaram? Qualificaram a melodia de Gilberto Gil? Ficaram por fora. Gil fundiu a cuca de vocês, hein? É assim que eu quero ver. Chega! (W38)

ditadura civil-militar, Walter Franco apresentava sua composição “Cabeça”, que seria lançada no álbum “Ou não” (Walter Franco, 1973), dificilmente compreensível para a sensibilidade do grande público, usualmente avesso ao diferente. Como dizia Augusto de Campos, “era música concreta *in concreto*” (Campos, 2000a), com colagens de vozes, efeitos gravados, balbucios, desconstrução da linguagem. O radicalismo estético e a bravura provocadora de Walter, ao tocar “Cabeça” sob o maior coro de vaitas do Festival, mas mantendo-se numa atitude serena (tão serena quanto viria a ter, ao cantar, no álbum *Respire fundo*, em 1978, um de seus maiores sucessos, “Coração tranquilo”: *tudo é uma questão de manter a mente quieta, a espinha ereta e o coração tranquilo*), impressionaram bastante o júri, composto por, dentre outros, Nara Leão, Julio Medaglia, Rogério Duprat, Roberto Freire e Décio Pignatari. *Como um bom provocador*, dizia Walter, em entrevista na Tv Cultura, “intencionalmente, aquilo foi uma catarse onde a vaia se transformou num instrumento, sabe, de liberação de toda aquela angústia, de toda aquela dor. O júri, era Nara Leão, Rogério... o júri se levantou e aplaudiu de pé minha apresentação” (W09). O júri indicou “Cabeça” e um samba chamado “Nó na cana”, as duas em primeiro lugar, como finalistas da etapa nacional do FIC.

Nosso ditador, à época, era o presidente Médici, mas, como diz Walter Franco, “mede-se a estatura de um homem pelos seus atos”, fazendo, com isso, o músico, uma inversão na lógica que sempre busca concentrar o poder na mão de alguns que o detém, desconsiderando, com isso, que mesmo o ditador não chegou nem se manteria tempo algum no poder caso estivesse de fato sozinho. Tampouco é suficiente chamar de regime militar uma forma de governo que só foi possível com amplo apoio de empresários. Walter diz, logo adiante, “me lembro que ainda naquela época, eu fiz a seguinte afirmação: é preciso se desmilitarizar – na época deles, hein?! – inclusive a mente dos civis! E isso não aconteceu de lá para cá”. Nara Leão, que era diretora do júri, se deu ao luxo de, em uma entrevista, criticar o regime militar. Na final do Festival, o júri foi destituído e substituído por um segundo corpo de jurados, composto por estrangeiros, que indicou duas outras músicas, “Diálogo”, samba de Baden Powel e Paulo César Pinheiro, interpretado por Cláudia Regina e Baden, e “Fio Maravilha”, de Jorge Ben, interpretado por Maria Alcina. Nenhuma saiu vitoriosa, mas Fio recebeu uma menção honrosa (embora o próprio jogador homenageado na canção tenha entrado com um processo contra o cantor, no intuito de receber pelo uso de seu nome na canção).

O maestro Rogério Duprat (espécie de “quinto Beatle”, um George Martin brasileiro, tendo sido responsável por parte considerável dos arranjos de orquestra inovadores das músicas da Tropicália), sustenta que a motivação para o júri ter sido destituído era comercial, pois “acontece que a Globo – como até agora é assim, né?! – não tinha interesse nenhum. Ela queria alguém que pudesse competir com aqueles europeus bunda-mole, aqueles caras que vinham com aquelas canções, aqueles troços horro...”, como podemos ver no documentário “Muito tudo” (2000), sobre Walter Franco. Em 2000, a Rede Globo faria um novo Festival de Música Brasileira, no qual Walter

Franco voltaria a participar com a canção “Zen” (*tá tudo tão torto mas está tudo bem, tá tudo tão turvo mas tudo está bem. Tá tudo absurdo mas tudo tão bem, tá tudo sem tempo mas tudo está zen*), que viria ainda a ser lançada no disco Tutano (2001). Por conta da fala de Duprat no documentário e desse retorno de Walter Franco, Solano Ribeiro, diretor do VII FIC e do novo Festival, em uma entrevista para a Folha, disse que a emissora recebeu e acatou pressões militares. Afirma ter decidido destituir o júri, “numa tentativa de deixar claro que militares pressionaram a Globo” (W29). Ribeiro diz que “na época, o Walter Clark [diretor da emissora] me disse, sem dar nomes, que havia chegado na Globo uma exigência dos militares para que Nara Leão fosse afastada do júri”. Ribeiro diz ter pedido demissão, mas não aceitaram e o pressionaram noite adentro, até que acatou, impondo-lhes uma condição: “eu fico, mas não sai só a Nara, sai todo o júri”, acreditando que, com isso, “criaria um 'fato político' e tornaria pública a pressão dos militares”. Coincide com a versão de Duprat, a do poeta concretista Décio Pignatari (W30), também destituído do júri: “mesmo quem não gostava muito de música experimental começou a ficar empolgado com 'Cabeça'. Naturalmente, 'Cabeça' iria para a cabeça. Chegaria, ao menos, na final ou na semifinal”. Para o poeta, a questão era de interesse ao mesmo tempo militar e capitalista. Acontece que “Cabeça” era “muito combativa. Faria a rebelião contra a música mais ou menos bem-comportada”. Décio diz que a comunicação que chegou ao júri foi que “um general telefonou, exigindo o afastamento de Nara. Não refuto que isso tenha ocorrido”. Mas, em sua opinião, a Globo já tinha preparado os prêmios e “queriam lançar a Maria Alcina (intérprete de Fio)”. Duprat não estranhava o fato de a Globo ter achado absurdo que “Cabeça” fosse classificada: “destituir o júri por conta disso é que foi uma sacanagem”. Recebeu com reservas a versão de Solano Ribeiro: “ninguém imaginava que pudesse haver alguma coisa pessoal dos 'milicos' contra a Nara Leão. Achamos que era um pouco de desculpa da Globo”, insistindo que “achei, na ocasião, que a coisa era toda comercial mesmo. Não posso garantir, porque quem vai ter acesso a quem deu a última palavra? Quem é que deu a ordem? Talvez o Solano saiba melhor do que eu. Se ele recebeu uma ordem, ele deve saber de quem”.

Não nos cabe aqui resolver a polêmica, atribuindo tudo somente à estética, ou tudo somente à política. Para o que nos interessa ressaltar, na indissociabilidade entre estética e política, é que ambas as versões são válidas: a barra estava pesadíssima. Na final da etapa nacional do VII FIC, Roberto Freire, que fazia parte do júri destituído, tentou ler um manifesto de repúdio à direção do festival, tendo sido então retirado à força do palco e espancado por militares. No mesmo festival, que não contava com os músicos exilados desde o AI-5, mas acabou lançando diversos talentos como Fagner, Raul Seixas, Alceu Valença, Ednardo e Belchior, Hermeto Pascoal foi proibido de se apresentar com animais no palco. É também curioso que, “embora a TV Globo tenha gravado ao vivo e a cores pela primeira vez um festival internacional para o Brasil e Exterior” (W31), todos os

registros de vídeo e áudio deste VII FIC tenham desaparecido misteriosamente, restando-nos disponível na internet somente o de Maria Alcina (W32). Outra revelação foi Sérgio Sampaio.

Sérgio Sampaio, capixaba de Cachoeiro do Itapemirim, cuja “carreira musical iniciou a partir do contato com Raul Seixas, então produtor musical e compositor da CBS” (Britto, 2009, p. 22), participou do VII FIC, defendendo a canção “Eu quero é botar meu bloco na rua”, que conquistou o público, de primeira, embora não tenha ficado entre as dez finalistas nacionais. Mas Nara convenceu o júri a classificar doze, “Sérgio Sampaio reapresentou sua música, e o público do Maracanãzinho cantou o estribilho num imenso coral” (p. 23): *Eu quero é botaaaaaar meu bloco na ruuuuuuu, brincaaaaa, botar pra gemer... Eu quero é botaaaaaar meu bloco na ruuuuuuu, gingaaaaar, pra dar e vender...* Embora não tenha sido uma das finalistas nacionais, “no ano seguinte, o 'Bloco' foi a música de maior sucesso no carnaval carioca”. Graças a esse sucesso, em março do ano seguinte, Sampaio lançou o álbum “Eu quero é botar meu bloco na rua” (1973).

No entanto, enquanto para outros músicos da época o qualificativo “maldito” servia para designar “artistas destoantes do *mainstream*, supostamente com pouco potencial de vendas, Sampaio, porém, parecia tomar o rótulo como uma sina existencial, uma maldição de verdade” (Britto, 2009, p. 19). Um de seus sonhos frustrados era ter uma canção sua gravada pelo conterrâneo Roberto Carlos, mas, *eu por mim queria isso e aquilo, um quilo mais daquilo, um grilo menos disso. É disso que eu preciso ou não é nada disso, eu quero é todo mundo nesse carnaval*. Ao mesmo tempo que buscava o estrelato, fugia dele, “com um misto de desprezo e pavor. Sua vida é pontuada de atitudes autodestrutivas, conflitos com gravadoras e atuações desastrosas em momentos que poderiam ter sido decisivos em sua trajetória”.

Em maio de 1973, no auge do sucesso, Sérgio Sampaio é convidado a participar do Phono 73, festival de música realizado pela Phonogram no Centro de Convenções Anhembi, em São Paulo, exibindo artistas de seu *cast*, e faz questão de realizar uma performance sensual agressiva, saindo do palco menos aplaudido do que entrou (W39). Sua ligação com a música passava pela família. Embora admirasse o trabalho musical do pai, Raul Gonçalves Sampaio, “fabricante de tamancos, compositor e maestro de banda” (Britto, 2009, p. 21), teve com este uma relação bastante conflituosa. Depois de 'Bloco' não emplacou mais sucesso algum. As vendas foram baixas. Ainda gravou outros compactos e mais dois álbuns, mas quase não encontrou ouvintes. Enquanto Walter Franco fez uma dobra positiva das vaias em sua apresentação, Sérgio não suportou bem a falta de sucesso posterior ao álbum “Eu quero é botar meu bloco na rua” (1973), que fecha com uma curtíssima homenagem ao amigo Raul Seixas, chamada “Raulzito Seixas”; precedida do *hit* “Eu quero é botar meu bloco na rua”; do samba “Odete”, em tom jocoso e misógino (*Você é mesmo carne de pescoço, você é burra como não sei o quê*), cuja frase final faz eco a um sucesso de Jorge Ben, do ano anterior (*que maravilha...*); em “Dona Maria de Lourdes” despede-se da mãe e de

Cachoeiro, embora, fora de si, não consiga se sentir habitando totalmente o Rio de Janeiro ou qualquer outro lugar (*Dona Maria de Lourdes, não espere por mim / Que eu estou no paradeiro dessa gente / Quem morreu, quem teve medo, quem ficou? / Eu estou no bar do Auzílio ou na Igreja / E onde quer que eu esteja eu não estou*); a jazzística “Não tenha medo, não! (Rua Moreira, 65)”, inspirada em “Não tenha medo”, de Caetano (*Não tenha medo não tenha medo não. Nada é pior do que tudo que você já tem no seu coração mudo*), aponta para o negativo no eu lírico (*Suje os pés na lama e venha conversar comigo*); “Viajei de trem”, privilegiando baixo, guitarra e sintetizador, trabalha com isolamento (*Um avião pousou em Marte / Mas eu só queria ficar à parte / Sorrindo, distante, de fora, no escuro / Minha lucidez nem me trouxe o futuro*) e conflito entre o desejo vital de ser bem sucedido e reconhecido, embora por uma imagem transformada, mas sem deixar de fazer o proibido (*Querida estar perto do que não devo / E ver meu retrato em alto-relevo / Exposto, sem rosto, em grandes galerias / Cortado em pedaços, servido em fatias*); “Eu sou aquele que disse”, trabalha com a loucura, tanto em um sentido patológico (*Eu sou quem pede e não manda / Mantenha distância / Da minha cabeça / Eu sou quem acha e não acha / E se fala e se cala / É debaixo da mesa*), quanto recreativo (*Aqui, meus olhos vermelhos*) e começa com piano solo, aos poucos atingindo uma massa sonora mais densa, para culminar numa dupla homenagem paradoxal, tanto a Walter Franco, que lançou naquele ano o disco “Ou não” (1973), quanto a seu frustrante ídolo Roberto Carlos (*Cante, converse comigo / Antes que eu cresça e apareça / Mesmo eu não estando em perigo / Eu quero que você me aqueça / Neste inverno, ou não / Neste inferno, ou não*); “Labirintos negros” é emblemática dos perigos que a noite na cidade guarda para os *outsiders*, marginais e malditos, dos quais tenta se excluir (*Por trás dos edifícios / Da cidade moderna / Os labirintos negros / Prendem os que esperam / A condução, ou não / A condução, ou não / A confusão, eu não, eu não*); “Pobre, meu pai”, é uma glosa (uma “resposta” musical) que toma como mote (a “pergunta”) um trecho de um Soneto de Augusto dos Anjos, chamado “A meu pai depois de morto” (*Podre, meu pai! E a mão que enchi de beijos / Roída toda de queijos / Sobre a mesa de orgíacos festins!...*), do qual extrai e varia o trecho inicial:

*Pobre, meu pai
Quatro punhos espalhados no ar
Oito olhos vigiando o quintal
E o meu coração de vidro se quebrou*

*Doido, meu pai
Sete bocas mastigando o jantar
Sete loucos entre o bem e o mal
E o meu coração de vidro
Não parou de andar*

Podre, meu pai

*A marca no meu rosto é do teu beijo fatal
O que eu levo no bolso você não sabe mais
E eu posso dormir tranquilo
Amanhã, quem sabe?*

*Hoje, meu pai
Não é uma questão de ordem ou de moral
Eu sei que eu posso até brincar o meu carnaval
Mas meu coração é outro*

*Simples, meu pai
Faça um samba enquanto o bicho não vem
Saia um pouco, ligue o rádio, meu bem
Não ligue, que a morte é certa
Não chore, que a morte é certa
Não brigue, que a morte é certa*

A canção trata da família, com suas sete bocas mastigando o jantar; da moral, em sete loucos entre o bem e o mal; da paranoia, com seus oito olhos vigiando o quintal; do rompimento com a figura paterna, que não sabe mais o que o filho leva nos bolsos; da morte, que é certa; e da música, enquanto o bicho não vem. A música, como um meio de aliviar a barra, com sua potência de alterar nosso sentido de tempo-espaço, de conduzir-nos por fluxos desterritorializantes, é clínica, sem a necessidade sequer de ser Musicoterapia. Walter Franco sempre diz buscar, através da música, viabilizar um tipo de experiência transcendental, pertencendo “a essa geração que mergulhou nesse universo todo, sabe, de uma busca de um autoconhecimento maior (...) para uma lógica mais concreta a respeito de nossa passagem por esse planeta” (W33). Walter foi do materialismo para o espiritualismo e, no caminho, mergulhou na ioga, na meditação etc. Sua ideia de desmilitarizar a mente dos civis diz respeito a acabar com a autoridade, o autoritarismo. Foi chamado de “Socialista Zen”, em entrevista concedida no Programa Jô Soares, em vinte de abril de 1990, ao que respondeu: “eu não sou nada disso não. Eu sou tudo misturado. Esse canal você pescou, mas eu sou muito tudo”. Outra característica de Walter é a desconstrução da materialidade das palavras na produção de novos sentidos, realizada, por exemplo, na canção “Eternamente”, de seu segundo álbum, “Feito gente” (1975):

eternamente
é ter na mente
ternamente
eterna mente

Mas, na última semana de “vida” de meu pai (já em coma), foi o álbum emblemático “Eu quero é botar meu bloco na rua” (1973), do Sérgio Sampaio, o que mais habitou meu violão, embora nem todas suas canções sejam tristes ou melancólicas. Voltando ao disco, cabe comentar ainda o divertido sambinha “Cala a boca, Zebedeu”, de autoria de seu pai, Raul Sampaio (*Que*

mulher danada / Essa que eu arranjei / Ela é uma jararaca, meu Deus / Com ela eu me casei / Quando está desesperada / Fala fala pra chuchu / E quando abre a matraca / Logo vem o sururu), que Sérgio escolheu estrategicamente colocar antes de “Pobre, meu pai”, no disco, que abre com “Leros e leros e boleros”, abordando conflitos entre modernidade e tradição (*Leros, boleros / Música em sua vida! / Os acordes dissonantes / Estão na raiz / Dos meus cabelos no inferno / No meu sorriso de adeus / Vou me fazer de moderno / No meu encontro com Deus*), numa imagem subversiva a todo tradicionalismo musical, ao colocar “na raiz”, “acordes dissonantes” (referência à letra de “Tropicália”, de Caetano Veloso, 1967). Mas uma faixa que resta a comentar do “Eu quero é botar meu bloco na rua” (1972) é a segunda do disco, que cairá bem como epígrafe para a seção seguinte, na qual o vetor paranoico, com seu perigoso movimento de expiração, relaciona uma experiência individual a uma experiência coletiva do terrorismo de Estado de exceção: *filme de terror*. Sérgio ainda gravou outros dois Lps: o disco *Tem que acontecer*, de 1976, que, além da faixa que dá título ao LP (*Não foi eu nem Deus, não foi você nem foi ninguém / Tudo que se ganha nessa vida é pra perder / Tem que acontecer, tem que ser assim / Nada permanece inalterado até o fim*), contava com a excelente “Que loucura” (*Fui internado ontem, na cabine 103, do Hospício do Engenho de Dentro, só comigo tinham 10... Eu tô doente do peito, eu tô doente do coração, a minha cama já virou leito, me disseram que eu perdi a razão... Eu tô maluco da ideia, guiando carro na contramão, saí do palco e fui pra plateia, saí da sala e fui pro porão*), e *Sinceramente*, em 1982, álbuns que não conseguiram repetir o sucesso do disco de estreia. Em 1994, Sérgio começou a gravar faixas para um novo álbum, “em que parecia estar recuperando algo da força do primeiro disco” (Britto, 2009, p. 92). No entanto, antes de concluir os trabalhos, “com o organismo debilitado por anos de alcoolismo, do qual só se livrara meses antes, Sérgio Sampaio sucumbiu a uma pancreatite, com menos de cinquenta anos de idade”.

* * *

Filme de Terror

Hoje está passando um filme de terror
 Na sessão das dez, um filme de terror
 Tenho os olhos muito atentos
 E os ouvidos bem abertos
 Quem sair de casa agora
 deixe os filhos com os vizinhos
 Dentro da folia, um filme de terror
 Dura um ano inteiro, o filme de terror
 E na rua, um sacrifício
 No pescoço um crucifixo
 Quem ousar sair de casa
 passe a tranca e feche o trinco

No chão do cinema Império da Tijuca
 O cemitério do Caju
 Cemitério do Caju
 No cine Império da Tijuca
 O meu sangue jorra e borra de terror
 Com que dança e ama agora o meu amor?
 Bruxas, medos e suspiros,
 dentes, pelos e vampiros
 Quem ousar deixar de lado,
 abra os olhos com os vizinhos.
 No chão do cinema Império da Tijuca
 O Cemitério do Caju
 Cemitério do Caju
 No Cine Império da Tijuca

(Sérgio Sampaio, 1973)

Nove de agosto de 2011. Acordei mais cedo que o despertador hoje. Quando meus olhos se abriram ainda não eram sete horas da manhã, sendo que só tinha conseguido pregar os olhos às quatro da madrugada. Estava muito cansado e ainda não tinha ideia do quão intenso seria o dia, pois já estou acostumado a dormir mal, comecei a ter insônia aos oito anos de idade, o que me deixava confuso, às vezes, pela manhã, e daí notei que era muito cedo também para que qualquer coisa fizesse sentido para mim, pois minha mente estava meio fraca e intermitente, até que dei um bocejo, daqueles bem contagiosos, lembrando (aliás, nunca me esquecia) que, ao longo dos GIUs, costumava acordar mal, sendo que, às vezes, não conseguia sequer pegar no sono na segunda-feira, bastante preocupado com o risco de perder a hora, o que não chegou a ocorrer em ida alguma a São Pedro (para chegar às 10h na Rodoviária Novo Rio, saía do Bairro de Fátima, onde morava, entre 9:15 e 9:30), embora ocorresse bastante nos encontros de supervisão da pesquisa, às quintas, na UFF (para chegar às 9h na supervisão, em Niterói, precisava sair do Bairro de Fátima por volta de 7:15). Fato é que o pensamento estava meio difícil de articular naquele despertar. Sentia uma defasagem entre corpo e mente, além de uma enxurrada de lembranças.

Em 1985, passei um ano morando na casa de meus avós paternos e lembro de minha avó, narrando com detalhes assustadores, como ela presenciou, ainda criança, sua própria avó sendo morta por um lobisomem. Creio que todos estavam se esforçando para me ajudar – ou melhor, para se ajudar – a superar o pânico. Era um período de intensa preocupação com a reconstrução democrática do país. 1985, momento emblemático do povo brasileiro, que retomava a vida depois do Terrorismo de Estado vivido ao longo dos anos da ditadura civil militar instaurada desde o golpe do dia primeiro de abril de 1964. Tais experiências podem deixar marcas, difíceis de cuidar. Eu mesmo comecei a me esforçar, algumas vezes ficando acordado até mais tarde com os familiares, nas noites de quinta-feira, para assistir, na sessão das dez, os filmes de terror com a família, outras

vezes desistindo de assistir e subindo sozinho para o quarto, ficando lá, no escuro, ouvindo apenas o som dos filmes de terror (*abra os olhos com os vizinhos...*). Naquele ano, lembro não entender como se comemorava que um presidente era eleito sendo que ninguém votava nele, ao menos ninguém além daquelas pessoas de terno que apareciam na televisão. Não entendia tampouco porque ele simbolizava tanta esperança, nunca entendia direito essa relação entre política e símbolo. Não entendia o que significava ele ter morrido de diverticulite. Lembro achar que ele havia morrido de tanto se divertir e daí eu ficava provocando o riso de minha prima com essa piada repetida. Minha prima e eu, nessa época, desvendamos também o mistério do “pintou, engordou!”, que a gente nem suspeitava daria em um “pintou em bordeaux”. Mas, enfim, é muito estranho mesmo que ele tenha morrido. 1985 foi também o ano da realização do primeiro festival Rock in Rio. Lembro que era criança e gostava de imitar os caras do Kiss. Colocava a língua para fora, balançava a cabeça, a mão com o sinal do *headbanger*, ouvia todo mundo dizer *é maluco!* e achava legal e tudo bem. Por volta dessa época, comecei a ouvir uma voz chamando meu nome durante a noite várias vezes e fiquei muito intrigado, uma voz suave, como se estivesse alguém do meu lado, simplesmente me convocando, em sussurro, *Sandro...* Às vezes, não era a voz chamando meu nome, mas pensamentos que não pareciam meus e não pareciam controláveis. Partilharia, décadas depois, com Carlos Castaneda (1998), que “o que eu pensava ser uma voz, era mais como alguma coisa cochichando ideias em meu ouvido. Mas isso não era certo. Alguma coisa estava *pensando* por mim. Os pensamentos eram fora de mim” (p. 151). Não conseguia entender como era possível que pensamentos, ao invés de partirem de mim, chegassem a mim. Não quis procurar tratamento médico, pois, por mais assustadora que fosse a experiência vivida, admito que tinha medo de ser medicado e perder acesso a meu radinho mental, pela esperança de um dia aprender a usar seus controles, tanto para desligá-lo e descansar o equipamento um pouco, quanto para sintonizar em outras estações, viajar pelo espaço-tempo, mergulhar na experiência, entrar em relações de devir na experiência.

No caminho para São Pedro, dentro do 1001, bocejo várias vezes e, numa delas, ainda boquiaberto, avisto, em um trecho próximo à placa “Araruama-retorno”, uma curiosa inscrição no muro lateral de uma loja (de materiais de construção, acho eu): “OS PIORERES DA HISTÓRIA DA POLÍTICA”. Comento com Paula e Jorge e rimos um bocado, repetindo várias vezes a palavra “pioreres”... Jamais iria suspeitar que anos depois Letícia nos surgiria com uma foto do local:



Figura 2 – Os pioreres da história da política

Mas, quando estávamos chegando ao CAPS, logo após atravessarmos a passarela onde o ônibus nos deixa, vejo *a... a... a...caramba! Que saco, gente, qual o nome dela mesmo?* E vejo também *o... o... o... nossa, que isso?!* É quando me apercebo de algo bem esquisito: havia, de repente, por não sei qual motivo, esquecido os nomes de todos os usuários e profissionais do CAPS, sendo que, a esta altura, já estávamos indo para o 18º encontro do GIU. Senti que isso passava bem longe de minha típica dificuldade inicial em guardar nomes novos, afinal, já os havia gravado, só não estava conseguindo encontrá-los, como se todos tivessem ido se alojar em algum ponto cego, ou surdo, de meu raio de alcance. Era como se eles tivessem começado de repente uma brincadeira de *pique-pega*, gritando: “está contigo!”. Tive que segurar a batata quente. No entanto, tentei transformar o *pique-pega* em *pique-ajuda*.¹⁵ No almoço, conversei a respeito com Jorge e Paula, tentando pensar como seria melhor nos conduzirmos na situação. Não estava muito afeito a explicar tal condição no GIU (acho que isso acabou gerando mais tensão e expectativa ainda).

É estranho que o vetor paranoico não tenha permitido tais experiências terem lugar nas rodas de supervisão da pesquisa. O material acabava não sendo levado para a análise por ninguém. Algo

15 A diferença básica entre as duas brincadeiras é que, no *pique-pega*, quando “está contigo!”, seu objetivo é correr atrás de qualquer um dos participantes e tocar-lhe. Ao fazer isso, deixa de estar contigo e passa a estar com o outro. Ao passar a responsabilidade adiante, você se livra. Todos querem se livrar e é sempre um contra todos. No *pique-ajuda*, quando alguém toca o outro, agora “está” com ambos! A dinâmica de contágio envolve corresponsabilização.

de importante se passava, mas também se expirava. Aos poucos, parece que todo o grupo fora tomado por esta onda paranoica, sem ter sabido muito bem como manejar com ela; embora nem sempre. Mas acontece que, após o almoço, enquanto Letícia e eu conversamos sobre o que estava se passando, eu especialmente preocupado com o sentido do esquecimento dos nomes enquanto Letícia se preocupava mais com o fato de que Júlia não poderia vir, por conta do agravamento do estado de saúde de sua avó, o que a levaria à necessidade de conduzir o GIF sozinha, juntos à porta que separa o corredor e o pátio interno do CAPS e de repente se aproxima um rapaz bem alto, moreno e forte, de olhar estatelado, que ainda não tinha visto no serviço; se aproxima de nós, em um movimento enrijecido, tal como uma múmia, estende a mão para mim e, sem qualquer cerimônia por estar interrompendo um assunto no qual estávamos seriamente concentrados, dirige-me a palavra: *qual é o seu nome?* Sem me dar conta ainda de que isso não era de fato uma interrupção, mas, ao contrário, uma pista, respondo que *sou Sandro, e você?* Daí ele diz *também!* e eu respondo *mentira?! O meu nome é Sandro. O seu também é?* E ele responde, meio contrariado: *você acha que eu estou mentindo?* Digo-lhe *não, claro que não! Fiquei mesmo foi surpreso com a coincidência.* Daí ele responde (ou melhor, pergunta): *você quer saber qual é o meu nome de verdade?* Respondo que *sim, de verdade! De mentira, não!* Ele repete: *meu nome de verdade?* Letícia e eu nos entreolhamos, segurando uma gargalhada louca para explodir (como se estivéssemos assistindo ao episódio do seriado mexicano Chaves, no qual o personagem vendia um suco que *parece de limão*, um que *é de limão* e um que *tem gosto de limão*), enquanto tento responder-lhe: *é, seu nome de verdade.* Ele responde: *meu nome é Alexsandro Gonçalves Magalhães. Eu tinha perdido ele lá na minha casa, fiquei procurando, procurando e não achei, mas aí deixei pra lá. Daí eu resolvi me chamar Alexandre.* Mas repete várias vezes o *Alexsandro Gonçalves Magalhães*. Despedimos-nos e vou para o grupo de intervenção.

A experiência da loucura tem frequentemente este sentido de deixar para lá, de expirar. Algo se perde de si ou tem-se ao menos uma sensação bastante convincente de que algo de si expirou, está expirando enquanto assistimos o que se passa em nós atônitos ou aterrorizados. Este talvez seja o limite instável entre uma viagem boa e uma *bad trip*. Quando o GIU18 vai começar, às 14h, por conta de uma reunião anterior (Paulo e Clara foram almoçar e não estavam presentes desde o início), o Alexandre entra na sala sem que eu perceba (pois estava tomando notas desta manhã no mínimo peculiar), Jorge se dirige a ele e Alexandre se apresenta, *meu nome é Alexsandro Gonçalves Magalhães*. Jorge o cumprimenta e tenta explicar-lhe que o grupo é fechado. Ele se senta em uma cadeira (admito que fico rindo por dentro, esperando a reação de Jorge) e se apresenta novamente: *meu nome é Alexsandro Gonçalves Magalhães*. Jorge, ainda que meio desconcertado, o acompanha até o espaço exterior, com bastante tato, tentando explicar o motivo pelo qual não seria legal ele ficar ali, e, em seguida, dá início ao grupo retomando a discussão da semana anterior.

Ana Lúcia comenta sobre estabilizadores de humor, Jorgina comenta sobre os calmantes. Alguns disseram que o haldol serve como um calmante e outros diziam que era para fazer dormir, alguns diziam que era um antipsicótico, outro que *serve pros nervos*. Jorge faz menção à página 56 do Guia GAM-BR, que lista e define os medicamentos mais comumente utilizados em psiquiatria. Judite comenta que *todo medicamento que a gente toma é uma droga. Depois que toma, a gente pode sentir tremor...* e prossegue: *esses remédios de tarja preta eu não gosto de tomar porque eu tenho medo de querer tomar para o resto da vida*. Jordânia ecoa *...pro resto da vida...* Mas Ana Lúcia pergunta: *Dr. Paulo, tem pessoas que são independentes do remédio que nem eu?* Antes que ele pudesse responder, algum usuário emenda *o remédio nada mais é que um controlador. Ele me controla*. Paulo diz *não é que a pessoa seja dependente, mas ela precisa do remédio para controlar a doença*. Em seguida, utiliza o exemplo de remédios para diabetes e pressão e eu aqui, sem conseguir controlar meu próprio sono, fico com essa questão do controle circulando na mente e, sem conseguir sequer controlar a mente, bocejo e entro numa espécie de experiência nublada, na qual sinto movimentos oscilantes entre presente, passado e futuro, conduzidos por uma voz, parecendo dizer que *a extensão lógica da pesquisa eletroencefalográfica é o biocontrole; isto é, o controle dos movimentos físicos, dos processos mentais, das reações emocionais e das impressões sensoriais aparentes através do uso de sinais bioelétricos injetados no sistema nervoso do espécime* (Burroughs, 2005, p. 171). Lembro de Matias, no primeiro ou segundo encontro do GIU, nos perguntando se estávamos *assim, sabe como é que é?*, pesquisando novos medicamentos e técnicas mais precisas *assim, mais exatas, pra que a gente consiga fazer as coisas assim com a cabeça melhor assim de uma forma mais certa, né?* Aos poucos, começa a ocorrer, em minha mente, uma mistura (com “x” mesmo), próxima a da faixa que abre o disco “Ou não” (1973), de Walter Franco, como que me narrando: *o raciocínio lento... o poço o pensamento... o olho o orifício... o passo o precipício... eu quero que esse teto caia! eu quero que esse afeto saia! eu quero que esse teto caia! eu quero que esse afeto saia, já! em vermelho natural, no rosto e no lençol, com gosto de água e sal, misturando o bem e o mal*. Lembro que, em casa, capotei de cansaço, mas sem sono.

Ao ler estas notas, Letícia lembra ter sido uma das primeiras vezes em que foi ao pátio do CAPS, que foi também uma das primeiras em que conduziria o GIF sozinha e estava, portanto, um pouco nervosa na ocasião. Júlia estava vivendo um período bastante difícil na época e precisou faltar esse dia. Letícia afirma lembrar-se por fim de minha iniciativa de cuidado com ela, quando propus (e ajudei a tomar as providências) para que ela voltasse para Niterói no mesmo ônibus que eu, Jorge e Paula, o que nunca fazíamos. Lembra Letícia de termos retornado juntos no ônibus, conversando e rindo bastante e de ter pensado “poxa, por que não fazemos isso mais vezes??!!”. Letícia vê nessas lembranças em torno desse dia algo que força a pensar o lugar do “fora” no cuidado. Como Letícia aponta, esquecer o que se faz habitualmente nem sempre é uma experiência

aterrorizante. Além do que, ainda que mediante uma experiência de aspecto atemorizante, há que se detectar os vetores em ação.

* * *

16 de agosto de 2011. Levando em consideração que o Paulo tira férias durante o mês de setembro, combinamos com ele, durante o almoço do GIU19 (que hoje estava frio), que não faremos o último encontro de setembro e deixaremos para realizá-lo no dia 5 de outubro, quando Paulo já estará de volta, pois assim podemos encerrar os encontros do GIU no CAPS com sua presença (ponto em que insisti com os colegas, por achar importante para a pesquisa). Solange reclama das pessoas que entram e saem da sala para pegar café. Judite diz que, no último encontro, somente Solange fez isso. Com isso, Solange se aborrece e sai da sala reclamando. Logo em seguida, Jorge sugere que eu vá até ela. Saio e passo um tempo com ela no corredor. Solange diz que não quer mais participar do grupo, pois o grupo só está trazendo problemas para o CAPS. Converso com ela, tentando estimulá-la a contar o que a está incomodando. Ela foge do assunto e vai para a sala do GIF. Vou junto. Logo depois, saímos e ela volta ao GIU comigo.

Na supervisão na UFF, do dia 25 de agosto, Edu ressalta a importância de retomarmos a preocupação, perdida, com a questão da validação do Guia GAM-BR. A validação da pesquisa qualitativa participativa, com ênfase nos estudos da experiência, pressupõe autenticidade e consistência, termos tomados de empréstimo de Claire Petitmengin e Michel Bitbol (2009), o que diz respeito a dois níveis da experiência (vivida e prerrepletida). Daí distinguirmos, nas falas dos usuários, profissionais, familiares e pesquisadores, um nível de *resposta automática* (automatismo), um de *controle egoico* e um de *autonomia* (Ramos, 2012). Edu fala de automatismo e controle egoico na experiência dos pesquisadores, conforme se atualizam na supervisão. Com isso, aponto também a inversão entre fora e dentro ocorrida na pesquisa: o sentido da droga (antigo fora) virou dentro, enquanto a validação (que era o objetivo principal da pesquisa) parece ter ficado de fora, ou de lado.

* * *

30 de agosto. Após o término do GIU 21, continuamos na sala Jorge, Solange, Paula, Clara e eu. Enquanto Solange solicita a Jorge um bilhete para levar para sua mãe, explicando que a prefeitura havia liberado um carro para garantir o transporte do pessoal de São Pedro para o evento “Diálogos

em Saúde Mental e Cidadania”, do GAM-BR que organizamos na UFF¹⁶ (o que também lhe garantiria o acompanhamento por uma equipe que se responsabilizaria por levar os medicamentos que ela precisa tomar à tarde), Clara se vira para mim e sussurra que a coordenadora de saúde mental do município, filha do prefeito, na época, não quer que Solange vá ao evento. A palavra “prefeito”, ligada a qualquer decisão clínica no campo da saúde mental me provoca sérios arrepios, sobretudo em se tratando de uma cidade periférica ao Rio de Janeiro, por conta do que já vivi de atravessamentos coronelistas em minha experiência de trabalho, há alguns anos atrás. Como vejo o Jorge conversando com a Solange e a Paula saindo da sala para guardar a pasta com os guias, vou imediatamente em direção a ela para partilhar a situação colocada. Ao encontrar Paulinha no corredor e dizer que queriam vetar a ida de Solange, Clara se aproxima e, no intuito de esclarecer o ocorrido, entra conosco em uma sala.

Diz-nos que a coordenadora indicou haver um incômodo pessoal com a ida de Solange, pois, no aniversário do CAPS, a usuária ficou ofendendo a ela e a seu pai. Portanto, temia que Solange pegasse o microfone e começasse a lhe denunciar e ofender no evento. Eu digo a Clara que temos que levar isso para o Edu, pois acho esta justificativa inadmissível, não havendo qualquer embasamento clínico para isso. Pergunto para Clara se essa informação é oficial e ela diz que não. Conta que foi a coordenadora do CAPS que disse na reunião de equipe que a coordenadora de saúde mental havia informado que Edu lhe telefonou, solicitando apoio da prefeitura com transporte para três usuários e dois profissionais do serviço. A coordenadora do serviço contou que a coordenadora do município não queria que Solange fosse. Clara sugere que conversemos primeiro com a coordenadora do serviço e diz que precisa sair para não perder o ônibus. Fico preocupado em saber até que ponto poderíamos abordar este assunto com a instituição, sem expor Clara a alguma arbitrariedade que sentimos pairando sobre as indicações/decisões acerca do assunto (na verdade, isso tudo me lembra o que já passei em outra cidade do interior e começo a temer também pela própria Solange). É estranho mas curioso notar o vetor paranoico operando nas posições da gestão da saúde mental em São Pedro. O trabalho em saúde mental é sempre, de algum modo, um trabalho com o fora-eixo. Afinal, a experiência da loucura é uma experiência do fora (Pelbart, 2009).

Após nos despedirmos, notamos que a situação ainda nos deixa em um impasse sobre o modo como nos dirigimos à coordenadora do serviço para abordar uma informação que, a um só tempo, tem um peso importante não apenas sobre o evento como também sobre todo nosso trabalho

16 Em 4 de novembro de 2011, ocorreu, na Universidade Federal Fluminense, o evento “Diálogos em Saúde Mental e Cidadania”, organizado por Jorge Melo e por mim, buscando traçar aproximações e distinções entre dois diferentes processos de construção de guias como ferramentas auxiliares na promoção de cidadania de usuários de serviços de saúde mental – o guia de Gestão Autônoma da Medicação e o Guia Loucura Cidadã. Atravessando a Psicologia, a Medicina e o Direito, as questões da autonomia e da cidadania de usuários de serviços de saúde mental colocam o desafio à academia de pensar com os usuários, trabalhadores e familiares e não em lugar destes. Assim, o encontro buscava lateralizar diferentes vozes no campo da saúde mental.

de pesquisa no município, assim como nos chega de modo não oficial, à boca pequena, por via da funcionária mais nova e que nos parece situada em um ponto frágil da rede de poderes evidenciada em tal episódio. Este episódio tirou todo meu interesse em colocar a questão da experiência com substâncias proscritas, reajustando meu foco para a questão da proscrição em si.

* * *

13 de setembro de 2011. GIU 23. Jorge relembra que estamos na leitura do quinto passo do Guia GAM-BR, onde se começa a fazer uma revisão e avaliação do que vem sendo discutido no grupo¹⁷. Maria Cristina chama a atenção *gente, a Solange está muito nervosa. A gente tem que ter cuidado com ela*, o que nos serve como um índice positivo da ocorrência da lateralização no grupo GAM. Nem toda ação de cuidado parte de quem é identificado como cuidador. Jorge lê a primeira pergunta da página 89¹⁸ e Solange fala do direito como forma de *um respeitar quando o outro está falando*. Mais para o final do grupo, rola a segunda pergunta da p. 90¹⁹ e Ana Lúcia diz *às vezes me sinto como se estivesse voando, num estado zen, relaxada...* Eis um dos problemas que ajudam a produzir dependência: certa sensação de bem estar provocada pela ingestão do medicamento, certa calma, certa pasmeira. Recordo até de, em um dos primeiros encontros, o Dr. Paulo se dirigir até nós, questionando a medicação de um usuário que, segundo ele, era quizumbeiro, mas também com altíssimo astral, mas hoje em dia fica assim meio só de corpo presente. Como canta Walter Franco (2001), *tá tudo tão torto mas está tudo bem / tá tudo tão turvo mas tudo está bem / tá tudo absurdo mas tudo tão bem / tá tudo sem tempo mas tudo está zen*. Jorge pergunta: *você acha que o grupo mudou a forma como você percebe sua experiência?* A questão não é respondida no momento.

Quinze dias depois, no GIU25, Solange e Maria Cristina estão discutindo amizade quando a primeira coloca sua preocupação com seus remédios caso vá para o encontro na UFF e emenda com a preocupação com sua mãe. Jorge pergunta e Solange diz que sua mãe não conseguiu operar porque sua pressão aumentou. O grupo está falando sobre dificuldades com a medicação e, ao ouvir recorrente (tal como um pêndulo) o assunto do sono, novamente inicio uma intensa batalha para manter meus próprios olhos abertos. Clara nota, sai da sala e, na volta, Neinha traz a garrafa térmica com café e começamos a servi-lo, causando inicialmente rebuliço no grupo, pois havíamos decidido

17 Relembrando, os cinco passos do Guia GAM-BR são: 1) conhecendo um pouco sobre você; 2) observando a si mesmo; 3) ampliando sua autonomia; 4) conversando sobre os medicamentos mais usados em psiquiatria; 5) por onde andamos; e 6) planejando nossas ações.

18 *Nesse mesmo passo, vimos que o direito também é construído no dia a dia, na relação com as pessoas. Então, como você tem feito para viver e exercer seus direitos? De que forma isso ajuda no seu tratamento, seu bem-estar e autonomia?*

19 *No passo 4, nos dedicamos mais detalhadamente a conhecer os medicamentos, mapeando os que você usa, fornecendo informações para ampliar sua compreensão sobre eles, como os efeitos indesejáveis que muitas vezes acompanham os terapêuticos. Trocamos ideias, demos nossa opinião e buscamos informações. Assim, buscamos conhecer sobre a experiência de cada um e de todos quanto ao uso de remédios. Depois disso, como você descreveria a experiência diária de tomar remédios?*

não servir mais café durante o andamento do grupo, por conta da dispersão que causava. Neinha, rindo, diz *hoje vamos abrir uma exceção* (me sinto grato pelo cuidado dos profissionais do CAPS comigo e admito intimamente estar precisando; feliz pela cogestão do cuidado, pela deslocalização, pelo *cuidar de quem cuida da pesquisa*). Agradeço e seguimos o grupo.

Ao final do GIU25, conversamos sobre a reunião multicêntrica que se aproximava. Vínhamos combinando no grupo que gostaríamos de contar com a presença de um ou dois usuários do CAPS em alguma reunião multicêntrica nossa. Solange se mostrou muitíssimo interessada em ir, desde o início, enquanto Matias se disse preocupado com a viagem longa e Ana Lúcia disse que só iria se fosse no Rio de Janeiro. Neste dia, antes de ir embora, Ana Lúcia se virou pra mim e disse, com um sorriso manemolente no rosto, apontando para minha camisa verde *Pink Flóóóyd!!* Sorri com ela. Mas, na quinta, 28 de setembro, quando chego no grupo de supervisão na UFF, Edu estava falando sobre suportar/dar suporte à 'onda errada', pois os automatismos sociais perante a loucura (tutela) são ainda muito diferentes da experiência da “onda”. Edu comentou que *entramos numa bad trip institucional*, o que eu chamaria de uma espécie de “virada noturna” (Britto, 2003, 2009) na experiência de pesquisa. Mas como foi ocorrer essa virada de uma experiência criativa e potente com a loucura para uma experiência de *bad trip*? O que estava em questão? Para mim, Pink Floyd.

Esclareço: Syd Barrett era o eixo criativo do Pink Floyd, tendo ouvido com atenção o que mais se fazia de inovador na música pop à época, como “*Revolver*, dos Beatles, *Fifth Dimension*, do Byrds, *Freak Out!*, do The Mothers of Invention, *Face to face*, do The Kinks, *A Love Supreme* e *Om*, de John Coltrane, e as primeiras composições de Fugs e Love” (Gilmore, 2010, p. 366). Além do que, gostava de fazer “jogos de palavras à moda de Lewis Carroll”, além de compor “músicas sobre fantasia e infância e horror e o I Ching, sempre com melodias sedutoras e intuitivas”. Segundo seus biógrafos, Mike Watkinson e Pete Anderson (2006, *tradução nossa*; 2012), Barrett era muito carismático, embora ocasionalmente “mergulhasse profundamente em si próprio e vagasse pelas montanhas perto de Cambridge ou caminhasse solitário pelos jardins botânicos da cidade” (2006, p. 27, *tradução nossa*). Aos 19 anos, Syd tomou LSD pela primeira vez, embora fumasse maconha há pelo menos dois anos. Parecia estar realmente “engajado em experimentar de tudo” (2012, p. 39).

Em 1967, *período cor de rosa* (Sissa, 1999) da experiência psicodélica (fase inicial da experiência psicotrópica, em que tudo parece fantástico e encantador), o Pink Floyd, que estava habituado a misturar covers, versões e improvisos em seus shows, decidiu gravar uma demo, a pedido dos produtores Andrew King e Pete Jenner. Escolheram “Let's Roll Another One” (Bora apertar mais um) e “I get stoned” (Eu fico chapado), uma das primeiras canções de Syd, que anunciava: *Sitting here all alone, I get stoned* (Sentado aqui sozinho, eu fico doidão). O chefe da gravadora Elektra, Joe Boyd, que era também DJ do UFO, onde o Floyd costumava tocar, decidiu

produzir um *single*: no lado B, a “Let's Roll Another One”, rebatizada de “Candy and a Currant Bin” (Docinho e um jarro de groselha), para ser mais careta e aceita pelas gravadoras e emissoras de rádio (Syd não gostou, mas Waters, que era desfavorável a consumir drogas no estúdio, o conteve); no lado A, o primeiro sucesso da banda, “Arnold Layne” (Pink Floyd, 1971), cuja letra era uma lenda que Syd espalhou sobre um homem que gostava de se vestir de mulher e roubar calcinhas nos varais de Cambridge. Barrett, “uma das primeiras pessoas a conseguir fazer sucesso com letras do tipo poemas” (p. 55), frequentemente acusava seus companheiros de banda de serem muito caretas.

Arnold Layne foi sucesso, colocando o Pink Floyd no top 20 das paradas britânicas. Mas o que é o sucesso? O ponto de chegada de um artista popular? O sucesso, no sentido de fama, é o objetivo último? Mais: o sucesso garante o bem estar? Existe um ponto a partir do qual podemos considerar que um jogo de forças está ganho de uma vez por todas? O sucesso popular de “Eu quero é botar meu bloco na rua” e o fiasco de “Cabeça”, diante do mesmo público do VII FIC e da simpática Nara Leão, com o júri especial que dirigia, em 1972, definiram os consequentes sucessos e fracassos dos compositores? Ou a relação não seria muito mais paradoxal? Walter Franco se queixa que o rótulo de maldito somente lhe atrapalha; não tira vantagem comercial ou artística alguma desse tipo de provocação a seu trabalho, embora também o veja como *provocador* (W09). No entanto, parece que a relação de Sampaio com a resposta direta do público fragilizou sua confiança no potencial transformador do próprio processo composicional. Transpondo para outro contexto, poderíamos perguntar se o fato de a Redução de Danos ter se tornado, em 2003, um eixo articulador das políticas públicas para usuários de álcool e outras drogas representa uma vitória absoluta, o fim de todo conflito. Podemos dizer que a Redução de Danos venceu? Tornou-se hegemônica? Acabaram-se as contradições? Paz e amor? Creio que não. Obter sucesso, ser bem sucedido em algo, não é sinônimo de descansar pelo trabalho já realizado, mas talvez de conseguir trabalhar nas condições pelas quais se luta. Luta e trabalho não cessam, assim como ocorreu com o próprio Floyd, onde, “com o estrelato imediato” (Watkinson; Anderson, 2006, p. 53), logo “vieram as pressões que o acompanham”, tendo a vida criativa sido gloriosa por um curto período de tempo.

Uma das maiores ambições de Syd Barrett foram atingidas no dia seis de abril de 1967, quando tocaram pela primeira vez no *Top of the Pops*, “o maior programa musical da parada de sucessos britânica até os dias atuais” (Watkinson; Anderson, 2012, p. 56). Na mesma noite, caíram na estrada para uma série de compromissos, sendo que, no dia 29 de abril, foram a principal atração no Alexandra Palace, em Londres, durante o “The 14 Hour Technicolor Dream”, evento montado para levantar fundos para o jornal independente *International Times* (fundado por Barry Miles), que passava por problemas financeiros. Cerca de quarentas grupos tocaram no evento e “a performance do Pink Floyd no Technicolor Dream é lembrada como um dos momentos seminais de 1967 e do Verão do Amor” (A Technicolor Dream, dvd, 2008). Acontece que, enquanto isso, mantendo-se a

maior parte do tempo sob o efeito de LSD, o comportamento de Syd ia se tornando cada vez mais imprevisível: “as visões celestiais e infernais que criava inspiravam muito seu processo composicional, mas a droga também estava catalisando sua autodestruição” (Watkinson; Anderson, 2006, p. 57). É curioso que os demais membros do Floyd, apesar de fumarem maconha às vezes e terem chegado a experimentar LSD, encontravam nas bebidas alcoólicas sua recreação psicotrópica predileta. Já Barrett era um entusiasta do LSD. Há rumores de que Syd morou no apartamento de cima do primeiro distribuidor de LSD do Reino Unido, além de um amigo muito próximo de Syd, de Cambridge, ter sido “o primeiro homem na Grã-Bretanha a ser condenado por posse de ácido, assim que isso se tornou ilegal” (*id.*, 2012, p. 60). Pena que o LSD-25 tampouco lhe bastasse e Syd permanecesse todo o tempo em busca de algo mais forte. Como diz Mike Leonard, proprietário do imóvel de Nick Mason, Roger Waters, Bob Klose e Syd Barrett, no início dos anos 1960, quando a banda chegou a se chamar Leonard's Lodgers, *pelo que sei, eles experimentaram LSD e ficou nisso. Pois Syd era mais criativo que isso. Ele se juntava com um farmacêutico tentando muitas combinações, infelizmente* (The Pink Floyd & Syd Barrett Story, DVD, 2001).

O Pink Floyd assinou contrato com a gravadora EMI, que substituiu Joe Boyd por um produtor da casa, Norman Smith (que havia produzido todos os discos dos Beatles gravados nos estúdios da EMI até 1965), para a produção musical do primeiro disco da banda, “*The piper at the gates of dawn*” (1967), cujo título (O flautista nos portões da aurora) foi extraído de um capítulo da fantástica obra *The wind in the wilows* (O vento nos salgueiros), de Kenneth Grahame (2010, tradução nossa). O campo excuso de interesses que permeiam as relações com a indústria fonográfica fica patente quando, ao entrarem nos estúdios da Abbey Road com Norman Smith, gastam uma fortuna da EMI “na tentativa desesperada de recriar o som que Boyd tinha feito sem nenhum esforço” (Watkinson; Anderson, 2012, p. 63). Enquanto o Floyd gravava seu álbum de estreia nos estúdios dois e três, os Beatles estavam na sala ao lado, terminando *Sgt. Peppers Lonely Hearts Club Band* (1967). Smith teria dito que “Syd parecia se empolgar mais com a possibilidade de encontrar os Beatles do que com o fato de estar gravando com o Floyd” (Watkinson; Anderson, 2012, p. 68). *Piper* é atualmente considerado um dos melhores discos de todos os tempos, carro-chefe da psicodelia britânica.

Por volta de agosto de 1967, “no furor do lançamento, existiam rumores de que as coisas não iam bem entre os membros do Floyd” (Watkinson; Anderson, 2012, p. 73). Syd começa a mostrar sérios problemas mentais: “ele estava sofrendo de exaustão nervosa, o que forçou o grupo a cancelar todos os seus compromissos até o final do mês, perdendo quatro mil libras”. Todos tiraram uns dias para relaxar. O grupo marcou uma consulta para Syd com o psiquiatra Ronald Laing, com a ótima reputação que possuía “em razão de sua nova abordagem da loucura” (Miles, 2010, p. 154), e Barrett foi “levado até a porta do consultório, mas se recusou a descer do carro” (Gilmore, 2010, p.

370). Quando o psiquiatra ouviu uma fita com entrevistas de Barrett, disse que seu problema era “provavelmente incurável” (Miles, 2010, p. 154). Ao menos no *setting* em que estava imerso, pois, como observou Nick Mason, baterista do Floyd, “sim, Syd podia estar perturbado, ou até louco. Mas talvez nós é que estivéssemos causando o problema com nosso desejo de sucesso, forçando Syd a acompanhar nossa ambição. Talvez Syd estivesse cercado de loucos” (Gilmore, 2010, p. 370).

Barrett foi utilizado muitas vezes pelos proibicionistas como um exemplo de que o LSD faz as pessoas enlouquecerem. A opinião do tecladista Rick Wright é que “as drogas não causam essas coisas. Drogas são apenas um catalisador, se você preferir. Tem que ter algo lá no teu cérebro, antes de tudo – por exemplo, algumas pessoas podem tomar ácido todos os dias de suas vidas e se saírem bem” (Watkinson; Anderson, 2006, p. 124). Como dissemos anteriormente, no início da década de 1950, Humphrey Osmond havia observado uma semelhança estrutural entre as moléculas da mescalina e da adrenalina, chamando a atenção para o aspecto bioquímico da esquizofrenia. Segundo Miles (2010), Osmond fez essas observações quando trabalhava com John Smythies no St. George's Hospital, concluindo que “um defeito no metabolismo da adrenalina no cérebro pode produzir compostos similares à mescalina e, portanto, psicose” (p. 154). Um desses compostos seria o adrenocromo, com efeito mais próximo à experiência da psicose que a mescalina e cujos sintomas “incluem uma perturbação da imagem do corpo e extrema desordem de pensamentos” (p. 155). Mas o fato mais intrigante dizia respeito ao uso do estroboscópio: “Smythies, trabalhando no Laboratório de Psicologia da Universidade de Cambridge, relatou ao *British Journal of Psychology* que a luz estroboscópica potencializava os efeitos de drogas alucinógenas como a mescalina”.

Stanislav Groff está entre os primeiros que buscaram examinar o efeito da luz estroboscópica nas experiências com LSD, tendo se sentido lançado para fora do corpo pela luz, quando esta foi introduzida em um experimento (Miles, 2010). Huxley (1966) observou os efeitos do estroboscópio sem ingestão de drogas. Enquanto os membros do Floyd tocavam sob o efeito das luzes estroboscópicas constantes, Syd ainda o fazia sob efeito de alucinógenos:

O show de luzes precisava piscar entre oito e treze ciclos por segundo (variação alfa) para aumentar o efeito, uma ocorrência provável em virtude da quantidade de projetores que eles usavam, mas não era um efeito constante que pudesse explicar por que o comportamento de Syd era inconsistente: às vezes, total desorientação, outras, momentos de brilho. O fato extraordinário era que, na melhor das hipóteses, as próprias luzes da banda faziam com que Syd ficasse desorientado no palco, piorando o estado provocado pelas drogas; e na pior, era possível que o próprio aro de luz do Pink Floyd estivesse levando Syd à loucura porque estimulava a produção de adrenocromo em seu corpo (Miles, 2010, p. 155).

O produtor Andrew King, empenhado em promover o álbum de estreia da banda, “agendou três noites, dias 25, 27 e 28 de outubro, no Fillmore West de Bill Graham, em São Francisco” (Watkinson; Anderson, 2012, p. 75), além de algumas aparições na TV. Desastre total. King fora na

frente e soubera que o Floyd teria problemas para ir, o que os tornaria a primeira banda a não comparecer no Fillmore West, deixando Graham enlouquecido. King resolveu tudo correndo, mas, quando o Floyd chegou em São Francisco, o fato de abrirem apresentações de *blues-rock*, como Richie Havens e o Big Brother and the Holding Company, de Janis Joplin, não os animou em nada, pois queriam fazer algo diferente: “não é de se espantar que tenham se saído mal” (p. 76). Além disso, anunciados como “Os Reis das Luzes da Inglaterra” (Miles, 2010, p. 156), seus jogos de luz pareciam uma piada perto da produção tecnológica que havia lá. Conforme a turnê avançava, Syd se desintegrava cada vez mais. Os programas de televisão foram ainda piores: em um deles, o grupo ia dublar a canção “See Emily Play”, mas sempre que o diretor dizia “gravando!”, Syd ficava imóvel. “Corta!” era a palavra mágica para fazer Syd voltar a falar, se mexer e dizer “ok, ok... vamos lá!”, mas daí quando rolava novamente o “gravando!”, Syd voltava a permanecer imóvel (por fim, filmaram Roger Waters dublando, para salvar o programa); em outro programa, não respondia as perguntas, ficava apenas olhando fixamente o entrevistador; em um terceiro, saiu repentinamente. Havia uma série de shows agendados também na Costa Leste, que nunca viu o Floyd de Syd.

David Gilmour foi convidado a entrar no grupo, em dezembro de 1967, na tentativa de contornar os problemas com Syd, pois simplesmente não sabiam o que fazer com a crise da maior força criativa do grupo, no momento em que este começava a obter o sucesso que tanto buscava. O álbum seguinte, “*A Saucerful of Secrets*” (1968), conta com uma música apenas de Barrett, “Jugband Blues”, emblemática de seu estado mental: *It's awfully considerate of you think of me here, / And I'm most obliged to you for making it clear / ...that I'm not here / And I'm wondering who could be writing this song* (É muita consideração sua pensar em mim aqui / E eu agradeço muito por deixarem claro / ...que eu não estou aqui / E imagino quem poderia estar escrevendo esta canção...). O último verso da canção, que é também o último verso do álbum e da carreira de Syd com o Floyd, perguntava: *And what's exactly is a joke?* (E o que é exatamente uma piada?). Analisando retroativamente, Pete Jenner considera-se responsável em parte pelo agravamento de seus problemas: “uma das coisas de que me arrependo hoje em dia é de ter exigido tanto dele. Ele escreveu ‘*See Emily Play*’ e de repente tudo tinha que ser encarado em termos comerciais. Acho que o levamos a um estado de paranoia sobre ter que produzir outro sucesso” (Watkinson; Anderson, 2012, p. 79). Daí, em certo momento, simplesmente “esqueceram” de levar Syd em uma turnê.

Por volta de 1971, a figura criativa e enigmática de Syd, agora um ex-Floyd, já era objeto de culto nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, inclusive com rumores sobre estar morto, preso ou vegetando. Intrigada com várias reportagens a respeito, a revista *Rolling Stone*, enviou a Cambridge um repórter que escreveu que Barrett estava vivo e feliz, “tão confuso quanto sempre” (Watkinson; Anderson, 2006, p. 105). O repórter transcreveu algumas falas de Syd, sobre como se sentia “desaparecendo... evitando a maioria das coisas (...) Desculpe se não estou conseguindo falar

de modo muito coerente mas você sabe, bicho, que eu sou totalmente consistente”. Ao fim da entrevista, Barrett andou em direção ao jardim, se espreguiçou num banco de madeira e resumiu o encontro: “não acho que eu seja uma pessoa muito fácil de se falar a respeito. Tenho uma mente muito irregular, mas não sou nada daquilo que vocês acham que eu sou” (p. 106).

Syd Barrett acabou se tornando uma lenda e seus fãs mais incoerentes uma ameaça à sua saúde. Recluso por décadas, foi não apenas cultuado, como teve os arredores de sua casa visitados por ocasionais peregrinos em busca de seu guru. Algo com o que ele, ao longo dos anos 1970, já não conseguia mais se parecer. David Gilmour, que o substituiu na banda, tem motivos de sobra para se sentir incomodado em sua posição: a do caretão que substituiu o hipster. No entanto, fora a conturbada relação entre os dois (eram amigos na juventude, mas, após sair do Floyd, Syd começou a frequentar os shows da banda e parar diante de Gilmour, encarando-o; por vezes, levava a guitarra como se fosse tocar), Gilmour, numa entrevista, em 1982, demonstra sua preocupação com os fãs:

É triste que essas pessoas pensem que ele é um sujeito tão maravilhoso, uma lenda viva. Tem certas coisas dentro dele descontroladas, com as quais não consegue lidar e as pessoas pensam que isso é fantástico, maravilhoso, uma coisa romântica. É algo muito, muito triste, uma pessoa tão legal e talentosa que simplesmente se desintegra. A história de Syd é uma história triste, romantizada por pessoas que não conhecem nada a respeito. Fizeram dela uma coisa legal, mas não é assim (Watkinson; Anderson, 2012, p. 135).

Após sair do Floyd, Syd gravou dois álbuns: *The Madcap Laughs* (1970a) e *Barrett* (1970b), em grande parte produzidos por integrantes do Floyd, tendo contado também com participações de integrantes do Soft Machine, do Humble Pie e do Joker's Wild. Segundo Rosemary, sua irmã mais nova, Syd nunca mais fez música depois de meados dos anos 1970, mas retornou às artes plásticas e gostava de cozinhar. Chegou a passar um breve período no Hospital Psiquiátrico Fullbourne, em Cambridgeshire, onde sugerem que “ele tomava o antipsicótico clorpromazina para controlar os eventuais acessos de raiva” (Watkinson; Anderson, 2006, p. 157). Foi sugerido também que ele sofresse de Síndrome de Asperger, “uma forma de autismo na qual seus portadores apresentam marcantes deficiências em tarefas sociais e dificuldade em lidar com mudanças”, além de serem, por vezes, “altamente sensíveis a ruídos e se incomodarem por sons ou luzes que ninguém mais ouve ou vê” (p.158). No início dos anos 1980, a persistência dos fanáticos acabou tornando-o uma pessoa mais isolada, buscando ir cada vez mais em direção a uma existência anônima, invisível. Nos anos 2000, a saúde se debilitou bastante e Syd faleceu em 7 de julho de 2006. Como afirma Erin Kealey (2010), “ele pareceu iniciar sua queda no minuto em que começou a brilhar. O tempo que isso levou para se consumir pode ter sido mais do que uma simples coincidência” (p. 263). O uso de sua derrocada como alerta para os riscos do uso de LSD não dá a mínima conta do fato de Albert Hofmann ter vivido até 2008, lúcido e produtivo, tendo falecido aos 103 anos de idade. Este

ponto, no entanto, é de suma importância ser considerado em nossa aposta, que não pode ser confundida tampouco com um elogio ao excesso, o que implicaria, ao contrário do que costuma imaginar o senso comum, abrir mão do cuidado, da produção de autonomia e consequente entrega ao controle, à heteronomia. Mas não se trata de apostar na margem pela margem, no excesso, na ausência de eixo ou o que mais lhe pareça, mas a preocupação constante é sim com o cuidado dos usuários de psicotrópicos. Se Gilmour mostra, por um lado, uma preocupação de que não tomemos Syd Barrett como um ídolo e aí vemos uma ética de redução de danos é porque não ousamos cair no lado oposto de olharmos para sua obra sob as lentes paranoicas da patologia.

Minha camisa com a estampa da capa do *Piper at the Gates of Dawn* (1967), com Syd Barrett, Roger Waters, Richard Wright e Nick Mason, me parece, muito mais que uma simples coincidência, uma pista para entender de que maneira foi se produzindo tamanho mal estar em minha experiência de anotação do fora-eixo. É importante distinguirmos aqui o que em outro lugar (Rodrigues, 2011) chamamos um devir-louco, ou seja, uma relação de fluidez criativa com linhas delirantes, a loucura como processo, distinta, portanto, de um destino psiquiatrizado do louco (Rauter, 2000). Em certo momento, a empolgação do coletivo GAM-BR com o sucesso da estratégia começou a me provocar um contágio às avessas, uma repulsa, um movimento repulsivo por relação aos constantes movimentos de inclusão e participação. A questão da *bad trip institucional*, a que Edu se remete, diz respeito, a meu ver, sobretudo, ao *setting*, ao funcionamento das instituições em torno da loucura. A *bad trip institucional* diz respeito a uma relação de tropismo negativo entre *set* e *setting*. O fora-eixo, por vezes, põe-se a operar na *bad trip*, no mal estar. Faz parte do que aqui estudamos pensarmos o mal estar como um dos polos da experiência psicodélica, característico do inferno no qual a subjetividade pode vir a mergulhar em uma viagem psiconáutica. A experiência intensiva envolve sempre oscilações entre esses dois polos, infernal e celestial, paranoide e transcendental, redutor e ampliador etc. Mas como se dão as passagens de um a outro?

* * *

O GIU já se aproxima de seus últimos encontros. Tivemos que fazer um pouco mais do que havíamos programado a princípio. Em 11 de outubro, tivemos o vigésimo sexto encontro, no qual outro episódio psicodélico viria questionar-me a identidade, como já ocorrera antes. O grupo estava trabalhando com as bulas dos medicamentos. Enquanto conversamos sobre a bula do Haldol, Jane, uma usuária que não faz parte do grupo, para na porta e começa a falar sobre os efeitos do remédio, ao que eu, esgotado de tanto entra e sai, com uma sensação enorme de inconstância, logo respondo que *o grupo já está funcionando fechado há um bom tempo e, portanto, nos dê licença, por favor*. Ela sai da porta sem tirar do rosto o sorriso usual (lembro que ela já tinha vindo uma vez ao GIU tentando participar e, quando lhe dissemos que o grupo já não estava mais aberto a novas

participações, saiu mantendo o sorriso no rosto, ao mesmo tempo em que dizia coisas do tipo *Deus é maior. Ele sabe que eu teria muito a ajudar*). Alguns minutos adiante, ela passa pelo corredor, agora transtornada, maldizendo os pesquisadores e a pesquisa. Clara sai e vai em sua direção. Sigo logo atrás, entendendo que minha fala despertou isso nela, mas a terapeuta ocupacional entra com ela muito rapidamente em uma sala de atendimento e fecha a porta. Quando Clara retorna, sugere que eu saia do grupo e vá lá conversar com Jane: *acho que o que mais chateou ela foi o modo como você falou...* Na hora me recordo mais de ter baixado a cabeça constrangido em dizer algo desagradável – e portanto difícil para mim de dizer – do que ter falado em um tom agressivo. Mas entendo que poderia haver uma grande distância entre o que penso ter feito e o que os demais perceberam. E, neste caso, cabe uma tentativa de reposicionamento das impressões. Saio então para conversar com ela, e me dirijo até ela para me desculpar pelo modo impaciente como me expressei.

Jane me recebe bem e chora enquanto ressalto que entendia que o jeito como falei foi ruim e a deixou chateada. Ela sorri e passa em seguida a falar das três faculdades que cursou (química, administração e não me lembro a outra), sobre a dificuldade de suas experiências de vida e sobre o quanto sabe que poderia contribuir para nossa discussão pelo fato de tomar remédio há muito tempo. Diz que o que mais lhe chateou foi o fato de saber que poderia ajudar, mas que sua ajuda foi considerada irrelevante, não interessante. Nesse momento, me sinto muito próximo a ela, angustiado pelas vezes em que estive no grupo de supervisão da pesquisa, tentando passar uma impressão diferente daquela passada pelo manejo, no entanto, bastante preocupado com qualquer crítica infeliz a uma atividade que estava sendo exercida por outro pesquisador, Jorge, embora, antes de me passarem para o fora-eixo, fosse tarefa minha. Nos encontros de supervisão, sentia, por vezes, que tinha muito a contribuir, mas não encontrava receptividade. Por vezes, sentia minha fala desautorizada. Por outro lado, tinha também dificuldade em falar sobre certos incômodos, muitas vezes por conta de ter claro para mim que abrir mão da função de manejo do grupo (com a qual tinha experiência em saúde mental) para ficar ali no CAPS, anotando sem parar, algo que nem eu sabia muito bem o que era, ou porque era feito, era uma situação desagradável. Jane diz também que sempre se sentiu sozinha, que tem insônia desde a infância, que não tem com quem contar e que está ciente que somos *meninos de boa vontade*. Insisto em dizer que mesmo com boa vontade podemos falhar, como neste caso, em que não tive bom tato para falar com ela.

Jane passa então a me contar de seus primeiros atendimentos psiquiátricos, na época em que era conhecida como “a louca de Cabo Frio” (lembro que parte considerável dos usuários de quem fui referência, quando trabalhei em um CAPS, tinham apelidos espalhafatosos como este): *ele tinha 27 anos e eu tinha 11. Ele me atendeu por cinco anos. Ele era índio assim que nem você. Nunca me passou um lítio, um haldol, nada disso; ele me sugeriu foi fazer esportes. Ele nem deve mais se lembrar de mim, a não ser que eu vá até ele. Mas, se você procurá-lo, ele vai te ajudar. Não*

entendo exatamente se ela está sugerindo que ele possa me falar a respeito dela, me orientar, me atender, ou simplesmente me inspirar, pois ela ressalta bastante minha semelhança física com ele, *meio índio, meio...* (ela não completa, mas penso: *negro?!).* Em seguida, me conta de outro psiquiatra (sem dizer o nome), que depois começou a lhe receitar lítio: *tomei tanto lítio que minha urina fede; está podre. Eu preciso fazer algo para resolver isso.* Temos esta conversa enquanto caminhamos ao longo do corredor, desde próximo à sala onde ocorre o GIF até a entrada do CAPS. Ela então se despede de mim com um sorriso maior no rosto, mandando um beijo pela mão e agradecendo. Volto ao GIU e tomo estas notas, com medo de esquecer, de tão intenso.

* * *

Em 19 de outubro, tivemos uma reunião multicêntrica em Campinas. Fomos – mestrandos e doutorandos, participantes da ARUC – surpreendidos por uma atividade coletiva que ganhou a forma de um grupo focal, com a participação de duas antropólogas, com funções distintas: uma facilitadora e uma anotadora do fora-texto. Fomos questionados, sobretudo, sobre nossas expectativas e dificuldades em relação à nossa participação nos projetos da ARUC. Além de nos conhecermos melhor e termos a oportunidade de partilharmos diversas questões que pareciam, em geral, manter-se em foro íntimo (remetendo cada um ao isolamento centrípeto, à sensação de solidão, de desfiliação, de não pertencimento), pudemos também – ao menos acho que pude – aprender um pouco sobre metodologia de trabalho com grupos: a facilitadora parecia ter um espírito conciliador, buscando rápido consenso dos participantes em relação às questões propostas (*posso colocar aqui que o grupo concorda que...?*), enquanto Juliana anotava muito, sem parar, mas às vezes apontando algo dissonante que lhe chamava a atenção. Essa diferença equalizava o tempo restrito dispensado à atividade com a necessidade de dar espaço a nuances que seriam excluídas do registro, caso se buscasse sempre e apressadamente um consenso, uma única opinião de grupo (direção da facilitadora). Exerci bastante dissenso, queixando-me um bocado de alguns incômodos em relação à dificuldade em conciliar meus interesses com os do coletivo de pesquisa, em diversos níveis (demandas da UFF, da GAM, da ARUC, do CAPS). Chamou minha atenção que, mesmo com esta atividade que pretendia incluir o dissenso na conciliação, pairasse no ar uma sensação exagerada de satisfação, engajamento e deslumbre, por boa parte dos demais integrantes da pesquisa. Ao menos foi como me pareceu. Além disso, em seguida, notei que havia continuado sem ter ideia de qual seria o interesse da GAM no fora-eixo que eu estava trabalhando.

No dia 3 de novembro, na supervisão na UFF, tínhamos (mais) uma questão urgente, que se dividia em várias: o evento *Diálogos em Saúde Mental e Cidadania*, que ocorreria no dia seguinte, contando com a participação de integrantes da GAM-BR, de usuários e profissionais do CAPS

Casarão da Saúde, além de Ludmila Correia, advogada, e Sérgio Pinho, poeta, ambos de Salvador, que viriam trocar conosco sobre o Guia de Direitos Humanos Loucura Cidadã (Correia, 2011), produzido pela AMEA (Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia), voltado à promoção de direitos dos usuários de serviços de saúde mental. Distribuímos as tarefas em relação ao evento e torcemos para não nos depararmos com a ausência de Solange e alguma desculpa esfarrapada como tentativa de justificar, embora estívéssemos inclinados a crer na inevitabilidade deste prognóstico absurdamente desagradável (lembro da médica me alertando sobre meu stress e tento exercitar respiração iogue, afinal, *tudo é uma questão de manter a mente quieta, a espinha ereta e o coração tranquilo*)... Na manhã seguinte, *o pessoal de São Pedro avisou que a kombi atrasou, mas que eles estão na estrada. E, bem... Eles disseram que Solange não veio, porque não conseguiu chegar a tempo...* A notícia veio acompanhada dos olhares perplexos dos companheiros da pesquisa. Para mim, era como se estivessem todos me olhando. Era o vetor paranoide do fora-eixo em ação, operando em mim.

Quando chega o grupo de São Pedro, finjo ter um coração de pedra, ao ouvir o comentário sorridente do motorista *tinha que ver a cara da Solange, revoltada no CAPS, rrsrrs*. Finjo acreditar na compatibilidade entre as duas versões da história: não veio, pois se atrasou; foi deixada lá, revoltada. Finjo, pois a garganta já estava doendo, uma sensação de engasgamento – não queria por em risco o melhor andamento possível do evento que havia proposto buscando uma aproximação maior entre a clínica e o direito, assim como entre os dois guias. Durante o encontro, faço questão de entregar em mãos um exemplar do Guia de Direitos Humanos Loucura Cidadã à coordenadora de saúde mental de São Pedro d'Aldeia e filha do prefeito da cidade, que, ao que tudo indica, não queria a ida de Solange por receio do que a usuária poderia falar de ruim a respeito de sua administração e de seu pai. Ao final das apresentações, ela (que já criticara meu trabalho ao Jorge: *aquele rapaz que participa contigo, não lembro o nome dele... Fiquei sabendo que ele já saiu da sala do grupo mais de uma vez para ir atrás da Solange. Ele tá é fazendo o jogo dela...*) faz questão de falar que recebeu um Guia da AMEA sem fazer qualquer menção a quem lhe entregou – o que para mim funcionou como um índice da viabilidade da parte que me cabia no trabalho em São Pedro. Os demais participantes do evento elogiaram muito o sucesso do encontro e Eleonora, que, posteriormente, viria a perder o emprego do CAPS, nos perguntou ao final sobre a continuidade do nosso trabalho, uma vez que o GIU se encerrou na semana anterior, a seu ver, *de modo abrupto*. Concordamos e conversamos sobre retornarmos ao CAPS em 2012, mas não tínhamos ainda um plano de trabalho bem traçado.

Logo após termos completado o ciclo de GIUs, uma nuvem carregadíssima pairou sobre nosso grupo. Soubemos que Solange esteve irritada por ter sido deixada no CAPS (*não era para estar?*) e quebrou o bebedouro do serviço, tendo sido, por conta disso, suspensa uma semana do serviço (*como assim suspensa do tratamento?*). A suspensão de Solange me lembrou novamente a traumática transferência de Ligia, quando tratamento vira controle, agentes de cuidado viram agentes punitivos. O mal estar turvava a visão e o intelecto. Não conseguia dizer, mas motivação não encontrava mais. Parecia não adiantar, como se houvesse me habituado a ficar em silêncio em relação a assuntos, temas, impressões que embora me chamassem a atenção não me pareciam encontrar ressonância no coletivo de pesquisa. Comecei a me sentir habitando um plano de realidade sem comunicação direta com aquele no qual os demais se encontravam. Ou pior, como no episódio em que fumei *Salvia divinorum*, sentia a ligação, mas não conseguia comunicá-la, o que intensificava minha sensação de angústia e isolamento. Já vinha há bastante tempo me sentindo solitário, ao lidar com um trabalho que me parecia pouco relevante para o coletivo de pesquisa. Para complicar, no início de 2012 recebemos a notícia de que o setor financeiro da pesquisa no Brasil estava com problemas, devido a muitos gastos com passagens aéreas mensais, por conta das reuniões multicêntricas (pois havia universidades e instituições de saúde mental de vários estados brasileiros envolvidas no coletivo de pesquisa, o que tornava tais gastos de fato bem altos). O e-mail não propunha que o excesso inicial de passagens aéreas fosse “recompensado” por uma falta posterior de passagens aéreas, mas sim de bolsas de pós-graduação. Trocando em miúdos, a solução apresentada para recompensar os gastos com passagens, no mesmo e-mail que nos notificou o problema, era cortar bolsas de pesquisa. Com isso, o mal estar somente aumentou. Acontece que eu e os demais colegas da UFF nos sentimos atingidos por termos aberto mão de bolsas pelo próprio Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, uma vez que havia saído bolsa pela GAM-BR. Saber que esta não duraria o restante do doutorado causou desconforto, além de ter aumentado bastante, no meu caso, a sensação de impertinência do fora-eixo perante os interesses principais da GAM. O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, após alguns meses de intensos debates e reuniões, conseguiu ajudar-nos a gerir a escassez por meio de algumas bolsas disponíveis de estudantes que saíam para estágio no exterior. No entanto, um esgotamento, uma sensação de que todo o trabalho de campo que vinha sendo feito não teria uso, quer para a GAM, quer para o CAPS, quer para mim, pairou como uma espécie de nevoeiro espesso e cinzento em minha garganta, produzindo uma violenta crise de tosse que me impedia de falar.

Calar-me era proscriver minha experiência. O mal estar era previsível. Proscriver vem do latim *proscribere* (“anunciar por escrito”) e é utilizado no sentido de expulsar, banir, proibir,

condenar, afastar, abolir, suprimir (Ferreira, 1975). Ao longo do processo de pesquisa de campo, tive dificuldade em aceitar o papel que me foi oferecido no grupo de intervenção, mas também em garantir um espaço no grupo de supervisão para uma análise coletiva de implicações. O mal estar crescia em mim, causando grande embrulho, sobretudo quando contrastado com a perspectiva – que me parecia excessivamente otimista – de parte dos integrantes do coletivo de pesquisa. Creio que fortes sensações de perda entraram em série com a proposta de eu cuidar do “fora”, de tal modo que eu tenha vivido afetivamente tal proposta como um convite para *ficar de fora, cair fora, como ser posto pra fora*, ou, em outros termos, banido, afastado, desterrado. A noção de proscricção, como expulsão, banimento, proibição, condenação, afastamento, abolição, supressão, expiração, se liga aqui à noção de prescrição, no sentido de que ambas limitam o exercício da autonomia dos usuários de psicotrópicos sobre os diferentes usos. Os trechos referentes à pesquisa de campo trazem experiências de sofrimento e isolamento, refletindo dificuldades que vivi ao ser designado a cuidar do fora-eixo. Um paradoxo vivido foi o de me desinteressar do tema da droga, assim que o grupo todo o acolheu, uma vez que, acolhido, o tema parecia perder sua consistência de fora-texto.

Por vezes, experimentei minha própria insistência no mais proscrito, mais difícil de dizer, como um intenso e constante isolamento. Quando o grupo de pesquisa da UFF começou a cuidar de um retorno a São Pedro para dar desdobramento ao trabalho que havia se encerrado de modo meio abrupto, não senti desejo algum de participar e me afastei um pouco do grupo, ansioso para me dedicar às partes da pesquisa que, mesmo que não me parecessem despertar grande interesse no coletivo de pesquisa, ao menos eram o que mais me movia: a tentativa de elaborar uma espécie de resumo da história das experiências psicodélicas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Curiosamente, nesses trechos, embora os tenha trabalhado por iniciativa própria, sem responder a demandas do coletivo GAM, não me senti isolado. A sensação de isolamento que antes sentira, parecia advir de uma contradição entre as temporalidades que me habitavam e as que habitavam o coletivo de pesquisa. Tinha a sensação de que os demais integrantes ora flutuavam, ora boiavam, ora nadavam, ora pegavam as ondas, ou jacaré, por vezes com uma ou outra dificuldade, mas, no todo, sempre curtindo, enquanto eu havia tomado alguns caixotes, engolido muita água e ficado exausto, sem disposição física ou psíquica para retornar à praia. Precisei me afastar para conseguir de fato “um pouco de ar livre, uma relação com o fora” (Deleuze, Guattari, 2010, p. 12).

A experiência estética do fora, como diz Tatiana Levy (2011), “funda-se sobretudo no estremecimento do *cogito* cartesiano. Desdobrar-se, sair do interior, é antes de mais nada colocar-se para fora de si, desmoronar a unidade do *eu* e provocar um trânsito ao *ele*” (p. 39). O “ele”, no caso, não se remete a um outro “eu” (o “eu” dele), mas à própria alteridade, ao diferente, desconhecido: “o *ele* não é nem aquele que fala, nem aquele a quem se fala: é a própria neutralidade do impessoal, o vazio que faz com que as palavras aí circulem livremente” (p. 49), como na *Rollercoaster*, do 13th

Floor Elevators *Someone somewhere sometimes ago / His eyes were clear to see / He puts his thoughts into my mind / And gave myself to me*, onde o “ele” capaz de dar-me a mim mesmo guarda uma impessoalidade próxima ao “isso” psicanalítico, na versão que dele fazem Deleuze e Guattari (2010), onde não se trata de um isso encapsulado no sujeito e em sua história pessoal, mas de uma máquina espalhada pelo *setting*, pelo ambiente: “isso funciona em toda parte: às vezes sem parar, outras vezes descontinuamente. Isso respira, isso aquece, isso come. Isso caga, isso fode. Mas que erro ter dito *o* isso. Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora” (Deleuze, Guattari, 2010, p. 11). Sendo assim, há uma máquina social produtora de automatismos, sejam em sua versão cronificante, sejam na versão criativa, na relação dos sujeitos com o meio, onde dentro e fora se conectam. O fora precisa ser construído. E construí-lo é “desdobrar-se”, é “deixar-se” vir à superfície, à tona, à margem: “é no movimento de sairmos de nós mesmos que alcançamos a experiência do que é inteiramente fora de nós e alteridade absoluta: o próprio fora” (p. 40).

O cuidado do “fora” é marginal, pois não se trata de fato de uma dicotomia dentro-fora e sim de uma espécie de errância utópica: “experimentar o fora é, pois, fazer-se um errante, um exilado que se deixa levar pelo imprevisível de um espaço sem lugar” (Levy, 2011, p. 35). Errar significa se mover, não permanecer onde se está, mas mudar de lugar, sem pertencer a lugar nenhum, pertencer a todos: “o errante tem sua pátria no exílio” (p. 41), essa espécie de desterro, de deserto, de não lugar, “onde aquele que aí está se encontra tanto fora de casa quanto ausente de si” (*e onde quer que eu esteja eu não estou...*). O exílio é o território do fora, no qual “a vida do indivíduo dá então lugar a uma vida impessoal: o *ego* está aqui disperso, dissolvido, rachado” (pp. 47-48), sobretudo, devido à importância atribuída aos devires, blocos de sensações produzidos no encontro de ritmos distintos. A experiência do fora não pertence ao domínio do eu, da interioridade pessoal, mas “promove uma experiência da própria linguagem, do seu ser que emerge na superfície” (p. 71). A análise de implicações em torno da redação do fora-eixo é uma ferramenta para o exercício metodológico dessa experiência de emergência do ser da linguagem em sua superfície.

O fora, ao ser incluído, insiste em produzir rupturas que alargam as margens. A margem é limiar; não um limite rígido, mas uma região fronteira movente, mutante, maleável, movediça. Sustentar uma função *outsider* em meios institucionais é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo, concede-se e se força a conceder (Passos *et alii*, 2013). Trata-se de um jogo de forças em um campo de constantes disputas e negociações, perpassado tanto por vetores produtores de autonomia quanto de heteronomia. Não é fácil transitar por muito tempo sem pontos de apoio, sendo atravessado por vetores antagônicos e buscando delimitar o que a rigor não tem contorno – em outros termos, cuidar do fora-eixo enquanto tal, mantendo-o fora dos eixos, mesmo quando o “fora-eixo” é previsto de antemão como um eixo a ser trabalhado pela pesquisa e a responsabilidade sobre seu cuidado é atribuída a alguém. É como mergulhar em uma pororoca, ficando responsável por manter sua

dinâmica de conflito entre fluxos em sentidos opostos. Estando responsável pelo fora-eixo, é por vezes tentador o desejo que o fora vire logo um eixo, ganhe contorno, limites, embora, como chegou a dizer o poeta William Blake (2004), só conheçamos os limites ao ultrapassá-los.

O fora não tem como virar eixo. Ou, dizendo de outro modo, a inclusão do fora-eixo não pode se dar de uma vez por todas, com o risco de, assim, fundar uma nova dicotomia dentro-fora, criando um novo campo de exclusão. É preciso incluir o fora, mas sem eliminá-lo, tornando-o um dentro. Nesse sentido, o fora-eixo não vira eixo, sequer quando, por exemplo, os princípios da redução de danos (RD) e a experiência dos usuários de drogas passam, em 2003, a ser tomados como eixos norteadores das políticas públicas voltadas aos usuários de substâncias psicoativas no Brasil. Pois, mesmo com as políticas de saúde mental se aproximando da RD como paradigma, uma ética do cuidado, ainda assim a inclusão da experiência dos usuários é indigesta tanto para a máquina estatal quanto para os próprios usuários e o mal estar não se resolve, a questão não se soluciona de uma vez por todas, pois trata-se, como vimos, de um campo de disputa política. Sendo assim, sustentar hoje uma ética de redução de danos no campo da saúde mental, sobretudo no que diz respeito ao uso de drogas, é afirmar uma linha de fuga, de resistência.

Todo processo de abertura, de inclusão do fora – ou forainclusão – tem uma potência intrínseca de mal estar. No entanto, esse mal estar não é o negativo de todo bem estar possível. Sendo assim, nada se ganha – ao contrário, muito se perde – quando tentamos a todo custo evitar esse mal estar, pois se trata aqui de um incômodo do que impulsiona, uma perturbação que é própria a processos de mudança. É preciso, é necessário – ou, como cantavam os Novos Baianos, é *precinecessário* – garantir a margem, a possibilidade de existência de lados que não cabem no círculo, não digerem, não “descem redondo”, mas atravessam (como todo atravessamento clínico-político) e mantêm o embrulho. As apostas inclusivas nunca se efetivam por completo, pois a abertura, por definição, é o que não pode se fechar, sob risco de autoaniquilação.

O fato de ter passado muito tempo com a sensação de não conseguir dar consistência ao fora-eixo junto ao coletivo GAM-BR havia impulsionado a busca por outros agenciamentos, fora do grupo de pesquisa, como uma maneira de arregimentar forças. Assim, no início de 2012, convidei o baixista Lóis Lancaster, o tecladista Gabriel Ares e o guitarrista Pedro Bonifrate, músicos com quem costumava tocar, já há alguns anos, em diferentes grupos, além do baterista Robson Riva, para participarem do Digital Ameríndio & (*American Bigfoot*) Mouse Mouse Joe, grupo que montei inicialmente no intuito de tocar ao vivo composições dos três discos que havia gravado em casa, sozinho e de modo totalmente independente, a partir do final dos anos 1990. Montamos o grupo, fizemos alguns shows, clipes, novas canções e gravamos um disco que recebeu diversos elogios, tendo inclusive aparecido em algumas listas de melhores do ano de 2013 em sites especializados. Do ponto de vista da pesquisa, era como que uma intensificação de minhas implicações com o tema.

Outro agenciamento que não poderia deixar de mencionar é com a Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (FEDDH-RJ), que busca articular coletivos antiproibicionistas e antimanicomiais. Como dissemos, a RD não venceu de uma vez por todas a guerra aos usuários de drogas. Em 2010, se consolidou, nas práticas do governo federal, a centralidade da questão das drogas, e em particular do combate ao *crack*, a partir de uma visão punitiva e segregativa dos usuários. Um dos primeiros atos do governo Dilma Rousseff (PT) foi a mudança de gestão da Secretaria Nacional sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional para o Ministério da Justiça. Seguiu-se com um Plano de Enfrentamento ao Crack e uma ampla campanha de combate às drogas, com o proibicionismo se acirrando em nosso cotidiano. Em direção oposta, foi criada em 2012 a Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos (FNDDH), reunindo entidades e movimentos sociais que lutam por políticas de drogas baseadas no respeito aos direitos humanos, aos princípios do SUS, às diretrizes da IV Conferência de Saúde Mental Intersetorial e da XIV Conferência de Saúde e ao Decreto 7053, sobre a política nacional da população em situação de rua. Em 18 de outubro de 2012, foi realizado um seminário na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), de lançamento da FEDDH-RJ, com a participação dos conselhos de Serviço Social e de Psicologia e de fóruns, movimentos sociais e entidades antiproibicionistas locais, nacionais e internacionais. Foi meu primeiro contato, o segundo tendo sido um ano depois, quando organizaram um encontro comemorativo, a partir do qual passei a integrar de fato o coletivo, mergulhando no grupo de trabalho sobre articulação e formação políticas.

Na FEDDH-RJ, tomei contato com o Fernando Beserra, que é psicólogo e colunista do site *Hempadão: laticas de informação* (W34), onde assina a coluna *Portas da percepção*. A partir de tal contato, tive oportunidade de experimentar um *drop out* a maneira de Leary (embora em escala mais modesta), sobretudo em duas experiências. A primeira foi uma oficina de psicodélicos, realizada a convite, em 18 de março de 2014, na Casa Nuvem (Lapa, Rio de Janeiro), onde buscamos apresentar o esboço do que seria uma proposta de redução de danos no uso de psicodélicos. Para tanto, expomos os resultados de algumas pesquisas acerca tanto de distintas substâncias psicodélicas quanto de princípios básicos para a redução de danos no uso de psicodélicos, ou mesmo de outras substâncias psicoativas. A oficina foi bastante gratificante e contou com a presença de dezenas de participantes. A partir deste encontro, decidimos montar uma ala psicodélica para participar da Marcha da Maconha 2014. Foi feita uma grande faixa, com os dizeres “Ligue-se, sintonize-se, legalize!”, além de um painel, composto por 25 peças que, juntas, formavam a imagem ampliada de uma cartela de LSD produzida por ocasião da comemoração do centenário de Albert Hofmann, em 2006. A ala fez muito sucesso e as lutas seguem em marcha.



Figura 3 – Cartaz e painel da Ala Psicodélica da Marcha da Maconha 2014

No entanto, como aprendemos ao longo da presente pesquisa, mesmo com os avanços que a Marcha da Maconha já vem obtendo (a começar pela própria garantia da marcha como um direito de expressão), sabemos que há inúmeras batalhas pela frente, pois as questões não se esgotam, pois o fora é sempre incluído no mal estar, numa certa função desestabilizadora, sob ação de um vetor perturbador, desterritorializante. Mas essa desterritorialização é condição para a criação de novos territórios, mais autônomos e inclusivos. Uma das lições que tiramos da experiência com psicotrópicos é que há um tipo de experimentação vital, perturbadora de nosso funcionamento cognitivo habitual, que embora possa produzir mal estar, é como que uma condição para se atingir um bem estar mais amplo e uma maior abertura das portas da percepção ao plano prerreflexivo do comum. Pois, como já dissemos, há incômodos que, uma vez bem manejados, servem para intensificar a potência da vida como criação, fazendo com que, após um longo mergulho no inferno, seguido de um sono exausto, amanheçamos com uma sensação intensa de renovação e bem estar.



Figura 4 – Versão miniatura do painel da Ala Psicodélica

5 atracando a caravela psiconáutica

A gestão autônoma da medicação está pautada na valorização da experiência dos usuários de psicotrópicos. No processo de adaptação da estratégia GAM para a realidade brasileira, emergiu como fora-eixo a questão da experiência psicodélica para pensar a prescrição medicamentosa em saúde mental. O fora-eixo da GAM serviu para dar relevo à análise de implicações, como metodologia para extrair o excesso de pessoalidade dos diários de campo da pesquisa, material usualmente excluído dos textos científicos oficiais. Para auxiliar na redação desse fora-texto, utilizamos alguns recursos estilísticos, tal como o uso do discurso indireto livre, de Mikhail Bakhtin, e das rotinas, ritmos acelerados, saltos, cortes e dobraduras herdados dos beats. Dentre as principais contribuições da experiência psicodélica para o trabalho com usuários de serviços de saúde mental, sobretudo, no que diz respeito à relação com a medicação, destacamos a concepção das substâncias psicotrópicas como *phármakon*, ou seja, como substâncias cujos efeitos são variados, conforme elementos diversos, tais como quantidade, apresentação, concentração de princípios ativos e grau de pureza do fármaco, assim como as afinidades entre as drogas ingeridas e os usuários. Em relação a este último ponto, ganha relevo, na experiência com a droga, não apenas suas características farmacológicas, como também o que foi chamado de *set* e *setting*: como parte do set, podemos considerar tanto as condições fisiológicas de quem vai ingerir o psicotrópico (o que vai ter papel especial na afinidade química), quanto características psicológicas, como crenças e expectativas; já como parte do setting, podemos considerar as condições do ambiente, seja em um sentido físico (temperatura, luz, som, ar etc) ou existencial, ponto este em que o sentido do *setting* se amplia bastante, envolvendo o contexto político mais amplo, seja o do laboratório científico, seja o dos testes de ácido (militares e festivos), do proibicionismo, da guerra às drogas, do movimento hippie, do underground junkie, da Reforma Psiquiátrica, da Redução de Danos etc. Uma vez que consideramos, com Deleuze, os processos de produção de subjetividade como dobras do fora, ressaltando o caráter polifônico da produção de subjetividade, afirmamos aqui uma inseparabilidade entre substâncias, set e setting. Quanto às drogas, o que set e setting revelam é a arbitrariedade na divisão entre substâncias consideradas boas e, portanto, prescritas (e consideradas boas por serem prescritas) e outras consideradas ruins e, portanto, proscritas. Toda divisão pautada nas substâncias, assim como tratamento fármaco-centrado, acaba por ignorar de certo modo os usuários e contextos de uso, proscovendo, assim, a experiência.

Outro problema essencial levantado pela presente tese diz respeito à atitude experimental possibilitada em um ambiente cultural não intoxicado pelo proibicionismo e sua arma venenosa: a chamada guerra às drogas. Em um ambiente proibicionista, as pesquisas, experimentações, a produção, a circulação, o consumo e suas consequências são levados a cabo como estratégias

marginais. Um setting proibicionista pode se dobrar em uma experiência psicotrópica proscria, na qual a proibição se encontra internalizada e aquilo de que pouco se permite falar com franqueza, torna-se cada vez mais indizível. No entanto, apesar dos exemplos de setting supracitados, é importante destacar que não há um setting ideal para toda e qualquer experiência psicodélica, uma vez que mesmo o que se busca com tal experiência pode variar conforme a pessoa e o momento. Em outros termos, não há um setting como unidade monolítica que determine unidirecionalmente a experiência. A experiência psicodélica é paradoxal, infernal e celestial, ao mesmo tempo, muito tudo: é substância, gente e ambiente; é psicotrópico, disposições psicofisiológicas e contexto social.

No entanto, essa compreensão mais ampla de tal experiência se encontra obstruída, por vezes, devido aos automatismos sociais e controles egoicos que atuam perante o aspecto perturbador, pois desterritorializante, da experiência prerrepletida, cuja intensidade buscamos capturar através da imagem paradoxal *are you experienced?* Os automatismos sociais são, por vezes, expressões de uma gestão heterônoma da existência e os controles egoicos podem surgir como tentativas de reagir a essa heteronomia, ganhando, de tal modo, a aparência de uma gestão autônoma. No entanto, ao considerarmos a inseparabilidade entre dentro e fora, entre tempo e espaço, intuição e inteligência, notamos a possibilidade da afirmação de automatismos que não são expressão de uma heteronomia, mas da inversão de sentido entre heteronomia e autonomia, como no caso do automatismo mental dos surrealistas e dos autômatos cibernéticos regulados por feedback. Tais tecnologias têm esta autonomia paradoxal exacerbada no chamado animismo maquínico. Pois, como vimos, autonomia não significa controle egoico. Para a promoção da autonomia, é preciso colocar em perspectiva os pontos de vista arraigados, sobretudo os do ego, o que implica uma composição harmoniosa entre os impulsos normativos do sujeito e as linhas de força atuantes no território, no ambiente. Por composição harmoniosa, não compreendemos uma composição totalmente tranquila, tampouco uma composição com tensões e resoluções previsíveis, pois trata-se de estabelecer uma espécie de equilíbrio metaestável entre forças conflitantes; não um equilíbrio totalmente estável, como aquele que temos ao caminharmos por ambientes com divisões verticais e horizontais sólidas, fronteiras rígidas e bem demarcadas, mas algo bem mais próximo de um percurso em meio a montanhas de geleia, superfícies móveis, macias, onduladas e ondulantes, limiares indiscerníveis entre meios de consistência variável.

Em um sentido mais amplo, a grande experiência psicodélica vivida, sobretudo, nos anos 1960, afetou muito mais pessoas do que as que chegaram de fato a ingerir drogas ditas psicodélicas. Por outro lado, graças sobretudo à CIA, muita gente chegou a ingerir tais drogas sem, contudo, terem qualquer relato que se assemelhe às aventuras psiconáuticas descritas pela maioria dos viajantes voluntários. Além do que, como Huxley já apontava, não é cabível esperar de um camponês uma experiência permeada por elementos tecnológicos de ponta, pertencentes ao meio

urbano; embora muito antes do desenvolvimento da eletrônica e da informática, por exemplo, já houvesse experiências visionárias com substâncias alucinógenas, muitas delas, inclusive, exercendo um papel importantíssimo nesses mesmos desenvolvimentos tecnológicos. No entanto, o desenvolvimento tecnológico, quando não acompanhado de um avanço na compreensão das relações humanas, acaba por resultar em uma espécie de tecnocracia conformista e cronificante, com os autômatos que ora nos auxiliam e encantam passando a nos tornar escravos das formas que inventamos, produzindo em nós automatismos cronificantes, patológicos.

Na experiência de campo com o fora-eixo em São Pedro da Aldeia, pudemos notar a forte presença de três vetores, cujas dobras para dentro acabam por produzir distintos movimentos de subjetivação: um vetor de exclusão (tendência ao fechamento grupal, a repelir a entrada de “estranhos” no grupo, tendência a excluir o louco, afastar, proscriver a experiência), um vetor de inclusão (abertura grupal, participação, promoção de autonomia) e um vetor de repulsão (paranoia, mal estar, expiração). Trabalhadores de saúde mental estão sempre às voltas com esta ameaça de expiração frente aos avanços da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica; mas não apenas os profissionais contratados por serviços de saúde mental, e sim todos que não medem esforços para garantir o exercício do direito à saúde e à autonomia de usuários e não-usuários. É preciso estarmos todos atentos e fortes, pois há muitas batalhas em curso e as vitórias não se dão por acidente.

referências bibliográficas

livros

ALVES, Paulo. A fenomenologia e as abordagens sistêmicas nos estudos sócio-antropológicos da doença: breve revisão crítica. Em *Cadernos de Saúde Pública*, 2006; 22 (8):1547-1554.

AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Subjetividade e Instituição. Em: MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello; Maria Elizabeth Barros de Barros (org.). *Texturas da Psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo, 2002, v. 1, p. 145-152.

BAUDELAIRE, Charles. *Os paraísos artificiais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005 (série Intoxicações, v. 2).

BECKER, Hower. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (1963). Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLAKE, William. *Matrimônio do Céu e do Inferno*. São Paulo: Madras, 2004.

BOULEZ, Pierre. *A música hoje*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRETON, Andre. Manifeste du Surréalisme (1924). Em: *Manifestes du Surréalisme*. Paris: Galimard, 2011.

BRITTO, Paulo Henriques. A temática noturna no rock pós-tropicalista. Em DUARTE, Paulo Sérgio; NAVES, Santuza Cambraia. *Do samba-canção à tropicália*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BRITTO, Paulo Henriques. *Eu quero é botar meu bloco na rua*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

BUENO, Regina. Estratégias de Redução de Danos em Santos – SP. Em BASTOS, Francisco Inácio et alii (orgs.) *Troca de seringas: drogas e aids*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

- BUENO, Eduardo. Introdução: a longa e tortuosa estrada profética. Em KEROUAC, Jack. *On the road*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- BURROUGHS, William. *Almoço nu*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- BURROUGHS, William. A linguagem é um vírus. Em: COHN, Sérgio (org.). *Geração Beat*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2010.
- BURROUGHS, William. Depoimento: testemunho acerca de uma doença. Em *Almoço nu*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005a.
- BURROUGHS, William. Electronic Revolution [1970]. Em GRAUERHOLZ, James; SILVERBERG, Ira. *Word virus: the William S. Burroughs reader*. New York: Grove Press, 1998.
- BURROUGHS, William. *Junky*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005b (série Intoxicações, v. 3).
- BURROUGHS, William. *The Soft Machine*. New York: Grove Press, 1992.
- BURROUGHS, William. *Nova Express*. New York: Grove Press, 1992a.
- BURROUGHS, William. *The Ticket that Exploded*. New York: Grove Weidenfeld, 1987.
- BURROUGHS, William; KEROUAC, Jack. *E os hipopótamos foram cozidos em seus tanques*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAMPOS, Augusto de. Walter Franco. Texto do encarte do CD WALTER FRANCO. Série Dois Momentos (Ou não + Revolver). São Paulo: Continental, 2000a.
- CAMPOS, Gastão W.S. A gestão enquanto componente estratégico para a implantação de um sistema público de saúde. Em Campos, G.W.S. *A saúde pública e a defesa da vida*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CAMPOS, G. W. S. *Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CAMPOS, G. W. S. O SUS entre a tradição dos Sistemas Nacionais e o modo liberal-privado para organizar o cuidado à saúde. Em *Ciênc. saúde coletiva*. Vol.12, sup.0. Rio de Janeiro, Nov. 2007.
- CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. Em: LABATE, Beatriz Caiuby *et alii* (orgs.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CARNEIRO, Henrique. A odisseia psiconáutica: a história de um século e meio de pesquisas sobre plantas e substâncias psicoativas. Em: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. São Paulo: Mercado de Letras, 2005a. (texto consultado disponível em <<http://mundocogumelo.com/2008/01/16/a-odisseia-psiconautica-a-historia-de-um-seculo-e-meio-de-pesquisas-sobre-plantas-e-substancias-psycoativas/>> Visitado em Abr. 2014)
- CARNEIRO, Henrique. *Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.

- CARNEIRO, Henrique. O alambique do corpo: medicina e filosofia renascentistas. Em: *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Senac, 2010.
- CARROLL, Lewis. Alice: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASHMAN, John. *LSD*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. Em: ALLIEZ, Eric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: 34, 2000.
- CASTRO, L. F. et col. Variabilidad de la prescripción farmacêutica de Castilla la Mancha. *Rev Esp Salud Pública*, 79:551-558, 2005.
- CERVINI, Raúl. O processo de lavagem de dinheiro: as networks ilícitas. Em RIBEIRO, Maurides de Melo; SEIBEL, Sérgio Dario (orgs.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.
- CESAROTO, Oscar. No olho do outro. Em HOFFMANN, E. T. A. *Contos sinistros*. São Paulo: Max Limonad, 1987.
- CNPq. *Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos*. Relatório final, 2010.
- COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório de Inspeção em Comunidades Terapêuticas Financiadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro*. [S. I.: s.n.], [2013?].
- CORREIA, Ludmila Cerqueira. Guia de direitos humanos *loucura cidadã*. Salvador: AMEA, 2011.
- CRUZ, Bernardo Gama. Pedras no caminho. Em LOPES, Lucília Elias; BATISTA, Vera Malaguti. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o "crack"*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.
- DELEUZE, Gilles. Duas questões (1979). Em *SaúdeLoucura3*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006b.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2006c.
- DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (1972). São Paulo: 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, v. 4*. São Paulo: 34, 1997.

- D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- DE QUINCEY, Thomas. *Confissões de um comedor de ópio*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005 (série Intoxicações, v. 1).
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. (1972). São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DESVIAT, Manuel. *A reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- DIAS, Rafael Mendonça. *Experimentação e cuidado: um campo problemático das drogas e a emergência do paradigma da Redução de Danos no Brasil*. (tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2013.
- DUMANS, Alexandre Moura. Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue – 2: resposta a Claude Olievenstein e críticas à Lei de Drogas. Em LOPES, Lucília Elias; BATISTA, Vera Malaguti. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o “crack”*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- DUPUY, Jean-Pierre; KARSENTY, Serge. *A invasão farmacêutica*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- EIRADO André do; PASSOS, Eduardo. A noção de autonomia e a dimensão do virtual. Em: *Psicologia em estudo*. Maringá, v. 9, n. 1, pp. 77-85, 2004.
- ESCOSSIA, Liliana da. Por uma ética da metaestabilidade na relação homem-técnica. Em *O reencantamento do concreto (Cadernos de subjetividade)* São Paulo: Hucitec/Educ, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *Psicologia: uma nova introdução*. São Paulo: Educ, 2006.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. Em *Microfísica do poder* (pp. 163-172). Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREUD, Sigmund. O Estranho (1919). Em: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GILMORE, Mikal. *Ponto final: crônicas sobre os anos 1960 e suas desilusões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GINSBERG, Allen. *Uivo, Kaddish e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.

GOULART, Sandra Lucia. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. Em: LABATE, Beatriz Caiuby *et alii* (orgs.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GRAHAME, Kenneth. *The wind in the willows*. London: Penguin, 2010.

GRIFFITHS, Paul. *A música moderna: uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GROF, Stanislav. Os psicodélicos na auto-exploração e na psicoterapia. Em GROF, Stanislav. *A aventura da autodescoberta*. São Paulo: Summus, 1997.

GUATTARI, Felix. A transversalidade (1964). Em: *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

GUATTARI, Félix. Autogestão e narcisismo (1968). Em *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

GUATTARI, Félix. Somos todos grupúsculos (1970). Em *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: 34, 1992.

GUIA DA GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO – GAM. Rosana Teresa Onocko Campos; Eduardo Passos; Erotildes Leal; Analice Palombini; Octavio Serpa et al. DSC/FCM/UNICAMP; AFLORE; IPUB/UFRJ; DP/UFF. DPP/UFRGS, 2012. Disponível em <www.redehumanizaus.net/83728-download-o-guia-da-gestao-autonoma-da-medicacao-guia-gam>. Visitado em Ago. 2014.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Em: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARRIS, Oliver. Introdução do editor. Em BURROUGHS, William. *Junky*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

HERNÁEZ, Ángel Martínez. A medicalização dos estados de ânimo. O consumo de antidepressivos e as novas biopolíticas das aflições. Em: CAPONI, Sandra *et alii* (orgs.). *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria*. Palhoça: Unisul, 2010.

HOFMANN, Albert. *LSD - My Problem Child*. McGraw-Hill Book Company, 1980. (versão pdf)

HOFFMANN, E. T. A. Os autômatos (1814). Em HOFFMANN, E. T. A. *Contos sinistros*. São Paulo: Max Limonad, 1987.

HORKHEIMER, Max; ADORNO; Theodor. A indústria cultural – o Iluminismo como mistificação das massas. Em: ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUXLEY, Aldous. *As portas da percepção/O Céu e o Inferno* (1954/1956). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HUXLEY, Aldous. A revolução definitiva (1959) Em HUXLEY, Aldous. *Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

- HUXLEY, Aldous. Cartas (1956a) Em HUXLEY, Aldous. *Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- HUXLEY, Laura. Oh, nobre de berço! (1963) Em HUXLEY, Aldous. *Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- IVERSEN, Leslie. *Drogas*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- JANET, Pierre. O automatismo psicológico. Ensaio de psicologia experimental sobre as formas inferiores da atividade humana. Em *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 2, p 310-314, junho 2008.
- JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- KAMKHAGI, Vida Rachel. Horizontalidade, verticalidade e transversalidade em grupos. Em BAREMBLITT, G. *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura* [1781]. (coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. Em: LABATE *et al* (orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008 (pp. 105–119).
- KARAM, Maria Lucia. “Guerra às drogas e saúde: os danos provocados pela proibição”. Em LOPES, Lucília Elias; BATISTA, Vera Malaguti. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o “crack”*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- KAST, Eric C.; COLLINS, Vincent. Lysergic Acid Diethylamide as an Analgesic Agent. Em *Anesthesia and analgesia... current researches*. Vol. 43, nº. 3, May-June, 1964.
- KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. Em *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, pp.-263-280, Maio/Ago. 2013.
- KEALEY, Erin. Divagando e sonhando: a vida trágica de Syd Barrett. Em REISCH, George A. (org.). *Pink Floyd e a Filosofia: cuidado com esse axioma, Eugene!* São Paulo: Madras, 2010.
- KEROUAC, Jack. *On the road*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- KINOSHITA, Roberto Tykanori. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org.) *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-59.
- KUNZRU, Hari. Genealogia do ciborgue. Em: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LABROUSSE, Alain. As drogas e os conflitos. Em RIBEIRO, Maurides de Melo; SEIBEL, Sérgio Dario (orgs.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

- LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LAPASSADE, Georges. René Lourau pedagogo. Em *Mnemosine*, 3 (2), 164-171. 2007.
- LEARY, Timothy. Cogumelos no almoço (1960). Em HUXLEY, Aldous. *Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- LEARY, Timothy; METZNER, Ralph; ALPERT, Richard. *The psychedelic experience: a manual based on the Tibetan Book of the Dead* (1964). New York: Citadell, 1992.
- LEARY, Timothy. *Flashbacks “surfando no caos”: uma autobiografia*. São Paulo: Beca, 1999.
- LEE, Martin A.; SHLAIN, Bruce. *Acid dreams: the complete social history of LSD, the CIA, the sixties and beyond* (1985). Great Britain: Pan Books, 1992.
- LEVY, Tatiana Salem. *A experiência do fora: Foucault, Blanchot e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011
- LIMA, Fernanda Ratto de. *A experiência do cuidado de si: a clínica entre o cuidado do tempo e o tempo do cuidado*. Niterói: Eduff, 2012.
- LIMA, Edilene Coffaci de; LABATE, Beatriz Caiuby. A expansão urbana do *kampo* (*Phylomedusa bicolor*): notas etnográficas. Em: LABATE, Beatriz Caiuby *et alii* (orgs.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LOSANO, Mario Giuseppe. *Histórias de autômatos: da Grécia antiga à Belle Époque*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LOPES, Tatiana Scala *et alii*. O Processo de Restabelecimento na Perspectiva de Pessoas com Diagnóstico de Transtornos do Espectro Esquizofrênico e de Psiquiatras na Rede Pública de Atenção Psicossocial. Em *Saúde e sociedade*, 2012; 21(3), 558-571.
- LOURAU, René. *A análise institucional* (1970). Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOURAU, René. *René Lourau na UERJ - Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Uerj, 1993.
- LOURAU, René. *Analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MACERATA, Iacã; DIAS, Rafael; PASSOS, Eduardo. Paradigma da guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos mega-eventos. Em LOPES, Lucília Elias; BATISTA, Vera Malaguti. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o “crack”*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- MACIEL, Luiz Carlos. Imprensa alternativa. Em *Geração em transe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MAILER, Norman. *The white negro: superficial reflections on the hipster* [1957] Em <<http://www.dhs.fjanosco.net/Documents/TheWhiteNegro.pdf>> Visitado em 16 Mar 2014.

- MANSUR, Jandira; CARLINI, Elisaldo. *Drogas: subsídios para uma discussão*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MCNEIL, Legs; MCCAIN, Gillian. *Mate-me por favor*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- MELITOPOULOS, Angela; LAZZARATO, Maurizio. O animismo maquínico. Em *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n. 1, 1993, pp. 7-27.
- MERHEB, Rodrigo. *O som da revolução: uma história cultural do rock, 1965-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MERHY, Emerson *et al.* Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em saúde: a informação e o dia-a-dia de um serviço, interrogando e gerindo o trabalho em saúde. Em MERHY, Emerson & ONOCKO, Rosana, (Orgs). *Agir em Saúde: um desafio para o público* (p.71-112). São Paulo: Hucitec, 1997.
- MILES, Barry. *William Burroughs: El hombre invisible – a portrait*. New York: Hyperion, 1993.
- MILES, Barry; BERG, Peter; COYOTE, Peter. Os Diggers. Em COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (org.). *Maió de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- MILES, Barry; GRAUERHOLZ, James. Nota dos editores (2001). Em BURROUGHS, William. *Almoço nu*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- MILES, Barry. *Pink Floyd: primórdios*. São Paulo: Madras, 2010.
- MILLER, Henry. *Trópico de Câncer*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.
- MINGARDI, Guaracy. Tráfico de drogas e crime organizado. Em RIBEIRO, Maurides de Melo; SEIBEL, Sérgio Dario (orgs.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.
- MUGGIATI, Roberto. *Rock, o grito e o mito: a música pop como forma de contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MUÑOZ, Nuria *et alii*. Pesquisa clínica em saúde mental: o ponto de vista dos usuários sobre a experiência de ouvir vozes. Em *Estudos de Psicologia*, 2011;16(1):83-89.
- NASCIMENTO, Susana. Automatizações no inorgânico: aproximações ao estudo social de criaturas artificiais. Em *Análise Social*, vol. XLI (181), 2006, pp. 1033-1056.
- OLMO, Rosa del. *A face oculta da droga*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- ONOCKO CAMPOS, R. A gestão: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. Em CAMPOS, G.W.S. *Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- ONOCKO CAMPOS, Rosana; PEREIRA FURTADO, Juarez; PASSOS, Eduardo & BENEVIDES, Regina. *Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

- ONOCKO CAMPOS, Rosana *et alii*. Adaptação multicêntrica do Guia para a Gestão Autônoma da Medicação. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 43, p. 967-980. out/dez/2012.
- OSMOND, Humphry. Manhã de maio em Hollywood (1964). Em: HUXLEY, Aldous. *Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária*, 1931-1963. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- OSMOND, Humphry. The exploration of experience (1957). Trecho da comunicação científica *A Review of the Clinical Effects of Psychotomimetic Agents*. *Annals N.Y. Acad. Sci.*, March 14, 1957. Em <<http://www.psychedelic-library.org/osmond2.htm>> Último acesso em 31 Jul. 12.
- PAIM, Jairnilson Silva. *O que é o SUS?* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- PASSOS, Eduardo. Afinidades eletivas entre ritmo e subjetividade. Em RODRIGUES, Sandro Eduardo. *Ritmo e subjetividade: o tempo não pulsado*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- PASSOS, Eduardo *et. alii*. Autonomia e cogestão na prática em saúde mental: o dispositivo da gestão autônoma da medicação (GAM). Em *Aletheia*, n. 41, pp.24-38, mai-ago 2013.
- PASSOS, Eduardo. Tempo e criação nos estudos da subjetividade: a cognição entre a natureza e o artifício. Em *Revista Brasileira de Psicologia e Informática*, v. 1, pp. 44-51, 2001.
- PASSOS, Eduardo. Pós-Naturalismo e Ciência da Subjetividade: o problema do tempo e da autonomia no cognitivismo contemporâneo. Em *Cadernos de Subjetividade* (PUCSP), v.2, p.67 - 78, 1994.
- PASSOS, Eduardo. Cognição e produção de subjetividade: o modelo máquina e os novos maquinismos nos estudos da cognição. Em *Revista do Departamento de Psicologia* (UFF), v.11, p.67 - 76, 1999.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. Em PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Regina; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010a.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. Em PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Regina; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. A Noção de Autonomia e a Dimensão do Virtual. Em *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. X-xx, 2004.
- PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. Em PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. Em *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, pp.-391-414, Maio/Ago. 2013.
- PASSOS, Eduardo; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos no Brasil: aspectos históricos e políticos. Em *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

- PEDRO, Rosa Maria Leite. Ciências da cognição. Em Ferreira, Arthur Arruda Leal (org.). *A pluralidade do campo psicológico: principais abordagens e objetos de estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- PELBART, Peter Pál. A comunidade dos sem comunidade. Em PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PELBART, Peter Pál. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- PENNA, Antonio Gomes. *História das ideias psicológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Pierre Janet e os atos psíquicos inconscientes revelados pelo automatismo psíquico das histéricas. Em *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 2, p 301-309, junho 2008.
- PETITMENGIN, Claire; BITBOL, Michel. The validity o first-person descriptions as authenticity and coherence. Em *Journal of Counsciousness Studies*, [S.1.], v. 16, n. 11-12, p. 363-364, 2009. Disponível em: <http://michel.bitbol.pagesperso-orange.fr/JCS_Introspection.pdf> Acesso em ago 2014.
- PIGNARRE, Philippe. *O que é o medicamento?: um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*. São Paulo: 34, 1999.
- RABELO, Míriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 264 p. ISBN 85-85676-68-X. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>> Acesso em out 2011.
- RAMOS, Júlia Florêncio Carvalho. *A autonomia como um problema: uma pesquisa a partir da realização do dispositivo GAM em um CAPS fluminense* (dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: 34, 2005.
- RAUTER, Cristina. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. (267-276). Em: AMARANTE, Paulo. (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- RIMBAUD, Arthur. *Uma temporada no inferno*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- RODRIGUES, Maria Aparecida P; FACCHINI, Luiz Augusto e LIMA, Maurício Silva de. Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2006, vol.40, n.1, pp. 107-114.
- RODRIGUES, Sandro Eduardo. *Tempo não pulsado: ritmo e subjetividade* (dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2009 (a).

- RODRIGUES, Sandro Eduardo. Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze. Em *Psicologia em Foco*, Aracaju, v.3, n3, p. 73-86, jul/dez. 2009 (b).
- RODRIGUES, Sandro Eduardo. *Ritmo e subjetividade: o tempo não pulsado*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- RODRIGUES, Sandro Eduardo. Experiências psicotrópicas proscritas: o fora-eixo. Em LOPES, Lucília Elias; BATISTA, Vera Malaguti. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o "crack"*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- RODRIGUES, Thiago. *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino, 2012.
- RODRIGUEZ DEL BARRIO, Lourdes; PERRON, Nadine; OUELLETTE, Jean-Nicolas. Psicotrópicos e saúde mental: escutar ou regular o sofrimento? Em ONOCKO CAMPOS, Rosana; PEREIRA FURTADO, Juarez; PASSOS, Eduardo & BENEVIDES, Regina. *Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- ROSZAK, Theodore. *A contracultura* (1968). Petrópolis-RJ: Vozes, 1972.
- ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da loucura*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- SILVA, André do Eirado. *et al.* Memória e alteridade: o problema das falsas lembranças. Em *Mnemosine* Vol. 2, nº2, p. 75-86, 2006.
- SILVA, André do Eirado; PASSOS, Eduardo Henrique; FERNANDES, Carlos Vinícius Assumpção; GUIA, Fernanda Rodrigues da; LIMA, Fernanda Ratto de & CARVALHO, Julia. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. Em *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 84-94, 2010.
- SIMONDON, Gilbert. A gênese do indivíduo. Em *O reencantamento do concreto (Cadernos de subjetividade)* Sao Paulo: Hucitec/Educ, 2003.
- SISSA, Giulia. *O prazer e o mal: filosofia da droga*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- SUPERSTARS. *Andy Warhol e os Velvet Underground*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1992.
- TADEU, Tomaz. Nós, ciborgues – o corpo elétrico e a dissolução do humano. Em: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- TEDESCO, Silvia. Estilo-subjetividade: o tema da criação nos estudos da psicologia da linguagem. Em *Psicologia em estudo*, v. 6, n. 1, jun/2001.
- TEDESCO, Silvia. Literatura e clínica: ato de criação e subjetividade. Em JUNIOR, Auterives Maciel; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (orgs.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2005.
- UFF. *Autonomia e direitos humanos: validação do Guia de Gestão Autônoma da Medicação* (Faperj – 2011).

UNICAMP-UFF-UFRJ-UFRGS. *Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos - GAM-BR* (CNPq-2009).

VARGAS, Eduardo V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos. Em: LABATE et al (orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008 (pp. 41 – 64).

VELOSO, Caetano. É proibido proibir. Em *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VERSTER, Annette. Os programas de troca de seringas em Amsterdã. Em BASTOS, Francisco Inácio et alii (orgs.) *Troca de seringas: drogas e aids*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

WASSON, Gordon Robert. *Seeking the magic mushroom* (publicado originalmente na Revista *Life*, 10 Jun. 1957). Em <<http://www.imaginaria.org/wasson/life.htm>> Visitado em Mar. 2014.

WASSON, Gordon Robert. *A new mewican psychotropic plant of the mint family* (1962). Em <http://www.erowid.org/plants/salvia/salvia_journal2.shtml> Visitado em Mar. 2014.

WATKINSON, Mike; ANDERSON, Pete. *Crazy Diamond: Syd Barrett & the dawn of Pink Floyd. New Revised edition*. London: Omnibus Press, 2006.

WATKINSON, Mike; ANDERSON, Pete. *Crazy Diamond: Syd Barrett e o surgimento do Pink Floyd*. Rio de Janeiro: Sonora, 2013.

WATTS, Allan; GINSBERG, Allen; SNYDER, Gary; LEARY, Timothy. *Drop out!* Em COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (org.). *Maio de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

WILLER, Claudio. *Geração beat*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

WILLER, Claudio. Introdução. Em GINSBERG, Allen. *Uivo, Kaddish e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 2010b.

WODAK, Alex. Redução de danos e programas de troca de seringas. Em BASTOS, Francisco Inácio et alii (orgs.) *Troca de seringas: drogas e aids*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

WOLFE, Tom. *O teste do ácido do refresco elétrico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

XIBERRAS, Martine. *A sociedade intoxicada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1989.

ZINBERG, Norman. *Drug, Set, and Setting: The Basis for Controlled Intoxicant Use*. New Haven, CT : Yale University Press, 1984.

discos²⁰

13th FLOOR ELEVATORS, THE. *The psychedelic sounds of 13th Floor Elevators*. Texas: International Artists, 1966.

13th FLOOR ELEVATORS, THE. *Easter everywhere*. Texas: International Artists, 1967.

²⁰ Não se trata de uma *discografia psicodélica básica*, mas apenas de discos que foram citados ao longo do texto.

- BEACH BOYS, THE. *Pet sounds*. New York: Capitol, 1966.
- BEATLES, THE. *Rubber soul*. London: Parlophone, 1965.
- BEATLES, THE. *Revolver*. London: Parlophone, 1966.
- BEATLES, THE. *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*. London: Parlophone, 1967.
- BOB DYLAN. *Bob Dylan*. New York: Columbia, 1962.
- BOB DYLAN. *The times they are a'changing*. New York: Columbia, 1964.
- BOB DYLAN. *Bringing it All Back Home*. New York: Columbia, 1965.
- BOB DYLAN. *Highway 61 Revisited*. New York: Columbia, 1965.
- BOB DYLAN. *Blonde on blonde*. New York: Columbia, 1966.
- BYRDS, THE. *Mr. Tambourine Man*. New York: Columbia, 1965.
- BYRDS, THE. *Turn! Turn! Turn!* New York: CBS, 1965.
- BYRDS, THE. *Fifth Dimension*. New York: Columbia, 1966.
- CAETANO VELOSO. *Caetano Veloso*. São Paulo: Polygram, 1967.
- JEFFERSON AIRPLANE, THE. *Takes Off*. New York: RCA/Victor, 1966.
- JEFFERSON AIRPLANE, THE. *Surrealistic pillow*. New York: RCA/Ariola, 1967.
- JIMI HENDRIX EXPERIENCE, THE. *Are you experienced?* London: Track Records, 1967.
- MOODY BLUES. *In Search of Lost Chord*. London: Deram, 1968.
- PINK FLOYD. *The piper at the gates of dawn*. London: EMI, 1967.
- PINK FLOYD. *Relics*. London: EMI, 1971.
- RITA LEE. *Build up*. São Paulo: Polygram, 1970.
- RITA LEE. *Hoje é o primeiro dia do resto da sua vida*. São Paulo: Polygram, 1972.
- SÉRGIO SAMPAIO. *Eu quero é botar meu bloco na rua*. São Paulo: Philips, 1973.
- SÉRGIO SAMPAIO. *Tem que acontecer*. São Paulo: Continental, 1976.
- SÉRGIO SAMPAIO. *Sinceramente*. São Paulo: Claravá, 1982.
- SYD BARRETT. *The Madcap Laughs*. London: Harvest, 1970a.
- SYD BARRETT. *Barrett*. London: Harvest, 1970b.

VELVET UNDERGROUND, THE. *The Velvet Underground & Nico*. New York: Verve, 1967.

VELVET UNDERGROUND, THE. *Loaded*. New York: Atlantic, 1970.

WALTER FRANCO. *Ou não*. São Paulo: Continental, 1973.

WALTER FRANCO. *Feito gente*. São Paulo: Continental, 1975.

WALTER FRANCO. *Respire fundo*. São Paulo: Epic, 1978.

WALTER FRANCO. *Tutano*. São Paulo: YB Music, 2001.

filmes

A TECHNICOLOR DREAM. Direção Stephen Gammond. Produção Jon Beecher e Russell Beecher. 2008. DVD 156 min.

AFINAÇÃO DA INTERIORIDADE. Direção por Roberto Berliner. Produção TvZERO. Brasil, 2001. Em (<https://www.youtube.com/watch?v=_mvJEVOGbwg>) 1 min.

MISTÉRIOS E PAIXÕES. Adaptação do original (*Naked Lunch*, de William Burroughs) e direção por David Cronenberg. Canadá/Reino Unido, 1991. DVD 115 min.

MUITO TUDO. Direção, roteiro, fotografia, som, edição e produção por Bel Bechara e Sandro Serpa. São Paulo, 2000. Em (<<https://www.youtube.com/watch?v=QTeXbjlhI8>>). 25 min.

SYD BARRETT'S FIRST TRIP. Nigel Gordon. 8mm. London/Cambridge, 1966. 11 min.

THE PINK FLOYD & SYD BARRETT STORY. Produzido e dirigido por John Edington. Produção Otmoor para BBC Television. London, 2001. 49 min.

THE SUBSTANCE – ALBERT HOFMANN'S LSD. Roteiro e direção Martin Witz. Suíça: Ventura Film/RSI. 2011. (<http://www.thesubstance-themovie.com/the_film/credits/>) Em 28 Out. 2013

sites

W01 - *Regroupment des Ressources Alternatives de Santé Mentale du Quebec* <<http://www.rasmq.com/>> Visitada em Out. 2012.

W02 - *Association des Groupes d'Intervention en Defense des Droits en Sante Mentale du Québec* <<http://www.agidd.org>> Visitada em Out. 2012.

W03 – *Guia da Gestão Autônoma da Medicação, Guia GAM*. <www.redehumanizaus.net/83728-download-o-guia-da-gestao-autonoma-da-medicacao-guia-gam> Visitada em Ago.14.

W04 – *13th Floor Elevators* <<http://www.beatrix.pro.br/mofo/13th.htm>> Visitada em Abr. 2014.

W05 – *Origem da palavra* <<http://www.origemdapalavra.com.br>> Visitada em Out. 2013.

W06 – *Phantastica* <<http://www.drugtext.org/Table/Phantastica>> Visitada em Jun. 2014.

- W07** – *'Sasha' Shulgin* <<http://www.shulginresearch.org/home/about/alexander-sasha-shulgin/>> Visitada em Mar. 2014.
- W08** – *Quem procura Sasha.* <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/179/reportagens/quem-procura-sasha.html>> Visitada em Mar 2014.
- W09** – *Provocações com Walter Franco.* Entrevista a Antônio Abujamra, no Programa “Provocações 62”, publicado em 01/06/2012. Em <https://www.youtube.com/watch?v=_dt85Hr2Sto> (parte 1) <<https://www.youtube.com/watch?v=hfsBfpEWz44>> (parte 2). Visitada em Abr. 2014.
- W10** – *Jacquet Droz Minerals* <<http://www.jacquet-droz.com/>> Visitada em Mar. 2014.
- W11** – *Síntese fm* <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADntese_fm> Visitada em Out. 2013.
- W12** – *Crying* *Wolof* <http://www.slate.com/articles/news_and_politics/hey_wait_a_minute/2004/12/crying_wolof.html> Visitada em Mar. 2014.
- W13** – *Jefferson Airplane* <<http://www.jeffersonairplane.com/the-band/>> Visitada em Abr. 2014.
- W14** – *The San Francisco Sound.* <http://thesanfranciscosound.blogspot.com.br/2010/02/great-society-performance-list-1965_27.html> Visitada em Abr. 2014.
- W15** – *The Great Society* <<http://www.bay-area-bands.com/bab00090.htm>> Visitada em Abr. 2014.
- W16** – *The Great! Society: Somebody to love (1966)* <<http://www.elsewhere.co.nz/fromthevaults/4014/the-great-society-somebody-to-love-1966/>> Visitada em Abr. 2014.
- W17** – *Jefferson Airplane* – *takes off* <http://www.sundazed.com/shop/product_info.php?products_id=742> Visitada em Abr. 2014.
- W18** – *History* <<http://www.healthright360.org/about>> Visitada em Abr. 2014.
- W19** – *S.T.P.* <<http://www.ginad.org/en/drugs/drugs/407/stp>> Visitada em Abr. 2014.
- W20** – *Pobre* <<https://www.youtube.com/watch?v=8NILQp2xmZ8>> Visitada em Mar. 2014.
- W21** – *Drogas: marco legal* <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>> Visitada em Abr. 2014.
- W22** – *Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies* <<http://www.maps.org/>> Visitada em Mar. 2014.
- W23** – *LSD, reconsidered for therapy* <http://www.nytimes.com/2014/03/04/health/lsd-reconsidered-for-therapy.html?hpw&rref=health&_r=0> Visitada em Mar. 2014.
- W24** – *Soft Machine* <<http://calyx.perso.neuf.fr/softmachine/>> Visitada em Abr. 2014.

W25 – *Crack, nem pensar* <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/cracknempensar/home,0,3710,Home.html>> Visitada em Abr. 2014.

W26 – *Campanha crack, nem pensar* <<https://www.youtube.com/watch?v=-L2Oys9eH8I>> Visitada em Abr. 2014.

W27 – *A Psychedelic-Science Advocate Takes His Case to the Pentagon* <<http://www.wired.com/2013/05/doblin/>> Visitada em Abr. 2014.

W28 – *Ex-soldiers are being giving MDMA to help them forget about war* <<http://www.vice.com/read/mdma-is-helping-me-overcome-my-ptsd>> Visitada em Abr. 2014.

W29 – *Militares regem festival de música da Globo em 1972*. Entrevista de Solano Ribeiro para a Folha de São Paulo, publicada em 27/05/2000. Em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2705200006.htm>> Visitada em Jul. 2014.

W30 – *Jurados depositos discordam de Ribeiro*. Entrevista de Rogério Duprat e Décio Pignatari para a Folha de São Paulo, publicada em 27/05/2000. Em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2705200007.htm>> Visitada em Jul. 2014.

W31 – *VII FIC – Festival Internacional da Canção*. Publicado na internet em 11/09/2008. Em <<http://zecazines.blogspot.com.br/2008/09/vii-fic-festival-internacional-da-cano.html>> Visitada em Jul. 2014.

W32 – *Maria Alcina: Fio maravilha - VII FIC*. Vídeo postado em 25/05/2010. Em <<https://www.youtube.com/watch?v=AYucUeksWPA>> Visitada em Jul. 2014.

W33 – *Walter Franco no Jô Onze e Meia*. <<https://www.youtube.com/watch?v=vSTqiIjnU-M>> Visitada em Jul. 2014.

W34 – *Hempadão: laricas de informação*. <<http://hempadao.com/>> Visitada em Ago. 14.

W35 – *R. Gordon Wasson* <http://www.erowid.org/culture/characters/wasson_r_gordon/wasson_r_gordon.shtml> Visitada em Mar. 2014.

W36 – *Esclarecendo a proibição da Salvia divinorum e da Argyreia nervosa*. Texto de Fernando Beserra, postado em 13 de julho de 2012, em <<http://canabislivre.blogspot.com.br/2012/07/esclarecendo-proibicao-da-salvia.html>> Visitada em Jul. 2014.

W37 – *Psicodélicos expandem a mente reduzindo a atividade cerebral?* <<http://nblo.gs/Y905q>> Visitada em Jul. 2014.

W38 – *É proibido proibir*. Transcrição do discurso de Caetano Veloso no VII Festival Internacional da Canção da Rede Globo, proferido em 1968 <<http://tropicalia.com.br/identifisignificados/e-proibido-proibir/discurso-de-caetano>> Visitada em Jul. 2014.

W39 – *Phono 73*. Vídeo postado em 14/06/2011. Em <<https://www.youtube.com/watch?v=3GBZO30zzlg>> Visitada em Jul. 2014.

W40 – *Rock medicine* <<http://www.rockmed.org/>> Visitada em Abr. 2014.

W41 – *Salvia divinorum* <<http://www.salvia.net/>> Visitada em Jul. 2014.